Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Giovani da Silva Barcelos

Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação.

Rio de Janeiro

2018

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Giovani da Silva Barcelos

Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Dr. Adler Homero Fonseca de Castro

Rio de Janeiro

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

B242f Barcelos, Giovani da Silva
Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação. / Giovani da Silva Barcelos - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.
206 f.

Orientador: Adler Homero Fonseca de Castro.

Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018.

1. Príncipe da Beira. 2. Fortificação. 3. Tombamento. 4. Entorno. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Giovani da Silva Barcelos

"Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2018.

Banca examinadora

Professor Dr. Adler Homero Fonseca de Castro (orientador)

Mônica Castro de Oliveira (supervisora) – Superintendência do IPHAN em Rondônia

Professor Dr. Marcelo Antonio Sotratti – PEP-MP/IPHAN

Professor Me. José Cláudio dos Santos Júnior – ICOFORT/ICOMOS

Dedico esse trabalho a minha esposa Michele e a meus filhos, Bianca, Maria Antônia e João.
A meus pais, Ivo e Elida e a minha irmã Caren Siane.

AGRADECIMENTOS

A minha família que não mediu esforços para permitir minha dedicação à conclusão do trabalho. Obrigado Michele, Bianca, Maria Antônia e João Pedro por entenderem as ausências e o cansaço, me dando apoio sempre e sempre. Amo vocês.

Aos meus pais, Ivo e Elida, minha irmã Caren Siane, cunhado Leonardo e sobrinho Lucas e Mateus, pois não apenas me inspiram como família, mas são exemplos de pessoas.

Ao professor Adler Homero Fonseca de Castro que não apenas é uma inspiração pela forma que trata o patrimônio cultural, em especial as fortificações, e pelo seu conhecimento, mas como um mestre que corrigiu e nos momentos de quase desistência, ajudou na continuidade do trabalho.

À equipe da Superintendência do IPHAN em Rondônia, representada aqui pelo agradecimento a Mônica Castro de Oliveira, minha sempre "chefa" que me recebeu quando aqui cheguei em 2010, e sempre foi um apoio importante na continuidade da pesquisa, e a Saviane Firmino, antes aluna, agora colega Arquiteta e Urbanista na preservação do patrimônio cultural.

A um companheiro de preservação, não apenas do Forte Príncipe da Beira, mas do patrimônio cultural de Rondônia, meu amigo João Bosco da Silva. Mais do que um funcionário da superintendência, és um amigo e companheiro de incursões pela floresta amazônica para conhecer e proteger a "nossa fortificação".

A Engenheira Civil Renata Ceridono Fortes por sempre estar à frente da luta pela preservação do Forte Príncipe da Beira no DEPAM/IPHAN. Além de profissional competente, uma grande amiga.

Aos moradores da Vila do Forte, com os quais sempre aprendo quando vou lá sobre como são boas as coisas simples da vida.

Ao Elvis Pessoa, presidente da ASQUIFORTE que além de ser um guardião da fortificação, não descansa e a cada visita, nos mostra algo novo.

Ao Exército Brasileiro nas pessoas do Comandante Daniel e do Sargento Nogueira, que sempre nos recebem de braços abertos, com a mão amiga estendida para nos ajudar com a preservação do forte.

Aos colegas do PEP pela troca de conhecimentos e amizades construídas e aos professores, mestres e referências que nos ensinaram não a enxergar apenas o patrimônio cultural, mas as pessoas que com eles se relacionam.

Tu, Senhor, guardarás em perfeita paz aquele cujo propósito está firme, porque em ti confia.

Isaías 26:3

RESUMO

BARCELOS, Giovani da Silva. **Forte Príncipe da Beira: conhecimento, valoração e preservação**. 2018. 206 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

Usando a relação com o lugar, foi realizada uma abordagem utilizando conceitos da geografia cultural, a paisagem construída e sua preservação com poucas alterações, diferenciando o Real Forte Príncipe da Beira (RFPB) da grande maioria das fortificações brasileiras, inseridas em um lugar já muito alterado, nosso objetivo geral é a atualização da situação de proteção legal do bem, uma vez que o tombamento como patrimônio nacional em 1950 não deixa claro, além de não existir definição de área de entorno. O RFPB é o bem cultural de Rondônia reconhecido a mais tempo como Patrimônio Cultural do Brasil o que torna evidente a necessidade da atualização de sua situação de suas normas de proteção. A pesquisa foi organizada de forma a fazer uma aproximação crescente ao tema, iniciando por uma abordagem de conhecimento, onde foi tratada a histórica da arquitetura militar e suas transformações para embasar a explicação sobre a história do Vale do Guaporé e as fortificações militares lá construídas (Fortim Conceição, Forte Bragança e Real Forte Príncipe da Beira). Foi abordado algumas discussões sobre valoração e instrumentos de reconhecimento. As ações realizadas para preservação da fortificação são apresentadas, através de uma relação dos projetos elaborados sobre o monumento, incluindo a Vila do Forte e o Pelotão Especial de Fronteira. Finalizando a pesquisa, são apresentadas as propostas relacionadas ao tombamento, com a inserção de novas estruturas e a definição da poligonal de entorno, considerando a paisagem existente, a presença de habitantes e a realidade arqueológica.

Palavras-chave: Príncipe da Beira. Fortificação. Tombamento. Entorno.

ABSTRACT

BARCELOS, Giovani da Silva. **Forte Príncipe da Beira: knowledge, valuation and preservation**. 2018. 206 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

Using the relationship with the location, an approach utilizing concepts of cultural geography, the constructed landscape and its preservation with few changes, differentiates the Forte Príncipe da Beira (FPB) from the great majority of the Brazilian fortifications, which are inserted in locations already altered, our overall objective is to bring up to date the legal protection status of the monument. This because the classification as national heritage in 1950 does not make clear the extent of the protection, besides there is not definition of a surrounding ambience area. The FPB is the oldest cultural good in Rondônia recognized as Cultural Patrimony of Brazil, which make clear the necessity of an actualization of the protection rules for the monument. The research was organized in order to make a growing series to the theme, starting with a knowledge approach, where the history of military architecture and its transformations was treated to support the explanation of the history of the Guaporé Valley and the military fortifications built there (Forts Conceição, Bragança and Príncipe da Beira). Discussions on valuation and recognition instruments were made. The actions carried out to preserve the fortification are presented through a list of the projects elaborated on the monument, including Vila do Forte and the Special Border Squad. At the end of the research, the proposals related to the tipping, with the insertion of new structures and the definition of the polygonal of ambience, are presented, considering the existing landscape, the presence of inhabitants and the archaeological reality.

Keywords: Príncipe da Beira. Fortification. Classification. Ambience.

SUMÁRIO

FICHA CATALOGRÁFICA III
DEDICATÓRIA V
AGRADECIMENTOS VI
EPÍGRAFE VII
RESUMO VIII
ABSTRACT IX
SUMÁRIO X
LISTA DE FIGURAS XIII
LISTA DE TABELAS XX
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO 1 – CONHECIMENTO 11
1.1 Terminologia 11
1.2 Breve história da arquitetura militar 15
1.3 Teoria das fortificações 17
1.4 As defesas do Brasil Colonial 22
1.5 Vale do Guaporé 23
1.6 Fortim Nossa Senhora da Conceição e Forte Bragança. 26
1.6.1 Arquitetura do Fortim Nossa Senhora da Conceição e do Forte de Bragança 28
1.7 Forte Príncipe da Beira 31
1.7.1 – As estruturas do Forte Príncipe da Beira 37
1.7.1.1 – Muralha 38
1.7.1.2 – Estruturas externas 40
1.7.1.3 – Praça de Armas 45
1.7.1.3.1 – Prédio 01 – Alojamento 47
1.7.1.3.2 – Prédio 02 – Alojamento. 48
1.7.1.3.3 – Prédio 03 – Alojamento. 50
1.7.1.3.4 – Prédio 04 – Hospital. 51
1.7.1.3.5 – Prédio 05 – Armazém de Víveres e Petrechos 52
1.7.1.3.6 – Prédio 06 – Armazém de Víveres e Petrechos 54
1.7.1.3.7 – Prédio 07 – Alojamento. 55
1.7.1.3.8 – Prédio 08 – Quartel dos Oficiais. 56
1.7.1.3.9 – Prédio 09 – Quartel dos Oficiais. 57
1.7.1.3.10 – Prédio 10 – Quartel dos Oficiais 59
1.7.1.3.11 – Prédio 11 – Residência do Capelão e do Cirurgião 60
1.7.1.3.12 – Prédio 12 – Capela, Botica e Quartel do Boticário. 61
1.7.1.3.13 – Prédio 13 – Residência dos Governadores 63

1.7.1.3.14 – Prédio 14 – Quartel dos Oficiais. 64
1.7.1.3.15 – Prédio 15 – Quartel de Oficiais 65
1.7.1.3.16 – Cisterna 67
1.7.1.4 - Material de Artilharia 69
1.7.2 Pelotão Especial de Fronteira 76
1.7.3 Vila do Forte 79
1.8 Labirinto 82
1.9 Considerações 85
CAPÍTULO 2 - VALORAÇÃO 87
2.1 A natureza e o propósito dos valores 87
2.2 Valor de arte e valor de história segundo Alois Riegl 89
2.3 Valoração no IPHAN 96
2.4 Conservação 99
2.5 O valor de paisagem 102
2.6 Considerações 106
CAPÍTULO 3 - PRESERVAÇÃO 108
3.1 O tombamento 109
3.2 Primeiras ações de conservação (1911 e 1930) 111
3.3 Pós-tombamento (1950 a 1975) 112
3.4 Grupo de Ação "Levantamento de Fortificações Tombadas" (1983) 120
3.5 Fundação Calouste Gulbenkian (1983 a 1985) 124
3.6 Restauração da capela e dois quartéis de oficiais (1991 a 1999) 128
3.7 Levantamento, arqueologia e proposta (2007 a 2010) 136
3.8 Escoramentos emergenciais (2014 a 2017) 143
3.9 Restauração da poterna e das latrinas (2018). 144
3.10 Considerações 146
CAPÍTULO 4 – NORMATIZAÇÃO 148
4.1 – Tombamento e Entorno 148
4.2 – Forte Príncipe da Beira 149
4.2.1 – Os valores do bem 150
4.2.1.1 – Valor histórico e artístico 150
4.2.1.2 – Valor arqueológico, etnográfico e paisagístico 159
4.2.1.3 - Considerações 165
4.2.2 - Elementos a serem tombados 166
4.3 – Ruínas do Forte de Bragança 169
4.3.1 - Os valores do bem 169
4.3.1.1 – Valores histórico, artístico e arqueológico 169

4.4 – Poligonal final de tombamento e poligonal de entorno 172
CONSIDERAÇÕES FINAIS 176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 179
GLOSSÁRIO 185

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Forte Príncipe da Beira e estruturas externas. 3
Figura 2 - Forno 4
Figura 3 - Ruínas do paiol....4
Figura 4 - Localização de estruturas externas ao Forte Príncipe da Beira. 6
Figura 5 - Cartas elaboradas pelo gravador Pablo Minguet em 1752 12
Figura 6- Iconografia do tratado de Manoel de Azevedo Fortes e identificação dos elementos....13
Figura 7 - Perfil de defesas segundo Luis Serrão Pimentel e identificação dos elementos.....14
Figura 8 - Quadro com as principais nomenclaturas de elementos do baluarte. 15
Figura 9 - Cidade ideal proposta por Dürer....18
Figura 10 - Método de desenho de fortificação segundo Pagan. 20
Figura 11 - Fortaleza de São José do Macapá/AP. 21
Figura 12 - Mapa de Rondônia 23
Figura 13 - Região do Vale do Guaporé 24
Figura 14 - Missões jesuíticas espanholas instaladas nas áreas espanholas e portuguesas. 25
Figura 15 - Plano da capital de Vila Bella do Mato Grosso em 1777.....26
Figura 16 - Planta da região do rio Itienes ou Guaporé 27
Figura 17 - Forte de Bragança em 1774.....28
Figura 18 - Planta do Fortim Nossa Senhora da Conceição feita por Tomás de Souza.....29
Figura 19 - Planta do Forte de Bragança.....30
Figura 20 - Ruínas do Forte de Bragança em julho de 2018. 30
Figura 21 - Planta e perfil do Forte Príncipe da Beira. 32
Figura 22 - Planta de 1780 com a proposta das edificações intramuros. 32
Figura 23 - Forte Príncipe da Beira em 1789....34
Figura 24 - Planta do Forte Príncipe da Beira elaborado em 1798....34
Figura 25 - Desenho da muralha do Forte Príncipe da Beira em 1869,....35
Figura 26 - Portão de entrada do forte e as muralhas tomadas pela mata, em 1913. 36
Figura 27 - Imagem do documentário "Ao redor do Brasil", do Major Thomaz Reis, de 1917. 37
Figura 28 - Corte da entrada principal. 38
Figura 29 - Planta baixa da entrada principal. 38
Figura 30 - Calabouço. 39
Figura 31 - Janela (grade) do calabouço. 39
Figura 32 - Espaço de trânsito da entrada principal. 39
Figura 33 – Vista do acesso principal a partir do pátio de armas.. 39
Figura 34 - Porta entre o espaço de trânsito, no acesso principal, e a praça de armas. 39
Figura 35 – Corpo da guarda....39
Figura 36 - Acesso Principal do Forte Príncipe da Beira. 40
Figura 37 - Acesso de Serviço (Poterna) do Forte Príncipe da Beira. 40
Figura 38 - Corte da poterna....40
Figura 39 - Levantamento topográfico. 41
Figura 40 - Imagem panorâmica da frente do acesso principal do Forte Príncipe da Beira. 42
Figura 41 – Igreja....42
Figura 42 - Imagem aérea do Forte Príncipe da Beira....43
Figura 43 - Planta baixa esquemática das ruínas do paiol. 43
Figura 44 - Sistema de ventilação do paiol. 44
Figura 45 - Face menor do paiol. 44
Figura 46 - Face maior do paiol. 44
Figura 47 - Planta esquemática do forno. 45
Figura 48 - Entrada do forno. 45

Figura 49 - Vista interna das paredes do forno e da abertura superior....45
Figura 50 - Detalhamento das janelas. 46
Figura 51 – Croqui com a numeração dos prédios do Forte Príncipe da Beira 47
Figura 52 - Planta baixa do prédio 01. 47
Figura 53 – Prédio 01 - Face SE. 48
Figura 54 - Prédio 01 - Face SO. 48
Figura 55 - Prédio 01 - Face NO. 48
Figura 56 - Prédio 01 - Face NE. 48
Figura 57 - Planta baixa do prédio 02. 49
Figura 58 - Prédio 02 - Face SE. 49
Figura 59 - Prédio 02 - Face SO. 49
Figura 60 - Prédio 02 - Face NO. 49
Figura 61 - Prédio 02 - Face NE. 49
Figura 62 - Janela da face NO do prédio 02. 50
Figura 63 - Planta baixa esquemática do Prédio 03. 50
Figura 64 - Prédio 03 - Face SO. 51
Figura 65 - Prédio 03 - Face NO. 51
Figura 66 - Prédio 03 - Face NE. 51
Figura 67 - Prédio 03 - Face SE. 51
Figura 68 - Planta baixa esquemática do Prédio 04. 52
Figura 69 - Prédio 04 - Face NE. 52
Figura 70 - Prédio 04 - Face SE. 52
Figura 71 - Prédio 04 - Face SO. 52
Figura 72 - Prédio 04 - Face NO. 52
Figura 73 - Planta baixa esquemática do Prédio 05. 53
Figura 74 - Prédio 05 - Face SE. 53
Figura 75 - Prédio 05 - Face SO. 53
Figura 76 - Prédio 05 - Face NO. 54
Figura 77 - Prédio 05 - Face NE. 54
Figura 78 - Encontro das paredes NE e SE. 54
Figura 79 - Planta baixa esquemática do Prédio 06. 54
Figura 80 - Prédio 06 - Face SE. 55
Figura 81 - Prédio 06 - Face SO. 55
Figura 82 - Prédio 06 - Face NO. 55
Figura 83 - Prédio 06 - Face NO. 55
Figura 84 - Planta baixa esquemática do Prédio 07. 55
Figura 85 - Prédio 07 - Face NE. 56
Figura 86 - Prédio 07 - Face SE. 56
Figura 87 - Prédio 07 - Face SO. 56
Figura 88 - Prédio 07 - Face NO. 56
Figura 89 - Planta baixa esquemática do Prédio 08. 57
Figura 90 - Prédio 08 - Face SE. 57
Figura 91 - Prédio 08 - Face SO. 57
Figura 92 - Prédio 08 - Face NO. 57
Figura 93 - Prédio 08 - Face NE. 57
Figura 94 - Planta baixa esquemática do Prédio 09. 58
Figura 95 - Prédio 09 - Face SE. 58
Figura 96 - Prédio 09 - Face SO. 58
Figura 97 - Prédio 09 - Face NO. 58
Figura 98 - Prédio 09 - Face NE. 58
Figura 99 - Planta esquemática do prédio 10. 59

Figura 100 - Prédio 10 - Face NE. 59
Figura 101 - Prédio 10 - Face SE. 59
Figura 102 - Prédio 10 - Face SO. 60
Figura 103 - Prédio 10 - Face NO. 60
Figura 104 - Planta baixa esquemática do Prédio 11. 60
Figura 105 - Prédio 11 - Face NE. 61
Figura 106 - Prédio 11 - Face SE. 61
Figura 107 - Prédio 11 - Face SO. 61
Figura 108 - Prédio 11 - Face NO. 61
Figura 109 - Planta baixa esquemática do Prédio 12. 62
Figura 110 - Prédio 12 - Face SE. 62
Figura 111 - Prédio 12 - Face SO. 62
Figura 112 - Prédio 12 - Face NO. 62
Figura 113 - Prédio 12 - Face NE. 62
Figura 114 - Prédio 12 em 1913. 63
Figura 115 - Prédio 12 em 1983. 63
Figura 116 - Planta baixa esquemática do Prédio 13. 63
Figura 117 - Prédio 13 - Face SO. 64
Figura 118 - Prédio 13 - Face NO. 64
Figura 119 - Prédio 13 - Face NE. 64
Figura 120 - Prédio 13 - Face SE. 64
Figura 121 - Planta baixa esquemática do Prédio 14. 65
Figura 122 - Prédio 14 - Face NE. 65
Figura 123 - Prédio 14 - Face SE. 65
Figura 124 - Prédio 14 - Face SO. 65
Figura 125 - Prédio 14 - Face NO. 65
Figura 126 - Planta baixa esquemática do Prédio 15. 66
Figura 127 - Prédio 15 - Face SO. 66
Figura 128 - Prédio 15 - Face SE. 66
Figura 129 - Prédio 15 - Face NE. 67
Figura 130 - Prédio 15 - Face NO. 67
Figura 131 - Planta baixa e corte da cisterna. 67
Figura 132 - Implantação da rede de escoamento de água a partir da cisterna. 68
Figura 133 - Vista interna da parte superior da cisterna. 68
Figura 134 - Paredes da cisterna. 68
Figura 135 - Base da cisterna. 68
Figura 136 - Escoamento de água. 68
Figura 137 - Localização dos canhões no baluarte Nossa Senhora da Conceição 69
Figura 138 - Canhão 04 da Tab. 1. 71
Figura 139 - Detalhe do brasão do Canhão 04. 71
Figura 140 - Canhão 05 da Tab. 1 71
Figura 141 - Detalhe da inscrição do peso do canhão. 71
Figura 142 - Dois canhões na calçada em frente ao 6º BIS em Guajará-Mirim. 72
Figura 143 - Brasões encontrados em canhões no Brasil. 72
Figura 144 - Marcas de banco de prova e aceitação. 72
Figura 145 - Marca de banco de prova em um dos canhões do Forte Príncipe da Beira. 73
Figura 146 - Canhão 01 74
Figura 147 - Canhão 02 74
Figura 148 - Canhão 03. 74
Figura 149 - Canhão 04 74
Figura 150 - Canhão 05. 74

Figura 151 - Canhão 06. 74
Figura 152 - Partes do canhão que explodiu em 2009. 74
Figura 153 - Canhão 07 74
Figura 154 - Canhão 08. 75
Figura 155 - Canhão 09. 75
Figura 156 – Réplica de canhão em frente ao PEF. 75
Figura 157 – Réplica de canhão em frente ao PEF. 75
Figura 158 - Detalhe da réplica. 75
Figura 159 - Detalhe da réplica. 75
Figura 160 – Réplica de canhão em frente ao PEF. 75
Figura 161 – Réplica de canhão em frente ao PEF. 75
Figura 162 - Detalhe da réplica de canhão. 76
Figura 163 - Detalhe da réplica de canhão. 76
Figura 164 – Réplica de canhão em frente ao Quartel de Comando. 76
Figura 165 - Pavilhão de Comando. 77
Figura 166 - Corpo da Guarda (edifício mais antigo do conjunto). 77
Figura 167 – Almoxarifado. 77
Figura 168 - Rancho (Refeitório). 77
Figura 169 - Edifício Escolar. 78
Figura 170 - Academia e caixas d'água. 78
Figura 171 - Marcenaria 78
Figura 172 - Horta. 78
Figura 173 - Residência do Comandante do PEF e o Hotel de Trânsito. 78
Figura 174 - Clube dos Militares. 78
Figura 175 - Residências dos Militares. 78
Figura 176 - Residências dos Militares. 78
Figura 177 - Imagem aérea da década de 1970 80
Figura 178 - Mapa mental realizado com a comunidade da Vila do Forte. 81
Figura 179 - Conjunto de três imagens que mostram a visão da estrada principal da Vila do Forte, a partir da muralha do Forte Príncipe da Beira. 81
Figura 180 - Residência em madeira. 82
Figura 181 - Residência em madeira. 82
Figura 182 - Residência em madeira. 82
Figura 183 - Igreja evangélica. 82
Figura 184 - Residência em madeira com dois pavimentos. 82
Figura 185 - Residência em alvenaria. 82
Figura 186 - Posição do labirinto em relação ao Forte Príncipe da Beira. 83
Figura 187 - Levantamento por pontos da estrutura do labirinto entre a estrada e a baia do Rio Guaporé. 83
Figura 188 - Indicação do Arrio da Pedreira próximo ao local do labirinto. 84
Figura 189 - Parte de uma parede de uma edificação. 85
Figura 190 - Muros de pedra. 85
Figura 191 - Texto sobre o tombamento do Forte Príncipe da Beira. 86
Figura 192 - Projeto de intervenção no Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré apresentado pela Prefeitura de Porto Velho 88
Figura 193 - Visão aérea da enchente em São Luiz do Paraitinga atingindo a Igreja Matriz. 92
Figura 194 - Cobertura provisória durante a obra. 92
Figura 195 - Ruínas da igreja após a enchente. 92
Figura 196 - Igreja após a reconstrução. 92
Figura 197 - Prédio do Hospital da Candelária. 93
Figura 198 - Prédio do Hospital da Candelária. 93

Figura 199 - Conjunto de prédios do Hospital da Candelária. 93
Figura 200 - Ruína da fundação de prédio do Hospital da Candelária. 93
Figura 201 - A boiada e o boiadeiro no Pantanal Matogrossense, MS 105
Figura 202 - São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó, PA. 105
Figura 203 - A batalha travada entre a fortificação e a selva amazônica. 106
Figura 204 - Visão aérea do Forte Príncipe da Beira, entorno construído e a Floresta Amazônica. 107
Figura 205 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira em 1976, ... 111
Figura 206 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira em 1983 111
Figura 207 - Homens da Comissão Rondon limpando a muralha. 112
Figura 208 - Disparo de canhão após limpeza do material de artilharia. 112
Figura 209 - Publicação no jornal "Correio da Manhã" em 28/07/1950 sobre os "Beirões de Mato Grosso" 113
Figura 210 - Publicação no jornal "O Jornal", edição 09340 de 1950. 113
Figura 211 - Documento informando sobre a destinação de recurso para restauração do Forte Príncipe da Beira. 114
Figura 212 - Publicação em "O Jornal" de 17/05/1951 sobre a viagem de Edgar Jachinto da Silva. 114
Figura 213 - Telhas encontradas durante a pesquisa de campo. 117
Figura 214 - Tijolos encontrados durante a pesquisa de campo. 117
Figura 215 - Planta baixa do prédio 09 com indicação do esquadro nos quatro cantos. 118
Figura 216 - Vistas das paredes do prédio 09. 118
Figura 217 - Ampliação da fachada sul do prédio 09. 119
Figura 218 - Detalhamento das guarnições de portas e janelas. 119
Figura 219 - Detalhamento em corte. 120
Figura 220 - Tabela com o levantamento das peças de cantaria. 120
Figura 221 - Indicação do local dos novos usos. 122
Figura 222 - Prancha 09 com o projeto de um dos prédios que receberia os quartos. 122
Figura 223 - Prancha 02 - Parque Nacional proposto. 123
Figura 224 - Ampliação de parte da Prancha 02 123
Figura 225 - Parte da prancha com o campo de tiro do Forte Príncipe da Beira em direção ao Rio Guaporé. 124
Figura 226 - Mapa geral da proposta de Vianna de Lima. 125
Figura 227 - Reconstituição das edificações da praça de armas. 126
Figura 228 - Ponte de ligação do caminho coberto ao acesso principal. 126
Figura 229 - Monumento proposto por Vianna de Lima 127
Figura 230 - Planta baixa do Prédio 02. 130
Figura 231 - Fachada voltada para a praça de armas. 130
Figura 232 - Planta baixa do Prédio 10. 130
Figura 233 - Fachada do Prédio 10 voltada para a praça de armas. 131
Figura 234 - Planta baixa da Capela. 131
Figura 235 - Corte longitudinal na Capela. 131
Figura 236 - Fachada da Capela voltada para a praça de armas. 132
Figura 237 - Esquema de montagem dos andaimes. 132
Figura 238 - Esquema de construção dos escoramentos. 133
Figura 239 - Esquema dos escoramentos de portas e janelas. 133
Figura 240 - Fixação da estrutura para aprumo das paredes. 134
Figura 241 – Detalhe da estrutura de aprumo das paredes. 134
Figura 242 - Ancoragem da estrutura de aprumo. 135
Figura 243 - Projeto para construção da ponte. 137
Figura 244 - Corte transversal das latrinas e poterna 138
Figura 245 - Corte do acesso principal mostrando o espaço de trânsito inferior. 138
Figura 246 - Mapa localizando as propostas de intervenção externas ao forte. 139

Figura 247 - Utilização de quadrículas na pesquisa arqueológica. 140
Figura 248 - Retirada de sedimentos com acompanhamento arqueológico. 140
Figura 249 - Balas de canhão encontradas dentro das edificações. 140
Figura 250 - Vestígio de paredes de taipa de pilão. 140
Figura 251 - Canteiro de pesquisa arqueológica. 141
Figura 252 - Peças encontradas entre os sedimentos. 141
Figura 253 – Pontas de chuços encontradas na pesquisa. 141
Figura 254 – Estrutura circular em tijolos encontradas em um dos edifícios. 141
Figura 255 - Transporte das pedras para os baluartes. 142
Figura 256 - Transporte das pedras para os baluartes. 142
Figura 257 - Disposição das pedras entre os prédios. 142
Figura 258 - Registro da localização das peças. 142
Figura 259 - Pedras dispostas nos baluartes. 143
Figura 260 - Pedras dispostas nos baluartes. 143
Figura 261 - Escoramentos de portas. 143
Figura 262 - Escoramento de trecho de parede e de portas na poterna e latrinas. 144
Figura 263 - Escoramento de ombreiras (pedras na lateral do vão da janela). 144
Figura 264 - Escoramento de janela. 144
Figura 265 - Escoramento pontual em pquenos trechos remanescentes. 144
Figura 266 - Resultado previsto após a obra. 145
Figura 267 - Intervenção na poterna e nas latrinas. 146
Figura 268 - Drenagem no encontro das abóbadas. 146
Figura 269 - Limites dos Tratados de Tordesilhas e Madri. 151
Figura 270 - Parede de fundos da capela. 152
Figura 271 - Fachada do acesso principal. 152
Figura 272 - Guarita localizada em um dos baluartes. 152
Figura 273 - Detalhe da cobertura da guarita. 152
Figura 274 - Base da guarita. 153
Figura 275 - Parede lateral do Prédio 01 - Alojamento. 153
Figura 276 - Trecho de paredes e cunhal. 153
Figura 277 - Trecho do parapeito da muralha. 153
Figura 278 - Parede do Prédio 13 - Casa dos Governadores. 154
Figura 279 - Porta e janela com arco em tijolos. 154
Figura 280 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira. 155
Figura 281 - Linhas reguladoras na fachada do acesso principal. 156
Figura 282 - Planta baixa da fortificação com as linhas reguladoras. 157
Figura 283 - Esplanada e caminho coberto. 157
Figura 284 - Sistema de ventilação do paiol. 158
Figura 285 - Parte superior do forno. 158
Figura 286 - Porta de acesso ao forno. 159
Figura 287 - Visão interna da parede do forno. 159
Figura 288 - Peças arqueológicas encontradas por visitantes e recolhidas pela Associação dos Quilombolas do Forte Príncipe da Beira. 160
Figura 289 - Peça em cerâmica com cerca de 30cm de comprimento encontrada por visitante. 160
Figura 290 - Peças arqueológicas encontradas por visitantes e recolhidas pela Associação dos Quilombolas do Forte Príncipe da Beira 160
Figura 291 - Peça cerâmica com cerca de 4cm. 160
Figura 292 - Peças resgatadas pelos arqueológicos no interior da muralha da fortificação. 161
Figura 293 - Ferragens resgatadas pelos arqueólogos no interior da muralha da fortificação. 161
Figura 294 - Cruz encontrada em lote da Vila do Forte. 162
Figura 295 - Pedra trabalhada próxima a cruz (fig. 26). 162

Figura 296 - Mapa da região do Fortim Nossa Senhora da Conceição em 1767. 162
Figura 297 - Desenho das corredeiras em frente ao Forte Príncipe da Beira..... 163
Figura 298 - Imagem aérea da fortificação. 164
Figura 299 - Imagem da ilustração da fortificação no final do século XIX 165
Figura 300 – Parte da Poligonal de tombamento proposta, essa considerando o Forte Príncipe da Beira. 168
Figura 301 - Muralha do Forte de Bragança..... 170
Figura 302 - Muralha do Forte de Bragança. 170
Figura 303 - Vestígios de fundação. 171
Figura 304 - Vestígios de fundação. 171
Figura 305 – Parte da Poligonal de tombamento, essa considerando as ruínas do Forte de Bragança. . 172
Figura 306 - Poligonal de entorno proposta. 174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Canhões do Forte Príncipe da Beira.....71
Tabela 2 - Quantidades de bens registrados nos Livros Tombo do IPHAN.....97

INTRODUÇÃO

O Real Forte Príncipe da Beira (RFPB) é o bem mais antigo de Rondônia reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro em 1950 com seu tombamento. A escolha do assunto da pesquisa se deu por uma necessidade da Superintendência do IPHAN em Rondônia de atualizar as definições do tombamento da fortificação, bem como de um estudo para o entorno do bem, até hoje indefinido legalmente.

Entretanto a minha ligação com o bem é também pessoal, pois foi o primeiro contato que tive com a história de Rondônia através de um trabalho realizado nos anos de 2009 e 2010 de atualização do levantamento cadastral do RFPB. Trabalhei no Escritório Técnico do Programa Monumenta em Pelotas até 2007, ficando dois anos sem atuar na preservação cultural, voltando com esse trabalho realizado em 2009 e 2010. Considero não apenas um dever profissional, mas ético, de dar continuidade às pesquisas elaboradas nesse período em que atuei, bem como nos estudos anteriores existentes.

A compreensão das fortificações passa obrigatoriamente por um entendimento sobre arquitetura militar, que se confunde com o processo de expansão territorial do Brasil, em razão da sua importância para consolidar a ocupação das terras. As modificações ocorridas na forma arquitetônica das fortificações, buscando tornar o edifício mais resistente, ao mesmo tempo que com mais capacidade de absorver os impactos, fez com que o edifício ficasse com altura menor, mais largo e com traçado capaz de reagir com chance maior de êxito aos ataques. Segundo Castro (2009) o traçado italiano[1], surgido no século XVI, reunia características relacionadas à transição entre o modelo antigo e o da época: muralhas espessas e proporcionalmente baixas e torreão angular (baluarte) com espaço para instalação de artilharia. O traçado italiano teve participação constante na história das fortificações do Brasil.

As fortificações tiveram forte influência no traçado urbano, como no caso do Rio de Janeiro, conforme destaca Castro (2014). Kruft (1994) além de também apresentar as modificações ocorridas na forma das fortificações pela evolução do sistema de artilharia, também destaca a participação no planejamento das cidades. Essa relação entre as fortificações e o desenvolvimento de cidades em seu entorno, reforça a característica peculiar do Real Forte Príncipe da Beira, implantado na região denominada Vale do Guaporé[2], sua vizinhança ainda é

[1] Tipo de desenho de fortificações baseado no uso de baluartes. O mesmo que fortificação abaluartada (CASTRO, 2009).

[2] Localiza-se na porção oeste da Bacia Amazônica, banhado pelo Rio Guaporé. A área abriga uma heterogeneidade de ambientes, sendo uma zona de transição com características da Amazônia, Pantanal e Cerrado.

predominantemente formada pela floresta amazônica, contendo apenas uma pequena vila de moradores e um pelotão do Exército Brasileiro.

O Vale do Guaporé é uma região de fronteira com a Bolívia e foi palco em séculos anteriores de lutas entre espanhóis e portugueses pela posse da região. O século XVIII foi o período de construção das fortificações da região. Inicialmente o Fortim Conceição foi a tentativa de garantir o domínio do território em 1759, sendo mais tarde substituído pelo Forte Bragança (1769), construído com material mais sólido. Anteriormente ao Fortim Conceição, o local era ocupado pela Guarda de Santa Rosa, uma tentativa anterior de garantir a segurança da fronteira portuguesa, frente aos espanhóis. O principal material utilizado para tratar do Fortim[3] Conceição e do Forte[4] de Bragança foi o levantamento realizado em 1983 pelo grupo de ação "Levantamento de Fortificações Tombadas", solicitado pela Fundação Nacional Pró-Memória.

O Forte Bragança estava localizado em área alagadiça, sendo atingido por enchentes, o que fragilizava sua possibilidade de utilização. A escolha do local de instalação do RFPB e da decisão de sua escolha se deve a atuação de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, então Governador da Capitania do Mato Grosso. Sua influência junto a Coroa Portuguesa foi decisiva para fundamentar a justificativa da escolha do local e da construção da fortificação, uma vez que interesses contrários eram embasados na distância dos principais centros e pela grandiosidade do projeto.

A partir do final do século XVIII, a fortificação perde importância com a consolidação da presença portuguesa no local e a abertura para navegação brasileira do Rio Paraguai em 1858 a rota do Amazonas-Madeira-Guaporé perdendo utilidade por causa das dificuldades de navegação. Segundo Souza (1885 p. 138), em 1864 havia apenas dez soldados do exército guarnecendo a fortificação, sendo três efetivamente em exercício. A fortificação foi abandonada após a Proclamação da República do Brasil, em 1889, sendo visitado em 1913 pelo Almirante Antônio José Carlos de Carvalho que registra que o Governo de Mato Grosso deveria ficar responsável pelo monumento e que as peças de artilharia fossem removidas para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Teixeira e Fonseca (1998), Cândido Mariano Rondon visita as ruínas do Forte em 1914 e novamente em 1930 uma nova expedição do Exército Brasileiro visita o local. Em 1932 a presença militar é consolidada com a instalação definitiva do Contingente Especial de Fronteira Forte Príncipe da Beira (FARIAS JÚNIOR, 2013).

O tombamento do RFPB se deu em 1950, informado através da Notificação nº 643 a Diretoria de Patrimônio da União, assinado pelo Diretor de Patrimônio Histórico e Artístico

[3] Posição defensiva passageira, fechada e com defesa por todos os lados (CASTRO, 2009).
[4] Posição fortificada fechada, com defesa por todos os lados (CASTRO, 2009).

Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade. A informação foi de que o Forte do Príncipe da Beira havia sido inscrito no Livro Tombo das Belas Artes, segundo o Decreto-Lei nº25/1937. Entretanto, ao relacionar o texto da notificação, a arquitetura militar (em especial as fortificações) e as estruturas existentes no entorno do RFPB, ficam dúvidas sobre qual a real extensão do tombamento. O RFPB, de acordo com nossa opinião, não é apenas o conjunto amuralhado, mas também estruturas adjacentes como o fosso (1), a contraescarpa (2), o caminho coberto (3) e a esplanada (4), além delas existem o paiol (casa de munição) e o forno.



Figura 1 - Forte Príncipe da Beira e estruturas externas.
Fonte: Márcio Santos. Disponível em goo.gl/Rh28xG. Acessado em setembro de 2017.

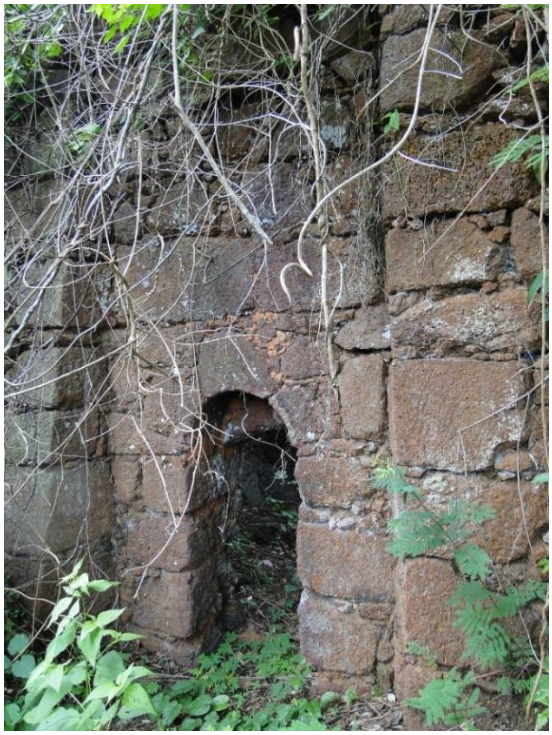


Figura 2 - Forno
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 3 - Ruínas do paiol.
Fonte: Autor em setembro/2016

Embora o tombamento tenha incluído a fortificação no Livro Tombo das Belas Artes, deve-se considerar também a sua possível inserção nos Livros Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Considerando as definições constantes no site do IPHAN para cada

livro[5], o Real Forte Príncipe da Beira e seu conjunto de estruturas colaboraram para fatos importantes da história do Brasil, neste caso a ocupação e defesa da fronteira oeste com os espanhóis. Além disso, a paisagem cultural formada pela inserção da fortificação, uma das maiores do Brasil, dentro da monumental Floresta Amazônica, é única, pois o entorno está praticamente inalterado, mantendo as características da época da construção, no século XVIII.

Essa característica singular do entorno do RFPB direciona para uma discussão relacionada com a paisagem, transformada pela inserção da fortificação. Motta e Thompson (2010) destacam o Memorando de Viena onde em seu art. 11, optam por utilizar a denominação "paisagem urbana histórica", integrando valores urbanos, paisagísticos e territoriais, o que, segundo as autoras, permitiria ultrapassar conceitos já tradicionais de "centros históricos", "conjuntos" e "vizinhanças".

A exemplo do que já ocorreu com outras fortificações, como o Forte de São José do Macapá[6], é fundamental que o material de artilharia faça parte do tombamento, pois é um acervo indissociável da fortificação, com relação direta a funcionalidade, além de ser elemento definidor do desenho do monumento. O assunto foi abordado durante a 82° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, onde foi decidido que o tombamento das fortificações incluiria o acervo de artilharia existente no local, desconsiderando o que tenha sido removido, mesmo que presente no processo de tombamento[7].

A fortificação atualmente está sem uso, mantida assim desde seu achado pela Comissão Rondon no início do século XX. A administração é realizada pelo Exército Brasileiro, através da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho, descentralizando o comando para o 6º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado em Guajará-Mirim, a qual está diretamente subordinado o Pelotão Especial de Fronteira "Forte Príncipe da Beira", localizado no entorno do RFPB. O Exército Brasileiro chegou a utilizar recentemente o interior do RFPB como local de prática de tiro e área de recepção de convidados, onde ocorria um tiro de canhão como boas vindas, entretanto depois de acidente ocorrido em dezembro de 2009 quando um canhão explodiu ferindo o Embaixador e a Embaixatriz de Portugal, não houve mais nenhum disparo.

Das estruturas do RFPB citadas, as edificações intramuros e o paiol externo estão em pior estado de conservação. Todas estão sem coberturas e sem presença de esquadrias. O paiol por estar localizado no meio da selva amazônica corre um risco maior de perda total pela presença

[5] Disponível no site institucional do IPHAN no link goo.gl/PUVNq8
[6] Parecer de Maria da Conceição Alves de Guimarães, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, disponível em goo.gl/xVnTg1
[7] Ata da 82° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, disponível em goo.gl/QbhfyR

de grandes árvores no seu entorno. Nenhuma pesquisa foi realizada no paiol, sendo apenas um local de visitação, apresentado por guias locais.

As edificações intramuros estão passando por intervenção de escoramento, para posterior projeto e obra de consolidação. A esplanada também pode ser considerada como em risco em razão da ocupação do entorno da fortificação sem existência de regulamentação específica, o que ainda causa transtornos e disputas entre o Pelotão Especial de Fronteira e a Comunidade Quilombola, auto reconhecida e certificada pela Fundação Palmares.



Figura 4 - Localização de estruturas externas ao Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Levantamento georreferenciado do autor sobre base do Google Earth

O "labirinto", assim denominado pelos moradores locais, é uma estrutura ainda sem maiores estudos, estando no entorno do Real Forte Príncipe da Beira. Segundo relatos sobre o local presentes em "*blogs*"[8], não em publicação científica (nenhuma pesquisa sobre o local foi registrada), o Labirinto poderia ser uma estrutura construídas por Incas, indo mais longe, o registro da terra mística inca conhecida como *Paititi*. É um conjunto formado por paredes de pedra ensambladas irregularmente e de pequeno porte, contendo um conjunto de caminhos e dentro deles estruturas menores que se assemelham a pequenas construções. Ele está presente nos dois lados da estrada, sendo que uma parte se aproxima de uma baía que se comunica com o Rio Guaporé. O pesquisador italiano Yuri Leveratto esteve no local e escreveu um capítulo em seu livro intitulado "Explorações na América do Sul 2006-2011", publicado em 2013, (não tivemos

[8] *Blogs* "Trilhando a História" (http://alekspalitot.blogspot.com.br/2012/03/expedicao-na-selva-do-rio-guapore-o.html) e "Pensar e Falar" (http://taissum.blogspot.com.br/2012/02/encontrada-cidade-inca-na-amazonia.html).

acesso a ele). Entretanto, é importante a ressalva que mesmo a publicação não tem caráter científico, mas apenas o relato da sua visita ao local.

Entretanto, a partir de relatos encontrados na dissertação intitulada "Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783) " de Lourismar Barroso e no livro intitulado "Guardiões da fronteira. Rio Guaporé, século XVIII" de Denise Maldi Meireles, as estruturas podem ser de uma missão espanhola existente no local, denominada pela autora como "Antiga Santa Rosa". Segundo Meireles (1989), o Forte Nossa Senhora da Conceição foi construído cerca de dois quilômetros a jusante da "Antiga Santa Rosa", sendo uma localização relativa entre as duas estruturas existentes e conhecidas hoje, o "Labirinto" e ruínas do Forte Bragança.

O local, apesar de todo o potencial existente, não possui infraestrutura turística, as ações de educação patrimonial limitaram-se ao treinamento de moradores da vila para atenderem turistas (e hoje se resume a dois rapazes que revezam na recepção aos visitantes), mas nada planejado, pois não há gestão organizada. Não existe, pelo menos, um orçamento destinado a sua manutenção pelo Exército Brasileiro, apesar do Forte Príncipe da Beira ser utilizado como propaganda, como informado pelo Diretor de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, General de Brigada Severino de Ramos Bento da Paixão, em reunião realizada no dia 18/07/2017 no auditório do Gabinete do Governador de Rondônia, da qual participamos. Administrativamente, o RFPB não faz parte da estrutura do Exército Brasileiro[9], cabendo ao Pelotão de Fronteira lá instalado, a sua precária manutenção.

A muralha, contraescarpa, estrada coberta e forno estão em melhor estado de conservação, não significando que estão bem conservados. O forno constantemente se encontra coberto pela vegetação, sem visibilidade, sendo também apenas um local de visitação. A contraescarpa está melhor conservada nas faces da entrada principal e voltada para a rua de acesso à Costa Marques, enquanto nas outras duas faces tem grande risco de desmoronamento pela presença de densa vegetação e por não ter sido finalizada, assim como as demais estruturas externas. A vegetação presente impossibilita a visão do RFPB a partir do rio Guaporé.

A fortificação já foi objeto de projetos que buscavam sua restauração e construção de novas estruturas. Entre 1982 e 1984, foram elaborados quatro projetos que visavam desde o levantamento cadastral para subsidiar intervenções, até a criação de um grande parque no entorno do forte com a implantação de um monumento de significativo tamanho. Em 1993 e 1994 foram retomados os trabalhos, utilizando as pesquisas anteriores como referência, mas não pretendendo

[9] O Real Forte Príncipe da Beira é de propriedade da União, estando sob responsabilidade do Exército Brasileiro.

restaurar todas as edificações, mas uma representatividade delas definindo três intervenções: capela, alojamento de soldados e alojamento de oficiais. Após um hiato sem maiores discussões e projetos, em 2008 é proposto um trabalho de remoção do material existente na região interior do terrapleno. O trabalho envolveu arquitetura e arqueologia, retirando muitas peças de variadas funções, bem como possibilitou chegar no nível do piso das edificações, feito de tijolos, e encontrando paredes de taipa utilizadas no interior dos prédios. Em 2014 o Departamento de Patrimônio Material do IPHAN através da Engenheira Civil Renata Ceridono Fortes elaborou projeto de escoramento de edificações internas e acessos, tendo o trabalho iniciado apenas em 2017, depois de inúmeras tratativas para que o Exército Brasileiro execute o trabalho.

Embora a execução dos escoramentos já seja uma retomada das intervenções, deve ser analisada as possibilidades de restauração, pois essa será uma discussão que trará, além das possibilidades de trabalhar com fortificações, o conceito de ruína. Ao tratar de restauração, deve-se retomar a Carta de Veneza, documento do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), originado de congresso realizado em 1964 e base de referência para várias profissões envolvidas com conservação e restauração. É fundamental discutir preceitos apresentados na carta que se relacionam diretamente com a fortificação. Ao tratar das possíveis intervenções que venham a ocorrer no RFPB, é importante abordar os tratamentos para ruínas, uma vez que as edificações do espaço intramuros se encontram nesse estado. Segundo Kühl (2010), as ruínas fazem parte da vida das comunidades onde estão inseridas, mesmo que não tenham uso cotidiano, pois são carregadas de memórias e significados. Avançando na discussão, considerando possíveis intervenções, é importante tratar de outro ponto da Carta de Veneza que são as mutilações, pois deverá haver respeito a integridade ainda existente, seja a intervenção que venha a ocorrer, tanto nos edifícios como na muralha.

As intervenções no forte, sejam conservativas ou intervencionistas, precisam considerar a curta permanência dos comandantes no Pelotão Especial de Fronteira[10] (PEF). O Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) pretende elaborar um Manual de Conservação para as Fortificações, importante para tratar as questões comuns a elas, entretanto para o RFPB, fundamental também, é elaborar um Manual de Manutenção, tratando das ações cotidianas que poderão ser elaboradas pelo Exército Brasileiro sem um acompanhamento específico, como a limpeza com corte de grama e vegetações que nascem na muralha. O manual é apenas o início de algo maior que deve ser a elaboração de um plano de gestão, haja vista a proposta de inscrição como patrimônio da humanidade.

[10] A permanência de Comandantes no PEF raramente ultrapassa o período de um ano.

A imagem hoje da fortificação é de abandono, não tendo outra explicação mais clara do que essa. A paisagem cultural lá existente é o resultado de uma intervenção de grandes dimensões, se comparadas com outras fortificações brasileiras, bem como da não intervenção, uma vez que o local por ser o final de uma estrada local originada de Costa Marques (BR 429 termina em Costa Marques), permitiu que o local permanecesse com características muito próximas da ocupação original, a exceção das edificações existentes.

Segundo Corrêa (2009), Carl Sauer considerava que o homem é um dos elementos geomorfológicos, pois é responsável por alterações paisagísticas e a visão da fortificação de hoje deve-se a (não) ação, logo a sua modificação também faz parte do processo. A interpretação da paisagem do Vale do Guaporé, onde está inserido o RFPB, parte de uma espacialidade (situar as alterações dentro do espaço), relacionado com a história. Isso nos permite compreender que embora a presença dos moradores seja antiga, nem sempre estiveram no mesmo local. Segundo a Carta de Veneza de 1964, "o monumento é inseparável da história de que é testemunho" (IPHAN, 2004), logo entender a ambiência, perpassa pela compreensão do espaço cultural existente, construído ao longo do tempo no território do Real Forte Príncipe da Beira. Paul Claval no seu livro intitulado "Geografia Cultural" (2007) define a importância do "orientar-se", "reconhecer-se", "apropriar-se" e a institucionalização dos lugares, dentro da geografia cultural. Características essas que são percebidas no lugar definido a partir da construção da fortificação em razão das diferentes apropriações lá encontradas.

Essa construção cultural do local pelos moradores é antiga, anterior à presença militar. Em ofícios datados de 1754, já haviam relatos de esforços dos espanhóis e portugueses, de ambos os lados da fronteira, em evitar a fuga de escravos para os quilombos. O domínio negro no Vale do Guaporé espalha-se, fugindo da perseguição dos bandeirantes (JÚNIOR, 2013). Segundo Júnior (2014) as casas dos moradores locais ficavam próximas ao Forte Bragança (denominado por eles apenas de "Conceição", fazendo referência ao Fortim Conceição, primeira fortificação existente na localidade), entretanto com a instalação a partir de 1932 do Exército Brasileiro, foi trazido gado que destruía as plantações. Assim os moradores precisaram sair de lá e se deslocaram para próximo ao Real Forte Príncipe da Beira, onde até hoje se encontram. A contradição existente em relação a essa informação é que quando Marechal Rondon se depara com o RFPB durante sua expedição, pelas imagens, não se observa a presença de moradores.

O objetivo geral da pesquisa é atualizar a situação de proteção legal do bem. Será necessário avaliar a necessidade modificação no tombamento e como fazê-lo caso considere-se pertinente, uma vez que não houve instrução no processo do RFPB e uma análise poderá fornecer novos elementos sobre ele. A análise de pareceres realizados e da legislação vigente, além da

caracterização do território através do seu processo de ocupação, servirão para identificar elementos que sejam utilizados como parâmetro para definição da poligonal de entorno e ambiência pretendida.

A partir das questões norteadoras, a pesquisa resultou em uma dissertação de quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentado os elementos a serem estudados para que seja construído um conhecimento sobre eles. Serão abordados temas como a história e a arquitetura militar, a ocupação do Vale do Guaporé e as construções das fortificações: Fortim Conceição, Forte Bragança e o Real Forte Príncipe da Beira. Depois, no capítulo dois são discutidos conceitos de valoração, apresentados algumas possibilidades considerando a história da preservação, tendo como base Alois Riegl (2003) e discussões contemporâneas como a de paisagem. No terceiro capítulo são apresentados os projetos de intervenção na fortificação, com diferentes propostas de restauração, reconstrução e uso dos ambientes. No quarto e último capítulo são apresentadas as propostas de rerratificação do tombamento do RFPB e o tombamento das ruínas do Forte de Bragança.

Aparentemente a necessidade de rerratificação do tombamento está mais clara do que a delimitação do entorno. Na notificação que informa o tombamento, presente no Processo nº0395-T-50 informa-se o tombamento do "Forte Príncipe da Beira", mas não fica claro quais os bens que o compõe. Elementos como a esplanada, não são citados, e como consta no primeiro capítulo, eram característicos de fortificações e está presente na construção do Real Forte Príncipe da Beira. Além da esplanada, o paiol e o forno são estruturas que estão diretamente relacionadas com o Real Forte Príncipe da Beira e, assim, deveriam estar descritas no tombamento.

As ruínas do Forte Bragança entrarão como uma outra proposta de tombamento, pois é um elemento importante para a história de ocupação da fronteira oeste do Brasil. A proteção é importante, pois já existe propostas de construção de uma estrada que conectará outra existente na Bolívia. A estrada boliviana já está construída e a sua direção coincide com a localização das ruínas do Forte Bragança. Em razão da necessidade de valoração e proteção, a hipótese de um estudo maior para propor o tombamento das ruínas, assim como aconteceu com o Forte de São Joaquim é fundamental.

CAPÍTULO 1 – CONHECIMENTO

O objetivo do primeiro capítulo é sustentar conceitualmente as propostas de definição do bem tombado e do entorno através do conhecimento de elementos e conceitos relacionados às fortificações, não esgotando o assunto. Não há uma pretensão do autor em um aprofundamento maior, pois a sua formação não é em História, apesar da História da Arquitetura ser uma das linhas de conhecimento profissional em Arquitetura e Urbanismo, mas sim iniciar uma aproximação sobre as fortificações, por fim, chegando a elementos que expliquem a construção do Forte Príncipe da Beira, tratando de da história da arquitetura militar, e sua importância para o Brasil na região do Vale do Guaporé, antiga Capitania do Mato Grosso, O conhecimento desses elementos será usado na definição do bem tombado e de seu entorno.

A história da arquitetura militar será abordada tendo como objetivo apresentar transformações na morfologia arquitetônica das fortificações e sua relação com o desenvolvimento da artilharia. Entende-se importante essa abordagem em razão da carência do assunto nos currículos das faculdades de Arquitetura e Urbanismo e no próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) onde o tema apenas passou a ter uma maior atenção a partir da candidatura do Conjunto de Fortificações Brasileiras, lista composta por 19 fortificações que atuaram na definição das fronteiras nacionais. Esse fato colaborou para a realização do Seminário Internacional Fortificações Brasileiras – Patrimônio Mundial em Recife, em abril de 2018, tendo como resultado a Carta de Recife[11] que registra o compromisso do Governo Federal de construir planos de trabalhos integrados baseados em diretrizes discutidas no seminário.

Serão abordadas algumas teorias, baseadas em tratadistas, autores que publicaram métodos de construir fortificações, e como suas propostas influenciaram a arquitetura militar. Sobre o Vale do Guaporé, será apresentado o processo de ocupação e delimitação das fronteiras e a contribuição das fortificações construídas na região, sendo o processo de definição dessas obras o elemento que finalizará este primeiro capítulo.

1.1 Terminologia

A importância da identificação correta dos elementos e artefatos necessários às fortificações é fundamental para compreender as construções. Antigos tratados dedicavam um capítulo exclusivo ao tema. Oliveira (2004) apresenta um conjunto de cartas elaborado pelo gravador Pablo Minguet em 1752 e que se encontra no acervo da Biblioteca Nacional de Madri, que explicam através de textos e desenhos, elementos das fortificações.

[11] Disponível em bit.ly/2wJZywb. Acessado em julho de 2018.

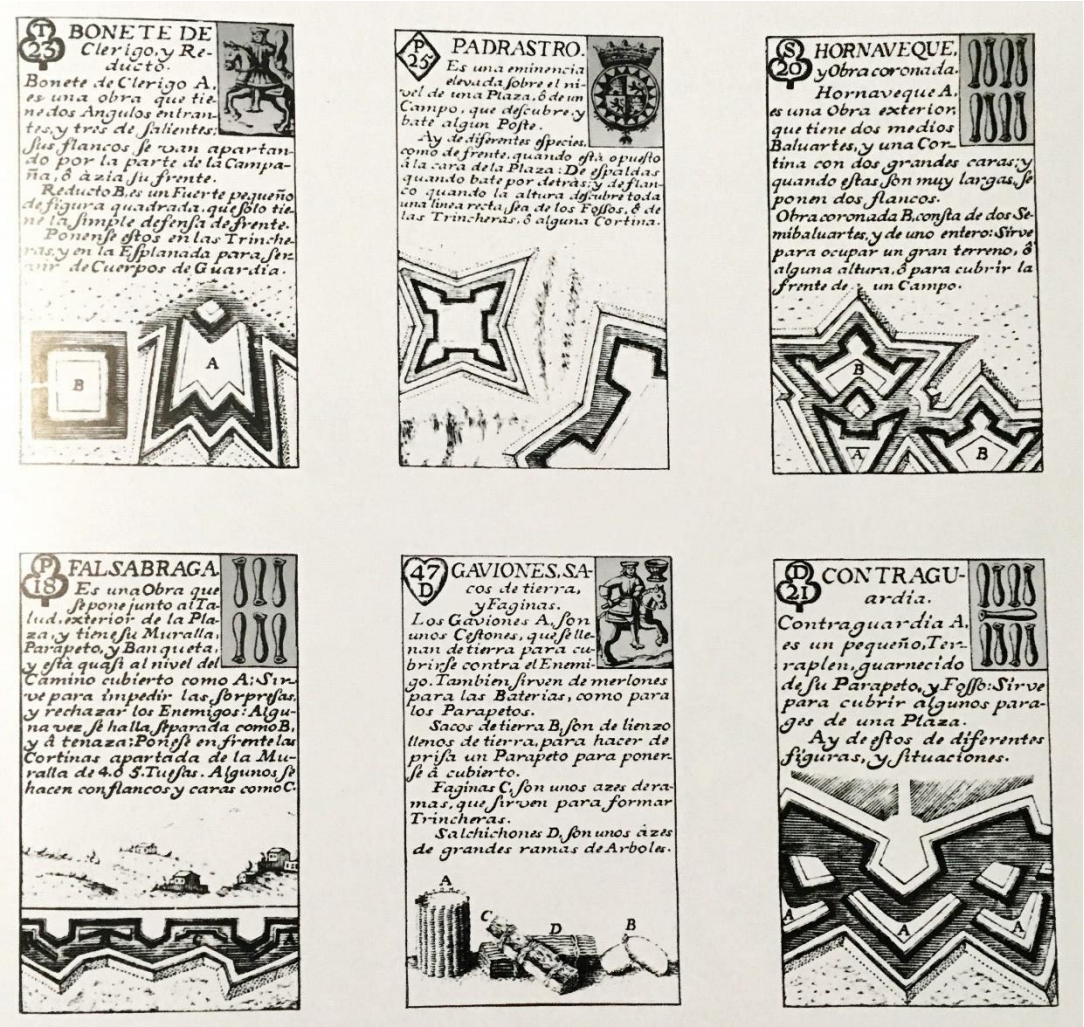


Figura 5 - Cartas elaboradas pelo gravador Pablo Minguet em 1752
Fonte: Oliveira (2004) p. 41

Do alto, a partir da esquerda: Carta T23 - Representação de tenalha dupla (A) e de um reduto (B). Carta P25 - Padrasto ou elevação em cota superior, nas proximidades de uma fortificação, que pode servir de base para seu ataque. Carta S20 - Hornaveque (A) e obra coroa (B). Carta P18 – Falsa braga, parapeito com banqueta de tiro entre a cortina e baluartes e o fosso. Carta 47D – Acessórios de proteção: cestões ou gabiões para encher de terra (A), sacos de terra ou areia (B), faxina de ramos (C) e salchichões de ramos mais grossos (D). Carta D21 – contraguarda (OLIVEIRA, 2004. P.41)

Dois autores[12] contribuíram para uma explicação mais didática sobre a nomenclatura de elementos das fortificações: Brigadeiro Manoel de Azevedo Fortes[13] e Luís Serrão Pimentel[14]. As

[12] O Brigadeiro Manoel de Azevedo Fortes foi autor da obra intitulada "O Engenheiro Português" editado na primeira metade do Século XVIII e Luís Serrão Pimentel autor da obra intitulada "Methodo lusitanico de desenhar as fortificaçoens das Praças Regulares & Irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar" de 1680.

[13] Manoel de Azevedo Fortes (Lisboa, 1660 — Lisboa, 28 de março de 1749) foi um engenheiro militar português (Fortalezas.org. Disponível em bit.ly/2Mpoolk. Acessado em julho de 2018).

[14] Luís Serrão Pimentel (Lisboa, 1613-1679) foi um militar português. Alcançou o posto de Tenente-general da Artilharia, tendo ocupado os cargos de Cosmógrafo-mor (informalmente desde 1641 por impedimento de António de

imagens são aqui reproduzidas em razão de permitirem fácil acesso e entendimento sobre o tema, uma vez que a terminologia é fundamental para entendimento, inclusive de textos de época que explicam o funcionamento das fortificações e seus sistemas de defesa (OLIVEIRA, 2004).

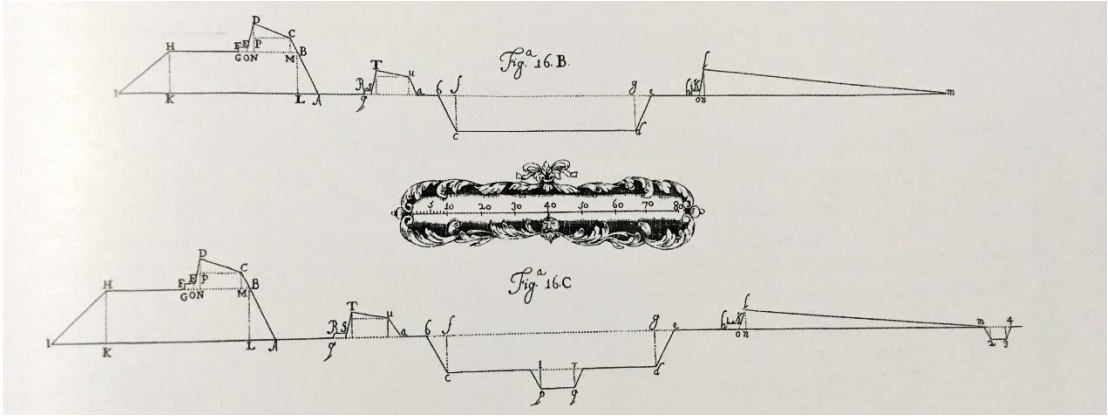


IDENTIFICAÇÃO:

A – ***Revelim*** de duas faces usados na cobertura de ***cortinas***
B – ***Revelins*** com ***flancos***
C – ***Meia-lua***, usada na cobertura dos **baluartes**
D – ***Contraguarda***, da família da ***meia-lua***, mas, de maiores dimensões
E – ***Tenalha simples***
F – ***Tenalha dupla*** também chamada pelos espanhóis de ***"barrete de clérigo"***
H – ***Hornaveque*** [termo de origem holandesa] conhecido também como ***obra corna*** ou ***cornuta,*** formado por dois ***meios baluartes***
I – **Obra coroa** composta de dois ***meios baluartes*** e de um ***baluarte*** inteiro no centro
K – ***Obras cornas coroadas*** [segundo Azevedo Fortes, já em desuso]
L – ***Tenalha moderna.*** No ***fosso*** diante da ***cortina***
M – ***Tenalha moderna*** com ***flancos***
O – ***Contraguardas***. Conjunto formado pelo ***revelim*** B protegido pelas duas ***contraguardas*** [o que faz dele um revelim moderno]
P – ***Praça de armas*** da ***estrada coberta***. Espaços mais largos desta estrada nos ângulos salientes
Q – ***Praça de armas*** da ***estrada coberta***. Idem, nos ângulos reentrantes
2 – ***Travezes***. Pequenos parapeitos com ***banquetas*** transversais, de defesa das ***praças de armas*** (P e Q)
S – ***Praças de armas*** da ***estrada coberta*** sem ***travezes***, à maneira antiga
Y – ***Cortadura. Trincheira*** de reforço, inclusive com ***fosso***, que se fazia para proteger brechas na defesa

Figura 6- Iconografia do tratado de Manoel de Azevedo Fortes e identificação dos elementos
Fonte: Oliveira (2004). p.42

Mariz Carneiro, oficialmente a partir de 1644) e de Engenheiro-mor do reino (1671) (Fortalezas.org. Disponível em bit.ly/2M3ThWU. Acessado em julho de 2018).



IDENTIFICAÇÃO:

AI – Base do reparo
KH ou **LB** – Altura do ***reparo***
LA – ***Talude*** ou ***repuxo*** exterior do ***reparo***
KI – ***Talude*** ou ***repuxo*** interior do ***reparo***, ou base da sua escarpa
OB – Base do ***parapeito***
MC – Altura exterior do ***parapeito***
DN – Altura interior do ***parapeito***
ON – Repuxo interior do ***parapeito***, ou talude, ou base de sua ***escarpa*** interior
MB – ***Talude*** exterior do ***parapeito***, ou ***base***, ou ***repuxo*** da sua ***escarpa*** exterior
PC – Largura superior do ***parapeito***
EFGO – ***Banqueta*** [de tiro]
GH – ***Terrapleno***

QRsTua – ***Banqueta***, e ***parapeito*** da ***falsa braga***
ab – ***Lizira*** ou ***berma***
bcde – ***Fosso*** ou cava
fc ou ***gd*** – Profundidade do ***fosso***
bc – ***Escarpa***
ed – ***Contraescarpa***
eh – ***Estrada encoberta*** ou ***corredor***
hiKl – ***Banqueta*** e ***parapeito*** da ***estrada coberta***
om – Base do ***parapeito da estrada coberta***
lm – ***Explanada, arcen, spalto ou, spianata***[24]
[conhecida em outros textos pelo galicismo *glacis*]
nl – Altura do ***parapeito*** da ***estrada coberta***
tpqr – ***Refossete*** [1/3 a 1/4 da largura do fosso maior].
M 2, 3, 4 – ***Fosso da estrada coberta***[25]

Figura 7 - Perfil de defesas segundo Luís Serrão Pimentel e identificação dos elementos.
Fonte: Oliveira (2004) p. 43

Um dos tratados de Vauban[15] organizado e compilados por dois de seus seguidores, Dufay e Cambray, serviu de referência para Oliveira (2004. p.44) organizar um quadro apresentando a terminologia dos elementos do baluarte. O tratado intitulado "*Veritable maniere de bien fortifier*" foi publicado em 1749 e das páginas 164 a 190 apresentada graficamente a nomenclatura de elementos das fortificações.

[15] Sébastien Le Preste de Vauban, nascido em 1633 e falecido em 1707, é reconhecido por todos os estudiosos como uma das maiores figuras da arte da fortificação e da expugnação das praças. Serviu a Luís XIV por 56 anos, chegando ao posto de Marechal e, durante este tempo, restaurou ou construiu cerca de duas centenas de fortalezas e fez 33 novas (Fortalezas.org). A importância do engenheiro foi tamanha que a ele se atribui comumente e erroneamente a construção de fortes abaluartados, como o Forte Príncipe da Beira, apesar de não terem relação entre si.

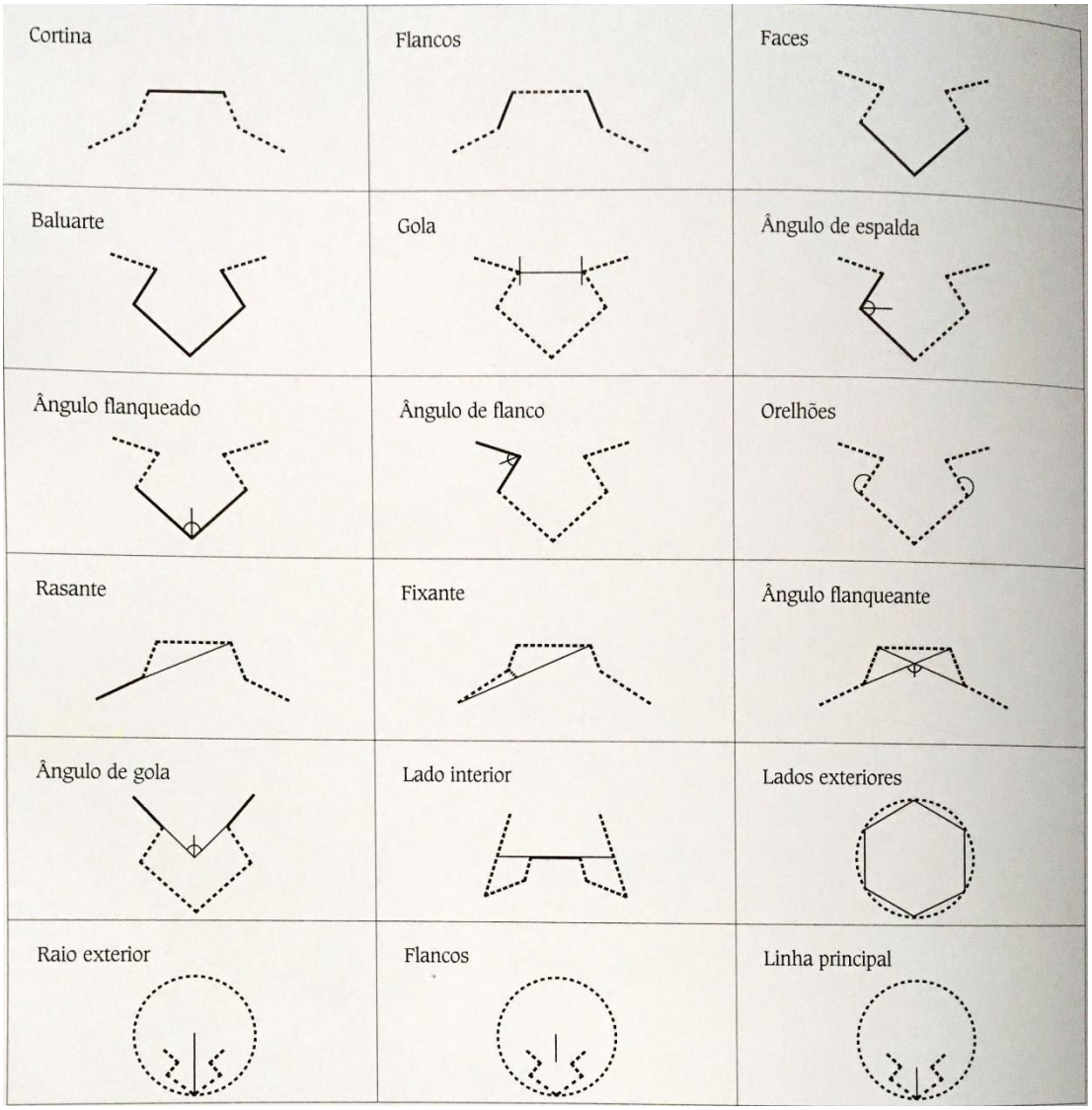


Figura 8 - Quadro com as principais nomenclaturas de elementos do baluarte.
Fonte: Oliveira (2004. p.44)

1.2 Breve história da arquitetura militar

A construção de fortificações e suas transformações estão relacionadas com as mudanças tecnológicas na artilharia a partir do final do século XV. A tomada de Constantinopla em 1453, segundo Castro (2009 p.20), é considerada um marco importante na história militar, pois era talvez a cidade melhor protegida do período à forma medieval, além de marcar a utilização de um canhão que arremessa projéteis de 680kg. O que neste momento teria uma importância simbólica, pois não foi a artilharia o principal elemento na conquista da urbe, posteriormente seria fundamental para as transformações na arquitetura militar, como Kruft (2016 p.219) também destaca.

As tipologias de estruturas fortificadas existentes até então não estavam preparadas para suportar a nova tecnologia de artilharia que vinha sendo desenvolvida, bem como as muralhas

pouco espessas e os caminhos de ronda do perímetro não permitiam instalações de novas bocas de fogo.

O novo tipo de construção defensiva foi fundamental no estabelecimento dos Estados, tendo um custo maior tanto em material e em equipamentos, como em pessoal, necessitando permanentemente de investimentos. Apenas grandes cidades e governos fortes teriam essa estrutura, fortalecendo a necessidade de uma organização monárquica (CASTRO, 2009 p.25-26).

No início do século XVI é desenvolvido o "traçado italiano". Segundo Castro (2009), reunião de características do castelo de transição: muralhas espessas e mais baixas que as construções medievais, torreão angular, o baluarte, espaço para instalações de bocas de fogo. Modificações geométricas nos modelos existentes até então foram necessárias como adaptação à topografia, ocasionando variações formais, mas mantendo o sistema de baluartes (CASTRO, 2009).

A partir do final do século XVII foi iniciado o trabalho de regularização do projeto de fortificações de Coehorn[16] e Vauban, este último com seu trabalho consolidado por Cormontaigne[17]. Antes do século XVII, variações importantes com traçados e adoção de múltiplos andares (cavaleiros), flancos retirados (orelhões), estruturas externas complementares (revelins, obras cornas, esplanadas, foram testadas. Inicialmente, a defesa era concentrada na muralha e no fosso, mas percebeu-se a necessidade de aumentar a distância entre a muralha e os inimigos, mantendo o entorno limpo. Com armas de fogo, procurou-se estender o espaço limpo (esplanada) ou coberto pelo fogo, com alcance de 800m.

A área no entorno das fortificações era organizada através de legislações que regulamentavam a sua ocupação com o intuito de garantir condições de ampla defesa da área militar. Segundo regulamentação portuguesa de 20 de fevereiro de 1708 era proibido lavrar sobre a muralha dos corpos das praças e fora delas nas contraescarpas e fossos. A Resolução Régia de 04 de julho de 1754 reitera essa orientação e ainda define uma zona *non edificandi* de 15 braças (33 metros) ao redor da parte exterior do fosso, a partir de sua estrada coberta. Essa legislação continua até hoje, mas agora através do Decreto-Lei n°3437 de 17 de julho de 1941, para definir a propriedade da União em torno dos fortes. Essa mesma resolução determinava uma

[16] Menno, Barão van Coehoorn, (1641-1704, oficial e engenheiro militar holandês, foi um dos principais oficiais das forças de Guilherme III, príncipe de Orange (depois de 1689, Guilherme III, rei da Inglaterra) e de seus aliados na Guerra da Grande Aliança (1689–97). Introduziu uma série de inovações no armamento e em técnicas de cerco a fortificações, sendo o responsável pelo desenho de várias delas na Holanda. Escreveu o livro *Nouvelle Fortificacion.* Fonte: *Encyclopedia Britannica*. Disponível em bit.ly/2vMhciv. Acessado em julho de 2018.

[17] Louis de Cormontaigne, (1695-1752). Engenheiro francês, marechal de campo, responsável por construir ou terminar vários fortes iniciados por Vauban. Fonte: *International Database and Gallery of Structures*. Disponível em bit.ly/2MsOCKe. Acessado em julho de 2018.

área livre em torno das fortificações de 600 braças (1.320 metros) para permitir um campo de tiro para abater os inimigos.

Com a finalidade de fortalecer as defesas, estruturas externas as muralhas são construídas. A esplanada foi a primeira dessas estruturas destinada a afastar os atacantes, criar um campo de tiro, servindo às praças de armas e ao caminho coberto, "enterrando" a fortificação, diminuindo a área da muralha exposta ao fogo inimigo. Mais avançado, especialmente em frente aos portões, foram introduzidos os revelins ou meia-lua e mais à frente, obras cornas, tenalhas, tenalhões e redutos destacados.

1.3 Teoria das fortificações

A arquitetura militar nas discussões sobre teoria da arquitetura era desprezada, até pouco tempo, segundo Kruft (2016). Esse entendimento, equivocado desde sua gênese, desconsidera a importância, por exemplo, da construção das fortificações para o planejamento das cidades. A separação entre arquitetura civil e arquitetura militar não chega ser total, pois segundo é observado em tratados como o de Pietro Cataneo[18] (1544, 1567) e Vincenzo Scamozzi[19] (1615), os chamados elementos de composição (de caráter estético) não foram suprimidos pelos elementos de arquitetura (de caráter material)[20].

Segundo Lima (2007), a escassez na circulação de teorias na Idade Média ocorreu em razão das instituições de ensino estarem relacionadas com a igreja e essa deter praticamente toda a produção do conhecimento, estando restrita a poucas pessoas de confiança.

Francesco di Giorgio[21] foi o arquiteto responsável por construir fortificações mais influente de sua época. Com a obrigação de responder frente às novas tecnologias da guerra, tem seus

---

[18] Pietro di Giacomo Cataneo (Siena, 1510 – 1574) foi um arquiteto, matemático, engenheiro militar e teórico de arquitetura italiano. Ele era engenheiro militar certificado desde 1542; em particular, a República de Siena deu-lhe a responsabilidade de inspeccionar as fortificações de várias fortalezas na Toscana (Porto Ercole, Orbetello, Talamone). (Architectura, textes et images. Disponível em bit.ly/2OMMzlw. Acessado em agosto de 2018).

[19] Vincenzo Scamozzi (nascido em 1552, Vicenza, república de Veneza [Itália] - morreu em 1616, Veneza), arquiteto italiano, teórico da arquitetura e cenógrafo do final da Renascença. (Encyclopedia Britannica. Disponível em bit.ly/2vqe1h9. Acessado em julho de 2018).

[20] Segundo Martinez (2001) os elementos de composição estão relacionados as possibilidades de organização dos elementos de arquitetura, esses sendo os de caráter físico (portas, janelas, pisos, escadas, cobertura). São elementos de composição a organização em pátio central, disposição simétrica de fachadas como comumente aparecem nas fortificações, angulações adotadas. Em um forte abaluartado, os baluartes seriam elementos de arquitetura e a organização da sua disposição um elemento de composição.

[21] Francesco Maurizio di Giorgio Martini, ou di Martino (batizado em 23 de setembro de 1439, Siena, república de Siena [Itália] - morreu em 1502, Siena), pintor, escultor, arquiteto e designer italiano da Renascença . Ele traduziu Vitruvius e escreveu uma obra original sobre arquitetura, *Trattato di architettura civile e militare*, que discute o planejamento urbano e a arquitetura militar, antecipando algumas das teorias arquitetônicas da Alta Renascença (Encyclopedia Britannica. Disponível em bit.ly/2AP6zB3. Acessado em agosto de 2018).

estudos centralizados na engenharia. “A arquitetura de fortificações da época torna-se amplamente, no século XVI, uma resposta ao estado da balística na época. Os muros ficam mais baixo e as torres se convertem em bastiões” (KRUFT, 2016 p.221).

Em 1527 Albrecht Dürer[22] publicou o primeiro tratado exclusivo sobre fortificações[23]. Ele propõe a construção de bastiões para ampliar a proteção das cidades existentes. Dürer propõe a construção de uma cidade fortificada de planta quadrada e apresenta ideias inovadoras, relacionando aspectos econômicos e sociais, recomendando a utilização na mão de obra de pessoas pobres e desocupadas, que viveriam na mendicância. Afastando-as da sustentação através de esmolas, diminuiria o risco de insurreições. Encontra pouco estímulo ao seu desenho de cidade que ia de encontro ao modelo melhor aceito, de planta circular com arruamentos radiais. Segundo Garcia (2004), Dürer apenas indicou com retângulos o que seriam os baluartes, não de forma clara. Limitou o perímetro urbano com casamatas, das quais poderiam defender a cidade.

> A teoria de Dürer sobre as fortificações é uma reunião de reflexões reais sobre a fortificação com a ideia utópica de uma cidade ideal. Essa combinação vai repetir-se diversas vezes nos tratados sobre a construção de fortificações. Também por esse motivo, a teoria sobre a construção de fortificações deve ser levada em consideração pela teoria da arquitetura (KRUFT, 2016 p.225).

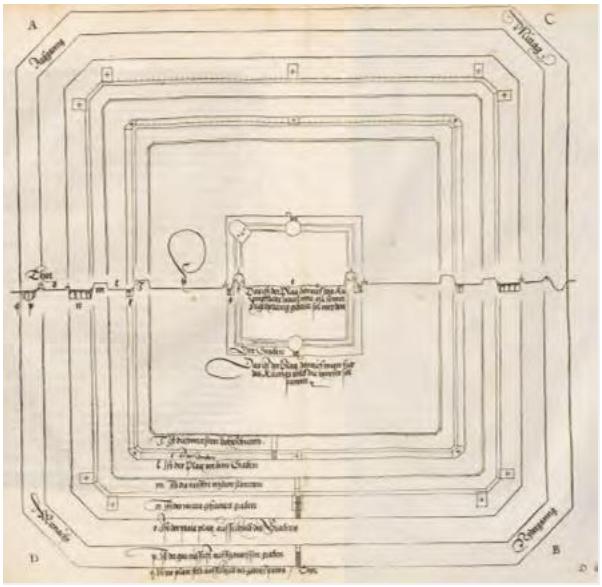


Figura 9 - Cidade ideal proposta por Dürer.
Fonte: (DÜRER, 1527).

[22] Albrecht Dürer foi um gravador, desenhista e pintor, nasceu em Nuremberg, maior centro de produção gráfica da Alemanha, em 21 de maio de 1471 e faleceu em 1528. Escreveu o livro Tratado sobre Fortificações publicado em 1527 (Biblioteca Nacional Digital. Disponível em bit.ly/2KzTtr9. Acessado em agosto de 2018).

[23] Marcus Vitruvio Pollio ao escrever a obra intitulada “Os dez livros de Arquitetura”, aborda no Cap. 05 do Livro 01 a construção de torres, muralhas, terraplenos, entre outros, logo já existia publicação anterior a de Dürer (VITRUVIUS POLLIO, 2007). Ainda anterior à publicação de Dürer, o arquiteto Francesco Giorgio Martini escreveu em 1482 a obra intitulada “*Tratato di architettura, ingegneria e arte militare*” (SALUZZO, 1841). Entretanto não são obras exclusivas de arquitetura de fortificações.

Em 1537 é publicada a obra intitulada *"Nova scientia"* que trata dos conhecimentos sobre balística, de autoria do matemático Nicola Tartaglia[24], que um ano depois publica a obra intitulada *"Quesiti et inventioni diversi"*, sobre o mesmo tema. Embora não seja um trabalho sobre teoria das fortificações, serve de base para fundamentar a construção delas no século XVI. Giovanni Batista Belucci[25] também considera o conhecimento de balística fundamental construir fortificações e segundo sua posição, o arquiteto não estaria preparado para esse tipo de obra, cabendo a um *"soldado, o qual com sua experiência na guerra, sabe refletir melhor (sobre o tema)*[26]*"* , ou seja o soldado teria a expertise de saber projetar a fortificação pelo seu conhecimento sobre o funcionamento dela, bem como a obra caberia a um *"*bom capitão, mestre de obras, e que tem algum bom princípio de arquitetura[27]*",* logo com experiência em execução de obras. O seu tratado é o primeiro escrito por quem atuava somente com engenharia de fortificações. Em seus escritos também é contra a adoção de formas retangulares (KRUFT, 2016).

Pietro Cataneo e Francesco de Marchi[28] (1504-1576) nos seus textos, discutem conjuntamente o planejamento de cidade e a construção de fortificações. De Marchi tem posição semelhante a Belucci quanto ao arquiteto, o qual considera um profissional para desenhar as plantas e executar a obra, entretanto a implantação e a forma deveriam ser desenvolvidas por um soldado. Segundo Kruft (2016) De Marchi é o primeiro a propor um tratado coerente para o planejamento de cidades.

Quanto às escolas de fortificações, Oliveira (2004) destaca as três principais: italiana, francesa e holandesa.

A Escola Italiana propõe a fortificação abaluartada em meados do Séc. XVI, O primeiro baluarte reconhecido como tal é um feito em Rodes, em 1496, mas o traçado se generaliza a partir de 1505, na Itália, sendo esse o traçado utilizado na fortificação tema central desta pesquisa, o Forte Príncipe da Beira. Com o objetivo de garantir um flanqueamento[29] de defesa, aparece

---

[24] Nicolo Fontana (Tartaglia) nasceu em 1499 em Brescia, Itália, e morreu no dia 13 de dezembro de 1557 em Veneza, também na Itália. Seu apelido, Tartaglia (que significa "gago") foi adotado pelo matemático em lembrança de um momento em que quase foi morto pelo exército francês (Só Matemática. Disponível em bit.ly/2vIND1f. Acessado em julho de 2018),

[25] Giovanni Battista di Bartolomeo Bellucci nasceu na Itália em 27 de setembro de 1506 e faleceu em 1554. Foi arquiteto, teórico da arte, desenhista e engenheiro militar (Nederlands Instituut voor Kunstgeschiedenis. Disponível em bit.ly/2ngQYAC. Acessado em agosto de 2018).

[26] *soldato, qual per esperienza di guerra sappi bene speculare*

[27] *buon capitano maestro di muratori, qual habbia qualche buon principio dell'Architettura*

[28] Francesco de Marchi nasceu em Bolonha no ano de 1504 e morou em 15 de fevereiro de 1576. Foi um aventureiro e engenheiro italiano na área militar (*New Light on Francesco de Marchi (1504-1576) and His Treatise on Fortification*. Disponível em bit.ly/2M223V5. Acessado em agosto de 2018).

[29] Linha defendida por fogos feitos perpendicularmente a ela. Até o século XX, obter o flanqueamento de todos os pontos era o objetivo principal das construções defensivas. Flanqueamento também pode ser a colocação de obras fortificadas destinadas a bater um fosso por meio de fogos de enfiada. Neste último sentido, é o mesmo que defesa lateral, ou defesa por fogos de flanqueamento. Substituiu a defesa vertical dos castelos medievais (CASTRO, 2009 p. 471).

também em outra fortificação de destaque no norte do Brasil, a de São José do Macapá. A escola italiana se estendeu a outros países, pois os engenheiros italianos eram chamados a contribuir com a construção de suas fortificações. Davam prioridade para o uso de alvenarias de pedras ou tijolos, dando maior durabilidade às construções, embora com custo bem maior.

A Escola Holandesa está relacionada com as conquistas marítimas. Tinham intimidade com a água e usavam isso nos projetos dos sistemas de defesa. É atribuído aos holandeses, segundo Oliveira (2004), a invenção da estrada coberta. A Escola Portuguesa foi influenciada por ela, por ser a mais exitosa da época.

A Escola Francesa predominou no Séc. XVIII, tendo destaque o Marechal Sebastien de Vauban que modifica os princípios de Pagan[30]. O método desse teórico considerava três ordens de fortificações, de acordo com a dimensão do lado do polígono: grande fortificação com 396 metros, média com 356,40 metros e pequena com 316,80 metros. Além disso, modificou o desenho dos flancos, não sendo mais perpendiculares à cortina (GH), mas sim às linhas de defesa rasantes BG e AH, ampliando a possibilidade de defesa em conjunto dos baluartes (Fig. 06).

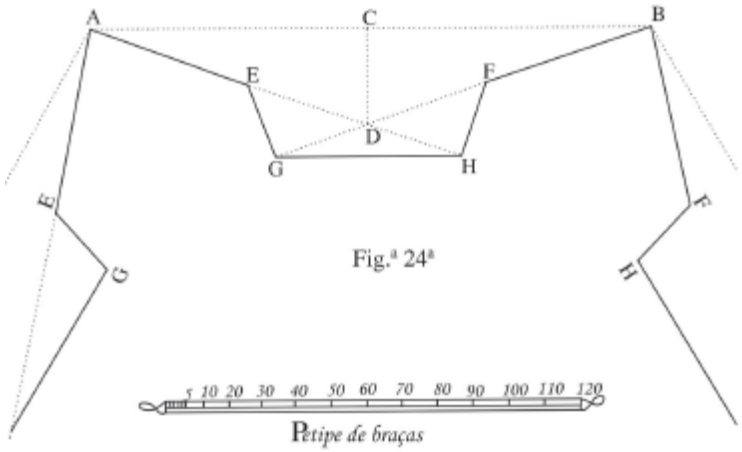


Figura 10 - Método de desenho de fortificação segundo Pagan.
O desenho das fortificações era resultado de construções geométricas que consideravam elementos necessários para defesa e ataques eficientes.
Fonte: (VELLOZO, 2005 p.327)

Na escola francesa não há uma inovação, mas variações e melhoramentos dos sistemas anteriores, tendo influência dos italianos. Mais utilizados em fortes isolados, suas características principais servem de base para analisar o traçado italiano dos séculos XVIII e XIX: um recinto com

[30] Blaise François, Conde de Pagan (1604-1665), foi um tratadista francês, dos mais respeitados, que apresentou propostas de fortificações realmente novas para a Escola Francesa (VELLOZO, 2005).

paredes de contenção (escarpa) em cantaria[31] ou de alvenaria de tijolos, com o interior preenchido com entulho (reparo), ou ainda uma muralha de terra, pois absorviam de forma mais eficiente os impactos dos disparos de artilharia.

A política expansionista de Luís XIV contribuiu para o desenvolvimento da engenharia militar francesa. Destaque nessa escola, Vauban teve suas aplicações explicadas em três sistemas. O primeiro fez crescer o baluarte com faces de até 160m, como em Estrasburgo e os flancos dos revelins em 120m; o segundo propôs os baluartes desdobrados e bem destacados das cortinas e o terceiro propõe utilizar cortinas em linhas quebradas entre duas torres abaluartadas para melhorar o flanqueamento e na ponta do revelim, a implantação de um reduto. Os baluartes ladeavam as cortinas o fosso e a esplanada, preservando as muralhas. Os pontos vulneráveis como os portões, podiam ser reforçadas por revelins e estes, por contraguardas.



Figura 11 - Fortaleza de São José do Macapá/AP.
A seta vermelha destaca o revelim existente, uma obra externa de defesa.
Fonte: (TEIXEIRA, 2006)[32]

Segundo Oliveira (2004), embora as fortificações tivessem limitações formais em razão da funcionalidade necessária, não deixaram de destacarem-se pela pureza formal e pela referência que se tornaram na paisagem. São arquiteturas sóbrias, que se integravam com a morfologia do terreno, praticamente sem apelos decorativos, limitados a detalhes como brasões, utilização de ordens antigas como a dórica e toscana, ambas relacionadas a masculinidade. Em relação a essa sobriedade, julga-se importante destacar posicionamento de Oliveira (2004 p. 38).

[31] É o ofício ou arte de talhar a pedra bruta de modo a criar formas para serem utilizadas na construção. Em geral, elas são talhadas na forma de paralelepípedos, mas podem tomar outras formas para utilização em cimalhas, por exemplo.

[32] TEIXEIRA, Paulo Roberto R. *Fortaleza de São José do Macapá.* Revista Da Cultura. Ano VI. N°11. Fundação Cultura do Exército Brasileiro – FUNCEB, Rio de Janeiro: 2006. Disponível em goo.gl/7qBDRq. Acessado em junho de 2018.

> As construções para além das cortinas, em geral, acompanhavam a sobriedade espartana do exterior, como convinha ao decoro[33] do edifício. Temos, por isto mesmo, nos insurgido contra as modernas intervenções de restauro e refuncionaliazação das fortalezas quando elas podem, até mesmo de longe, atentar contra este decoro (no verdadeiro sentido vitruviano da palavra), falseando o caráter do edifício.

Esse tipo de arquitetura militar ficou em uso enquanto foram utilizados canhões de alma lisa, ou seja, até a segunda metade do século XIX, sendo universal em todo o globo, com construções do gênero em todos os continentes habitados.

1.4 As defesas do Brasil Colonial

A primeira ocupação colonial do território brasileiro foi concretizada em 1503 quando parte da frota de Gonçalo Coelho permaneceu cinco meses em um ponto, onde construiu uma feitoria guarnecida por 24 homens de guerra, sendo considerada a primeira fortificação do Brasil. No início da ocupação do Brasil, algumas feitorias e navios mercantes marcavam a presença de Portugal, com defesa em paliçada[34] como a de Ilha de Itamaracá.

A conduta de Portugal para defender o Brasil foi diferente da forma como atuou na Ásia e na África, pois existiam apenas duas pequenas bases em São Vicente e Igaraçu, deixando o restante da costa sem proteção. Em 1534, a solução foi privatizar a colonização, dividindo a costa em 15 capitanias, concedidas a nobres do reino de forma hereditária, delegando a particulares os encargos de colonização, ocupar a terra, catequizar os índios e garantir a posse da terra. As capitanias fracassaram pela resistência dos estrangeiros e dos indígenas.

Em 1548 foi criado o Governo Geral, sem abolir as capitanias. O Rei comprou a da Bahia e lá montou uma base de apoio na forma de uma cidade fortificada, sendo uma base avançada do Governo Central. Manteve-se a privatização da colonização do território. Apenas no Período Pombalino (1750-1777), no século XVIII, elas são compradas pelo Rei.

> A previsão do Regimento de Tomé de Souza, de constituir na Bahia um ponto de apoio para as outras capitanias, devendo cuidar de sua própria defesa, com reforço das ordenanças, a partir de 1570, é fundamental para compreender-se a história das fortificações do Brasil Colonial" (CASTRO, 2009 p.75).

As unidades militares de defesa eram provinciais e o auxílio a tropas de outras regiões era apenas em situações emergenciais, como em combates a inimigos comuns. Essa situação não agradou a Marquês de Pombal em 1767, mas não houve unificação das províncias. A independência entre elas gerou diferença nos projetos das fortificações, atendendo desejos locais,

[33] Decoro, para Vitrúvio, é a perfeição do estilo, quando uma obra está fundamentada em princípios aprovados, no caso das fortificações, adequação ao status da edificação a sua própria destinação e a seu proprietário (KRUFT, 2016).
[34] Fileira de estacas que serve de defesa para postos militares.

muitas vezes mais preocupados mais com o custo do que com a eficiência. Somente na cidade de Salvador, sede do Governo Geral, houve uma grande fortificação comparável aos melhores sistemas existentes nas Índias. No restante do Brasil, os fortes eram de reduzidas proporções. Poucos recursos das câmaras e por acharem inúteis o investimento em fortificação e em tropas, limitava as disponibilidades financeiras para a construção de cidades muradas, tomando as colônias portuguesas em um alvo em potencial.

> É importante ressaltar que a estrutura implantada pelos portugueses para garantir a posse da terra, privatizando e regionalizando a defesa, apesar de estranho, foi de fundamental importância para a consecução dos objetivos da coroa.
> Foram os moradores, desamparados e dispersos, em milhares de quilômetros do território, que criaram uma nação do tamanho de um continente, que mantém a língua e muitos dos costumes e das tradições legadas por nossos antepassados lusitanos. O mesmo não ocorreu na Ásia, onde o sistema de colonização foi realizado em moldes, para a época, mais 'modernos' e "empresariais" (CASTRO, 2009 p. 84).

1.5 Vale do Guaporé

O Vale do Guaporé, como a área é hoje denominada, se estende da cidade de Pontes de Lacerda/MT até Costa Marques/RO, onde desagua no Rio Mamoré. Na figura 8 é possível observar a localização da região em relação a Porto Velho e Costa Marques, ocupando praticamente metade da fronteira oeste de Rondônia, enquanto na figura 9 se observa que próximo a Pontes de Lacerda, está implantada Vila Bela da Santíssima Trindade, também parte do Vale do Guaporé.

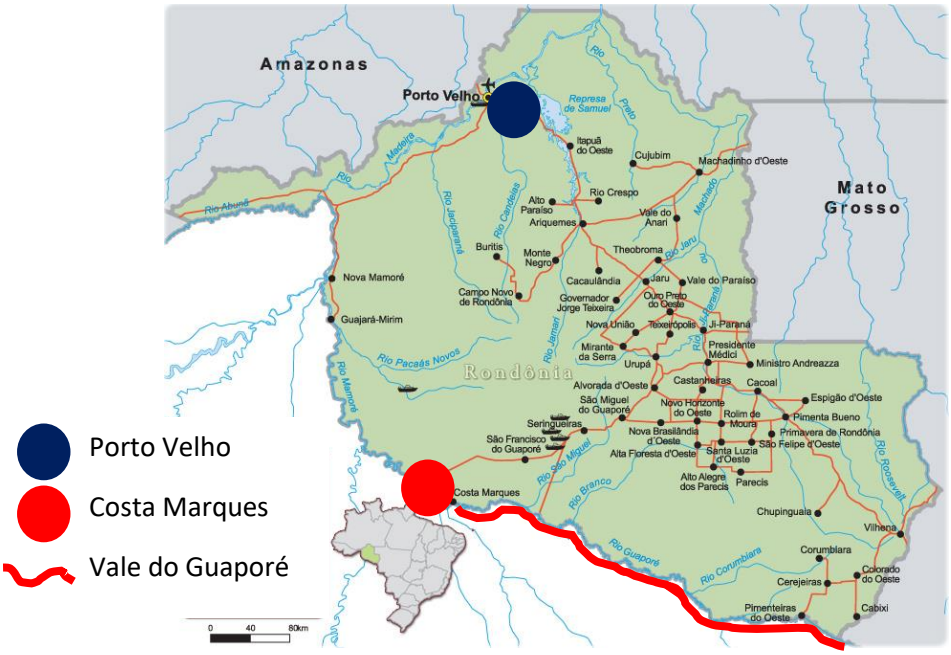


Figura 12 - Mapa de Rondônia
É possível verificar a relação de posição entre Porto Velho e Costa Marques, distantes 766km e a posição dessa última, dentro do Vale do Guaporé, que se estende até o Mato Grosso.
Fonte: Guia Geográfico. Disponível em http://www.guiageo.com/rondonia.htm. Acessado em 08/03/2017



Figura 13 - Região do Vale do Guaporé
Fonte: Google Earth.

A definição das fronteiras do Brasil é resultado de uma política de Estado, que além dos campos diplomáticos, tinham um forte componente militar. Ao final do século XVII investidas para estimular a colonização da região foram frustradas, no entanto a descoberta de ouro na região e o potencial de navegação fomentaram a posterior ocupação, sendo que em 1748 chegou às minas do Mato Grosso o primeiro transporte comercial vindo de Belém. A instalação da nova capital foi na margem direita do Rio Guaporé, com o objetivo de integrar todo o território, segurando as entradas para as capitanias centrais através das bacias do Amazonas, Paraguai e Paraná. Com o desenvolvimento de instalações espanhóis ao longo dos rios Guaporé e Mamoré, era fundamental conter o avanço castelhano, além de garantir o domínio da importante via fluvial. De 1691 a 1744 foram instaladas quinze missões na região espanhola e três no lado português, logo o avanço espanhol era perigoso para a manutenção da fronteira, obrigando a intervenção portuguesa com a instalação de fortificações.

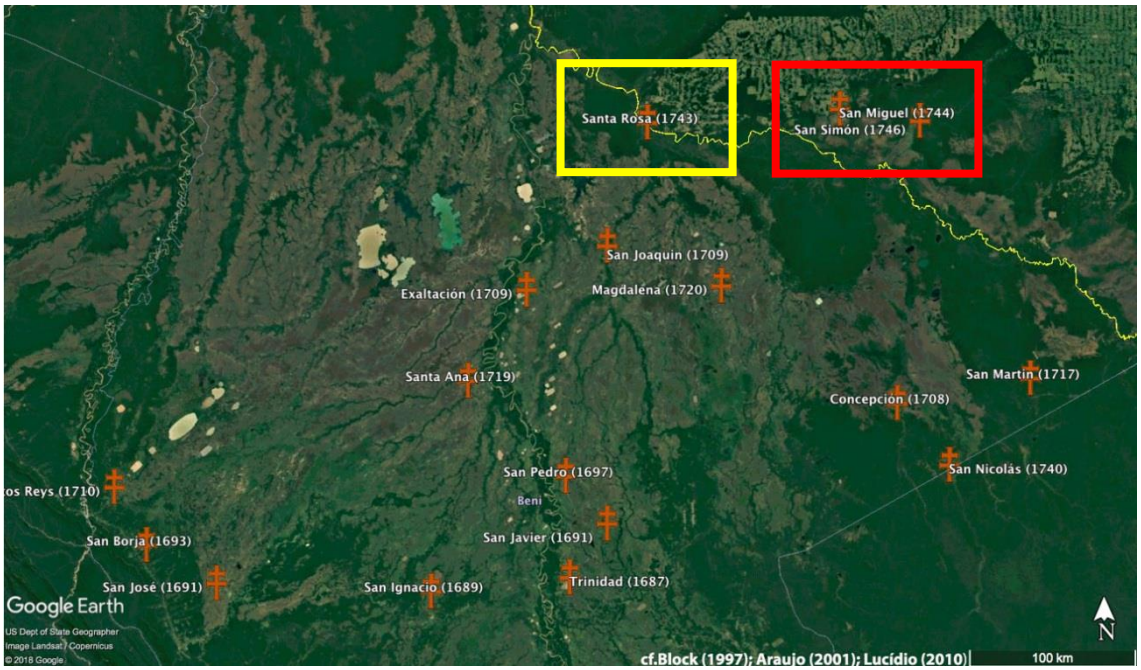


Figura 14 - Missões jesuíticas espanholas instaladas nas áreas espanholas e portuguesas.
Em amarelo está em destaque a localização da Missão de Santa Rosa, local onde seria erguido o Fortim Nossa Senhora da Conceição e em vermelho, as missões de São Miguel e São Simão, ambas espanholas em terras pertencentes à coroa portuguesa.
Fonte: ZIMPEL (2018) elaborado no Google Earth baseado em BLOCK (1994 p.39-40)

Conforme se observa na Figura *14*, os espanhóis fundam diversas reduções em pouco tempo. São fundados em Moxos *Loreto* (1682), *Trinidad* (1687), *San Ignacio* (1689), *San Javier* (1691), *San Borja* (1693), *San Pedro*, capital da província (1697), *Concepción* (1708), *Exaltación* (1709), *San Joaquín* (1709), *Reyes* (1710), *Santa Ana* (1719), *Magdalena* (1720) e *Desponsorios* (1723). As missões fundadas em Chiquitos[35] foram as seguintes: *San Xavier* (1691), *San Rafael* (1696), que era a mais oriental, *San José* (1706), *San Juan Bautista* (1706), *Concepción* (1707), *San Ignacio* (1748), *Santiago* (1754), *San Miguel* (1721), *Santa Ana* (1755) e *Santo Corazón* (1760).

Segundo Pereira (2008), a fundação na margem oriental do rio Guaporé, das missões espanholas de *Santa Rosa* (1742-1743), *San Miguel* (1744) e *San Simón* (1746), pelo princípio do *utis possidetis* garantiria a posse da terra aos espanhóis, mas principalmente o controle da navegação fluvial. A criação da Capitania do Mato Grosso em 1748 serviu para ampliar a ocupação portuguesa, indo de encontro à tentativa espanhola de marcar sua ocupação através da implantação das missões.

Em 1752 foi fundada a Vila Bela da Santíssima Trindade, próximo a foz do Alegre. "De posse do curso inferior do Guaporé, dominava-se a navegação interior, franqueava-se o acesso

[35] As regiões de Moxos e Chiquitos hoje formam o departamento de Santa Cruz, na Bolívia

ao vale amazônico e cortava-se as comunicações com o Pará" (NUNES, 1985 p.128). Iniciava a luta pelo controle da fronteira oeste do Brasil, uma resposta portuguesa às ocupações espanholas através da instalação das três missões.

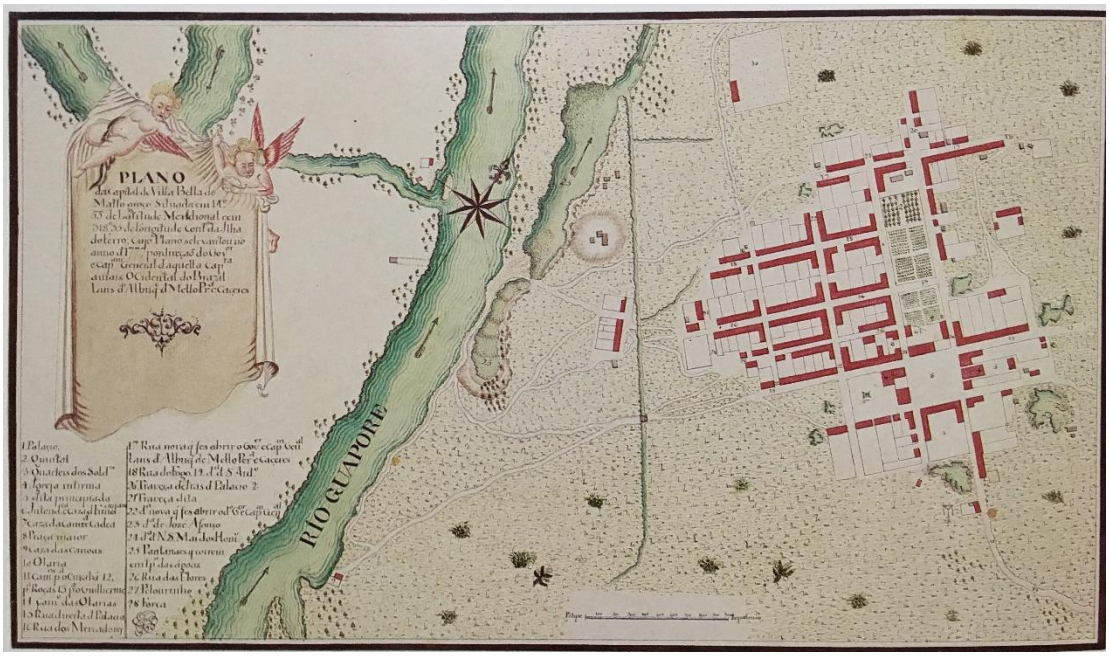


Figura 15 - Plano da capital de Vila Bella do Mato Grosso em 1777.
Fonte: (NUNES, 1985 p.142)

1.6 Fortim Nossa Senhora da Conceição e Forte Bragança.

Nos primeiros tempos da Capitania do Mato Grosso e sua capital, predominavam as preocupações político-militares, uma vez que com a regularização do comércio com o Pará, o trânsito através do Rio Madeira aumentaria, por ser rota obrigatória. O Governador Rolim de Moura empenhou-se em aumentar o comércio, entretanto o enfrentamento com os índios obrigou a busca por rotas alternativas, além de levar o governo a incentivar o povoamento da área com isenções, dedicando sua atenção a Vila Bella.

Após constantes incursões pelos rios, Rolim de Moura ficou atento às exigências de segurança, o que o fez em 1759 com a instalação da Guarda de Santo Rosa Velha[36], uma fortificação em paliçada (NUNES, 1985). Essa obra acontece, pois Rolim de Moura havia recebido ordens do Rei de Portugal para deixar a região, no entanto não pretendia a deixar desguarnecida na sua ausência. Em 13 de setembro de 1761, o Capitão-General retorna ao Forte e em 14 de abril de 1762, chega uma força de ataque espanhola, que embora não concretize seu ataque, com ações de Rolim de Moura, cobre de glória as armas portuguesas. Em outubro de 1766, os

[36] A "Nova Santa Rosa" foi implantada no período de 1753-1754 no lado espanhol do Rio Guaporé. A denominação "Guarda de Santo Rosa Velha" deve-se à localização próximo da antiga redução.

espanhóis preparam um grande ataque com 2.000 homens, entretanto antes que o concretizem, são vencidos pelas doenças da região (PRÓ-MEMORIA, 1983. Vol.3).

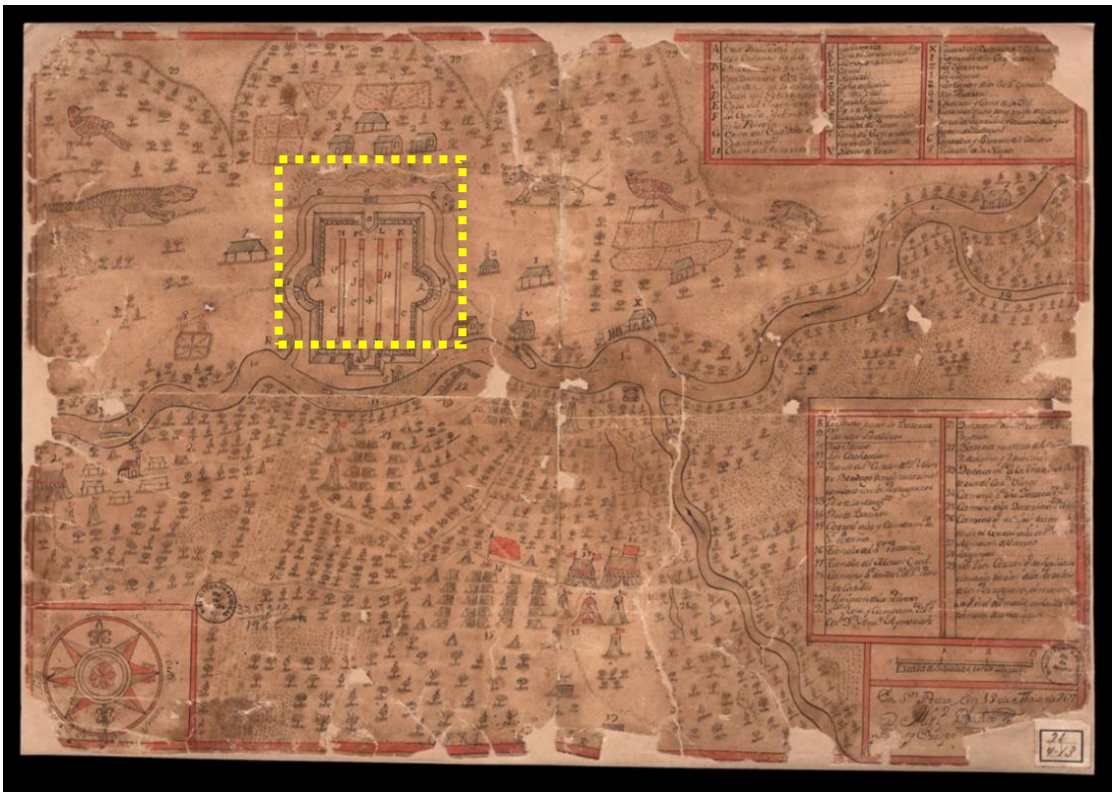


Figura 16 - Planta da região do rio Itienes ou Guaporé
Destacada em amarelo, o Fortim Nossa Senhora da Conceição e em frente, as forças espanholas comandadas por Juan Pestana quando, em 1766, se preparavam para assaltar a fortificação.
Fonte: (NUNES, 1985 p. 137)

Em 1769, em substituição a paliçada do Fortim de Nossa Senhora da Conceição, é erguido um outro, agora em pedra, com muralha de 160 metros paralela ao Rio Guaporé, que recebe o nome de Forte de Bragança. Em 1771, uma grande cheia atinge a fortificação, obrigando obras de reparo que são concluídas em 1774. Mesmo com as obras, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres declarava em seus relatórios que havia a necessidade de ser erguida outra fortificação, uma vez que o Forte de Bragança estaria arruinado. Durante a construção do Forte Príncipe da Beira, iniciada em 1775 com a instalação do canteiro e preparo da área e mesmo a após sua inauguração, a fortificação existente não foi enjeitada. Somente é abandonada em 1784, quando repassa a sua guarnição e artilharia à nova fortificação (PRÓ-MEMORIA, 1983. Vol.3).

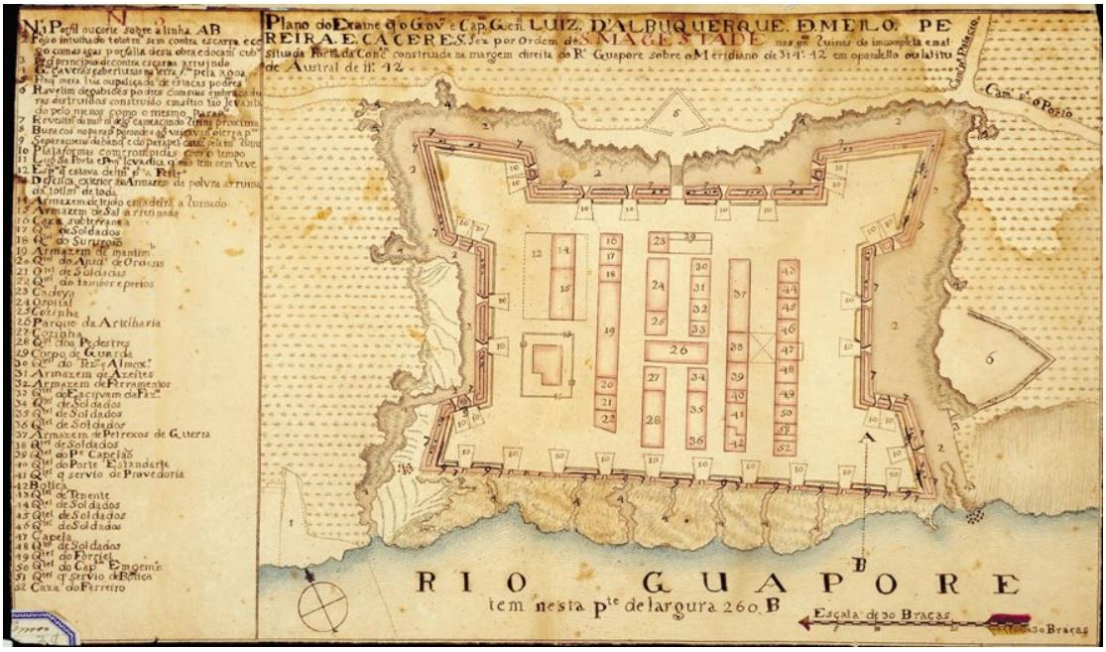


Figura 17 - Forte de Bragança em 1774.
Plano do Exame que o Governador Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres fez nas ruínas do Forte de Bragança.
Fonte: PAULINA, Terezinha da. Coleção – Imagens do período colonial – Rondônia, obtida no Arquivo Nacional do Exército. Disponível em goo.gl/pKbvwQ. Acessado em junho de 2018.

1.6.1 Arquitetura do Fortim Nossa Senhora da Conceição e do Forte de Bragança

O Fortim Nossa Senhora da Conceição não era simétrico, apresentando na face oposta ao rio, onde também estava o acesso à fortificação, o Portão de Armas, dois baluartes. Na face voltada ao rio, o desenho dos muros é irregular, destacando em seu centro uma torre retangular guarnecida por canhoneiras e de cada lado dessa cortina, quatro canhoneiras. Nas cortinas laterais haviam cinco canhoneiras em cada. Internamente, eram onze edificações que abrigariam usos diversos como alojamento, depósitos, cozinha e botica. Observando os desenhos das figuras 13 (Forte de Bragança) e 14 (Fortim Nossa Senhora da Conceição), os desenhos das edificações são idênticos, sendo que ambos são projetos. A comparação com o desenho elaborado por Luiz de Albuquerque Pereira e Cáceres em 1774 comprova a existência das edificações projetadas.

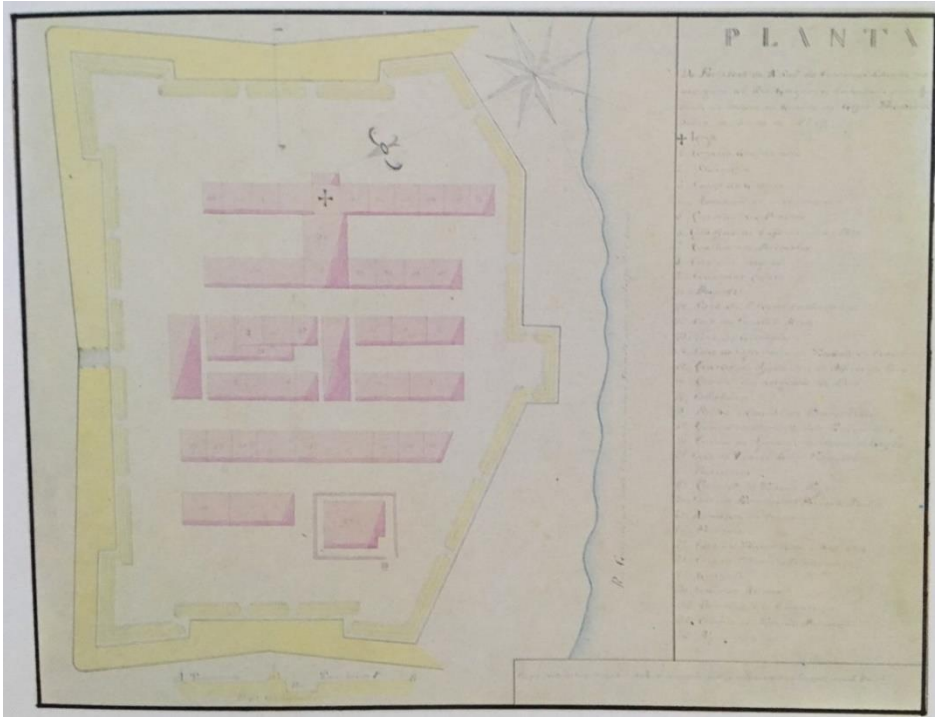


Figura 18 - Planta do Fortim Nossa Senhora da Conceição feita por Tomás de Souza.
Fonte: (NUNES, 1985 p.135)

A equipe da Fundação Pró-Memória em seu trabalho de 1983[37] inicialmente questiona a pertinência da informação de que o local de construção de ambas as fortificações seja o mesmo, entretanto após inspeção no local, comprovam a hipótese.

O traçado do Forte de Bragança difere-se do utilizado no Forte Nossa Senhora da Conceição pela forma da muralha voltada para o Rio Guaporé. Diferente da fortificação existente, a nova construção adota uma muralha retilínea de 160 metros com dois meio baluartes, diferente do traçado recortado do anterior. O acesso foi mantido conforme era no Fortim Nossa Senhora da Conceição, pela face oposta ao rio, assim como as edificações internas, conforme já tratado anteriormente.

[37] Grupo de Ação "Levantamento de fortificações tombadas" composto pelos Coordenadores Ângela Cristina Góes de Aquino Fonseca e Deocleciano Azambuja e pelos demais membros Marcia Maria Muller, Maria Auxiliadora Saad Silveira Laport, Maria Teresa Moras Paschoal, Olga Maria Souza Marchetti, Adler Homero Fonseca de Castro e Milton de Mendonça Teixeira.

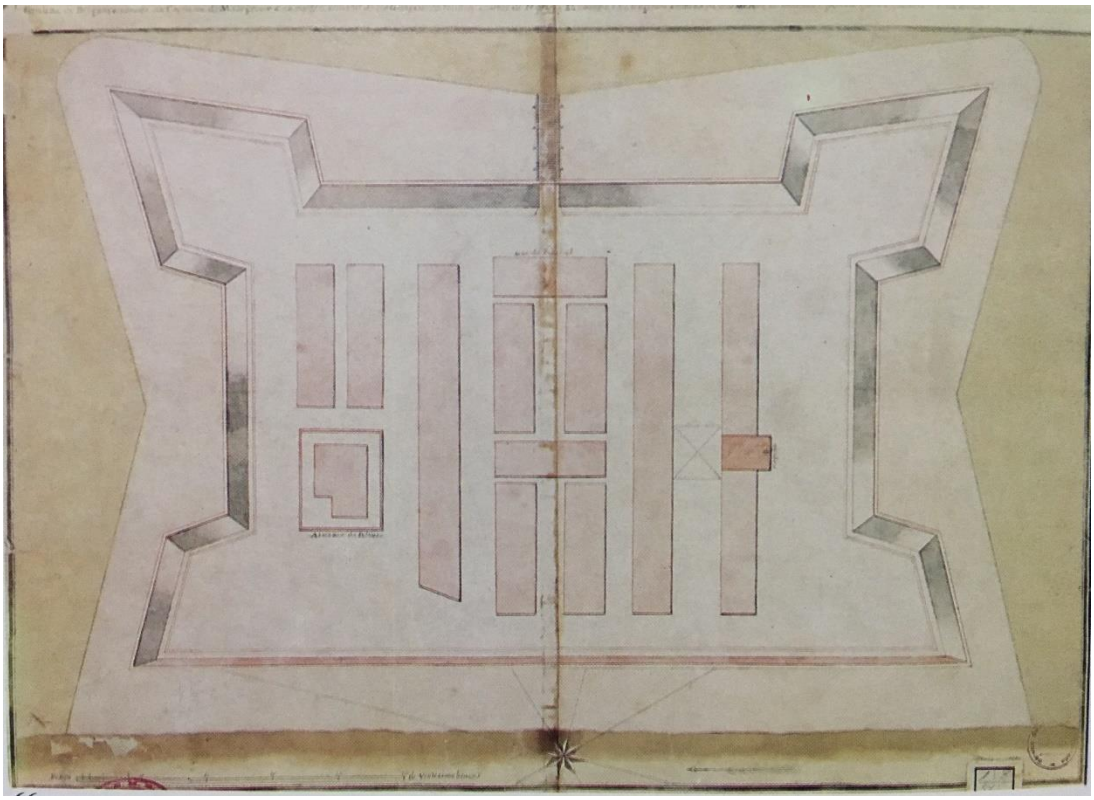


Figura 19 - Planta do Forte de Bragança.
Fonte: (NUNES, 1985 p.136)

Atualmente, o Forte de Bragança está em ruínas, sendo visível apenas parte de sua muralha. O local é anualmente inundado nos períodos de chuva, e consequentemente, de maior nível do Rio Guaporé. Durante esse período, apenas a parte superior da muralha fica visível, possibilitando compreender a motivação que ocasionou o abandono da estrutura como equipamento militar e a escolha de um outro local onde foi construído o Forte Príncipe da Beira.



Figura 20 - Ruínas do Forte de Bragança em julho de 2018.
Fonte: Acervo do autor

1.7 Forte Príncipe da Beira

Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, então Governador da Capitania de Mato Grosso definiu a localização do Forte Príncipe da Beira durante viagem realizada a Capitania em 1773. Na segunda viagem em 1774, navegou pelo Rio Guaporé buscando maior conhecimento e encontra-se com Domingos Sambucetti e Alexandre José de Souza, ambos engenheiros vindos de Grão-Pará e em 1775 faz o reconhecimento do local. Portugal absorve os conceitos dos mestres italianos, utilizando a simetria, com altura suficiente para suportar ataques inimigos com muralhas compostas por pedra e argamassa de barro[38]. A arquitetura militar utilizada foi com a adoção de baluartes que permitiam o cruzamento dos disparos e o flanqueamento das posições, possibilitando a defesa do inimigo em vários ângulos (BARROSO, 2015).

O local do Forte Príncipe da Beira[39] é estratégico, pois naquele ponto do Rio Guaporé há uma corredeira (estreitamento com pedras), formando um canal, permitindo a passagem de apenas uma embarcação por vez, redobrando o cuidado durante a seca, quando mais pedras ficavam visíveis. João Severiano da Fonseca critica a construção do Forte Príncipe da Beira, julgando não ser necessária, tamanha obra arquitetônica, uma vez que já existia o Forte de Bragança próximo. Segundo Fonseca (1880) um reduto serviria para ser utilizado nos períodos de cheia do rio. Entretanto, o engenheiro Manuel Rodrigues Ferreira entendeu o conjunto formado pelo forte e a característica de estreitamento do rio como ideal para a defesa (FERREIRA apud BARROSO, 2015 p.75-76). O Forte Príncipe da Beira forma juntamente com o Forte Coimbra uma linha de defesa ocidental portuguesa.

[38] O autor citado, Barroso (2015), informa que as muralhas foram feitas com cal, mas a argamassa delas é de barro.
[39] O nome escolhido homenageia o filho da futura rainha, D. Maria, que como todos primogênitos da Família Real Portuguesa, tinha o título de Príncipe da Beira.

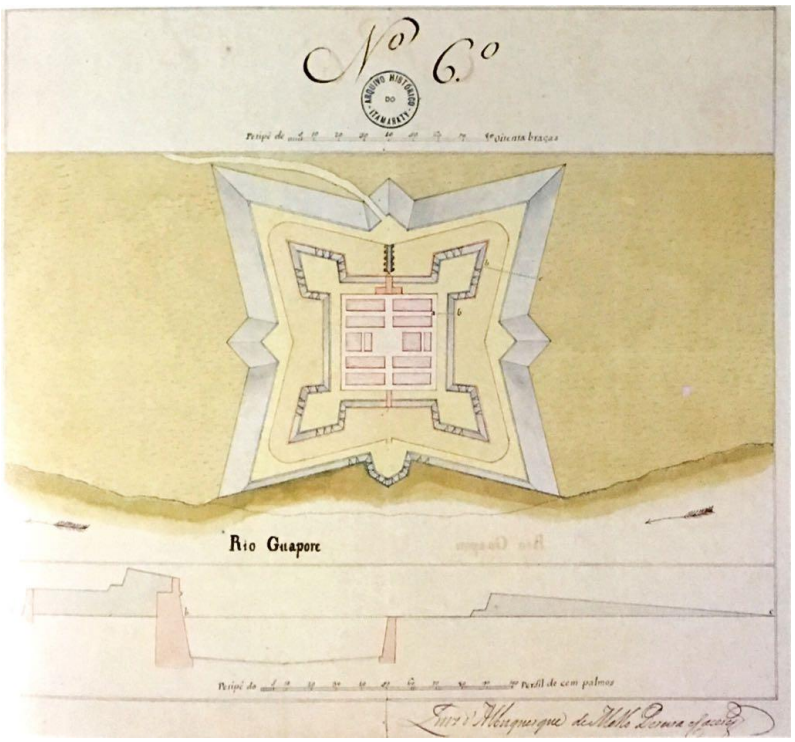


Figura 21 - Planta e perfil do Forte Príncipe da Beira.
Traz a assinatura de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres
Fonte: NUNES (1985 p.289)

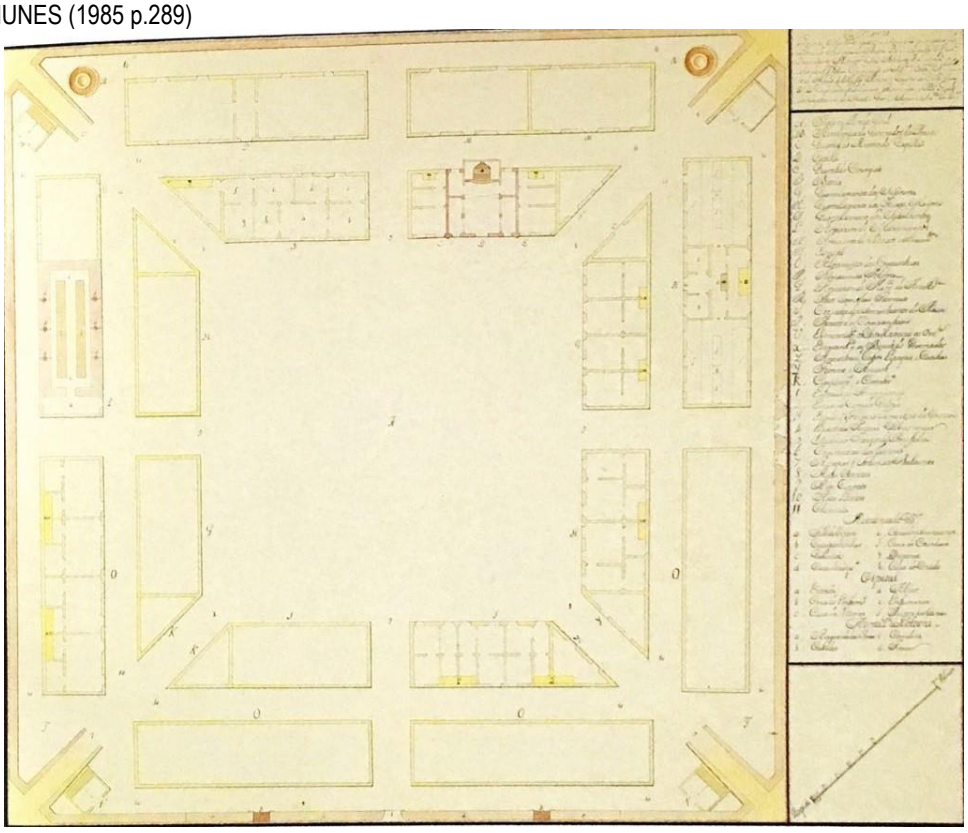


Figura 22 - Planta de 1780 com a proposta das edificações intramuros.
Fonte: NUNES (1985 p.297)

Como já foi dito, o projeto de Sambucetti foi de uma fortificação com baluartes, segundo o sistema italiano, e conforme orientava Vauban, o projeto deveria partir de um estudo do terreno

para melhor adaptação. Com isso, a proposta foi de uma estrutura quadrangular, circundada por fosso de dois metros de profundidade e de largura variável, onde em cada um dos quatro vértices haveria um baluarte, cada um com quatorze canhoneiras. Na Figura 21 é possível observar a proposta inicial da fortificação e logo abaixo, a assinatura de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e na Figura 22, a proposta para as edificações intramuros. Na obra, não foram executados os ambientes em forma de triângulo, voltados para o acesso dos baluartes, sendo todos os prédios mantidos no formato retangular.

Durante a obra foi mantida correspondência onde Luís de Albuquerque informava à coroa que inspecionava a obra periodicamente, partindo de Vila Bela. Sambucetti também realizava prestações de contas através de correspondências. Em 1780, Sambucetti faleceu de malária, cabendo a Ricardo Franco de Almeida Serra, oficial engenheiro, dar prosseguimento à obra. "A construção do Forte Príncipe da Beira chegou ao fim de 1783. Restavam partes internas a concluir. Em agosto, Luiz de Albuquerque procedeu a solene inauguração com presenças de representantes de Vila Bela e Cuiabá" (NUNES, 1985 p.297).

Contrariando a afirmação acima e a data de 1783 como sendo a de finalização da execução da obra, existem dois mapas de 1789 e 1798 que registram a continuidade das obras. O mapa de 1789 (Figura 23) mostra que pelo menos 3/4 do parapeito ainda não havia sido concluído, possivelmente faltando o aterro, bem como a cortina interna, as rampas de acesso aos baluartes e ao lado do corpo da guarda, as duas prisões. Ainda no mapa de 1789, é possível observar ao lado das latrinas e na face da muralha oposta a elas, a existência de aberturas nas cortinas e de dois retângulos pretos, que se relacionarmos com o outro existente, indicaria uma passagem em ponte levadiça. No entanto, essas duas aberturas não são visíveis hoje, pois deveriam estar marcadas nas muralhas como complementações, logo são questões que ainda devem continuar a serem pesquisadas.

O mapa de 1798 (Figura 24) registra a conclusão do parapeito, execução de parte do fosso em relação ao registrado no mapa de 1789, fechamento das aberturas nas duas faces da muralha, sendo uma delas ao lado das latrinas. Outros elementos que não aparecem no mapa de 1789 é a indicação da "Guarda do Porto Geral" com o número 18, próximo ao Rio Guaporé, onde atualmente ainda existe um ponto de carga e descarga de embarcações, e nos pontos 19 e 20, respectivamente, a ferraria e a carpintaria.

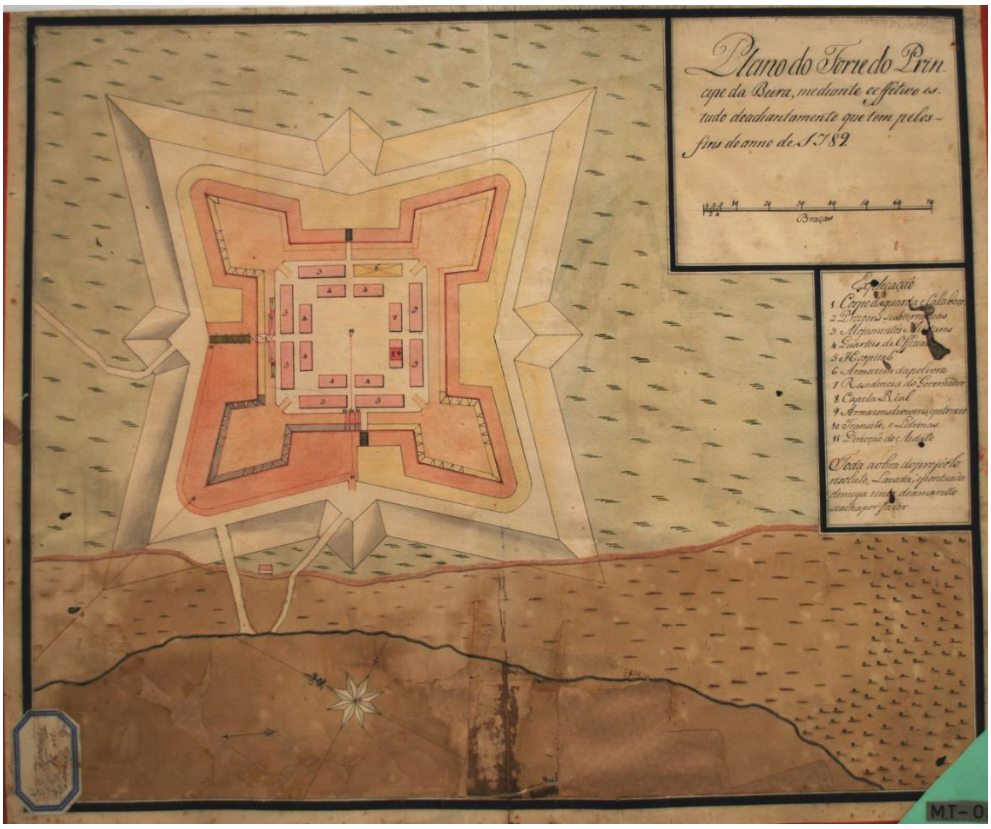


Figura 23 - Forte Príncipe da Beira em 1789
Planta do Forte Príncipe da Beira mostrando as obras concluídas e as inacabadas. Por convenção militar, o que estava em vermelho havia sido concluído e em amarelo, o que ainda deveria ser executado.

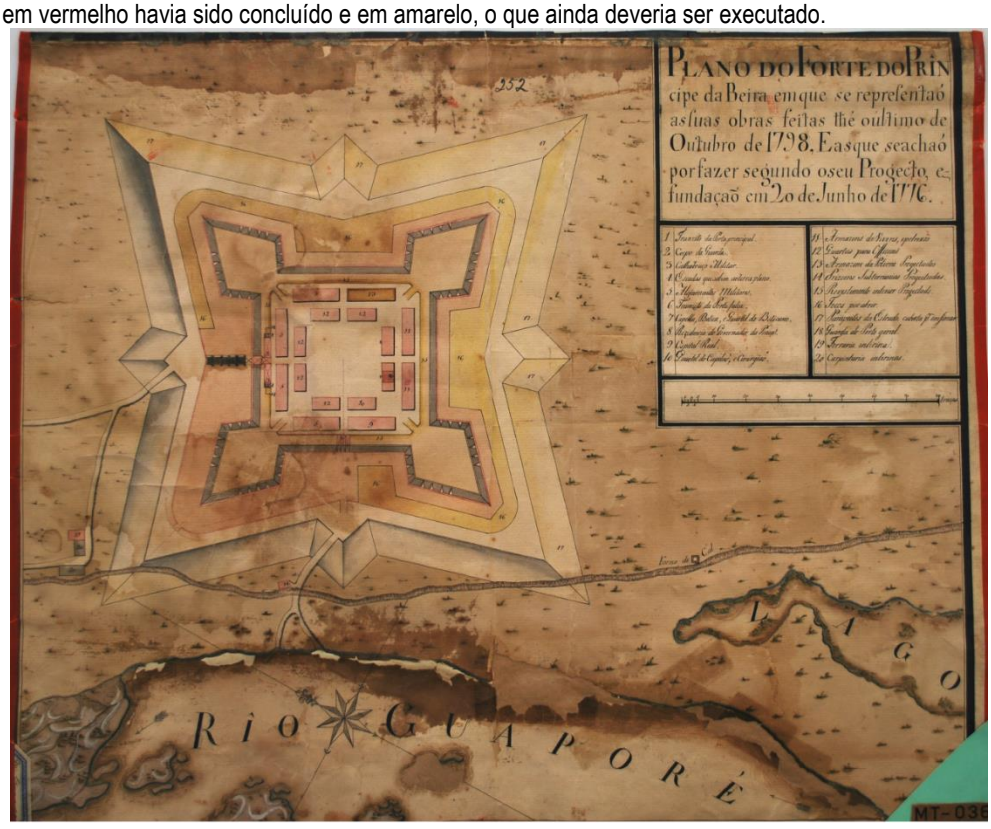


Figura 24 - Planta do Forte Príncipe da Beira elaborado em 1798
Planta do Forte Príncipe da Beira mostrando as obras concluídas e as inacabadas. Por convenção militar, o que estava em vermelho havia sido concluído e em amarelo, o que ainda deveria ser executado.
Fonte: NUNES (1985 p.306)

Segundo Barroso (2015), o abandono do forte já era sentido em 1815 quando em uma carta enviada pelo Capitão do Forte Manuel Cândido Pinto ao Governador de Mato Grosso reclamava da falta de pessoal na fortificação, tendo dificuldade, inclusive, para colheita de arroz e feijão. Em 1869, Joaquim Ferreira Moutinho em passagem pela fortificação registra o abandono do Forte Príncipe da Beira, sem deixar de registrar sua admiração pela obra, tratada como ele como "um padrão de glória que nunca deixará de lembrar ás futuras gerações o quanto valerão os portugueses" (MOUTINHO, 1869 p.161).



Figura 25 - Desenho da muralha do Forte Príncipe da Beira em 1869,
Fonte: MOUTINHO (1869 p.162)

Entre 1875 e 1878, João Severiano da Fonseca esteve no forte e encontrou um contingente de quatorze soldados e um sargento. As edificações internas já se encontravam em processo de deterioração e, segundo Fonseca (1880), apenas a face frontal da muralha estava íntegra, enquanto as demais já sofriam ação da vegetação que nela se incrustava. João Severiano da Fonseca se mostra impressionado com a tamanha obra, executada "na mais imprestável posição", pois segundo sua análise, não estaria posicionado corretamente para proteger o local. Considerando a existência do Forte de Bragança, como já mencionamos, acreditava que apenas um reduto serviria para ser instalado no local em épocas em que a outra fortificação estaria tomada pelas águas do Rio Guaporé. Apesar da aparente discordância sobre a execução do projeto naquele local, sua admiração pela obra é presenta em sua referência ao Forte Príncipe da Beira.

> "É deveras imponente e majestoso; e confesso, à puridade, que ao contemplá-lo tive pena, pesar verdadeiro, de existir tal monumento em lugar onde apenas um ou outro degredado, um ou outro selvagem – e o raríssimo viajante que de necessidade lhe chega ao porto – terá ocasião de contemplá-lo" (FONSECA, 1880 p.217).

Desativado em 1889 após a Proclamação da República por questão de economia e em razão das fronteiras já estarem definidas (BRASIL, 1908), a fortificação passa a ser considerada, segundo Relatório do Ministério da Guerra em 1908, como Fortificações de 3ª Ordem "as que são atualmente armadas e guarnecidas ou que, pela importância de suas posições, podem vir a ser aproveitadas sob o ponto de vista da defesa das cidades e povoações próximas ou que são pontos importantes das fronteiras da República"[40]. Assim, formalmente, não teria sido desativado, pois continuava dentro do planejamento das ações do Exército Brasileiro.

Durante a incursão pela região Norte do sertanista Marechal Cândido Rondon para instalação da rede telegráfica se depara em 1913 com as muralhas do Forte Príncipe da Beira. Rondon realiza uma limpeza na fortificação e registra o momento em várias imagens. Retornaria após alguns anos, em 1930.

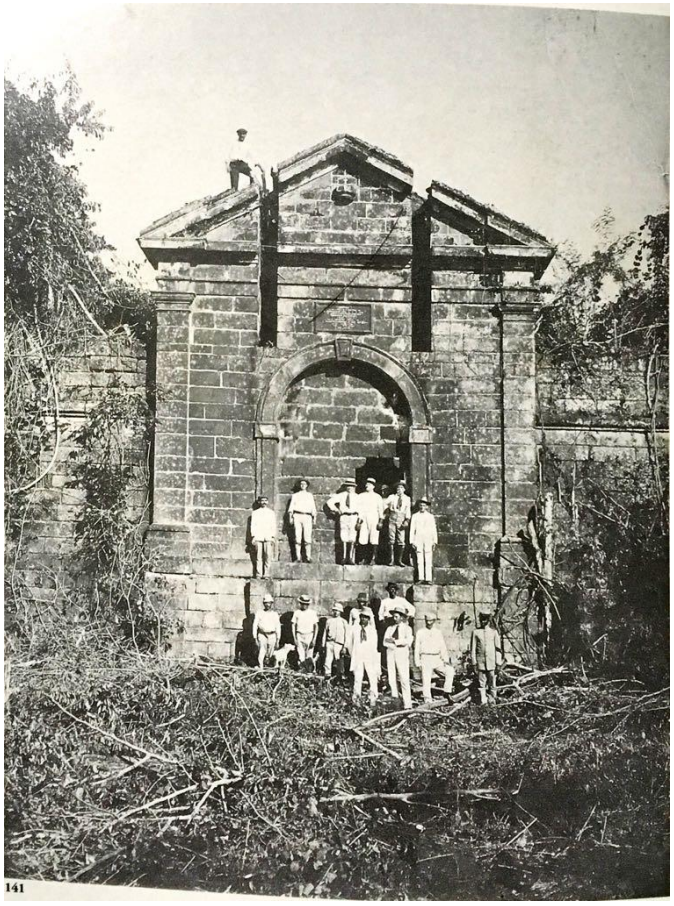


Figura 26 - Portão de entrada do forte e as muralhas tomadas pela mata, em 1913.
Fonte: NUNES (1985 p.308)

Em 1917, a fortificação recebe a vista do Major Thomaz Reis que registra o estado em que encontra o monumento no documentário intitulado "Ao redor do Brasil"[41]. No documentário é

[40] BRASIL. Relatório. Ministério da Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. P. 74.
[41] O trecho que trata do Forte Príncipe da Beira está disponível no link shorturl.at/qxAY7 ou pesquisado diretamente no site youtube.com com o título "REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA - Imagens em vídeo de 1917"

possível identificar estruturas em frente ao fosso da parte frontal que deveriam apoiar a ponte de acesso à fortificação (Figura 27).



Figura 27 - Imagem do documentário "Ao redor do Brasil", do Major Thomaz Reis, de 1917.
Fonte: Youtube, disponível em shorturl.at/qxAY7. Acessado em dezembro de 2016.

Em 1930, Marechal Rondon retorna ao Forte Príncipe da Beira. Por solicitação do sertanista, o Exército Brasileiro cria os Contingentes Especiais de Fronteira em 23 de setembro de 1932 e instala um deles ao lado do Forte Príncipe da Beira. O contingente atualmente é denominado de 1° Pelotão Especial de Fronteira Forte Príncipe da Beira e divide o entorno da fortificação com uma vila de moradores, comunidade reconhecida pela Fundação Palmares como de descendentes de Quilombolas.

1.7.1 – As estruturas do Forte Príncipe da Beira

O Forte Príncipe da Beira é constituído por um conjunto de elementos que além de contribuírem para o sistema de defesa da fortificação, serviram de suporte ao seu funcionamento e à sua construção.

1.7.1.1 – Muralha

A fortificação é constituída por uma muralha de 974,00m de perímetro, com altura de aproximadamente 7,0m da base da escarpa ao topo do parapeito, perpendicularmente. Como já mencionamos, existem dois acessos: o principal pelo lado Norte, através de um espaço de trânsito, com corpo de guarda e prisões sob a muralha; o de serviço (poterna), pelo lado Oeste voltada ao Rio Guaporé, através de uma circulação com uma latrina de cada lado. No interior da muralha, na praça de armas, existem 15 edificações, atualmente sem cobertura e esquadrias, em estado avançado de degradação. Em frente ao acesso principal, pode-se observar o fosso, a contraescarpa, o caminho coberto e a esplanada, que são estruturas externas que auxiliam na defesa da fortificação e no ataque.

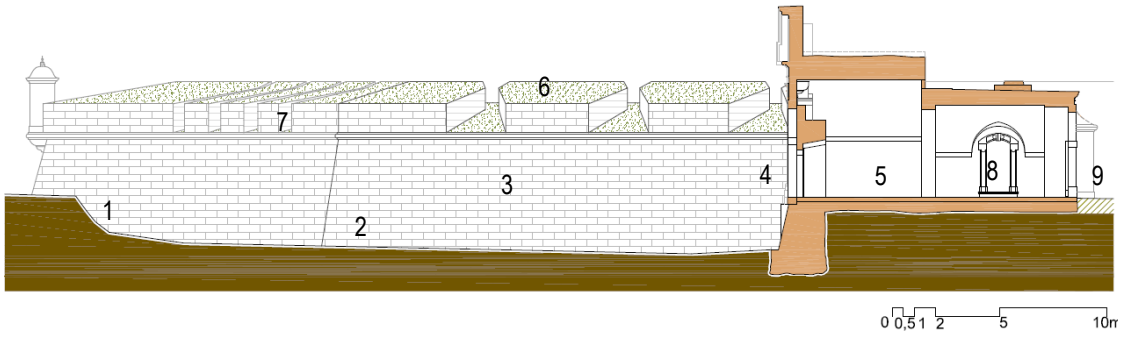


Figura 28 - Corte da entrada principal.
1 – Contra escarpa; 2 – Fosso; 3 – Escarpa; 4 – Entrada principal; 5 – Trânsito; 6 – Parapeito; 7 – Canhoneira; 8 – Corpo da guarda e 9 – Praça de armas.
Fonte: (IPHAN, 2008).

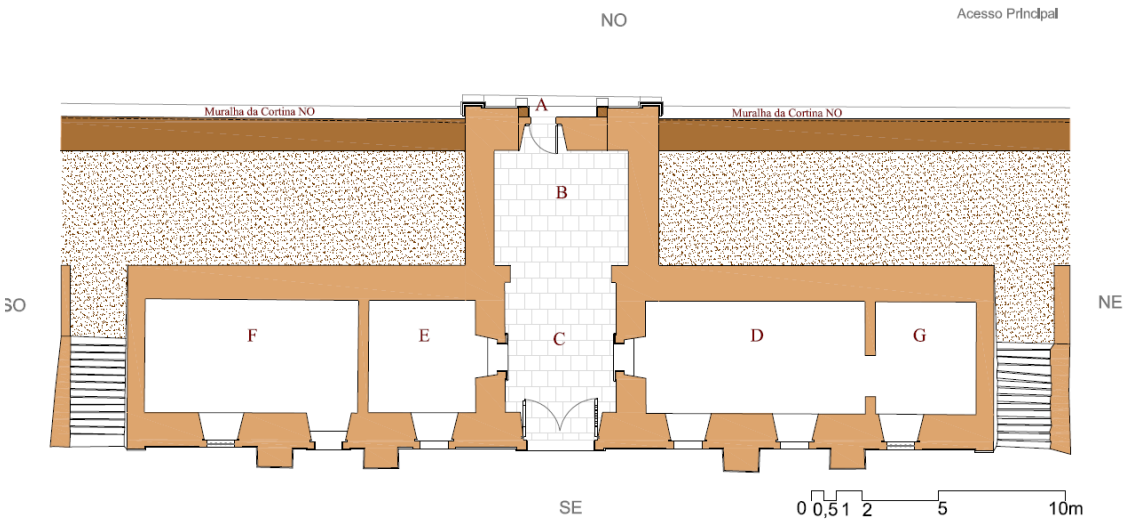


Figura 29 - Planta baixa da entrada principal.
A – Porta Principal; B – Trânsito Superior; C – Trânsito Inferior; D – Corpo da Guarda; E – Casa o Comandante das Portas; F – Calabouço e G – Prisão Distinta.
Fonte: (IPHAN, 2008).



Figura 30 - Calabouço.
Fonte: Acervo do Autor, 2009.



Figura 31 - Janela (grade) do calabouço.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 32 - Espaço de trânsito da entrada principal.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 33 – Vista do acesso principal a partir do pátio de armas..
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 34 - Porta entre o espaço de trânsito, no acesso principal, e a praça de armas.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

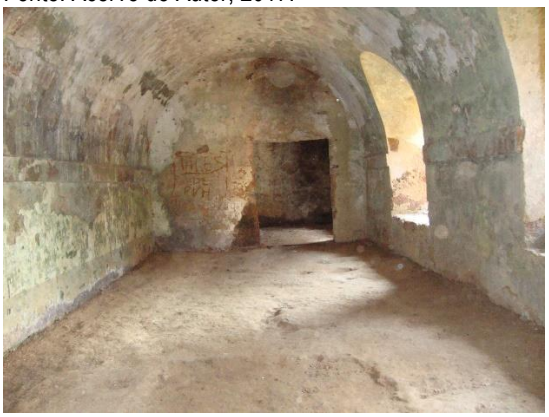


Figura 35 – Corpo da guarda
Fonte: Acervo do Autor, 2009.



Figura 36 - Acesso Principal do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 37 - Acesso de Serviço (Poterna) do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

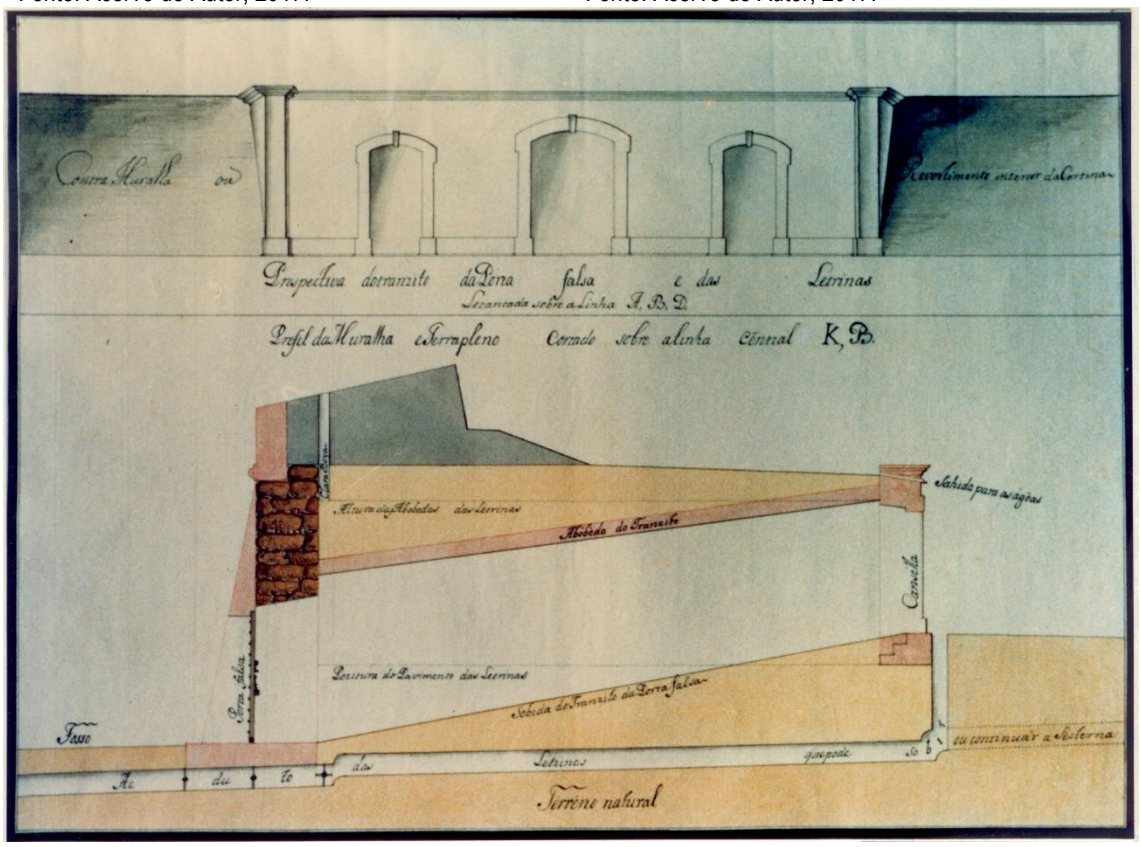


Figura 38 - Corte da poterna
O desenho mostra a estrutura da poterna, o sistema de escoamento pluvial, com uma linha tracejada indicando a conexão com a cisterna, e na parte superior mostra parte do sistema de drenagem do parapeito e o escoamento da água do trânsito superior por uma abertura nas pedras da cimalha voltada para o pátio.
Fonte: (FUNDAÇÃO CALOUSTE GOLBENKIAN, 1983).

1.7.1.2 – Estruturas externas

Próximo ao lado Oeste, foi construído um porto que hoje se encontra parcialmente coberto pelas árvores que nasceram entre a muralha e o Rio Guaporé e ao lado desse, existe o forno, utilizado para os processos que envolviam queima como a produção da cal, tijolos e telhas. Aproximadamente a 660 metros da entrada principal da fortificação, foi construído um prédio que se denominou paiol em razão de características construtivas específicas, como o sistema de

ventilação e a não construção desse no interior da muralha, além de ser um tipo de edificação erguido fora da fortificação para garantir que não poderá haver explosão dentro da fortificação em caso de ataque. A questão que ainda levanta dúvidas sobre a função desse prédio é de como seria a logística para acessar a munição que ficaria depositada nele em caso de ataque, uma vez que a distância entre o prédio e a fortificação não é fácil de ser percorrida durante ataque.

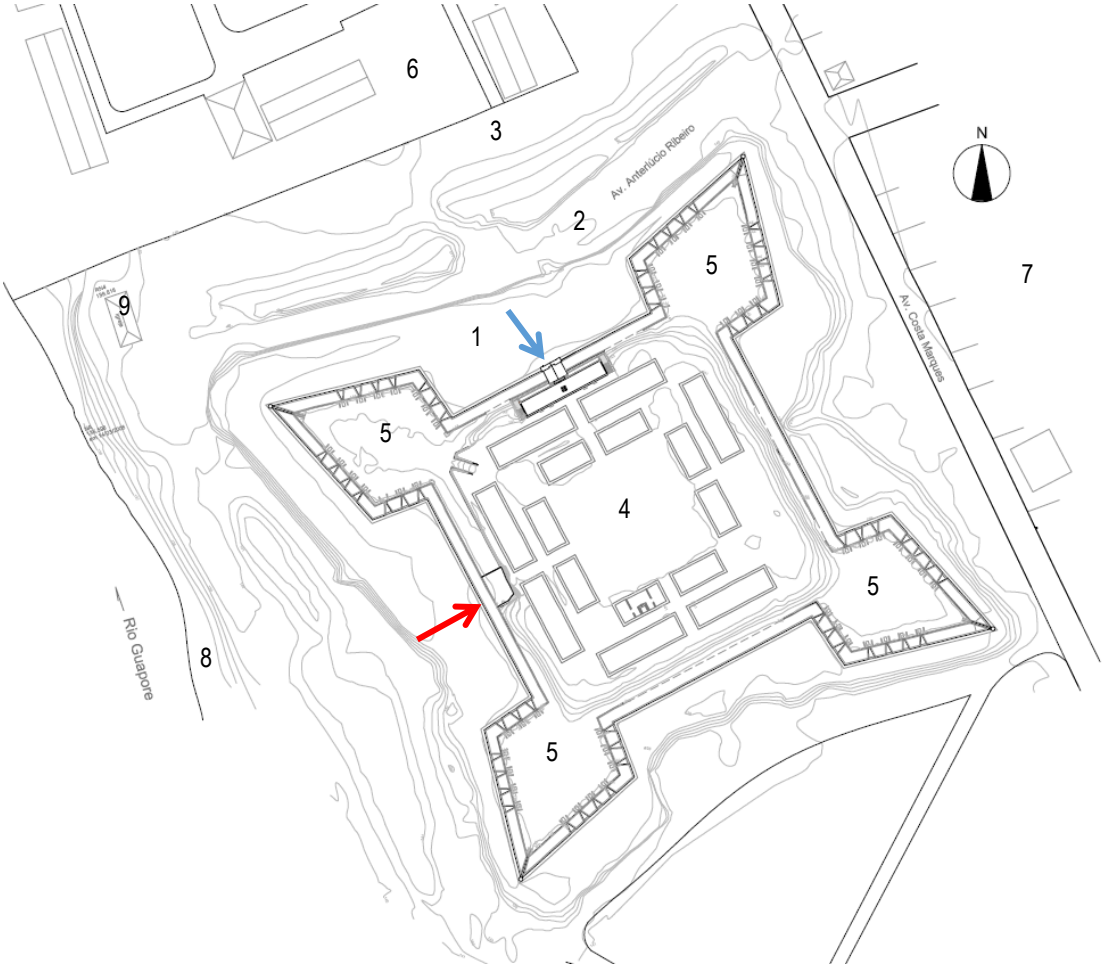


Figura 39 - Levantamento topográfico.
1 – Fosso; 2 – Caminho coberto; 3 – Esplanada; 4 – Praça de Armas; 5 – Baluartes; 6 – Pelotão Especial de Fronteira; 7 – Vila do Forte; 8 – Porto e 9 – Igreja. A seta azul indica a entrada principal e a seta vermelha, a entrada de serviço (Poterna).
Fonte: (IPHAN, 2008).



Figura 40 - Imagem panorâmica da frente do acesso principal do Forte Príncipe da Beira.
Em primeiro plano está o fosso, em seguida a contraescarpa e o caminho coberto. Após as elevações que protegem o caminho coberto está a esplanada.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 41 – Igreja
A igreja é uma construção de 1958, segundo informação da Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira. Atualmente existe a Irmandade Forte Príncipe da Beira no local, que anualmente é um dos locais de passagem da Festa do Divino Espírito Santo no Vale do Guaporé. Em 2021, o encerramento da festa será no Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 42 - Imagem aérea do Forte Príncipe da Beira
Na área entre a fortificação e o Rio Guaporé é possível observar a área do porto. Atualmente a área está tomada por vegetação arbustiva e grandes árvores que cresceram sem controle.
Fonte: Site “Gente de Opinião”. Disponível em goo.gl/5jshoj. Acessado em junho de 2008.

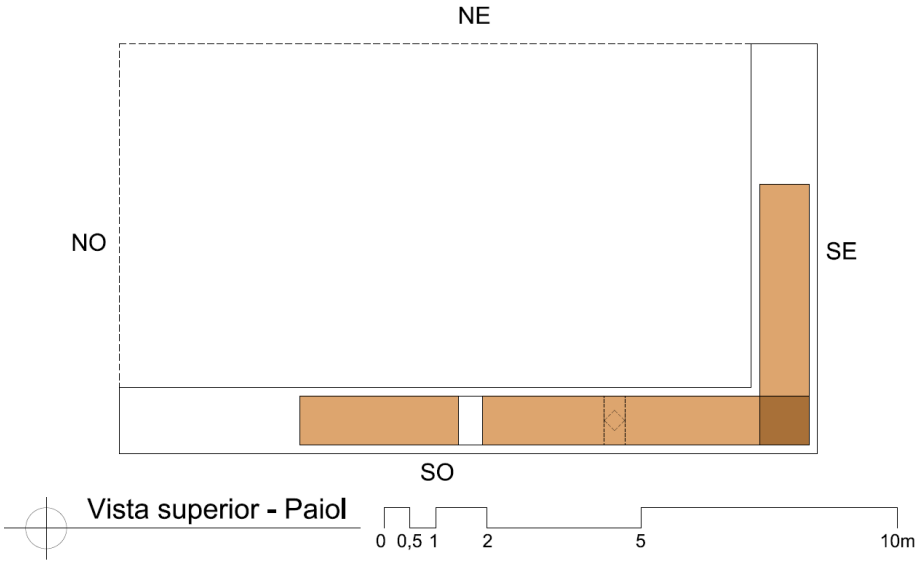


Figura 43 - Planta baixa esquemática das ruínas do paiol.
As ruínas do paiol têm, em planta, dimensão aproximada de 13,60x8,00m. Atualmente é possível visualizar duas paredes e uma janela que serve como registro do sistema de ventilação utilizado.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.



Figura 44 - Sistema de ventilação do paiol.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 45 - Face menor do paiol.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 46 - Face maior do paiol.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

O forno fica a aproximadamente 100 metros da fortificação, acompanhando a margem do Rio Guaporé em sentido oposto ao do 1° Pelotão Especial de Fronteira. É uma estrutura em pedra canga, encrustada no barranco, com 3,0 m de diâmetro interno, paredes com 90cm de espessura e 4,10m de altura. A entrada é por uma abertura de 70cm de largura por 1,74m de altura, marcada como uma pequena portada. A parte superior do forno está aproximadamente 50cm acima do nível do caminho da chegada ao forno e para entrarmos nele, desce-se a barranca.

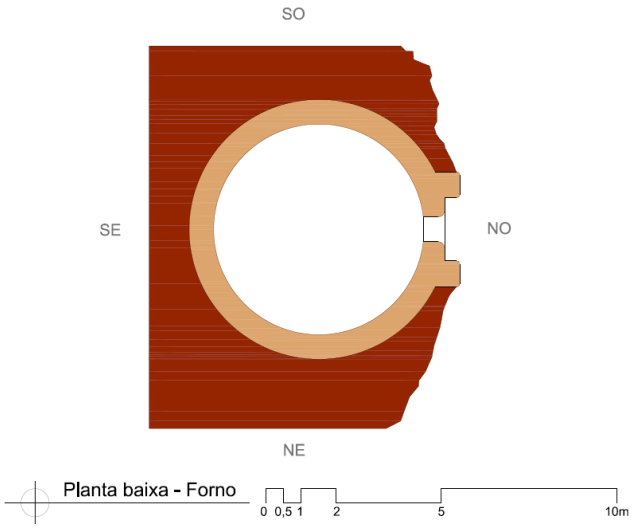


Figura 47 - Planta esquemática do forno.
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.


Figura 48 - Entrada do forno.
Fonte: Acervo do Autor.


Figura 49 - Vista interna das paredes do forno e da abertura superior.
A desagregação nas pedras, possivelmente seja em razão da argamassa de assentamento ser somente com barro. Possivelmente a parede ainda não tenha caído, pois elas estão encravadas no barranco.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3 – Praça de Armas

Na praça de armas, área interna da muralha, existe um conjunto de 15 edificações, sendo 7 com dimensões de 9,30x32,70m e 8 com dimensões de 8,90x19,25m. São dimensões aproximadas, podendo haver alguma variação. Todas elas estão em ruínas, não existindo, como já mencionado, esquadrias e coberturas. Os pisos são em tijoleira, ainda existente na maioria das edificações, com dimensões aproximadas de 15x30cm.

As paredes são em pedra canga, com revestimento argamassado ainda presente em algumas edificações, juntamente com a argamassa de assentamento. Essa já apresenta acelerado grau de desagregação pela presença de morcegos nas brechas das pedras, além da própria lixiviação, causada pela água da chuva.

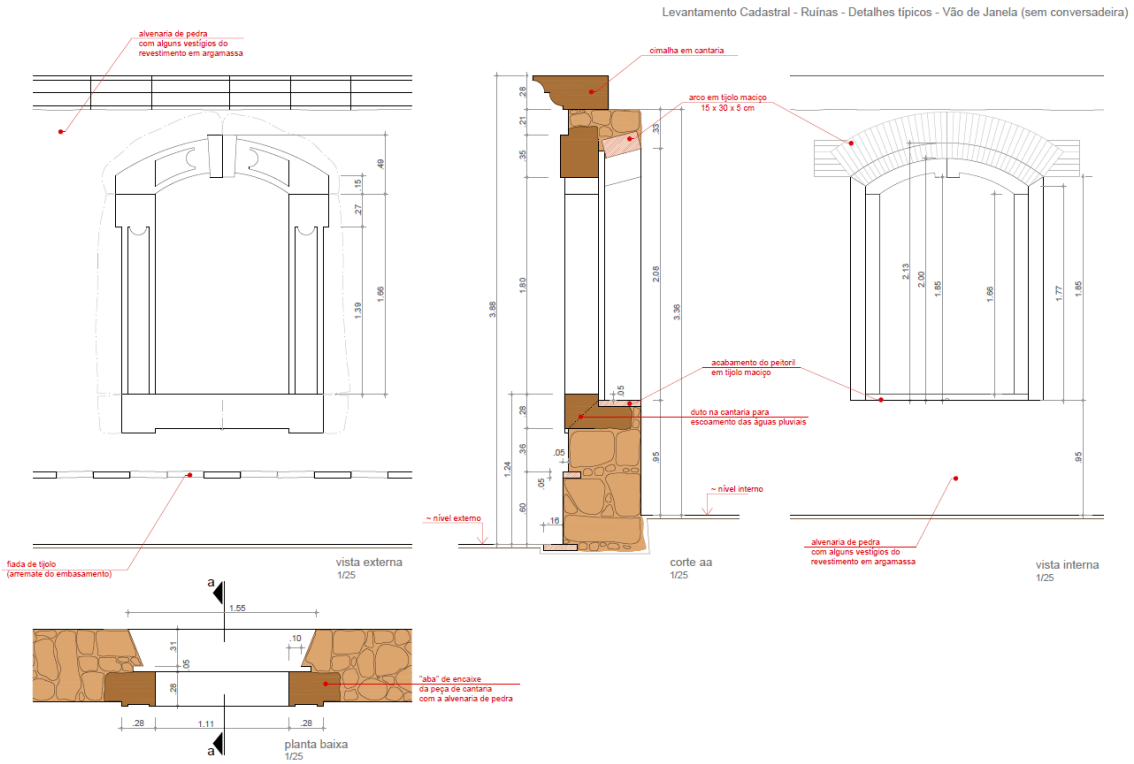


Figura 50 - Detalhamento das janelas.
O desenho faz parte do levantamento cadastral realizado em 2008 por empresa contratada pelo IPHAN. É possível observar a alvenaria de pedra, a cantaria, os detalhes de construção dos arcos.
Fonte: IPHAN, 2008.

A seguir serão apresentadas informações sobre cada uma das edificações, acompanhadas de desenhos e imagens atuais, além da cisterna existente no centro da praça de armas. Segue abaixo um levantamento topográfico realizado em 2008 onde está inserida a numeração das edificações, conforme projeto original e base para a descrição que será apresentada.

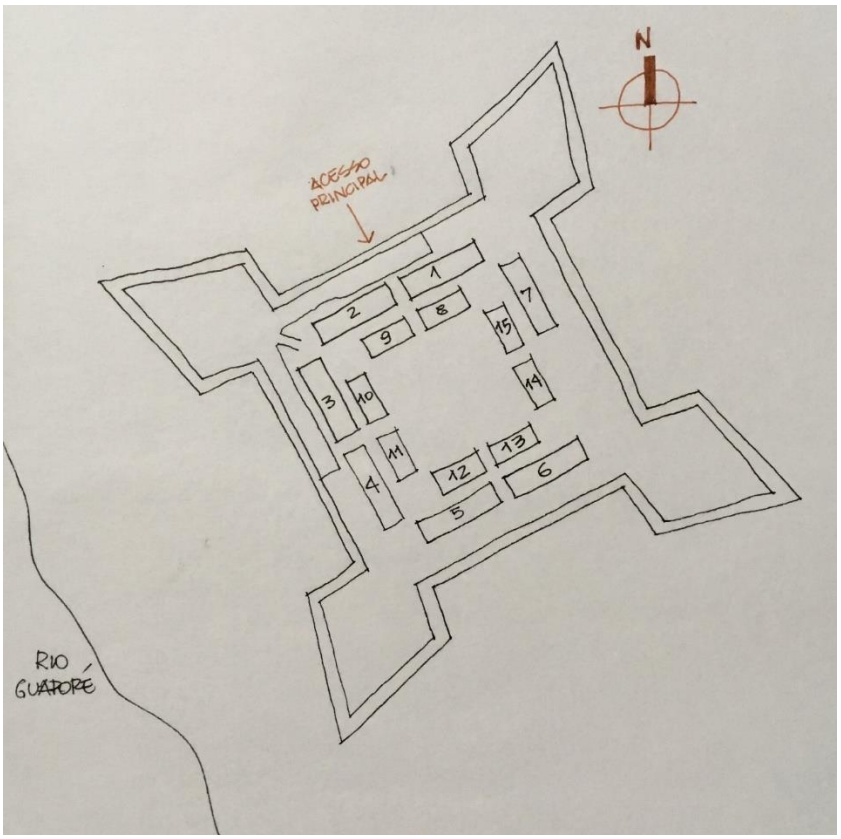


Figura 51 – Croqui com a numeração dos prédios do Forte Príncipe da Beira
Fonte: Elaborado pelo Autor.

1.7.1.3.1 – Prédio 01 – Alojamento

O edifício tem dimensão aproximada de 9,30x32,70m e serviu de alojamento para os praças (soldados). As paredes menores estão mais íntegras do que as maiores, inclusive com presença de revestimento. Partes da cantaria já não estão mais presentes, assim como os pisos em tijoleira, visíveis apenas em partes próximas às paredes externas. Não é possível identificar as divisórias internas.

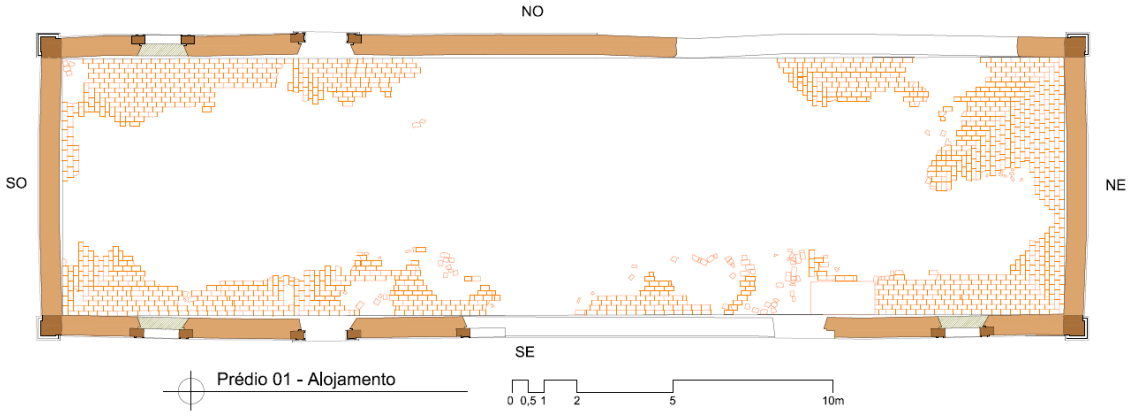


Figura 52 - Planta baixa do prédio 01.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 53 – Prédio 01 - Face SE.
Os escoramentos foram executados de forma emergencial em novembro de 2017.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 54 - Prédio 01 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 55 - Prédio 01 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 56 - Prédio 01 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

1.7.1.3.2 – Prédio 02 – Alojamento.

O edifício tem dimensão aproximada de 9,30x32,70m e também serviu de alojamento para os militares. A sua face SE é a mais conservada, pois mantém todas as molduras de portas e janelas em cantaria, além de parte da cimalha ainda estar preservada. A face NE possui revestimento próximo à base e assim como a outra face menor, possui alguns poucos exemplares de cimalha. A outra face maior, voltada para a praça de armas, está com metade da parede ainda preservada, tendo recebido no final de 2017 escoramentos para estabilizar a estrutura. O piso em tijoleira está preservado na maior parte da edificação, separado em duas partes por uma marcação no centro que seria uma parede em taipa.

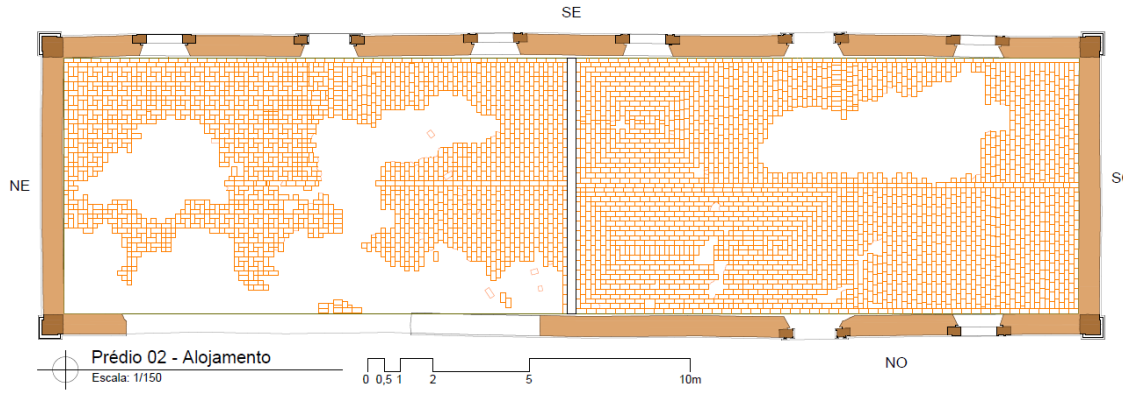


Figura 57 - Planta baixa do prédio 02.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 58 - Prédio 02 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 59 - Prédio 02 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 60 - Prédio 02 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 61 - Prédio 02 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 62 - Janela da face NO do prédio 02.
Uma curiosidade da implantação das edificações no Forte Príncipe da Beira permite que a partir dessa janela, é possível uma imagem que alinhe as janelas das outras edificações a sua frente (prédios 10, 11 e 05).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.3 – Prédio 03 – Alojamento.

A edificação 03 também serviu como alojamento para os militares que estavam na fortificação. Tem dimensões de 9,30x32,70m e apresenta praticamente as quatro paredes em bom estado de conservação, estando apenas a voltada para o centro da praça de armas com grande parte faltante, em razão de desmoronamento. Nas outras três paredes é possível identificar a presença de revestimentos, além das cantarias das portas e janelas. Apresenta menos da metade da sua área interna ainda revestida com a tijoleira no piso.

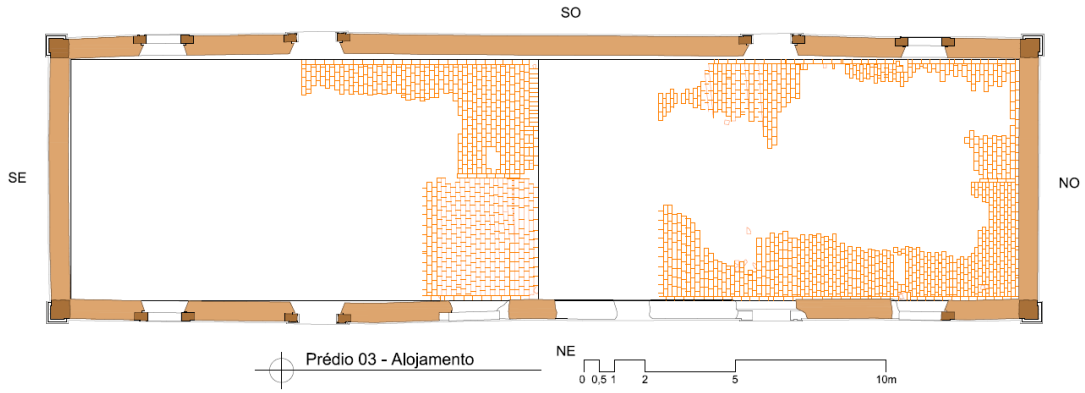


Figura 63 - Planta baixa esquemática do Prédio 03.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 64 - Prédio 03 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 65 - Prédio 03 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 66 - Prédio 03 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 67 - Prédio 03 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.4 – Prédio 04 – Hospital.

Este prédio 04 abrigava o hospital e tem dimensões de 9,30x32,70m. É um dos prédios em melhor estado de conservação, tendo apenas um de seus cantos mais avariados, apresentando nele apenas a base de um cunhal. Nas janelas e portal estão presentes as cantarias das molduras e na parte superior das alvenarias, a maioria das cimalhas. No interior do prédio ainda existem vestígios das paredes de taipa e o piso de tijoleira, esse estando mais preservado no centro da edificação.

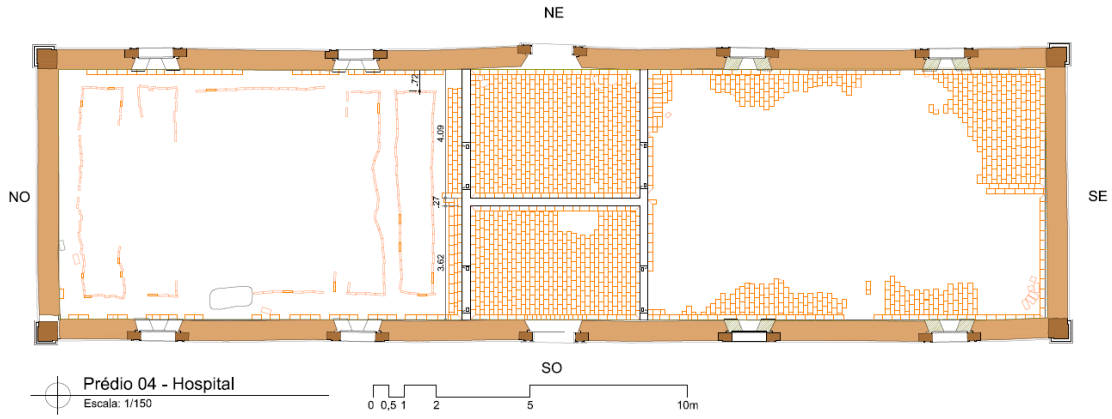


Figura 68 - Planta baixa esquemática do Prédio 04.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 69 - Prédio 04 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 70 - Prédio 04 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 71 - Prédio 04 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 72 - Prédio 04 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.5 – Prédio 05 – Armazém de Víveres e Petrechos.

O prédio 05 era utilizado como armazém de víveres e petrechos e tem dimensões de 9,30x32,70m. Não há vestígios de paredes internas e de pisos de tijoleiras, além de estar com desprendimentos das molduras das janelas e portas, estando muitas escoradas. A fixação da vegetação nas paredes é um problema grave, pois como a limpeza é feita pelos soltados do Pelotão, sem estruturas de maior segurança para realizar serviços em altura, não é possível uma limpeza mais profunda. Somente pode ser retirada a vegetação dos locais onde é possível

observar a sua forma de fixação, pois assim os soldados conseguem analisar o risco de desmoronamento de alguma estrutura. Na situação em que se encontra o prédio 05, não é possível realizar a limpeza total da face NE e de parte da face SE, pois entende-se que a fixação da vegetação está profunda, correndo o risco de desabamento caso a retirada não seja com equipamentos de segurança. Uma outra alternativa é a colocação de venenos que matem a vegetação, mas neste caso existem outros dois problemas: não é possível verificar o efeito de um produto químico como um veneno naquele local e, como não é possível visualizar o local, também não é possível analisar quanto essa vegetação, hoje, pelo seu enraizamento, não está atuando também contra a desagregação das paredes.

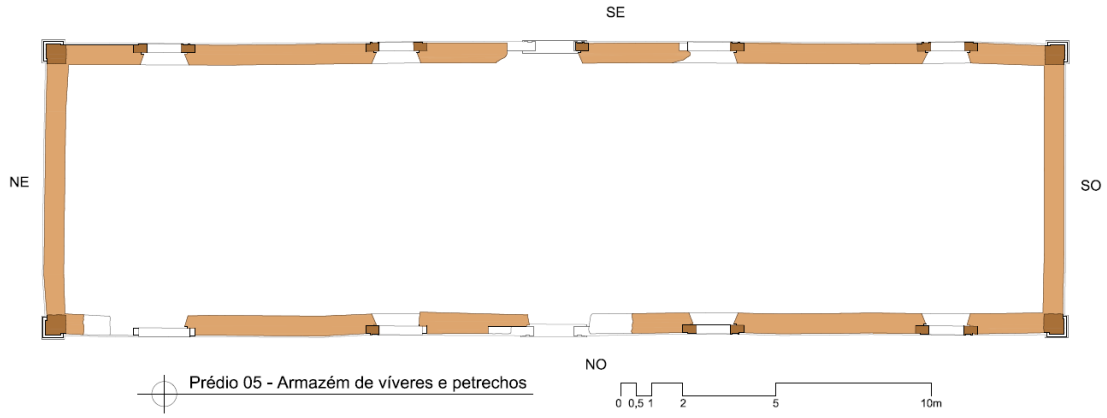


Figura 73 - Planta baixa esquemática do Prédio 05.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 74 - Prédio 05 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 75 - Prédio 05 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 76 - Prédio 05 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 77 - Prédio 05 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 78 - Encontro das paredes NE e SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.6 – Prédio 06 – Armazém de Víveres e Petrechos.

Este prédio é um dos mais deteriorados e servia como armazém de víveres e petrechos. Destaque para a parede NO que possui apenas pedras de sua base, além de parte das pedras dos cunhais. A parede oposta, a face SE, está razoavelmente bem preservada, com destaque para trechos de revestimento presentes, sendo também possível os observar nas duas faces menores, onde estão presentes grandes trechos de reboco.

O prédio possui as dimensões de 9,30x32,70 e pelo menos 60% dessa área interna está revestida com tijoleiras.

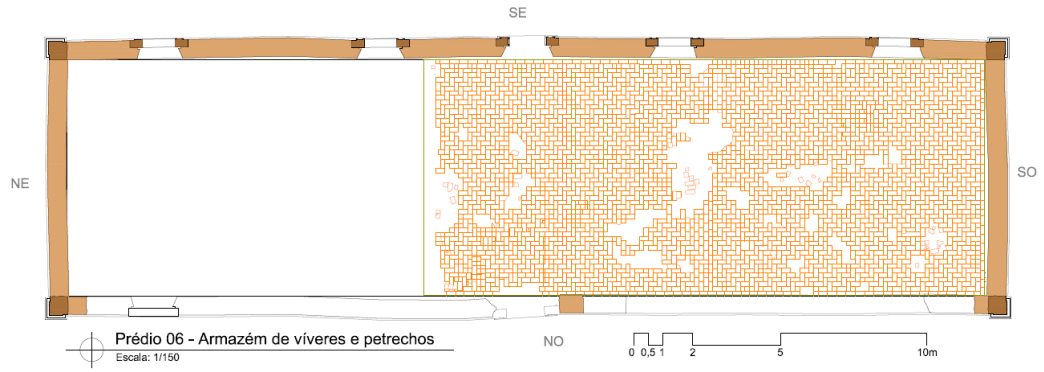


Figura 79 - Planta baixa esquemática do Prédio 06.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 80 - Prédio 06 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 81 - Prédio 06 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 82 - Prédio 06 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 83 - Prédio 06 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.7 – Prédio 07 – Alojamento.

O prédio 07, assim como os de número 01, 02 e 03, também serviu como alojamento de militares. Possui dimensões de 9,30x32,70m e não apresenta vestígios de divisórias internas e pisos de tijoleiras. Está com três paredes bem conservadas e uma, praticamente inexistente. A parede SO apresenta apenas vestígios próximos aos cunhais, mas que apresentam avançado descolamento e inclinação. As outras paredes apresentam grandes áreas como revestimento, cimalhas e molduras das janelas e portas em cantaria.

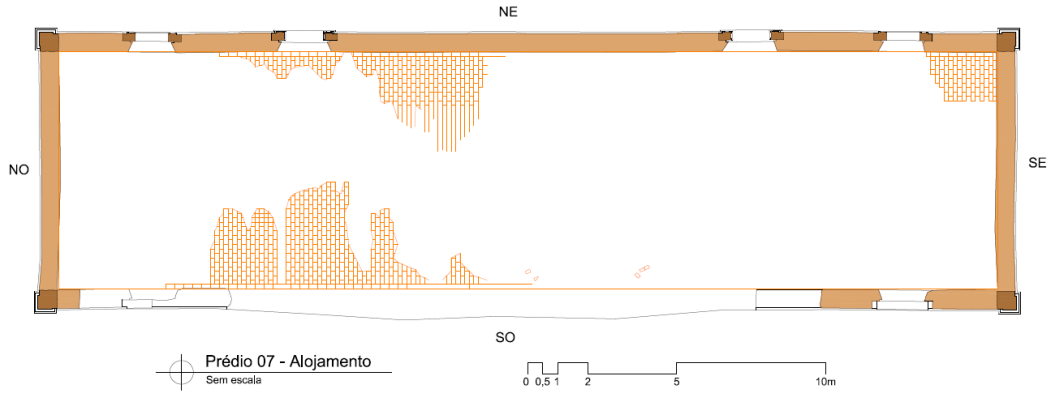


Figura 84 - Planta baixa esquemática do Prédio 07.
Fonte: (IPHAN, 2018).



Figura 85 - Prédio 07 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 86 - Prédio 07 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 87 - Prédio 07 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 88 - Prédio 07 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.8 – Prédio 08 – Quartel dos Oficiais.

O edifício serviu como quartel de oficiais e tem a dimensão de 8,90x19,25m. A fachada que está em pior estado de conservação é a face NE, tendo apenas as partes da parede próximas aos cantos ainda existentes. A parede SE, voltada para a praça de armas está com quase a totalidade das estruturas ainda existentes escoradas, enquanto que a face NO, estando mais íntegra, apresenta locais pontuais de escoramentos. A lateral SO está mais íntegra, mantendo grande parte do revestimento, além de cimalhas e molduras. Internamente é possível observar vestígios das paredes de taipa e do piso em tijoleira, esse presente em todos os ambientes.



Figura 89 - Planta baixa esquemática do Prédio 08.
Fonte: (IPHAN, 2009).


Figura 90 - Prédio 08 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 91 - Prédio 08 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 92 - Prédio 08 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 93 - Prédio 08 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.9 – Prédio 09 – Quartel dos Oficiais.

Possuindo características idênticas ao prédio 08, servindo de quartel de oficiais e tendo as dimensões de 8,90x19,25m, é o edifício mais deteriorado. A face SO que ainda se mantinha em melhor estado, nos últimos anos teve parte de sua estrutura desmoronando. As paredes NE e

SE apresentam poucos vestígios de parede próximos aos cantos, enquanto que as outras possuem maior área de parede, mas sem sustentação, sendo escoradas no final de 2017. É possível visualizar os vestígios das paredes de taipa e do piso de tijoleira.

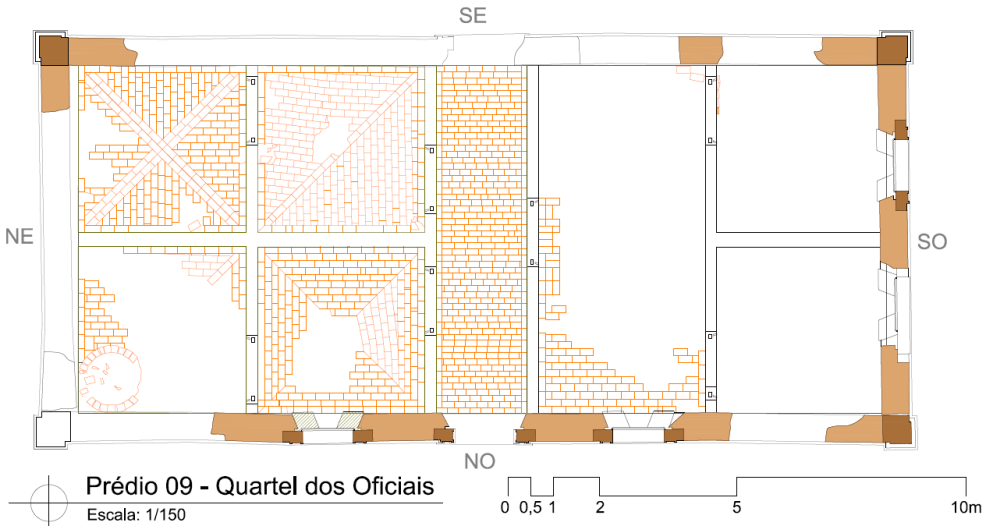


Figura 94 - Planta baixa esquemática do Prédio 09.
Fonte: (IPHAN, 2009)



Figura 95 - Prédio 09 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 96 - Prédio 09 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 97 - Prédio 09 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 98 - Prédio 09 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.10 – Prédio 10 – Quartel dos Oficiais

O prédio 10 era um dos quartéis de oficiais existentes no Forte Príncipe da Beira. Tendo dimensões de 8,90x19,25m, apresenta a face NO em melhor estado de conservação, enquanto as outras estão com grande parte faltante. Existem vestígios das paredes de taipa no interior da edificação, assim como do piso em tijoleira. Os vestígios da parede NE, de frente para a praça de armas, receberam escoramento em praticamente todos os pontos ainda existentes, pois os pontos de ancoragem das estruturas estão muito frágeis.

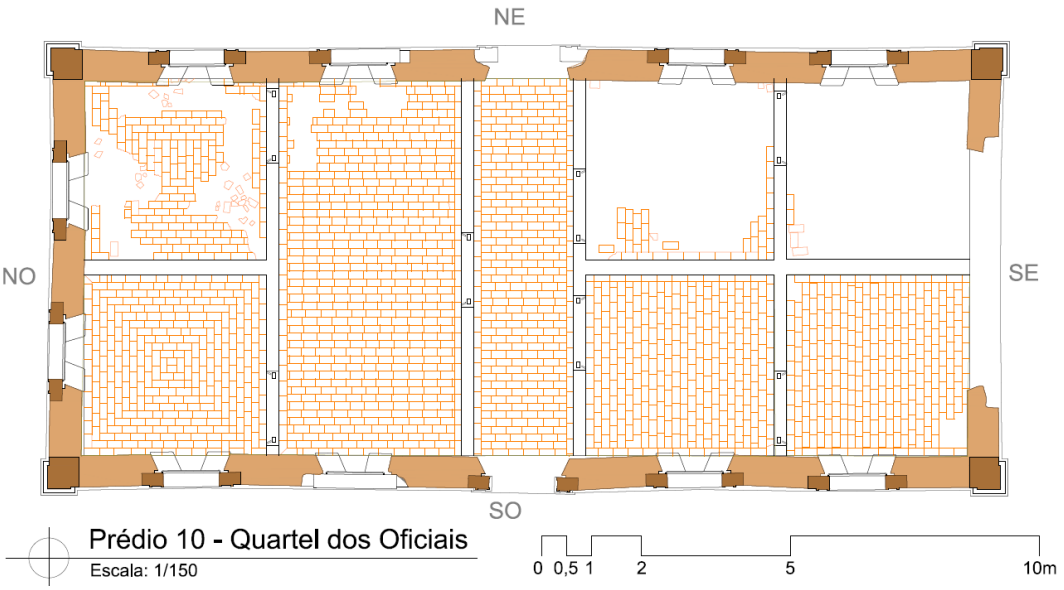


Figura 99 - Planta esquemática do prédio 10.
Fonte: (IPHAN, 2009)



Figura 100 - Prédio 10 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 101 - Prédio 10 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 102 - Prédio 10 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 103 - Prédio 10 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.11 – Prédio 11 – Residência do Capelão e do Cirurgião

O prédio de dimensões 8,90x19,25m servia como residência do capelão e do cirurgião. O prédio está bem preservado, com as molduras em cantarias das portas e janelas, cimalhas e revestimentos ainda presentes. Internamente existem vestígios das paredes em taipa e apenas pouca parte do piso de tijoleira está faltante. O cunhal de encontro das faces SO e SE está íntegro, inclusive com a cimalha, não sendo algo facilmente observado nas demais edificações.

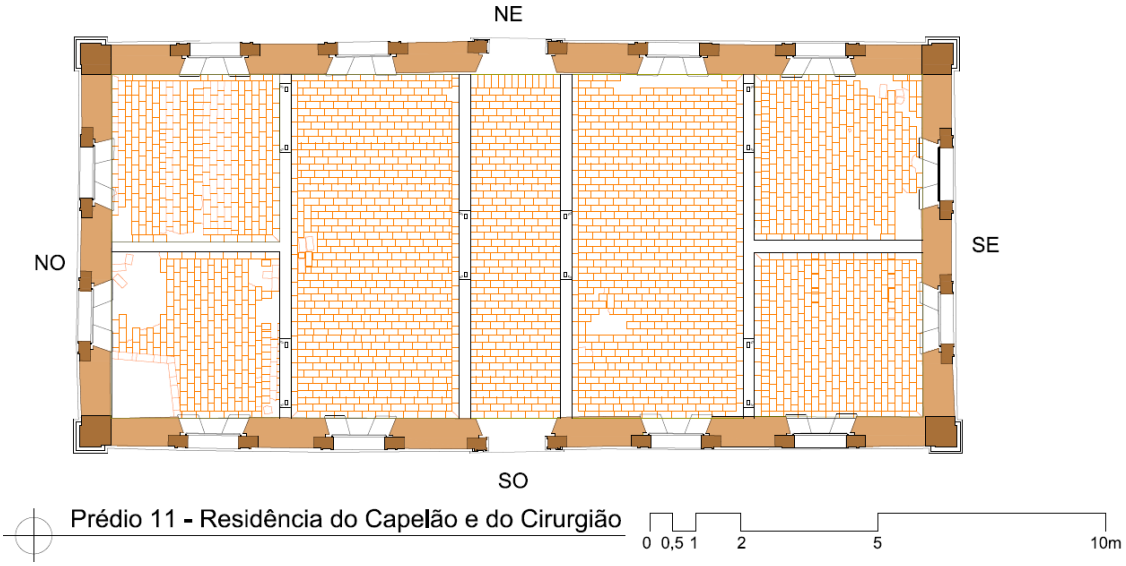


Figura 104 - Planta baixa esquemática do Prédio 11.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 105 - Prédio 11 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 106 - Prédio 11 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 107 - Prédio 11 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 108 - Prédio 11 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.12 – Prédio 12 – Capela, Botica e Quartel do Boticário.

O prédio que servia como capela, botica e quartel do boticário tem as dimensões aproximadas de 8,90x19,25m, sendo o único com características formais diferenciadas, como a presença de frontão triangular, além de utilização de paredes de pedra com divisórias internas. No interior do prédio fica o altar em dois degraus em cantaria, assim como é possível encontrar pisos de tijoleira, principalmente nos dois ambientais laterais à capela. A pia batismal e duas colunas da capela estão na igreja utilizada pelos moradores.

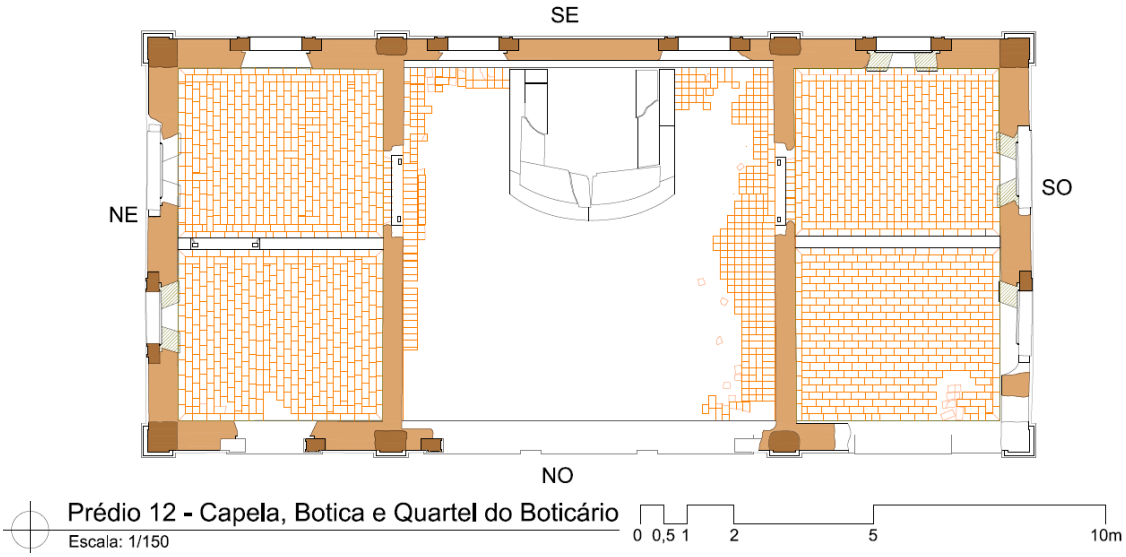


Figura 109 - Planta baixa esquemática do Prédio 12.
Fonte: (IPHAN, 2009).


Figura 110 - Prédio 12 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 111 - Prédio 12 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 112 - Prédio 12 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.


Figura 113 - Prédio 12 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 114 - Prédio 12 em 1913.
Fonte: (PRÓ-MEMÓRIA, Vol.II, 1983).



Figura 115 - Prédio 12 em 1983.
Fonte: (PRÓ-MEMÓRIA, Vol.II, 1983).

1.7.1.3.13 – Prédio 13 – Residência dos Governadores

O prédio 13 fica ao lado da capela tem as dimensões de 8,90x19,25m. Servia de residência dos Governadores quando esses visitavam o local. É um dos prédios como maior número de escoramento, principalmente na face SO, voltada para a praça de armas. Nessa, foram utilizados escoramentos em madeira e em alvenaria para os arcos, sendo utilizada uma argamassa com pouco cimento, sem que essa entrasse em contato com as paredes. No cunhal do encontro das faces SO e SE, existe uma árvore, ainda pequena, que nasceu entre as pedras, agravando o problema de descolamento das estruturas. Internamento, o prédio apresenta vestígios das paredes de taipa e dos pisos em tijoleira.

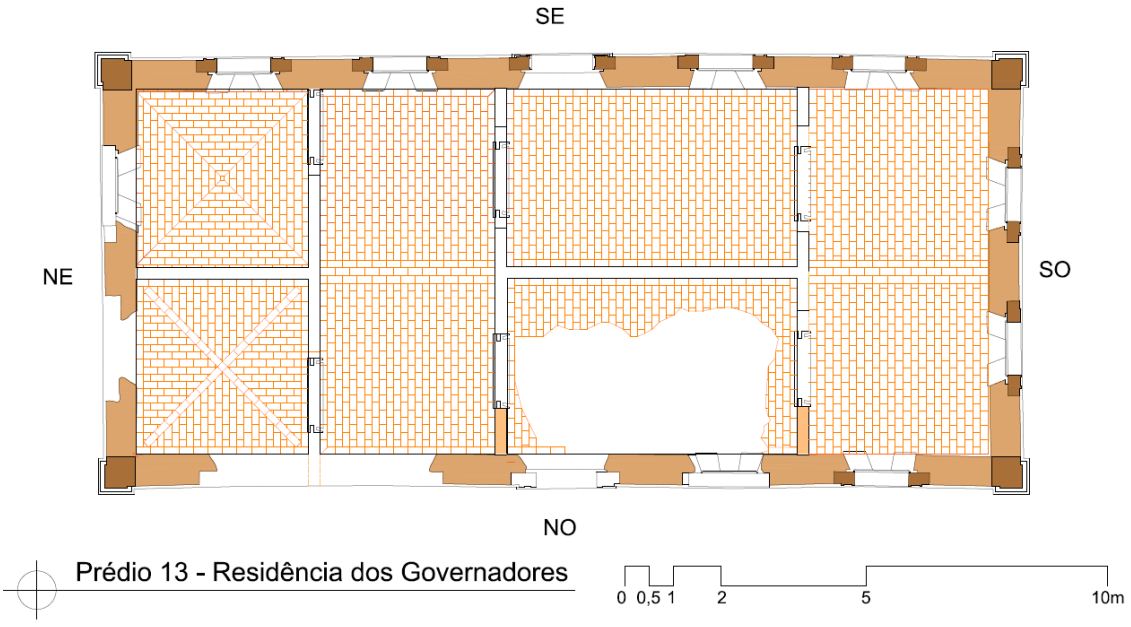


Figura 116 - Planta baixa esquemática do Prédio 13.
Fonte: (IPHAN, 2018).



Figura 117 - Prédio 13 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 118 - Prédio 13 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 119 - Prédio 13 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 120 - Prédio 13 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.14 – Prédio 14 – Quartel dos Oficiais.

O edifício serviu como quartel dos oficiais e também tem a dimensão de 8,90x19,25m. Apresenta três fachadas bem preservadas e uma, voltada para a praça de armas, praticamente inexistente, tendo apenas parte das paredes próximas aos cunhais. Nas paredes preservadas ainda existem cimalhas, revestimentos e molduras em cantarias de portas e janelas, além de outras peças mais trabalhadas, como os cunhais. Internamente, ainda existem vestígios de paredes de taipa e dos pisos em tijoleira.

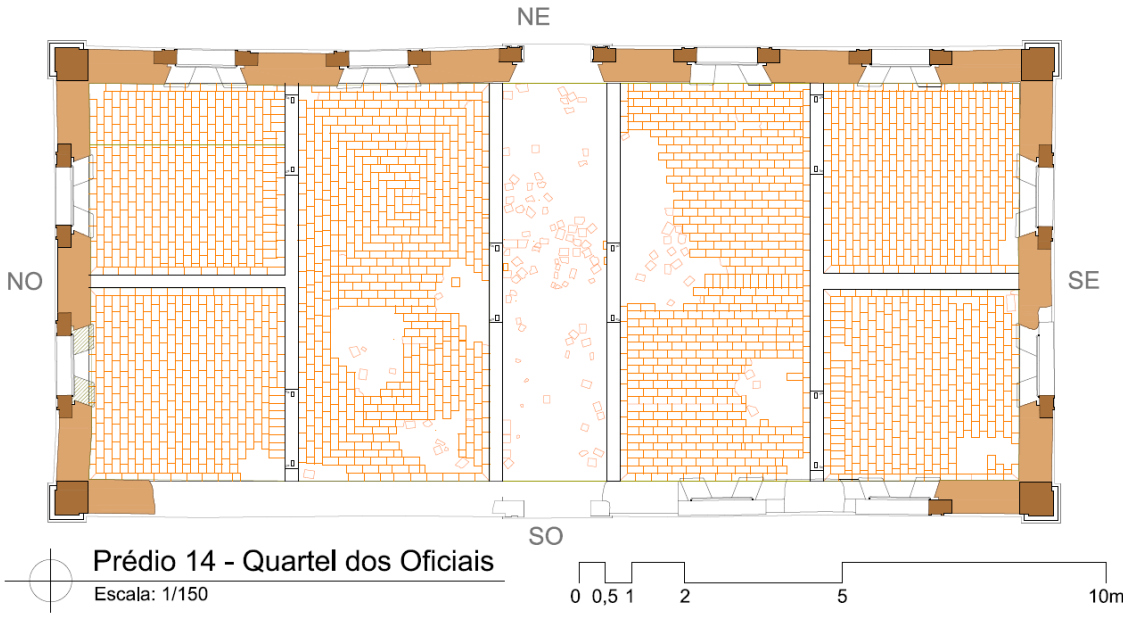


Figura 121 - Planta baixa esquemática do Prédio 14.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 122 - Prédio 14 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 123 - Prédio 14 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 124 - Prédio 14 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 125 - Prédio 14 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.15 – Prédio 15 – Quartel de Oficiais

O prédio 15 também serviu como quartel de oficiais, tendo dimensões de 8,90x19,25m. O edifício está com a parede NE bem preservada, mantendo a maioria das cimalhas, as molduras em cantaria das portas e janelas e parte do revestimento, assim como a parede NO, essa toda

escorada, pois embora mantém praticamente todos os elementos, tem muitos pontos de desagregação. A face SO é mais deteriorada, tendo pequenos trechos de paredes próximos aos cunhais, mas já desagregando. Existem vestígios de paredes de taipa e do piso de tijoleira no seu interior.

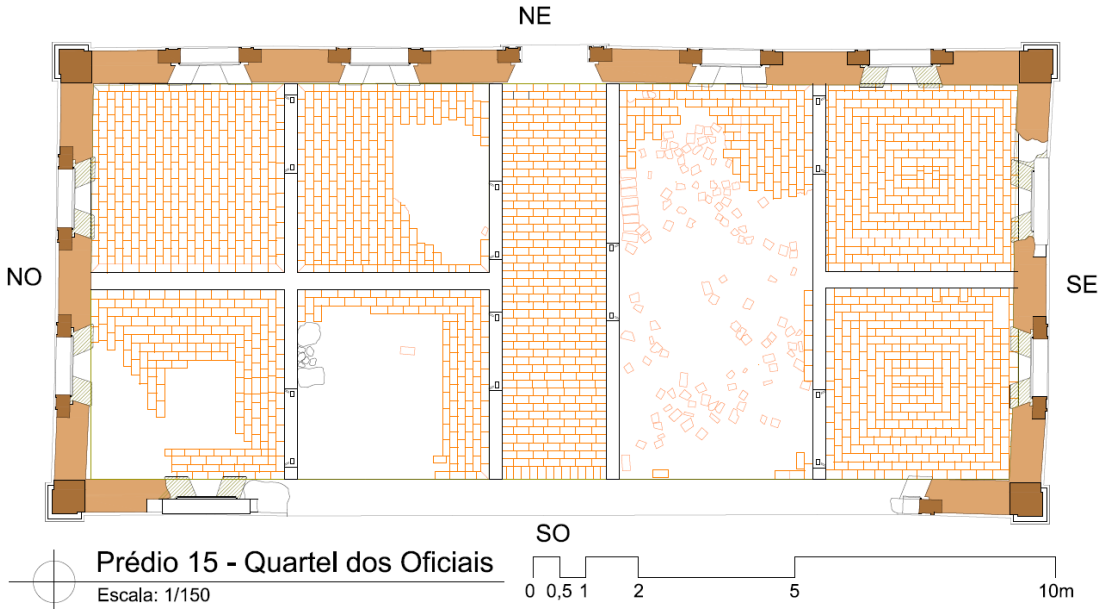


Figura 126 - Planta baixa esquemática do Prédio 15.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 127 - Prédio 15 - Face SO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 128 - Prédio 15 - Face SE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 129 - Prédio 15 - Face NE.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 130 - Prédio 15 - Face NO.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.1.3.16 – Cisterna

No centro da praça de armas foi construída uma cisterna em pedra com o objetivo de armazenar a água da chuva e utilizá-la na limpeza das duas latrinas existentes ao lado da poterna. A água é captada pela abertura e levada por canaletas em pedra e chegando em frente às latrinas, divide-se em dois caminhos, juntando-se no lado de fora da fortificação, conduzindo a água até o Rio Guaporé.

Há uma lenda de que essa cisterna, na verdade, seria uma passagem que levaria ao outro lado do rio, para a Bolívia. Levantamentos realizados no local desconstruíram a lenda, pois não há passagem com dimensão suficiente para a circulação de homens.

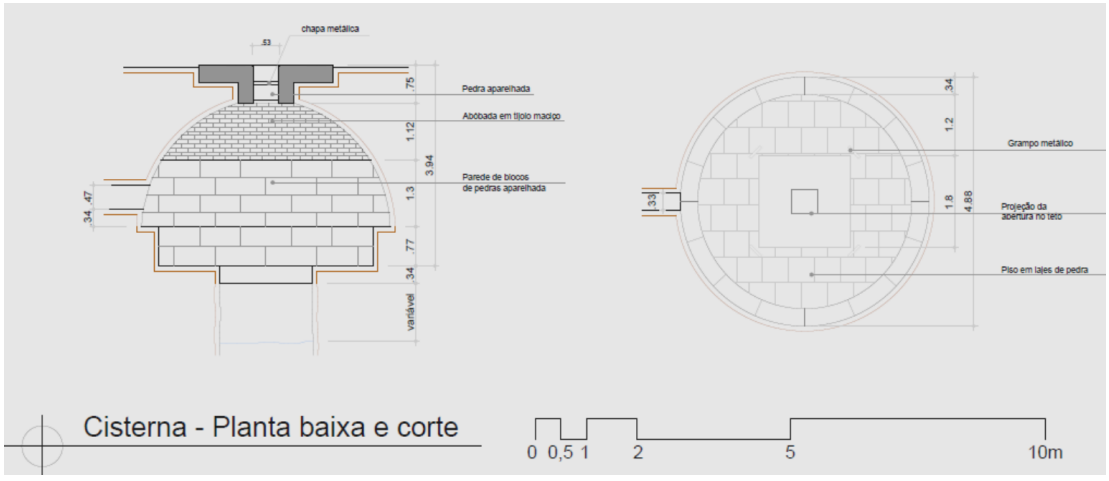


Figura 131 - Planta baixa e corte da cisterna.
Fonte: (IPHAN, 2009).

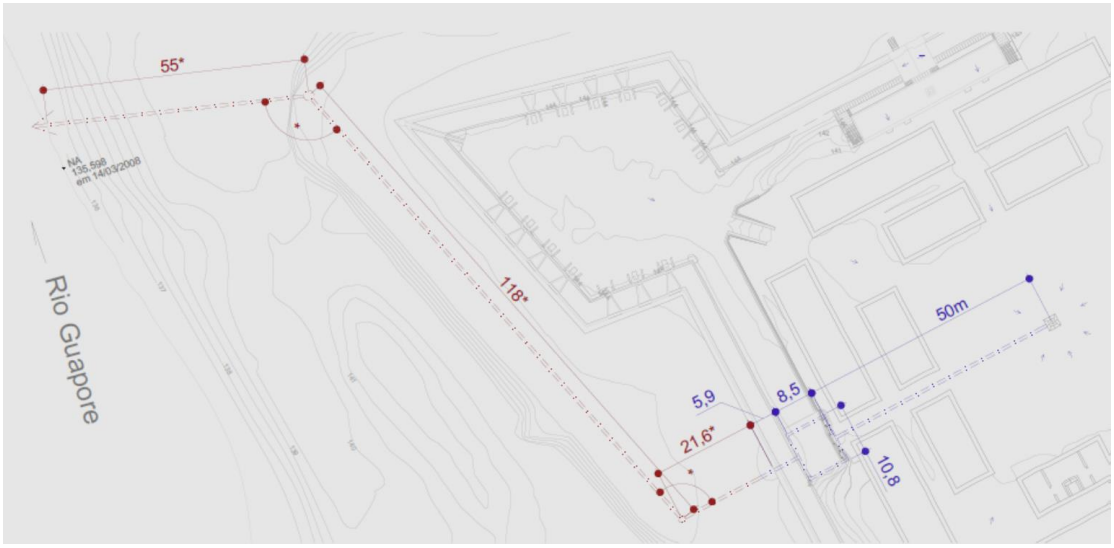


Figura 132 - Implantação da rede de escoamento de água a partir da cisterna.
A rede de escoamento de água parte da cisterna, dividindo-se e passando pelas duas latrinas, juntando-se fora da fortificação e direcionando para o Rio Guaporé.
Fonte: (IPHAN, 2009).

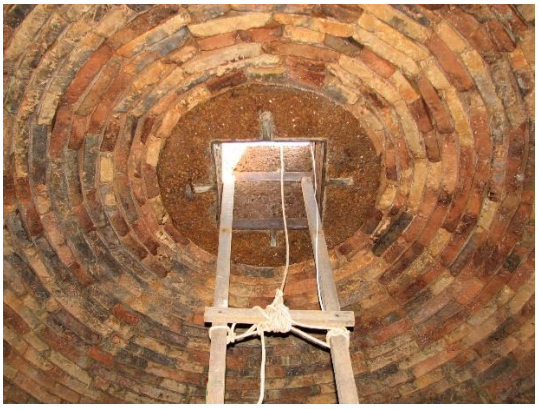


Figura 133 - Vista interna da parte superior da cisterna.
Fonte: (IPHAN, 2009).

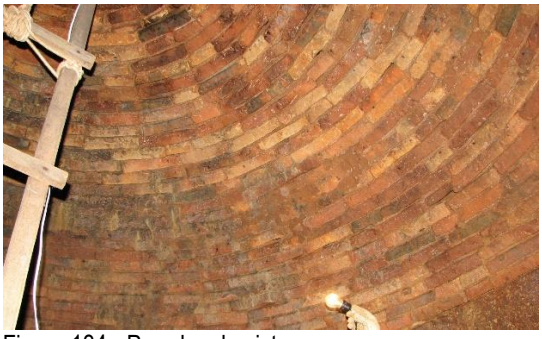


Figura 134 - Paredes da cisterna.
Fonte: (IPHAN, 2009).

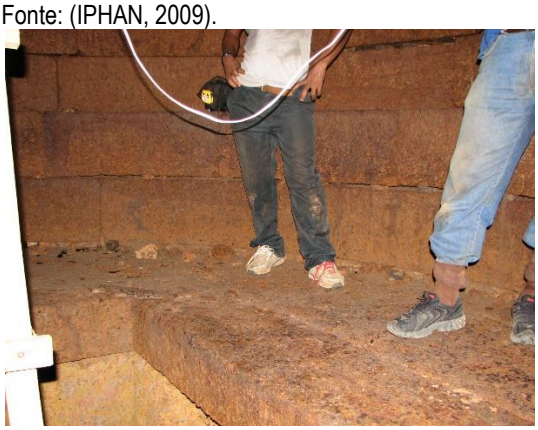


Figura 135 - Base da cisterna.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 136 - Escoamento de água.
Fonte: (IPHAN, 2009).

1.7.1.4 - Material de Artilharia

Se a fortificação é o corpo de um sistema de defesa, talvez o material de artilharia seja o coração ou a alma, pois foi graças a seu desenvolvimento que a arquitetura militar precisou ser transformada, se adaptando às evoluções do armamento. Sobre a artilharia do Forte Príncipe da Beira, a publicação mais completa tem 35 anos, e ainda é o "Levantamento das Fortificações Tombadas" em seu volume III que trata dos "Aspectos Militares" e descreve, entre outros elementos, os canhões da fortificação.

Importante destacar ao tratar do material de artilharia do Forte Príncipe da Beira é a decisão do Conselho Consultivo do IPHAN em sua 82ª reunião realizada no Rio de Janeiro em 06/05/2016 em tombar um conjunto de fortificações brasileiras com o material de artilharia existente no local. Em um processo de detalhamento do tombamento do Forte Príncipe da Beira, seria necessária a inclusão dos canhões lá existentes e, por que não pensar mais amplamente, a "repatriação" dos que estão em Guajará-Mirim e Porto Velho.

Os nove canhões que ainda estão na fortificação se encontram hoje no baluarte de Nossa Senhora da Conceição (entre o acesso principal e o Rio Guaporé). No local há ainda pedaços de um canhão que explodiu em dezembro de 2009 durante a visita do Embaixador de Portugal no Brasil, quando era realizada a saudação que normalmente acontecia com um tiro de canhão. Pelas informações na época, foi colocada muita pólvora no canhão e esse não suportou a pressão e explodiu, no entanto, também pode ter ocorrido pela utilização de explosivos modernos com características diferentes. Existem ainda dois canhões em frente ao Pelotão Especial de Fronteira e um outro, em Porto Velho, em frente a 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

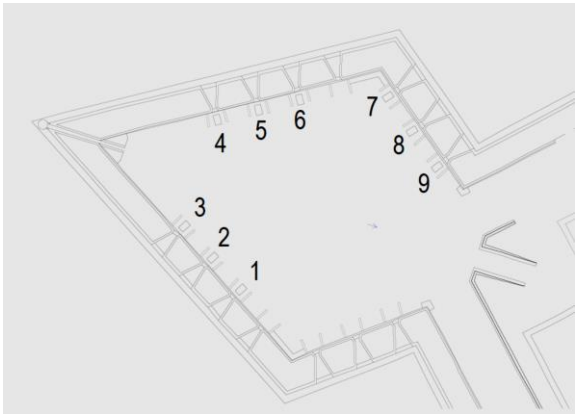


Figura 137 - Localização dos canhões no baluarte Nossa Senhora da Conceição
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

Conforme tabela abaixo, baseada no levantamento realizado em 1983, foram cadastrados três canhões no baluarte do Forte Príncipe da Beira, quatro canhões no Pelotão Especial de Fronteira, um canhão no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro e dois em frente a 17ª

Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho. Atualmente, conforme já relatamos, são nove canhões no Baluarte do Forte Príncipe da Beira, três canhões no Pelotão Especial de Fronteira, um canhão em frente a 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho e se mantêm os dois em Guajará-Mirim.

Canhão	Compr. (m)	Compr. Alma (m)	Calibre	Peso (kg)	Inscrições	Procedência	Data da Fundição	Localização
1	2,63	2,29	10cm, 6 libras	1.305	Coroa Real Inglesa "GR2" (Georges Rex II) e 22-0-26[42]	Inglaterra	Entre 1727 e 1760.	Baluarte do Forte Príncipe da Beira
2	2,62	2,30	10cm, 6 libras	1.296	Coroa Real Inglesa, "GR2" (Georges Rex II) e 22-0-2.	Inglaterra	Entre 1727 e 1760.	Em frente ao Pavilhão de Comando do Pelotão Especial de Fronteira.
3	2,63	2,32	10cm, 6 libras	1.297	Coroa Real Inglesa, "GR2" e 22-0-9.	Inglaterra	Entre 1727 e 1769.	Em frente ao Pavilhão de Comando do Pelotão Especial de Fronteira.
4	2,61	2,30	10cm, 6 libras	1.282	Coroa Real Inglesa, "GR2" e 21-3-19.	Inglaterra	Entre 1727 e 1769.	Em frente ao Quartel da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho.
5	2.63	2,29	10cm, 6 libras	1.266	Coroa Real Inglesa, "GR2" e 21-2-5.	Inglaterra	Entre 1727 e 1769.	Em frente ao Quartel da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho.
6	2,66	2,27	9,7cm, 6 libras	1.290	Coroa Real Inglesa, "GR2" e 21-3-26.	Inglaterra.	Entre 1727 e 1760.	Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.
7	2,50	2,18	9,5cm, 6 libras		Flor de Lis em três lugares distintos, marca do fundido "FB" e a data da fundição	França	1700	Baluarte do Forte Príncipe da Beira.

[42] A inscrição do primeiro canhão, por exemplo, '22-0-26" são de peso português, indicando que o canhão tem 22 quintais (cada quintal é equivalente a 58,756kg, 0 (zero) arroubas (cada uma pesa 14,6898kg) e 26 arreteis ou libras portuguesas (equivalentes a 459,050 gramadas cada). Neste caso (22x58,756kg) + 0 + (26x459,050gr), totalizando 1.304,5673kg (PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol.III).

8	2,49	2,17	10cm, 6 libras.	Três flores de lis, marca do fundidor "PL" e a data	França	1720	Baluarte do Forte Príncipe da Beira.
9	2,46	2,19	10cm, 6 libras	Flor de lis e a marca do fundidor "PL"	França	1710	Em frente ao Pavilhão de Comando do Pelotão Especial de Fronteira.
10	1,52	1,32	7,5cm, 4 libras	Não visíveis			Quartel do Pelotão especial de fronteira.

Tabela 1 - Canhões do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: (PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol. III).



Figura 138 - Canhão 04 da Tab. 1.
Localizado em frente ao Quartel da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 139 - Detalhe do brasão do Canhão 04.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 140 - Canhão 05 da Tab. 1
Localizado em frente ao Quartel da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 141 - Detalhe da inscrição do peso do canhão.
Está pouco visível, possivelmente pelas sucessivas camadas de tinta que o canhão deva ter recebido.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

Em Guajará-Mirim, em frente ao 6° Batalhão de Infantaria de Selva existem dois canhões, sendo que um deles, de origem francesa, tem a marca do fundidor "BL", data de fundição é a década de 1650 (no documento da Fundação Pró-Memória, é possível visualizar a data de 165_, pois o último número não está visível) e tinha a inscrição da Flor de Lis.



Figura 142 - Dois canhões na calçada em frente ao 6º BIS em Guajará-Mirim.
Fonte: Júnior Freitas – G1. Disponível em glo.bo/2LXSITS. Acessado em julho 2018

Nos canhões do Forte Príncipe da Beira existem dois brasões indicando a origem do material. O de origem inglesa é o "GR2" que indica que o canhão foi fundido durante o reinado de Jorge II (George Rex II) entre 1727 e 1760, enquanto que a flor de lis, indica a origem francesa. Além dessa marcação, em alguns existe a "marca de banco de prova" que indica sua aceitação para o serviço, variando de acordo com o País.



Figura 143 - Brasões encontrados em canhões no Brasil.
Brasões encontrados em canhões. Da esquerda para a direita: Português (Reinado de D. Maria I, 1777-1816), Império do Brasil, Espanhol (durante a união das Coroas Ibéricas (1580-1666), Francês (flor de lis), Inglês (Rainha Anne, 1702-1714) e inglês (Jorge II). Este último é o mais comum no País. O número que aparece no lado esquerdo do monograma indica o monarca. Assim, quando não há número, o canhão foi feito no reinado de Jorge I (1714-1727); com o número dois, entre 1727-1760 e três para o reinado de Jorge III, entre 1760 e 1820 (IPHAN, 2000).
Fonte: (IPHAN, 2000).

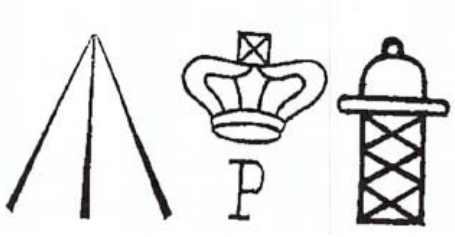


Figura 144 - Marcas de banco de prova e aceitação.
Da esquerda para a direita: *Broad Arrow*, usada pelo *Ordnance Board* inglês para indicar um canhão aceito para serviço (quando eram usadas duas setas, isto indicava que o canhão tinha saído de serviço). Marca comercial de Londres, para canhões de uso não oficial na Inglaterra. Marca de banco de provas de Amsterdã, Holanda (IPHAN, 2000).
Fonte: (IPHAN, 2000).



Figura 145 - Marca de banco de prova em um dos canhões do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

Como já mencionamos e indicamos na Figura 137, existem nove canhões no Forte Príncipe da Beira, todos localizados no baluarte Nossa Senhora da Conceição. Desses, os canhões de números 01-04-05-07-09 são ingleses e os de números 02-03-06-08 são franceses. Além deles, existem outros dois localizados em frente PEF, ambos ingleses, e um, dentro da área militar, em frente ao Quartel de Comando. Esse último, pelas sucessivas camadas de pintura aplicadas, não é possível observar as inscrições.



Figura 146 - Canhão 01
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 147 - Canhão 02
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 148 - Canhão 03.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 149 - Canhão 04
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 150 - Canhão 05.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 151 - Canhão 06.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 152 - Partes do canhão que explodiu em 2009.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 153 - Canhão 07
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 154 - Canhão 08.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 155 - Canhão 09.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 156 – Réplica de canhão em frente ao PEF.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 157 – Réplica de canhão em frente ao PEF.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 158 - Detalhe da réplica.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 159 - Detalhe da réplica.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 160 – Réplica de canhão em frente ao PEF.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 161 – Réplica de canhão em frente ao PEF.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 162 - Detalhe da réplica de canhão.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 163 - Detalhe da réplica de canhão.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 164 – Réplica de canhão em frente ao Quartel de Comando.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

O material de artilharia do Forte Príncipe da Beira precisa ser detalhadamente levantado, como conhecimento, além de ser analisado quanto ao estado de conservação dos seus materiais. Desde 2009, quando ocorreu o acidente envolvendo o Embaixador de Portugal, não são mais disparados tiros festivos, pois se entendeu não haver preparo dos militares, nem garantia da segurança dos equipamentos em razão dos anos sem utilização. Entre as duas razões, acreditamos que o despreparo dos militares seja o que oferece maior risco. Essa sucinta descrição dos canhões existentes serve como registro do que atualmente está lá, mas que precisa também ser incluido no tombamento, garantindo uma ação com maior embasamento, evitando ações como a que feriu pessoas e permitiu a perda de um importante elemento da história da fortificação.

1.7.2 Pelotão Especial de Fronteira

Como já informamos, o entorno do Forte Príncipe da Beira tem parte da sua área ocupada pelo Pelotão Especial de Fronteira (PEF) do Exército Brasileiro desde 1932. Inicialmente denominados de “Contingentes Especiais de Fronteira”, foram criados também os de Porto Velho e Guajará Mirim, resultado de uma retomada da ocupação da Amazônia Ocidental. A criação do

contingente no entorno do Forte Príncipe da Beira foi uma sugestão do Marechal Rondon após as duas visitas ocorridas em 1913 e 1930.

O Pelotão Especial de Fronteira é formado por um conjunto de edificações que tem funções militares e de organização da vida dos militares que moram no local e os que passam o dia em atividades militares. Os edifícios são de técnica construtiva simples, utilizando alvenaria de tijolos, madeira e concreto, e de variadas dimensões, mas nenhuma com destaque visual que prejudique a ambiência e percepção da fortificação. As estruturas de maior porte são as caixas d'água, mesmo assim não causam impacto visual negativo em razão da distância ao forte.



Figura 165 - Pavilhão de Comando.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 166 - Corpo da Guarda (edifício mais antigo do conjunto).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 167 – Almoxarifado.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 168 - Rancho (Refeitório).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 169 - Edifício Escolar.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 170 - Academia e caixas d'água.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 171 - Marcenaria.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 172 - Horta.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 173 - Residência do Comandante do PEF e o Hotel de Trânsito.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 174 - Clube dos Militares.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 175 - Residências dos Militares.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 176 - Residências dos Militares.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.7.3 Vila do Forte

A região onde foi construído o Forte Príncipe da Beira era ocupada antes de 1775, quando iniciou o preparo para execução da obra com a instalação do canteiro de obras. São registrados em artigos e em conversas com os moradores da Vila do Forte, que quando Domingos Sambucetti chega no local onde construiria a fortificação, em abril de 1775, morava no local uma mulher negra de nome Ana Moreira (ARQUIVO DA CASA DE ÍNSUA, Arquivo dos Albuquerque. Doc. 1, pasta 72, 27/04/1775, citado por FREYRE, 1978), que seria dona de várias cabanas. As narrativas relatam que Sambucetti não conseguiu desenvolver o projeto da fortificação, pois as construções eram mal cobertas e sem iluminação. Ele precisou construir escritórios de obra para que conseguisse desenvolver os projetos.

Segundo o Projeto Mapeamento Social intitulado "Quilombolas do Forte Príncipe da Beira – Vale do Guaporé" desenvolvido em 2011, que trabalhou com os moradores, a vila ficava próxima ao Forte de Bragança. No local havia uma estrutura de serviços e de produção de alimentos que atendia às demandas da comunidade, inclusive a saúde sempre era tratada no local com a utilização dos conhecimentos locais sobre utilização de plantas existentes na floresta. Conforme Figura 177 da década de 1970, nessa época os moradores ainda não estavam instalados ao lado da fortificação, conforme destaca a seta vermelha, logo as narrativas dos atuais residentes na vila sobre o que viveram ou que ouviram de seus antepassados coincide com os registros[43].

A Vila do Forte atualmente possui 276 moradores, segundo informação do Presidente da Associação Quilombola Forte Príncipe da Beira, Elvis Pessoa. Existe um mercado com venda de produtos em geral e outro mais voltado ao entretenimento, com venda de bebidas e com mesas de jogos. Além da Igreja Católica construída em 1958 e que abriga a cerimônia da Festa do Divino Espírito Santo, existe uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

As construções residenciais são a maioria das edificações da vila e tem características arquitetônicas muito simples, pois são erguidas pelos próprios moradores. A maioria utiliza a madeira, material característico da localidade, para erguer as casas, cobrindo-as com telhas de fibrocimento ou metálicas. As janelas e portas também são construídas pelos moradores, com destaque para o uso de telas para evitar a entrada de insetos e algumas erguidas do solo como proteção contra umidade. As residências em alvenaria são a minoria e a principal diferença em

[43] Segundo Adler Homero Fonseca de Castro, existe um relatório no Arquivo do Exército que trata da viagem do Tenente Plínio Maria de Carvalho, do 19° Batalhão de Infantaria de Corumbá, para investigar uma acusação de roubo de canhões do Forte Príncipe da Beira por bolivianos, onde ele não registra existência de moradores nas proximidades da fortificação, mas apenas um pequeno núcleo de 100 habitantes onde havia a antiga missão de São Miguel.

termos de características construtivas é somente a substituição da madeira pelos tijolos, pois o restante dos materiais se repetem, além da volumetria e da taxa de ocupação que são baixas.

A localidade possui um grande problema de acesso à informação, o que obriga as pessoas que querem ter uma televisão em casa ou poder usar o celular, a investir em antenas parabólicas e internet via rádio. Não existe antena de operadoras de celular nas proximidades, nem sinal de redes de televisão abertas, que são ações que aparentemente são simples e sua falta priva os moradores do acompanhamento de notícias locais ou manter contato fora da vila. Há pouco tempo a única forma de comunicação era um telefone público, conhecido como “orelhão”, que fica à disposição de todos os moradores. O apoio necessário em caso de emergência é o PEF, que possui estrutura de comunicação, mas como há situações de conflito, é fundamental haver um investimento para dotar a Vila do Forte de independência em relação ao Exército Brasileiro.



Figura 177 - Imagem aérea da década de 1970
É possível observar o Pelotão do Exército, mas ainda não havia a vila de moradores, como existe atualmente, pois ainda deveria estar próximo às ruínas do Forte de Bragança.
Fonte: NUNES (1985 p.309)



Figura 178 - Mapa mental realizado com a comunidade da Vila do Forte.
No mapa é possível observar o destaque dado para o entorno do Fortim Nossa Senhora da Conceição (embora o Forte de Bragança seja posterior, se referem ao local como "entorno do Conceição"), da mesma forma como é feito com o entorno do Forte Príncipe da Beira. O destaque para as dimensões dos desenhos que em mapas mentais registram que determinado desenho, por estar maior, significa que nas oficinas ele foi citado mais vezes.
Fonte: (ALMEIDA, JÚNIOR, 2014).

Abaixo um breve relatório fotográfico com algumas imagens de residências da Vila do Forte. A estrada principal, mostrada na Figura 179, já passou por processo de pavimentação, iniciado sem aprovação do IPHAN, pelo Departamento de Estradas e Rodagens de Rondônia (DER/RO). Da mesma forma como é tratada a pavimentação das cidades de Rondônia, a obra seria executada sem sistema de drenagem, o que direcionaria toda a água da chuva diretamente para o fosso. A obra foi paralisada quando já estava em andamento, pois além da irregularidade ocorrida pela não apresentação de projeto ao IPHAN, a trepidação causada pelos equipamentos pesados de compactação do solo criou um perigo pelo risco de causar desmoronamentos na muralha. Felizmente a paralisação da obra ocorreu a tempo de evitar maiores problemas, pois ela não considerou os riscos à fortificação, demonstrando despreparo do estado de Rondônia para tratar do seu patrimônio cultural, aliado a vontade política de apenas executar obras que "aparecem", colocando o Estado em uma das piores posições no Brasil, em se tratando de infraestrutura de drenagem e esgoto.



Figura 179 - Conjunto de três imagens que mostram a visão da estrada principal da Vila do Forte, a partir da muralha do Forte Príncipe da Beira.

Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 180 - Residência em madeira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 181 - Residência em madeira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 182 - Residência em madeira.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 183 - Igreja evangélica.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 184 - Residência em madeira com dois pavimentos.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 185 - Residência em alvenaria.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

1.8 Labirinto

Como último item a ser apresentado neste capítulo, o “labirinto” é o que apresenta o maior número de questionamentos e o menor número de respostas, ou quase nenhuma. A estrutura é formada por um conjunto de muros formados por pedras de pequenas dimensões que juntas desenham caminhos curvos pela floresta, razão pela qual recebeu a denominação popular de

“labirinto”, pois um dos usos da área é para treinamento de sobrevivência na selva dos militares, uma vez que poucos conseguem, a partir do labirinto, voltar à estrada. Sem uma imagem aérea, em razão da floresta densa onde está inserida, apenas tem-se uma ideia da extensão da estrutura que ocuparia cerca de 2 a 3km em cada lado da estrada.



Figura 186 - Posição do labirinto em relação ao Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Levantamento no local sobre plataforma Google Earth. Agosto de 2017.

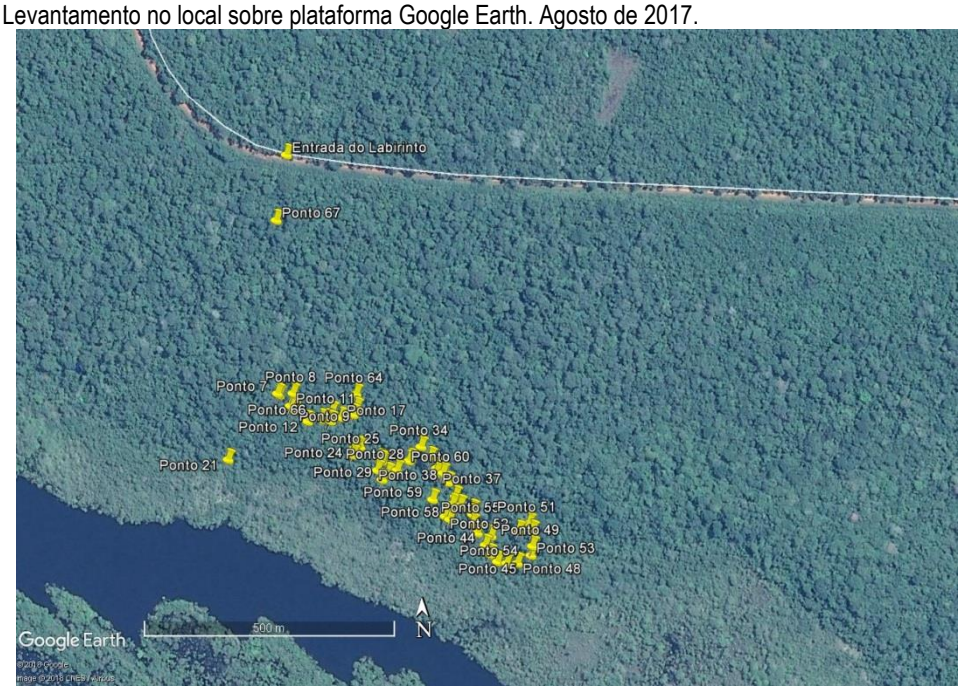


Figura 187 - Levantamento por pontos da estrutura do labirinto entre a estrada e a baia do Rio Guaporé.
Fonte: Levantamento no local sobre plataforma Google Earth. Agosto de 2017.

Existem especulações realizadas por pesquisadores, nada publicado, mas que surgiram de discussões após visitas, de que o local poderia ser uma missão jesuítica, uma pedreira ou uma construção de origem Inca, uma vez que há narrativas que tratam de que estiveram na região do

Vale do Guaporé. No campo das especulações, não acreditamos ser uma missão jesuítica pela distribuição dos caminhos, uma vez que desenhos de reduções construídas por eles demonstram uma organização militar[44] das edificações e dos muros que cercavam o local.

A utilização como pedreira ganhou um subsídio que ampara essa especulação a partir de um mapa que denomina um igarapé existente próximo como “Arroio da Pedreira”. Enquanto que a hipótese de ser uma cidade Inca ainda não tem nenhum elemento que reforce essa ideia.



Figura 188 - Indicação do Arrio da Pedreira próximo ao local do labirinto.
Carta Geral da fronteira em ter o Brasil e a Bolívia organizada segundo os trabalhos das comissões de 1871 e 1875 dirigidas pelo Cel. De Eng° Barão de Maracaju e pelo Cap. De Mar e Guerra Antônio Cláudio Soido. Elaborado pelo Ten. Tito da Franca Amaral em 1880.
Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

[44] Ruas retas, perpendiculares entre si, formando uma retícula.



Figura 189 - Parte de uma parede de uma edificação.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.

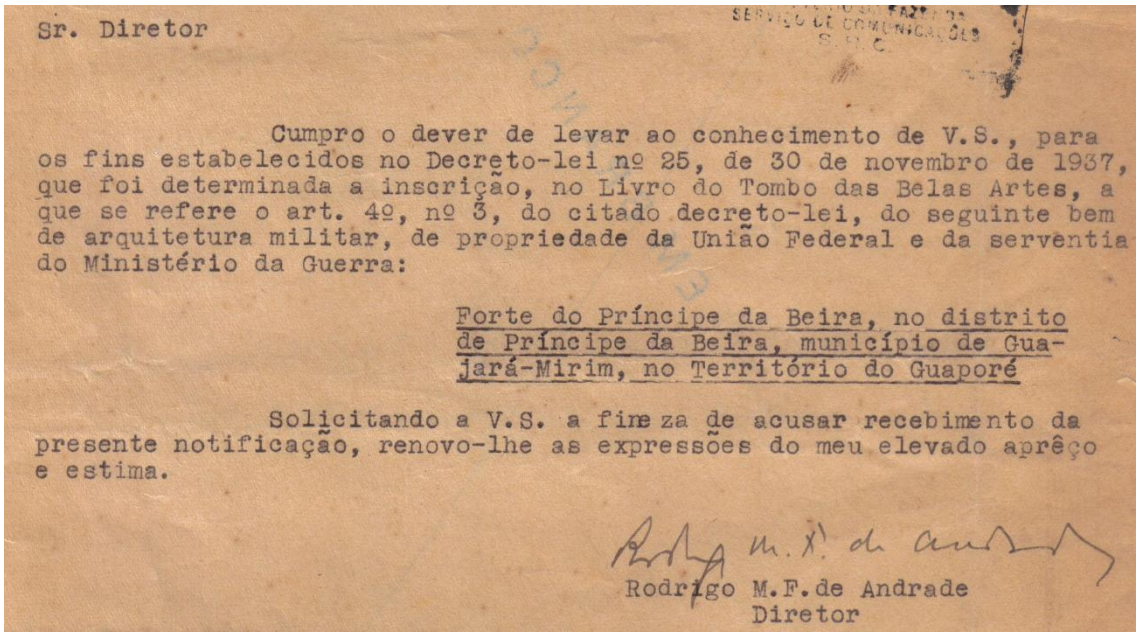


Figura 190 - Muros de pedra.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A área do labirinto ocupa os dois lados da estrada, sendo que o mais visitado, por ser mais próximo, é o que está próximo a baia do Rio Guaporé. Neste espaço é possível observar estruturas que aparentam ser alicerces de edificações, além de vestígios cerâmicos que a partir de estudos arqueológicos, deverão fornecer informações sobre a população que lá habitou.

1.9 Considerações

A fase que trata do conhecimento sobre um bem é a mais importante, uma vez que nela são pesquisadas e organizadas todas as informações sobre o bem, segundo nossa avaliação. Esse é o momento em que se procura entender todo o processo de transformação que ele passou, identificando os diversos momentos que marcaram sua história, e assim poder elaborar um projeto de intervenção no bem ou um parecer técnico. No caso do Forte Príncipe da Beira é o conhecimento não apenas de um bem, mas de um conjunto de elementos que sustentam a existência dele, passando não apenas por períodos históricos (colonial, imperial e republicano), mas por obras grandiosas (missões jesuíticas, Fortim Nossa Senhora da Conceição, Forte Bragança e Forte Príncipe da Beira) que deixaram suas marcas e o registro de elementos que auxiliaram na construção e na definição do sistema de defesa.



Sr. Diretor

Cumpro o dever de levar ao conhecimento de V.S., para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro do Tombo das Belas Artes, a que se refere o art. 4º, nº 3, do citado decreto-lei, do seguinte bem de arquitetura militar, de propriedade da União Federal e da serventia do Ministério da Guerra:

Forte do Príncipe da Beira, no distrito de Príncipe da Beira, município de Guajará-Mirim, no Território do Guaporé

Solicitando a V.S. a fineza de acusar recebimento da presente notificação, renovo-lhe as expressões do meu elevado aprêço e estima.

Rodrigo M.F. de Andrade
Diretor

Figura 191 - Texto sobre o tombamento do Forte Príncipe da Beira.
Este texto faz parte da Notificação n°643 de 06/07/1950 que informa ao Diretor do patrimônio da União que o Forte Príncipe da Beira será inscrito no Livro Tombo das Belas Artes (na verdade está inscrito no Livro Histórico sob n°281).
Fontes: Processo n°0395-T-50 e Arquivo Noronha Santos.

Para ressaltar a importância do conhecimento sobre o bem que queremos tombar, reproduz-se aqui o documento de tombamento do Forte Príncipe da Beira que informa que ele será inscrito no Livro Tombo das Belas Artes, sem maior descrição dos elementos que comporiam a proteção, nem efetivamente o que isso significaria. Para a época, algo aceitável, pois o processo de proteção através do tombamento estava no início ainda, tendo apenas treze anos desde a publicação do Decreto-Lei n°25/1937, entretanto atualmente, em fase de candidatura a Patrimônio da Humanidade, deve-se ampliar e detalhar a proteção que efetivamente se quer para o Forte Príncipe da Beira.

CAPÍTULO 2 - VALORAÇÃO

A definição dos valores é fundamental para o tombamento de um bem, pois indicam as características consideradas importantes para serem preservadas. Este capítulo pretende discutir o tema sobre os aspectos do conceito apresentado por Alois Riegl, da ótica dos livros tombos Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e da natureza dos valores. O tema será retomado no último capítulo quando especificamente será tratado a valoração das fortificações, em especial o Forte Príncipe da Beira.

2.1 A natureza e o propósito dos valores

O termo "valor" como melhor o conhecemos deriva da economia, onde em uma análise marxiana, se identifica a relação do conceito com as propriedades do objeto e com o sujeito que o utiliza, o que levou a existência do "valor de uso" (ARAÚJO, 2012). Os valores são definidos pelo homem, não existindo por si só, como já tratamos (VAZQUES, 2017). Os elementos naturais, por exemplo, possuem valores a partir do momento que passam a ser considerados pelo homem como parte de algo especial a ele.

O mesmo objeto pode ser valorado sob vários aspectos, no entanto um deles poderá ser o dominante. Vazquez (2017) aponta para uma multiplicidade de valores dentro de um mesmo objeto que podem ser caracterizados por visões de diferentes grupos. Um determinado bem pode ser valorado como obra de arte em razão de características estéticas, assim como ter um valor histórico por ter contribuído para um determinado momento da história e um valor etnográfico, por ser responsável pela união de várias etnias em um mesmo propósito.

Araújo (2012) destaca um conceito presente na Carta de Burra (1999) que é o de "significado cultural". Essa carta trata das ações de conservação dos sítios com significado cultural, definindo esse como:

> Valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais e futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes. A expressão "significado cultural" é sinónima de significado patrimonial e de valor cultural. O significado cultural pode alterar-se em consequência da continuidade da história do sítio. A compreensão do significado cultural pode alterar-se em consequência de novas informações (ICOMOS, 1999).

O significado cultural é uma outra nomenclatura para valores, mas o importante destacar na Carta de Burra é existência de uma multiplicidade de valores e a atuação em conjunto na significação do bem. A identificação de diversos significados para um determinado bem (entende-se como "significação" um sinônimo para "valoração") não atua para diminuir um determinado valor, mas para reforçar a importância daquele bem sob vários aspectos.

Avrami, na pesquisa intitulada "*Values and heritagem conservation*" elaborada pelo "*The Getty Conservation Institute*" de Los Angeles em 2000 aponta para a necessidade de uma identificação dos valores relacionados com a sociedade, pois esses seriam elementos que atuariam de forma mais incisiva nas ações de preservação. Com isso, ele afirma, por exemplo, que ao se identificar um valor turístico em determinado bem, esse teria um potencial maior de contribuir para a preservação do bem, uma vez que atrairia investimentos e visitantes, o que colaboraria diretamente para ações de preservação. Somente uma valoração histórica ou como obra de arte não garantiria ações que garantiriam a integridade do patrimônio cultural.

Segundo nossa experiência na atuação com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a Prefeitura de Porto Velho, identificamos o que Avrami (2000) aponta, pois em todas as discussões sobre uma intervenção para usos do espaço composto por galpões, oficinas, rotundas, estação ferroviária e um amplo espaço aberto, os gestores municipais sempre colocam que se não houve espaço para vendas de produtos, restaurantes e outros locais de comércio, não haverá como manter financeiramente o espaço. Logo, essa natureza dos valores, a origem da análise que atribui valor, atuará não apenas no momento do tombamento, como ação de preservação, mas também na conservação, servindo de parâmetro para justificar a aceitação ou não de determinadas propostas. Hoje, na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré há um conflito claro entre o corpo técnico do IPHAN de Rondônia que busca uma intervenção que conserve, mas que mantenha o bem tombado valorizado, e uma proposta da Prefeitura de Porto Velho que busca adaptar o bem a um uso mais comercial.



Figura 192 - Projeto de intervenção no Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré apresentado pela Prefeitura de Porto Velho

O projeto foi apresentado em janeiro de 2018 e tinha como proposta a inserção de diversos elementos no pátio ferroviário como quadras esportivas, concha acústica, praça das bandeiras, desconfigurando o desenho da esplanada,

um dos elementos citados no tombamento. Criava estruturas dentro dos prédios que esconderia a estrutura existente, entre outros elementos que desconfiguraram os bens tombados ou os alterariam sem justificativa. A necessidade de inserir muitos atrativos sobrepujava o interesse de preservação que ficou claro em uma reunião onde um dos técnicos autores da proposta, ao ser questionado sobre a implantação de quadras poliesportivas, afirmou que "não haveria outra forma de atrair pessoas para a EFMM se não fosse pelo esporte".
Fonte: Processo n° 01410.000111/2018-94 – Sistema Eletrônico de Informações do IPHAN. Disponível em bit.ly/2PdpxUn. Acessado em agosto de 2018.

A questão da valoração tem uma natureza relacionada à identidade, que pode ser colocada tendo como referência a própria situação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pois vemos dois modos de identificação com ela: uma histórica relacionada à formação da cidade de Porto Velho que se dá a partir dela e uma econômica, que a vê como um local a ser explorado, e ambos são citados no processo de tombamento. As maiores discussões que envolvem essa diferença de visão estão relacionadas à autenticidade, pois deve-se discutir a melhor forma de propor novos usos a um bem sem alterar sua matéria, uma vez que se houver o tombamento no livro das Belas Artes, a estética faz parte da significação. As considerações tratadas em relação a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré são pertinentes, pois aparecem em outros tombamentos e serão abordadas em outro momento deste trabalho, com relação ao Forte Príncipe da Beira.

2.2 Valor de arte e valor de história segundo Alois Riegl

Alois Riegl[45] (2014) considera histórico tudo o que em determinado momento fazia parte da vida social de determinado local e agora não faz mais, bem como o monumento é a obra criada pela mão do homem com o objetivo de manter presente na consciência das gerações futuras alguma ação humana. O ponto chave do que é histórico é o conceito de transformação, ou seja, um processo de modificação na sociedade que altera o modo de ver e vivenciar as coisas. Como a produção de artefatos históricos é infinita, houve a obrigação de selecionar determinados elementos dentro de um todo que fosse representativo dessa produção cultural. Segundo Riegl (2014), não haveria distinção entre monumento artístico e histórico, pois há uma relação entre eles, logo os denomina de "monumentos históricos", considerando o valor de arte já estar impregnado no bem.

> Na verdade, o "monumento de arte" entendido nesse sentido é um "monumento histórico-artístico", assim, ele não possui "valor de arte", mas "valor histórico". Resultaria, portanto, que a distinção entre monumentos "artísticos" e "históricos" não é apropriada, pois os primeiros estão contidos nos últimos e se confundem com eles. (RIEGL, 2014 p.33).

[45] Alois Riegl (1858-1905) foi um historiador da arte austríaca, membro-chave da Wiener Schule der Kunstgeschichte (Escola de História da Arte de Viena) e uma figura fundamental nos métodos modernos da história da arte (PORTAL DE RESTAURACIÓN. Disponível em bit.ly/2wq4nKU. Acessado em agosto de 2018).

Independente da história, o valor artístico da obra é compreendido de acordo com seus elementos físicos e de composição, não estando relacionado a um valor de memória, mas a determinado tempo: de quando foi construído e de quando foi analisado. Entretanto, é possível garantir que uma análise realizada hoje não considera a experiência de quem a faz? Logo, existe uma soma de elementos objetivos considerados a partir da subjetividade de quem analisa. A objetividade na determinação do valor depende da subjetividade, depende da discricionariedade atribuída a quem realiza ações de reconhecimento, preservação e salvaguarda.

As fortificações são pouco discutidas no IPHAN, ou este é um assunto muito restrito, sem divulgação. Não se encontram facilmente discussões sobre seus valores (com exceção de pareceres técnicos que estão nos processos) não apenas relacionados aos Livros Tombo, mas a outros aspectos como a arquitetura, o urbanismo, a arqueologia, a história e demais áreas afins. Mesmos assim elas voltaram a ter certo protagonismo a partir da candidatura do Conjunto de Fortificações Brasileiras ao reconhecimento como Patrimônio da Humanidade.

Retomando Riegl (2014), é importante a discussão sobre monumento e valor artístico, pois permite ampliar o conhecimento sobre os valores das fortificações, uma vez que elas, além de registrar um momento da ação do homem, possuem elementos físicos e compositivos característicos de determinado época e lugar. Ele ainda trata de três valores de memória: antiguidade, histórico e volível de memória e de comemoração. Ainda há o que ele denomina de "valor de atualidade", que se relacionaria com os significados do monumento para a sociedade contemporânea, entre eles existe o "valor de uso" quando o bem ainda atende às necessidades do homem, como um edifício que mesmo abrigando sua memória original de suas funções antigas, recebe novos usos.

A valoração como antiguidade se relaciona, primeiramente, com a não atualidade da obra. Está relacionado com outro momento que não existe mais, uma integração sempre buscada com um ambiente hoje modificado, conceito que trata de um elo visual e formal entre a obra e o entorno. Rodrigues (2017) aponta para a relação entre o "valor de antiguidade" e as ruínas, uma vez que as marcas da passagem do tempo são características presentes nos dois conceitos. Choay (2006) distingue um monumento de uma ruína a partir do "valor de uso", ou seja, analisando se o monumento ainda pode ser utilizado ou não. Relação essa que Brandi (2004) tratava através da sensibilidade visual, analisando se havia como reconhecer ainda o monumento, conceito semelhante ao adotado por Riegl (2014). Segundo Quatremére de Quincy[46], citado por Kühl (2003 p.112-113) em seu verbete "Ruína, ruínas":

[46] Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849) destacou-se como arqueólogo francês e teórico da arquitetura, além de escritor e crítico de arte. Nascido em Paris, ele formou-se em Direito, em seguida, cursou Arte e

> Esta palavra, no singular e em seu sentido ordinário, exprime o estado de degradação e de destruição no qual se encontra, ou está ameaçado, um edifício. [...] Usa-se essa palavra também no singular para exprimir o estado de destruição consumado. Mas nesse caso, é mais usual empregá-la no plural e a razão é que esse estado de destruição, apresentando a dissolução de todas as partes, de todos os materiais de um edifício, oferece melhor, no plural, a imagem da realidade. Desse modo, dir-se-á que tal acidente operou a ruína de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as ruínas desse edifício.

Segundo Rodrigues (2017), as ruínas possuem o aspecto documento e o simbólico. O campo documental se refere às possibilidades de estudos de várias disciplinas, como a arquitetura e a arqueologia. Essas duas ciências através de estudos em conjunto podem, por exemplo, estudar materiais, técnicas e formas de ocupação, pois as ruínas, muitas vezes pelo caráter intocado, permitem uma melhor visualização e interpretação, por não terem passado por obras de restauração. E, segundo Meneguello (2004) justamente esse caráter original das ruínas, permite uma maior apropriação como símbolo, revelando um passado que não sobreviveu, ou se manteve com muita dificuldade, perante as ações do tempo.

Segundo Riegl (2014) a apropriação da ruína está relacionada com sua antiguidade. O processo de deterioração da obra inicia no momento da sua conclusão, ou seja, caso não ocorram ações de estabilização (conservação) esse processo poderá continuar e causar o arruinamento das estruturas. A sociedade aceita a ruína de edificações antigas, pois esse fenômeno está relacionado com a construção da memória, mas não de construções novas, ainda mais quando o processo ocorre abruptamente. Este fenômeno está relacionado com o processo de construção da memória. As construções mais recentes estão na memória da população de forma íntegra, logo não há conformação com seu arruinamento.

Desta forma, recentemente na cidade de São Luiz do Paraitinga, em razão de fortes chuvas e as enchentes ocorridas em 2009, ocorreu o arruinamento de parte do centro histórico da cidade. A reconstrução da cidade foi um desejo imediato da população, uma vez que a memória presente nos moradores era o centro em sua integridade[47], não se aceitando o estado de ruína, consequência da enchente. “A igreja que vemos hoje reconstruída é a mesma igreja que está na memória do povo”, explicou Eduardo de Oliveira Coelho, diretor de turismo da prefeitura de São Luiz do Paraitinga, em entrevista para o portal A12, ligado à TV Aparecida. Em 2012 ocorreu o

---

História no Collège Louis-le-Grand recebendo alguma experiência prática na arte de escultura. Uma viagem para Nápoles, Itália, despertou seu interesse em arquitetura grega e romana. (ENCICLOPÉDIA BIOGRÁFICA DE ARQUITETAS E ARQUITETOS DIGITAL. Disponível em bit.ly/2MHoaR1. Acessado em agosto de 2018).

[47] Integridade é a medida da conservação do estado original na sua totalidade, do património construído e seus atributos e valores. A análise do estado de integridade requer por tanto uma avaliação de até que ponto o bem: 1 – Inclui todos os componentes necessários para expressar o seu valor. 2 – Assegura a completa representação das características e processos que transmitem o significado do bem. 3 – Sofre efeitos adversos de intervenções e/ ou negligência (UNESCO e ICOMOS. *Critérios para a conservação do patrimônio arquitetônico do século XX – Documento de Madrid.* 2011). Disponível em goo.gl/e6NHEP. Acessado em maio de 2018.

tombamento do centro histórico de São Luís do Paraitinga pelo IPHAN, incluindo os casarões, capelas, praças, coretos e fontes, ladeiras, ruas e largos. O espaço possui estilo colonial que preserva características do período do café[48].



Figura 193 - Visão aérea da enchente em São Luiz do Paraitinga atingindo a Igreja Matriz.
Fonte: Jornal O Estadão, 16 de maio de 2014. Disponível em bit.ly/2wmOdSG. Acessado em agosto de 2018.



Figura 194 - Cobertura provisória durante a obra.
A cobertura provisória fez referência à forma original da igreja com as duas torres laterais.
Fonte: G1-Globo. Disponível em glo.bo/2wd6Zg5. Acessado em agosto de 2018.



Figura 195 - Ruínas da igreja após a enchente.
Fonte: Sabendo Bem. Blog. Disponível em bit.ly/2o77Rye. Acessado em agosto de 2018.



Figura 196 - Igreja após a reconstrução.
Fonte: Diocese de Taubaté. Disponível em bit.ly/2MAkdO0. Acessado em agosto de 2018.

A deterioração contribui para o aspecto de antiguidade de uma ruína, entretanto Riegl (2014) aponta que a inexistência de materialidade ou que as construções tenham perdido sua forma, se transformando em um amontoado de pedras, atestam o fim da possibilidade de percepção do que ali existiu. Deve sempre haver algum vestígio da forma original.

Em Porto Velho, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, foi construído o Hospital da Candelária, uma referência na época no tratamento de doenças tropicais, pouco conhecidas no Brasil. Já houve pedidos de tombamento dele, no entanto não existem vestígios materiais que possibilitem a percepção da sua forma, mas apenas partes dos alicerces dispersos ao longo de um terreno. A situação já se tornou exemplo discutido no IPHAN em oficinas que tratam do patrimônio material, pois não há como tombar o que já não existe mais. No entanto,

[48] Site do IPHAN. Disponível em goo.gl/CQWXqn. Acessado em maio de 2018.

segundo Adler Homero Fonseca de Castro, posição da qual concordamos, é possível tombar os vestígios do hospital, como foi o caso dos fortes de Santa Tecla e de São Joaquim do Rio Branco. Se há uma demanda pela preservação do hospital, ele já se transformou em um "lugar de memória", logo, é passível de sofrer ações de preservação em um sentido mais amplo.



Figura 197 - Prédio do Hospital da Candelária.
Fonte: Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em bit.ly/2Nod13K. Acessado em agosto de 2018.



Figura 198 - Prédio do Hospital da Candelária.
Fonte: G1-Rondônia. Disponível em glo.bo/2oaWZiO. Acessado em agosto de 2018.



Figura 199 - Conjunto de prédios do Hospital da Candelária.
A foto mostra o complexo do Hospital da Candelária formado por um conjunto de prédios em madeira.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em bit.ly/2PEV4jc. Acessado em agosto de 2018.



Figura 200 - Ruína da fundação de prédio do Hospital da Candelária.
Atualmente existem apenas vestígios das fundações que não permitem uma percepção dos prédios individualmente ou do conjunto.
Fonte: Relatório de Vistoria das condicionantes da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Processo n°01410.000024/2008-65. SEI n°0184179.

A antiguidade como valor na imensa maioria das sociedades ocidentais contemporâneas, não necessita de bases científicas para ser compreendida, pois se relaciona com elementos intrínsecos às pessoas, como as suas origens e antepassados. As intervenções contemporâneas não são aceitas de maneira unânime, uma vez que existem defensores da integridade do bem, sem haver possibilidade de alterações nele. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho,

teve parte de seu trecho tombado pelo IPHAN em 2005, homologado pela Portaria IPHAN n° 108/2006, sendo um dos elementos protegidos o pátio ferroviário e os galpões ali existentes. Parte da população não aceita que sejam realizadas intervenções que modifiquem, inclusive, apenas o uso dos prédios, pois ainda detém em sua memória a época em que a ferrovia estava em funcionamento, transportando pessoas e bens comerciais entre a capital de Rondônia e Guajará-Mirim.

Além da antiguidade, existe o valor histórico, que relaciona o bem a algum momento do processo evolutivo da sociedade. A integralidade do bem contribui para o valor histórico, sendo objetivo do historiador preencher os espaços deixados pela deterioração do material, seja no aspecto físico, quanto informativo (Riegl, 2012).

Ruskin[49], em seu livro intitulado "As sete lâmpadas da memória" (2013) aponta para uma função importante do monumento histórico: a lembrança. A falta de um bem não impede o prosseguimento de ações, mas torna difícil a sua rememoração. A destruição de uma igreja não impedirá a continuação das missas, mas contribuirá para o apagamento da memória histórica daquele bem.

> O que lembram então os edifícios antigos? O valor sagrado dos trabalhos dos homens de bem, desaparecidos e desconhecidos, realizaram para honrar seu Deus, organizar seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram as gerações desaparecidas, a mais humilde habitação possui, da mesma forma que o mais glorioso edifício, o poder de nos pôr em comunicação, quase em contato, com elas (CHOAY, 2006 p.140).

Embora a valorização histórica proposta por Riegl (2012) considere que o objeto esteja intocado ou o mais intacto possível, a pátina do tempo não deve ser eliminada, pois detém conhecimento sobre aquele bem. Diferente do que é defendido pelo valor da antiguidade, o valor histórico não considera a eliminação das ações do tempo, uma vez que não há como garantir a preservação de qualquer obra exatamente como era assim que foi concluída. Nas palavras de Riegl "Uma conservação eterna é absolutamente impossível, pois as forças da natureza são mais fortes e vencerão o engenho humano, sendo que o próprio homem, quando confrontado com a natureza como indivíduo, encontra por meio dela o seu desenlace" (Riegl, 2012 p. 61).

A intervenção para a conservação do bem poderá ter como objetivo não apenas a preservação de aspectos físicos, mas também a continuidade da funcionalidade dele, mantendo a sua relação com a sociedade. A teoria de restauro brandiana[50] trata da relação entre o antigo e o novo colocando a necessidade de considerar o bem também como um elemento

[49] John Ruskin (1819-1900) foi o principal teórico da preservação da Inglaterra do século XIX.
[50] Referente a Cesare Brandi (1906-1988) foi intelectual de destaque no campo artístico. Formado em direito e letras, mas tendo dedicado sua carreira à crítica e à história da arte, à estética e à restauração (BRANDI, 2004).

contemporâneo, dinâmico, e não algo simplesmente congelado no tempo. Anterior a Cesare Brandi, Camilo Boito[51] tratava dessa necessidade de conhecimento histórico sobre o bem antes de intervir. O restauro científico proposto por Boito defende a necessidade de conhecer todo o processo histórico, pois apenas através dele é possível definir todas as fases que ocorreram dentro da existência do bem para propor uma intervenção que venha a considerar alguns elementos e desconsiderar outros.

O caráter seletivo do tombamento também aparece durante o projeto de restauração, pois nem tudo, obrigatoriamente, deve ser preservado e protegido. Um exemplo em Rondônia é o tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) que no pedido original que abriu o Processo n°1220-T-87, constava a solicitação do tombamento de 366km de ferrovia, entre as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim. Na fase final do processo a opção foi de um trecho menor de 8km, representativo da ferrovia, pois a seleção permitiu que o processo fosse concluído em razão da complexidade em se tratar de todo o acervo da ferrovia. Outro ponto importante para a seleção realizada pelo IPHAN, foi o tombamento constitucional de toda a ferrovia pelo estado de Rondônia, conforme o art. 264 da Constituição de Rondônia de 1989, ou seja, toda a ferrovia já estava protegida em sua totalidade. Essa seleção permite deixar claro o que está tombado, evitando uma ação genérica de preservação, utilizando critérios "mais flexíveis", aumentando o risco de resultados não desejáveis ao bem.

Além dos valores relacionados à memória, é importante destacar o valor de arte, que transita entre obras mais antigas e modernas. Riegl (2012) trata esse valor como sendo de arte relativo. Ele propõe não haver um valor de arte absoluto, mas sim relativo à sua época, entretanto sempre sendo o resultado de um olhar atual. Nesse sentido, os primeiros tombamentos do IPHAN basearam-se no entendimento dos técnicos, entre eles Lúcio Costa, sobre o que seria representativo da história e da arte do Brasil. Desconsideraram alguns estilos e elegeram outros, como o colonial e o barroco, para representar uma identidade nacional pretendida.

Concordamos com a inexistência de um valor de arte absoluto, pois ela primeiramente se dá em relação à época de construção e em um segundo momento, de acordo com o olhar de quem a analisa, em um outro tempo. Embora tenhamos exemplos de monumentos que são considerados referência ao se discutir arte, como templos clássicos gregos e romanos e as pirâmides, o reconhecimento consagrado se deu a partir de uma valoração realizada por alguém, em um

[51] Camilo Boito (1836-1914) foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um analista do seu próprio tempo, tendo papel fundamental na transformação da história da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália (BOITO, 2008).

determinado tempo, não que seja algo inerente ao bem ou incontestável. A Carta de Cracóvia (2000) trata do processo seletivo de valoração do bem, afirmando que:

> Cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos, considerados como elementos individuais desse património, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns (UNESCO, 2000).

Concordamos com essa premissa, entendendo que a valoração possui uma carga subjetiva, não uma ciência exata, capaz de fornecer uma única resposta, logo não é absoluta, mas relativa.

2.3 Valoração no IPHAN

As referências sobre valoração no IPHAN são os Livros Tombo, instituídos no Decreto-Lei n° 25/1937, sendo eles: Histórico, Belas Artes, Artes Aplicadas e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Segundo o IPHAN, as descrições sobre os livros tombo são as seguintes:

> **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico -** Onde são inscritos os bens culturais em função do valor arqueológico, relacionado a vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica; de valor etnográfico ou de referência para determinados grupos sociais; e de valor paisagístico, englobando tanto áreas naturais, quanto lugares criados pelo homem aos quais é atribuído valor à sua configuração paisagística, a exemplo de jardins, mas também cidades ou conjuntos arquitetônicos que se destaquem por sua relação com o território onde estão implantados.
>
> **Livro do Tombo Histórico -** Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).
>
> **Livro do Tombo das Belas Artes -** Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do *status* do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofícios.
>
> **Livro do Tombo das Artes Aplicadas -** Onde são inscritos os bens culturais em função do valor artístico, associado à função utilitária. Essa denominação (em oposição às belas artes) se refere à produção artística que se orienta para a criação de objetos, peças e construções utilitárias: alguns setores da arquitetura, das artes decorativas, design, artes gráficas e mobiliário, por exemplo. Desde o século XVI, as artes aplicadas estão presentes em bens de diferentes estilos

> arquitetônicos. No Brasil, as artes aplicadas se manifestam fortemente no Movimento Modernista de 1922, como pinturas, tapeçarias e objetos de vários artistas. (IPHAN. Disponível em bit.ly/2LDVwL7. Acessado em julho de 2018).

Atualmente, existem duas listas de referência sobre os bens tombados: no site do IPHAN[52], e no site do Arquivo Noronha Santos[53]. A Tabela 1 mostra a quantidade de bens registrados conforme cada lista. A presente no site do IPHAN está atualizada, enquanto que a do site do Arquivo Noronha Santos está desatualizada, entretanto o que chama a atenção não é a desatualização que seria natural, mas o tempo de registro da informação em que isso ocorre. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré está tombada desde a reunião do Conselho Consultivo ocorrida em novembro de 2015, com a homologação através da Portaria IPHAN n°108 publicada em 2006 e a inscrição nos Livros Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 2008, ainda não consta na lista do site do Arquivo Noronha Santos.

Livros Tombo	**Lista de Bens Tombados (Site do IPHAN)**	**Arquivo Noronha Santos**
Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	230	119
Histórico	742	557
Belas Artes	800	682
Artes Aplicadas	9	4

Tabela 2 - Quantidades de bens registrados nos Livros Tombo do IPHAN
Fonte: Arquivo Noronha Santos (Disponível em bit.ly/2wvyIYK e Lista de Bens Tombados no site institucional do IPHAN (Disponível em bit.ly/2POR6Ev). Ambos acessados em agosto de 2018.

Quantos aos processos de tombamento, segundo a lista apresentada no site do IPHAN, 1157 foram deferidos, 476 indeferidos, 440 estão em fase de instrução e 32 em estudos sobre rerratificação[54]. Os números se referem apenas ao Patrimônio Material e os tombamentos deferidos podem resultar em inscrição em mais de um livro, assim como os processos podem tratar de mais de um bem, por isso o somatório das inscrições dos livros difere do total de bens tombados.

Os critérios de valoração sobre os quais se referem os livros tombo não restringem as possibilidades de identificação de outros significados para o bem. A prerrogativa para inscrição

[52] Disponível em bit.ly/2POR6Ev. Acessado em agosto de 2018.
[53] Disponível em bit.ly/2wvyIYK. Acessado em agosto de 2018.
[54] A rerratificação de tombamento ocorre quando o objeto do tombamento é modificado. Por exemplo, o tombamento da EFMM está em fase de rerratificação, pois está em processo de instrução a inclusão da Estação Ferroviária do ponto final da ferrovia, na cidade de Guajará-Mirim, Rondônia.

em determinado livro é a identificação daquele valor específico[55], não que seja único ou o principal, uma vez que o bem poderá estar inscrito em mais de um livro.

O maior banco de dados, segundo nossa opinião, sobre os estudos dos valores do patrimônio cultural tombado pelo IPHAN são os pareceres técnicos e dos conselheiros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Nesses documentos, embasados em estudos exaustivos sobre os bens, são elencados valores que servirão de justificativa para o tombamento ou apontados a inexistência deles, indeferindo o pedido de tombamento.

O parecer técnico sobre a Estação da Luz em São Paulo (CASTRO, 1995) por exemplo, destacou elementos que serviram de base para a indicação da sua inscrição nos Livros Tombo Histórico e no e Belas Artes. Historicamente, a Estação da Luz foi importante para o desenvolvimento do País economicamente e politicamente. A estrada de ferro teve papel fundamental no transporte da produção cafeeira paulista que não apenas influenciava a economia estadual e nacional como também a política no século XX criando o que foi denominado de "política do café com leite". A inscrição no livro de Belas Artes foi solicitada "devido ao caráter de monumentalidade do bem, buscando nas exigências de construção do prédio feitas pelo Governo Federal e o impacto que o mesmo veio a ter na cidade e estado de São Paulo e, por indução, no resto do País" (CASTRO, 1995 p.101). Como já foi tratado neste capítulo, pode-se identificar também, a partir do texto, um valor político da edificação, que pode ser considerado uma especificidade do valor histórico, mas importante de ser elencado, pois demonstra a multiplicidade de significados que podem ser atribuídos a um bem. A análise de pareceres do IPHAN e da lista de bens tombados demonstram isso, esse último pela inscrição de bens em mais de um Livro Tombo.

A identificação dos valores é fundamental para orientar as ações do instituto em relação ao bem, uma vez que se proteção recaiu sobre um bem material, a materialidade não deve ser preservada de forma incondicional e imutável. Em algumas situações, como nas "casas natais" nas quais o valor é imaterial, pois foi o local de nascimento de uma pessoa, logo um evento que não mais será reproduzido, pode ser autorizada intervenções mais profundas[56]. Em outras situações, intervenções menores, como no caso de uma obra ser autorizada na esplanada, no fosso ou no caminho coberto de uma fortificação, valores relacionados à história e à arte seriam destruídos.

[55] Embora como já tratado nessa pesquisa, houve erros como no caso do Forte Príncipe da Beira, onde na documentação de informação sobre o tombamento consta que a fortificação seria inscrita no Livro de Belas Artes, mas foi no Livro Histórico.

[56] Ver discussão sobre a Casa de Pedro Aleixo na Ata do Conselho Consultivo n°11 em 28/4/1997.

2.4 Conservação

As bases científicas do conhecimento sobre restauro são do século XIX, destacando os embates conceituais entre Viollet Le Duc[57] (defendia que o restauro do prédio teria um ideal estilístico, onde poderiam ser inseridos elementos que jamais teriam feito parte da história do edifício) e John Ruskin (defendia a marca do tempo sobre o bem, defendendo a materialidade existente no presente). A consolidação de uma teoria do restauro se dá ao longo do século XX, com participação fundamental do italiano Cesare Brandi, que considera a existência na obra de arte de uma instância material (pode ser restaurada, pois se degrada) e de uma instância mental (se forma através de imagens, na qual é impossível agir). As intervenções propostas não devem agredir os elementos artísticos, criar falsos históricos ou eliminar marcas do tempo, mas sim recuperar a unidade perdida, deixando marcadas as intervenções contemporâneas, evitando os falsos históricos e artísticos. Segundo Carsalade (2011), ao tratar das instâncias histórica e artística, Brandi deixa de fora dois conceitos contemporâneos relacionados ao patrimônio: cultura e memória, que no século XX dominam as discussões teóricas.

A teoria da restauração de Cesare Brandi (2004) ao considerar os valores histórico e artístico, aponta para algumas características destacadas por Carsalade (2011). São essas características a de que matéria é uma prova inequívoca do passado, a imagem é algo revelador e que a cultura de um povo é imutável, além de discutir o que seria a natureza da arquitetura, englobando um conceito maior de espaço, relacionando em uma mesma definição juntamente com urbanismo e paisagem.

A valoração cultural que se apresenta neste momento da história do restauro está fundamentada em um passado, em uma autenticidade que se relaciona a um conhecimento histórico que é dedutivo, dependendo de documentos que podem em algum momento serem manipulados e que ainda dependerão de uma interpretação relacionado ao método do historiador e da época em que ocorre essa análise. Logo, é uma criação que dependerá da interpretação que se faz deles, influenciada por fatores não objetivos[58]. O mesmo fato ocorre quando arquitetos contemporâneos interpretam obras executadas em outras épocas, pois fazem deduções e análises, atestando características e até pensamentos dos autores do projeto, que podem nem terem sido consideradas na definição formal e funcional daquele edifício.

> A autenticidade, considerada por esta forma e afirmada na Carta de Veneza, aparece como o fator essencial de qualificação respeitante aos valores. A compreensão da autenticidade desempenha um papel essencial em todos os estudos científicos sobre

[57] Eugéne Emmanuel Viollet Le Duc (1814-1879) foi um arquiteto francês e um dos primeiros teóricos da preservação do patrimônio histórico (VIOLLET LE DUC, 2006).

[58] Ideia discutida durante orientação do trabalho, entendendo-se que a pesquisa histórica é embasada em itens não objetivos, que dependem de uma dedução, de uma interpretação do pesquisador.

> o património cultural, no planejamento da conservação e do restauro, bem como no âmbito dos procedimentos de inscrição usados pela Convenção do Património Mundial e de outros inventários do património cultural (UNESCO e ICOMOS, 1994)[59].

Além dessa busca pela autenticidade, Brandi (2004) partia de uma manutenção de aspectos culturais de um povo, no entanto concordava com a possibilidade de transformações durante o tempo, colocando em sua teoria a possibilidade inserção de materiais contemporâneos, desde que ficassem diferenciados dos originais. Embora não tratasse de dinâmica de uma sociedade que atualmente é um dos elementos considerados nos trabalhos de inventário do patrimônio imaterial[60], uma vez que o processo de transformação é contínuo, Brandi a reconhece através da proposta da união entre materiais antigos e contemporâneos em favor da preservação. O Documento de Nara (1994) coloca como urgente e importante cada cultura definir o reconhecimento da natureza dos seus valores, não se devendo trabalhar com algo fixo, mas algo variável, característico de uma diversidade sempre presente, mas agora, reconhecida, principalmente em relação ao patrimônio imaterial.

Esse processo de transformação nos leva a uma reflexão sobre a necessidade de trabalhar com a identidade das pessoas em relação aos bens. Mesmo não sendo objeto da pesquisa, questionamos até que ponto é válido trabalhar com a alteridade em relação aos bens, em vez de identidade. A identificação com determinado elemento não deve ser ensinada, como se pressupõe algumas discussões sobre educação patrimonial, mas a alteridade sim, ou seja, a capacidade de respeitar o bem sem necessariamente se identificar com ele. Não é necessário ser praticamente de religiões de matriz africana para entendermos que elas são importantes para a história do Brasil e assim a respeitar e considerar a necessidade de sua preservação.

O conceito de identidade, elevado ao protagonismo ao elaborar estudos sobre bens culturais, pode restringir o real valor desses, uma vez que ultrapassam barreiras geográficas no seu reconhecimento. O Forte Príncipe da Beira não precisa, necessariamente, para seu reconhecimento haver uma identificação com ele, mas ao conhecê-lo e respeitá-lo, pessoas de outras regiões podem promover ações para sua preservação. Sua valoração transcende a identidade e a proximidade geográfica, mas está relacionada ao respeito à sua história, monumentalidade, relação com a floresta amazônica, relação com a Comissão Rondon e a sua importância para preservação das fronteiras portuguesas, hoje brasileiras, além da relação simbólica com a comunidade local.

---

[59] UNESCO e ICOMOS. *Documento de Nara sobre a autenticidade*. Nara, Japão: 1994.

[60] Artigo 7° - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único: Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo. (IPHAN, 2000).

Carsalade (2011) considera o patrimônio como um conceito difuso, assim como Márcia Sant'Anna (2009) já tratada neste texto, com valores que estão além da materialidade, e até da imaterialidade, dependendo de uma relação social que o fará ter significado. Da mesma forma que o patrimônio imaterial tem assegurada a sua dinamicidade, pensar o patrimônio material, como os edifícios por exemplo, como algo imutável, sem que haja possibilidade de modificar a matéria dificultará a sua preservação. A "mumificação" dos bens é um risco quando o valor historicista considera apenas o ontem e não o hoje. A obra tem que estar relacionada com o nosso mundo, acompanhando as mudanças socioculturais, como trata Carsalade (2011):

> A questão da preservação se centra agora, portanto, no conceito de *transformação*, ou seja, como manejar essa transformação de forma que não se rompa a delicada tessitura entre a tradição e a contemporaneidade, pois, ao intervir no bem patrimonial nós o estamos modificando, sempre, afinal pela tradição ele já nos chega alterado, pela cultura ele nos chega tematizado e, pelo tempo, com sua significação "original" perdida (CARSALADE, 2011 p>07).

A ideia de permanência do bem intocado está relacionado com o entendimento de arquitetura como uma arte visual. O fato de se valorizar elementos artísticos de determinado edifício, não retiram a sua premissa fundamental de ser funcional, pois a função da arquitetura é o que a aproxima da realidade sociocultural de determinado tempo. A ideia de se congelar a arquitetura parte de uma nostalgia que relaciona o bem com a sua existência pretérita, entretanto ele passará por sucessivas ressignificações e recriações, seja por uma intervenção direta na sua materialidade, seja pelo próprio entendimento da sociedade de novas épocas (CARSALADE, 2011).

O homem contemporâneo tem consciência histórica sobre processos de formação do conhecimento. A hermenêutica, aliada a um conhecimento epistemológico maior, hoje, pelas possibilidades tecnológicas que existem, permite que o homem entenda e relacione o bem cultural à época em que se encontra, ou assim deveria ser. As intervenções nos bens devem considerar os valores identificados neles, pois não apenas ele deve ser preservado em sua materialidade, como a mensagem guardada e que deve ser transmitida.

A preservação do bem depende não apenas de uma identidade entre as pessoas e ele, mas a presença de uma alteridade é o principal elemento no nosso entendimento, pois é preciso entender que os nossos valores podem não ser os melhores e a existência de limites entre nossa relação com o objeto, seja físico ou não. Carsalade (2014) relaciona alteridade com diversidade e essa com riqueza e pluralidade. Os bens culturais sempre terão um valor compreendido de forma diferenciada por membros de um mesmo grupo, ainda mais por quem estiver fora, logo não deve haver um olhar formado a partir de um pré-conceito. Os valores não estão apenas no que está

sendo analisado, mas em quem analisa, logo a valoração tem uma carga subjetiva presente, que passa por transformações relacionadas a sua época e por uma relação política de negociação:

> A análise da intersubjetividade nos faz reconhecer que é necessário fazer circular as informações e formar uma sociedade consciente, o que pressupõe um entendimento amplo da realidade e o compartilhamento de decisões, entendendo a "patrimonialidade" como um ato social, o que aponta para uma ética de intervenções baseada na negociação, equilíbrio, discussão, diálogo e consensos (CARSALADE, 2014 p.5).

Essa relação de valores que considera o objeto material inserido em um contexto que dialoga com as pessoas existentes naquele lugar, e com a imaterialidade inerente ao bem, possibilita e até mesmo obriga, qualquer intervenção a considerar esse contexto, mas isso precisa estar bem claro. A questão do uso, sempre retomada ao discutir valores e sua relação com o lugar, fica dependente de ações que considerem o bem como algo adaptável, passível de ressignificação. Essa transformação precisa ser controlada, para que a nova leitura do bem dialogue e não rompa com a pré-existência e apague seus significados. Segundo Viñas (2003), o ganho funcional em uma obra de intervenção tem que ser máximo[61], além de ser um processo de negociação onde existem forças opostas que precisam dialogar para que a intervenção não seja populista nem tecnocrática (CARSALADE, 2014). No entanto, entendemos que essa valoração não deve estar concentrada somente no entorno imediato, pois a partir do reconhecimento de um bem como patrimônio cultural do Brasil, sua relação deixa de ser apenas local, pois deve considerar os interesses brasileiros em todas as ações.

2.5 O valor de paisagem

Segundo Claval (2007), "a geografia nasceu para descrever a terra e assinalar sua diversidade" (p.19) e no final do século XVIII começaram a tentar responder questões relacionadas à relação do homem com a natureza, da ordem social com a ordem natural. Segundo Ribeiro (2007), é através da paisagem que os geógrafos tratam da dimensão cultural, sendo um dos mais difíceis de se estabelecer. Segundo Delphim (2004):

> Resulta de um somatório de diferentes elementos, das formas como se inter-relacionam, de informações complexas, de inúmeras formas de percepção isoladas ou integradas, de visões analíticas que resultam em uma configuração maior, que é a paisagem. Envolve questões físicas, atuais ou pretéritas, a gênese de aspectos como a formação geológica e geomorfológica, a diversidade de formas de relevo, a compartimentação geográfica e hidrológica, registros de acontecimentos paleoclimáticos e vegetacionais de capital importância para o conhecimento da história do planeta, marcas deixadas por povos pré-históricos, as formas atuais de relevo,

[61] "*Em estos casos, el criterio de actuación tampoco puede variar mucho respecto al que se ha visto antes: em teoría la ganancia funcional tiene que ser máxima" (VIÑAS, 2003 p.159).*

> hidrografia, flora e fauna e, em maior ou menor grau, os efeitos provocados pelas ações do homem modernos (p. 4).

A paisagem é uma terminologia utilizada por diversas disciplinas, entre elas, as que trabalham com patrimônio cultural. Dentro dessa, o termo "paisagem cultural", segundo Scifoni (2016), é entendida como "conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente", enquanto Ribeiro (2007) é mais objetivo ao afirmar que paisagem cultural é qualquer paisagem alterada pelo homem.

Em seu texto intitulado "*The morphology of landscape*"[62], Carl O. Sauer[63] adota uma análise morfológica da paisagem e como a cultura humana a modifica, utilizando os artefatos produzidos por essa sociedade. Sauer é considerado o fundador da geografia cultural norte-americana e a Escola de Berkeley, local de grande discussão teórico-metodológica (RIBEIRO, 2007). Sauer (1996) considera o termo "paisagem" como um conceito que trabalha com associações de elementos naturais e construídos. Talvez uma das discussões hoje ao se valorar uma paisagem cultural seja como atribuir um protagonismo nessa associação, pois há uma diferença em considerar a paisagem como um elemento que deva ser valorado em si, ou a colocar em uma condição de entorno, moldura de outro objeto.

A discussão sobre paisagem e patrimônio natural no IPHAN começa a se destacar na década de 1980, embora desde o Decreto-Lei n°25/1937 já exista a previsão do tombamento da paisagem "que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Decreto-Lei n°25/1937. Art. 1° §2°). Segundo Ribeiro (2007), os morros do Rio de Janeiro foram tombados a partir dessa justificativa como "excepcional valor" com o objetivo de barrar uma construção em 1973, mesmo havendo um tombamento anterior, em 1938 com a inscrição nos Livros Tombo Histórico e das Belas Artes, mas não no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Para corrigir a imprecisão, foi aberto novo processo em 1973 onde Lygia Martins Costa[64], então Chefe da Seção de Arte, especifica o tombamento, descrevendo o que está incluído (descrição faz parte do Processo n° 0869-T-73). Trata-se do que Ribeiro (2007) denomina como "paisagem-monumento", pois valoriza "monumentos naturais que integram a paisagem de uma cidade" (p.164).

---

[62] SAUER, Carl O. The morphology of landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROBERS, A. (org.). *Human geography: An essential anthology.* Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315. Disponível em goo.gl/EcPXyY. Acessado em maio de 2018.

[63] Carl O. Sauer foi um geógrafo norte-americano nascido em 1889 e falecido em 1975, nos Estados Unidos.

[64] Nascida em 1914, formou-se em 1939 pelo pioneiro curso de museus do Museu Histórico Nacional (MHN). Trabalhou no Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (IBRAM. Disponível em bit.ly/2wk2n7V. Acessado em agosto de 2018).

O interesse pelo patrimônio natural renova-se no período em que Aloísio Magalhães era o Presidente do IPHAN (1979-1982), embasando a criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural em 1985, importante para sistemas o assunto e executar ações, entre elas a elaboração das "Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural". O documento propõe a diferenciação entre sítios naturais e sítios alterados pelo homem:

Sítios naturais

a. Sítios que representam feições típicas da natureza brasileira
b. Sítios naturais de grandes singularidades
c. Paisagens excepcionais pela beleza cênica e os pontos de vista de onde se pode fruir o espetáculo desse panorama
d. Sítios importante como habitat de espécies de flora e fauna
e. Sítios de interesse científicos

Sítios alterados pelo homem

a. Interesse arqueológico
b. Patrimônio natural urbano
c. Espaços naturais circundantes ou arredores de assentamentos urbanos
d. Sítios de interesse históricos, social, literário, artístico, religioso, legendário ou afetivo.

Embora haja uma descrição da paisagem mostrando claramente a sua instância cultural através da interação com o homem, Ribeiro (2007) destaca que ela é tratada muito mais como panorama e vinculada a outros bens, e é através da relação com eles que a paisagem recebe uma significação. A paisagem não é valorada a partir dela, mas como uma moldura de um outro bem. No entanto, é um processo em transformação com abordagens que buscam inserir a paisagem no âmbito da análise de referências culturais existentes em uma região, onde ela possa servir como elemento de análise sistêmica, ou seja, como o resultado de todo um significado material e imaterial de um determinado lugar.

A paisagem é abordada como um conjunto, devendo ser destacada a interação que nela ocorre, mesmo que órgãos de preservação as trabalhem de forma separadas. Segundo Ribeiro (2007 p.111) "É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado".

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) classifica as paisagens em três categorias para inscrição como Patrimônio Mundial: paisagens claramente definidas (desenhadas e criadas intencionalmente como os parques), paisagens evoluídas organicamente (se dividem em "paisagem-relíquia ou fóssil" cujo o processo de

construção já terminou e “paisagens contínuas ou vivas” em que os processos ainda estão ocorrendo) e paisagens associativas (seu valor está na associação feito sobre elas, como associações de povos tradicionais) (SANTILI, 2010 e RIBEIRO, 2007). O órgão procura também abordar a paisagem cultural de um modo holístico, integrando vários elementos e formas de compreender a paisagem, pois valoriza as paisagens construídas pelo homem, bem como as transformadas por ele, o colocando como o principal elemento transformador. Sobre essa relação homem natureza, o IPHAN (2009) destaca:

> São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza (p. 13).



Figura 201 - A boiada e o boiadeiro no Pantanal Matogrossense, MS
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 202 - São Sebastião da Boa Vista, Ilha do Marajó, PA.
Fonte: (IPHAN, 2009).

O reconhecimento da paisagem cultural pelo IPHAN se dá através do instrumento denominado Chancela, conforme Portaria n°127/2009. A Chancela é um “selo de qualidade” reconhecendo o valor cultural daquela porção do território nacional, sendo regida por um pacto envolvendo poder público, sociedade civil e iniciativa privada que terão como resultado um sistema de gestão que garantirá que os elementos protegidos não serão modificados. Importante destacar o art. 3° que informa sobre a consideração do caráter dinâmico da ação humana sobre a paisagem, no entanto que valorizem a preservação do patrimônio.

A diferença entre o tombamento e a chancela seria de que esse último é um instrumento de reconhecimento, que embora tenha com condicionante a preservação da paisagem, considera uma dinamicidade, enquanto no tombamento, as possibilidades de modificações são muito mais restritas, pela característica do instrumento. No capítulo quatro será discutido o caso do Forte

Príncipe da Beira, onde será possível verificar a diferença entre diferentes elementos comporem uma paisagem e conviverem em um mesmo espaço.

2.6 Considerações

A valoração de um bem influencia na preservação, pois serve de guia para as ações das instituições responsáveis pela proteção dos bens, objetivo dos instrumentos de proteção[65] criados pelo IPHAN. Assim, o capítulo procurou abordar (não de forma exaustiva, mas apenas introdutória) a questão do valor com conceitos e formas de interpretação. Entende-se a existência da possibilidade de múltiplas leituras de um mesmo bem, acarretando em diferentes significações que fortalecem a importância do bem e a fiscalização da sua preservação.

Importante destacar nesse capítulo e que se relaciona com o bem em destaque nessa pesquisa, o Forte Príncipe da Beira, é o conceito de ruína. A fortificação possui quinze edificações intramuros, além de elementos externos, que se encontram em situação de ruína e um dos assuntos a serem tratados no capítulo quatro dessa pesquisa será intervenções a possibilidade de intervenções. No capítulo três são apresentados projetos de intervenção na fortificação que, entre outras propostas, reconstroem os prédios internos, algo que, segundo nossa opinião, não deve ser tratada de forma simplista, uma vez que o estado atual das edificações, além de serem um "documento" de toda a vida da edificação, registram a única batalha travada pelo monumento: contra a Floresta Amazônica.



Figura 203 - A batalha travada entre a fortificação e a selva amazônica.
Fonte: Acervo do Autor, 2016

[65] São instrumentos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural: tombamento (patrimônio material), valoração do patrimônio cultural ferroviário, registro (patrimônio imaterial) e chancela (paisagem cultural).



Figura 204 - Visão aérea do Forte Príncipe da Beira, entorno construído e a Floresta Amazônica.
Diferente de outras fortificações brasileiras, como a de São José do Macapá que possui desenho semelhante, o Forte Príncipe da Beira está inserido em meio a floresta amazônica praticamente preservada como na época da construção.
Fonte: Acervo do Autor, 2018

Essa mesma relação conflituosa entre o monumento e a selva embasa a necessidade de analisar o local sobre a ótica paisagística, uma vez que é um local de encontros entre natureza (floresta e rio), povos tradicionais (comunidade quilombola), Estado Brasileiro (exército), tendo a fortificação como centralidade, no entanto é válido destacar a existência de diferença entre esses elementos comporem uma paisagem e eles apenas conviverem em um mesmo espaço. No caso do Forte Príncipe da Beira, a dificuldade para sua construção naquele lugar, longe de tudo e em meio a Selva Amazônica, é um valor a ser considerado e neste caso, a paisagem preserva esse entendimento pela sua manutenção em estado praticamente original no entorno.

CAPÍTULO 3 - PRESERVAÇÃO

O terceiro capítulo trata das ações de conservação pensadas, projetadas e executadas para o Forte Príncipe da Beira. Desde o ano do seu tombamento como Patrimônio Cultural do Brasil em 1950, já houve destinação de verba para a restauração da fortificação, entretanto apenas em 2008 deu-se a execução de um projeto que tinha como objetivo a elaboração de um levantamento cadastral atualizado e uma limpeza da área interna da muralha, incluindo edificações, juntamente com a pesquisa arqueológica. Além de historiar e descrever as ações de preservação na fortificação, este capítulo buscará uma reflexão, juntamente com a discussão apresentada no capítulo dois, sobre como a falta de um detalhamento e descrição maior do bem tombado e dos valores identificados, logo sem uma orientação de projeto específica, poderia ter danificado o monumento.

Desde seu tombamento até hoje, pelo menos três grandes trabalhos foram realizados. O primeiro foi da Fundação Pró-Memória que em 1983, com a criação do Grupo de Trabalho de Levantamento de Fortificações Tombadas que elaborou uma pesquisa envolvendo aspectos históricos, arquitetônicos e artilharia. A Fundação Calouste Gulbenkian[66] elaborou entre 1983 e 1985 um projeto que envolvia não apenas um levantamento das estruturas, mas uma proposta arquitetônica e urbanística para o local que envolvia a criação de um parque e a construção de um monumento. O terceiro projeto de grande porte realizado, ficou apenas nas duas primeiras etapas, mas foi de grande importância para ampliação e atualização do conhecimento sobre a fortificação. O trabalho realizado entre 2008 e 2010 teve como objeto a atualização do levantamento cadastral, juntamente com um trabalho de limpeza para poder identificar os pisos da fortificação, seja do pátio de armas como das edificações, acontecendo ao mesmo tempo que a pesquisa arqueológica para registrar os elementos encontrados durante a retirada dos sedimentos.

Atualmente a fortificação passa por um momento inédito, o de protagonista de ações do IPHAN. A partir de 2017 avançou uma parceria entre Exército Brasileiro e IPHAN com o objetivo comum de revitalizar o Forte Príncipe da Beira. Essa nova visão sobre o forte se deve a sua inclusão na candidatura a Patrimônio da Humanidade no Conjunto de Fortificações Brasileiras do Período Colonial que participaram da definição das fronteiras brasileiras.

[66] A Fundação Calouste Gulbenkian é uma instituição portuguesa que se destina a melhorar a qualidade de vida das pessoas através das artes, beneficência, ciência e educação desde 1956.

3.1 O tombamento

Tombamento[67], no âmbito do IPHAN, é o reconhecimento de bem como Patrimônio Cultural Material ou Imaterial do Brasil pelo Conselho Consultivo[68]. O Decreto-Lei n°25/1937 que primeiramente organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, apresenta o conceito de tombamento e seus efeitos já no primeiro artigo e nos Capítulos II e III. Neste momento o tombamento é somente um instrumento de preservação de bens móveis e imóveis existem no País, além de sítios, paisagens e objetos de valor arqueológico, através da inscrição em um dos quatro Livros do Tombo (Histórico; Belas Artes; Arqueológico, Etnológico e Paisagístico e das Artes Aplicadas).

O tombamento do Forte Príncipe da Beira ocorreu em 1950, informado pelo então Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, à Diretoria de Patrimônio da União. A Notificação n°643 de 06 de julho de 1950 comunica que o Forte do Príncipe da Beira seria inscrito no Livro Tombo das Belas Artes, mas houve um documento anterior, de 27/05/1950, onde o Chefe da Seção de Arte avisa o Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos que seriam incluídos três monumentos na proposta apresentada em 12/04/1950: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Congonhas do Campo/MG, Igreja Matriz de Santo Antônio de Mateus Leme/MG e o Forte do Príncipe da Beira no então Território do Guaporé. Logo, a fortificação inicialmente não estava na lista de tombamentos a serem discutidos em 1950, entrando posteriormente.

A inscrição realizada, conforme o Arquivo Noronha Santos, foi o de número 281 em 07/08/1950, mas diferente do que consta na Notificação n°643, foi feito no Livro Tombo Histórico e não no de Belas Artes. A diferença entre as inscrições nos dois livros é de fundamental entendimento, pois o de belas artes tem uma preocupação com a forma e elementos construtivos, enquanto que o histórico permite, em teoria, uma maior liberdade nas intervenções, uma vez que a atenção principal não estaria na forma[69]. Além do equívoco, outro ponto a se destacar e que

---

[67] A palavra *tombo*, que em português significa inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do tombo, deu origem, no Brasil, à expressão *tombamento*. Faz referência também a Torre do Tombo, que em Portugal a partir do séc. XIV foi o local de guarda do Arquivo Público do Reino na torre do Castelo de São Jorge. Por isso, todo o patrimônio – público ou particular, móvel ou imóvel, cultural ou ambiental – que tiver importância para a sociedade poderá ser inscrito nos Livros Tombos e, com isso, ser formalmente tombado, isto é, tornar-se oficialmente reconhecido, a fim de ser protegido e preservado (Site do IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em bit.ly/2vBbfFQ. Acessado em julho de 2018).

[68] "O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é o órgão colegiado de decisão máxima do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para as questões relativas ao patrimônio brasileiro material e imaterial, criado pela mesma lei que instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje, Iphan, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937." (Site do IPHAN. Disponível em bit.ly/2nsn6Bv. Acessado em julho de 2018).

[69] Como o valor histórico não necessariamente considera elementos artísticos, existe uma menor restrição menor nas modificações de elementos artísticos.

também serviu de motivação deste trabalho é a falta de descrição dos elementos que compõe a fortificação, pois conforme já tratamos, o monumento é muito mais do que as muralhas, e em especial naquela região do Vale do Guaporé, não se restringe à apenas uma construção.

Diferente do processo de tombamento do Forte Príncipe da Beira, assim como outros, com a publicação da Portaria n°11/1986, o procedimento passa a respeitar uma série de instâncias e ações de instrução processual que obriga uma discussão maior sobre o bem que se quer reconhecer como patrimônio cultural, com uma descrição detalhada do que se está protegendo. Além disso, no caso das fortificações, após a 82ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ocorrida em 06/05/2016 onde foram tombadas algumas fortificações brasileiras, decidiu-se que também seriam protegidos os materiais de artilharia que estivessem no bem a ser tombado. No caso do Forte Príncipe da Beira, isso acrescenta pelo menos 12 canhões que se encontram no local, além de outros quatro (dois em Guajará-Mirim e dois em Porto Velho) que poderiam ser deslocados para a fortificação.

Assim como não houve detalhamento do que faria parte do tombamento, em 1950 não houve nenhuma definição de poligonal de entorno. Ao analisarmos imagens aéreas de 1976 e 1983 e as relacionarmos com a Vila do Forte e o Pelotão Especial de Fronteira (PEF) em 2018, observamos que pouca coisa se modificou, no entanto se considerarmos a imagem 172 (P. 74) da década de 1970, observa-se a inserção de arruamento sobre a esplanada. No entanto, acompanhando notícias locais e entrevistas do Governador de Rondônia, vimos que existe uma possibilidade de conexão entre o Brasil e a Bolívia através de uma ponte que seria próxima às ruínas do Forte de Bragança, o que colocaria em risco o já fragilizado bem. Ademais, o caminho natural para saída daquele local é a estrada que passa ao lado do Forte Príncipe da Beira, o que somado à demanda por serviços que fomentaria um crescimento da vila, colocaria a sua integridade, ainda frágil, em risco.



Figura 205 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira em 1976,
Fonte: Eurico Antônio Calvente. Acervo digital do IPHAN.



Figura 206 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira em 1983
Fonte: Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra. Acervo digital do IPHAN.

3.2 Primeiras ações de conservação (1911 e 1930)

As primeiras ações de conservação do Forte Príncipe da Beira após o período em que ficou sem utilização, a partir de 1889 (BARROSO, 2015. p.113), foi o trabalho de limpeza realizado pela Comissão Rondon quando essa encontrou a fortificação em 1911. Embora não sendo uma ação planejada, foi a primeira intervenção que, através da limpeza, buscou preservar as estruturas e o material de artilharia.

A Comissão Rondon chegou no Forte Príncipe da Beira em 1911 (BARROSO, 2015. p. 113) durante a expedição para implantação das linhas telegráficas no Norte. Retornaria em 1930, quando Rondon sugere a ocupação do local por uma unidade do Exército Brasileiro. Como já

mencionamos, em 1932 é instalado um pelotão ao lado da fortificação que até os dias atuais toma conta dela executando a limpeza periodicamente.

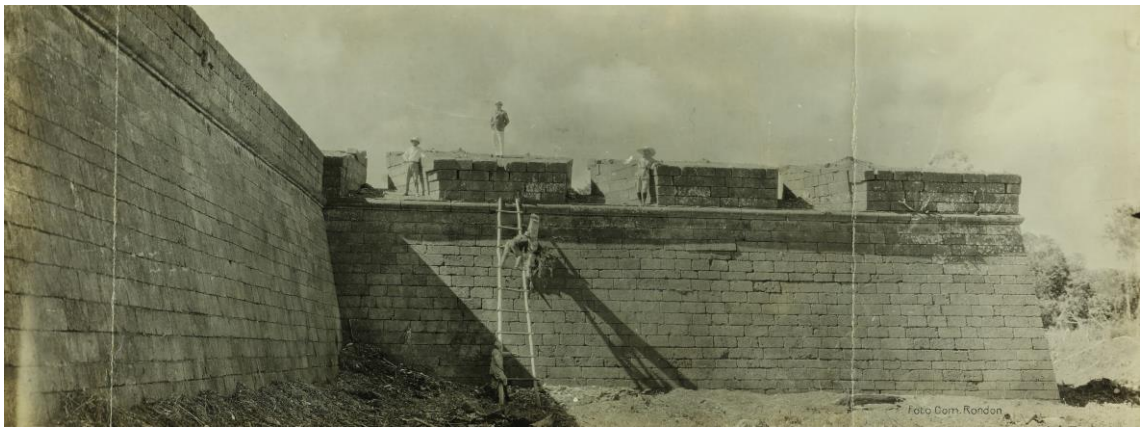


Figura 207 - Homens da Comissão Rondon limpando a muralha.
Fonte: Acervo Digital do IPHAN. Disponível em bit.ly/2MjeYIE. Acessado em agosto de 2018.



Figura 208 - Disparo de canhão após limpeza do material de artilharia.
Fonte: Acervo Digital do IPHAN. Disponível em bit.ly/2vRTSRj. Acessado em agosto de 2018.

3.3 Pós-tombamento (1950 a 1975)

No ano do tombamento já são registradas intenções de investimento na restauração do Forte Príncipe da Beira. Em 1950 no Correio da Manhã de 28/07/1950 é noticiada a viagem a Manaus dos "Beirões de Mato Grosso", sociedade voltada à preservação do patrimônio cultural, que fundaria na capital do Amazonas uma sociedade que entre outras ações, trabalharia na preservação do forte. Ainda no mesmo ano, o periódico "O Jornal" em 17/02/1950, destaca uma homenagem ao sr. Antônio de Moura Andrade, chefe da "Bandeira Aérea[70] de 1950" pela expedição ao Forte Príncipe da Beira. Possivelmente, o interesse dos jornais dos "Diários Associados" pela fortificação tenham influenciado o tombamento, ocorrido nesse mesmo ano das viagens noticiadas.

[70] Viagem aérea organizada para explorar, desbravar determinada região.



gão apresenta-se com matéria va-
riada.

CHEGAM A MANÁUS OS "BEIRÕES DE MATO GROSSO"

Manáus, 27 — (Asp.) — Chegaram a esta capital, às primeiras horas da tarde de ontem, os "Beirões de Mato Grosso", que vem de fundar a Sociedade dos Beirões, destinada a preservar a relíquia de construção colonial que é o Real Forte Principe da Beira, em Mato Grosso.

A comitiva, que viaja em dois aviões — o "Cidade de Andradina" e um outro aparelho da FAB — retorna, hoje, ao Rio.

Figura 209 - Publicação no jornal "Correio da Manhã" em 28/07/1950 sobre os "Beirões de Mato Grosso"
A criação da Sociedade Beirões do Mato Grosso em Manaus seria destinada a preservar monumentos com o Forte Príncipe da Beira.
Fonte: (CORREIO DA MANHÃ, 1950. Disponível em bit.ly/2Q8IJUB. Acessado em agosto de 2018)



dante José Corrêa Matoso ao sr. Mario Andrade

O proprio diretor do Elcritorio de

UM MODERNO RASGADOR DE SERTÕES ALVO DE EXPRESSIVAS HOMENAGENS

Oferecido um almoço ao sr. Antonio de Moura Andrade pelo comandante José Corrêa Matoso — Evocada a expedição ao Real Forte Principe da Beira — Pessoas presentes

Em seu apartamento, no Copacabana Palace Hotel, o comandante José Corrêa Matoso ofereceu um almoço ao sr. Antonio de Moura Andrade, recibuindo as gentilezas do chefe da "Bandeira Aérea de 1950" que recentemente visitou o historico Forte Principe da Beira.

O sr. Moura Andrade, grande latifundiário e cafeicultor, fundador da Cidade de Andradina, foi um fator extraordinario para o exito da excursão da "Bandeira Aérea de 1950" ao historico forte de Mato Grosso, não apenas participando e recepcionando os excursionistas em sua fazenda Guanabara, mas integrando a caravana o possante "Cidade de Andradina", DC-3 de sua propriedade.

Do almoço participaram o ministro da Guerra e senhora Canrobert Pereira da Costa, o embaixador de Portugal e senhora Antonio Faria, o brigadeiro Raymundo Aloim e senhora, sr. Antonio de Moura Andrade, sr. Joaquim Silveira e senhora e senhores Assis Chateaubriand, Nuno Simões, Adalberto Vale, Sousa Guise, Antonio Seabra, Rodrigo Melo Franco de Andrada e comandante Matoso e senhora, tendo-se feito representar o sr. Candido Fontoura.

Oferecendo o almoço falou o comandante Matoso que externou a sua satisfação e de sua esposa em ter conhecido o sr. Antonio de Moura Andrade, em quem eles vêm um pioneiro bandeirante moderno, e rasgador de sertões.

Falou a seguir o embaixador de Portugal, sr. Antonio Faria num discurso caloroso de exaltação à união do Brasil e Portugal.

Em terceiro lugar usou da palavra o ministro Canrobert Pereira da Costa que rememorou o papel desempenhado por Portugal na formação da nossa nacionalidade, desde o descobrimento. Exaltou o ministro da Guerra o esforço dos portugueses na defesa da nossa integridade geografica, de que eram bem um simbolo os fortes levantados no extremo da fronteira norte do Amazonas.

Por ultimo o sr. Assis Chateaubriand brindou a senhora Correia Matoso, sendo tambem levantado um brinde á embaixatriz Antonio Faria, que é filha do antigo embaixador Cantilio, da Argentina, um grande amigo do Brasil e foi signatario da famosa menagem ao Brasil, quando da entrada de nosso país na ultima guerra.

"SEM ATRIBUIÇÃO PARA INTERVIR NA VIDA DO TRIBUNAL"

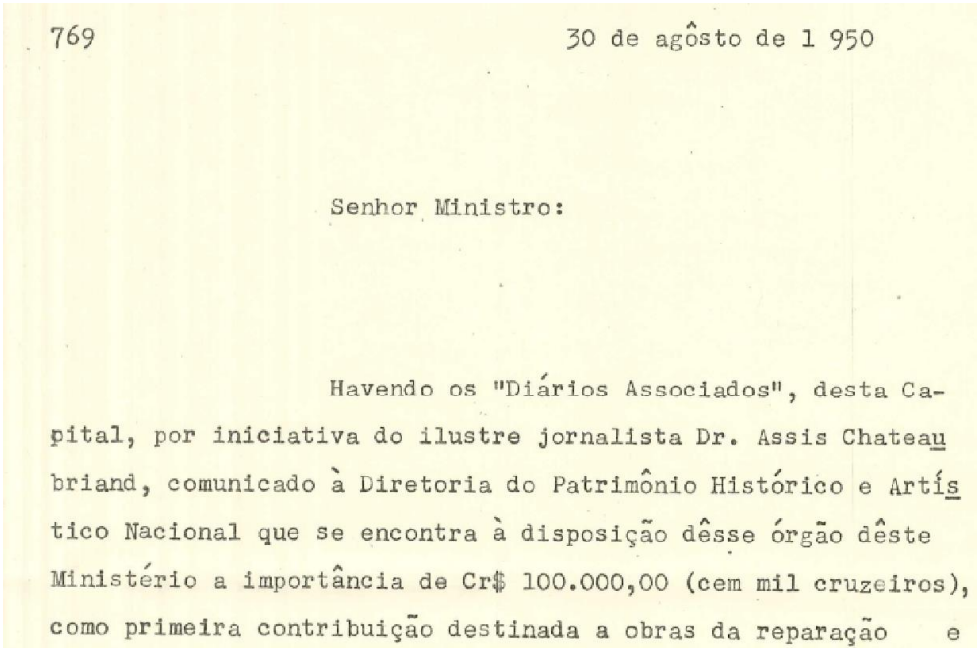
Incidente provocado por um oficio do Tribunal Superior Eleitoral ao Tribunal Federal de Recursos

Na ultima reunião do Tribunal Federal de Recursos, ocorreu um incidente, em consequencia de um oficio do Ministro Lafayette de Andrada, comunicando que o Tribunal Superior Eleitoral havia resolvido "conceder o afastamento do exmo. snr. Ministro Armando Samoulo Costa de

Figura 210 - Publicação no jornal "O Jornal", edição 09340 de 1950.
Fonte: (O JORNAL, 1950. Disponível em bit.ly/2NpBYPQ. Acessado em agosto de 2018)

Em 30 de agosto de 1950 em documento de número 769, o Ministério da Educação e Saúde informa ao Ministro da Guerra, Gen. Canrobert Pereira da Costa, a destinação de Cr$100.000,00 (cem mil cruzeiros) como primeira contribuição para a restauração da fortificação, solicitando autorização para que a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[71] (DPHAN) proceda com a execução dos serviços, além de contar com o apoio das autoridades militares locais. O Ministério da Guerra responde através do Aviso n° 577/16 de 11 de setembro de 1950, autorizando a execução da restauração e o apoio dos militares da região. Não existem registros posteriores que tratam da execução de alguma intervenção na fortificação utilizando esses recursos, no entanto é perceptível através das visitas que já realizamos na fortificação a partir de 2009, que não houve nenhuma obra de conservação.

[71] O DPHAN foi o nome que o IPHAN teve de 1945 a 1970.



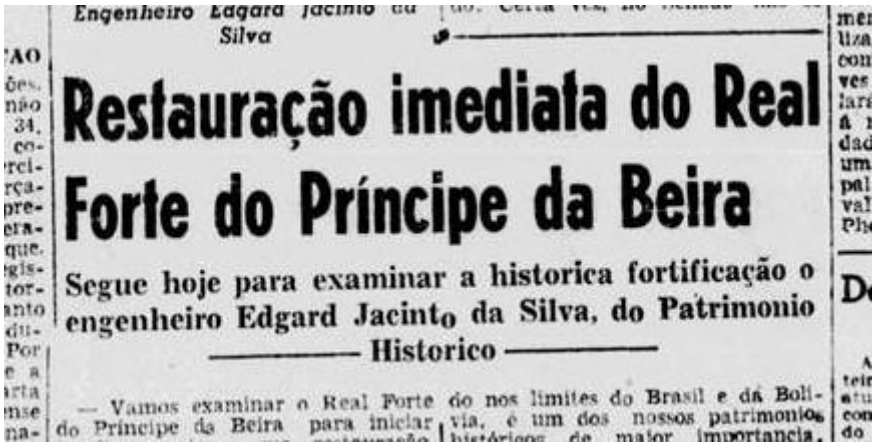
769 30 de agôsto de 1 950

Senhor Ministro:

Havendo os "Diários Associados", desta Capital, por iniciativa do ilustre jornalista Dr. Assis Chateaubriand, comunicado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que se encontra à disposição dêsse órgão dêste Ministério a importância de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), como primeira contribuição destinada a obras da reparação e

Figura 211 - Documento informando sobre a destinação de recurso para restauração do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Processo n° 395-T-50: Tombamento do Forte Príncipe da Beira.

O engenheiro Edgar Jachinto da Silva[72], servidor do DPHAN, teve sua vistoria ao forte noticiada em 17/05/1951 no periódico "O Jornal", informando que ele iniciaria nesse mesmo dia a viagem para que a restauração iniciasse imediatamente, conforme, segundo ele, recomendações dos "Diários Associados" e DPHAN.



Engenheiro Edgard Jacinto da Silva

Restauração imediata do Real Forte do Príncipe da Beira

Segue hoje para examinar a historica fortificação o engenheiro Edgard Jacinto da Silva, do Patrimonio Historico

— Vamos examinar o Real Forte do nos limites do Brasil e da Bolivia, é um dos nossos patrimonios

Figura 212 - Publicação em "O Jornal" de 17/05/1951 sobre a viagem de Edgar Jachinto da Silva.
Fonte: (O JORNAL, 1951. Disponível em bit.ly/2M56D03. Acessado em agosto de 2018).

[72] Edgar Jachinto da Silva foi técnico do IPHAN de 1944 a 1987. Em 1951 ele era o chefe da Selção de Artes da Divistão de Tombamento e Conservação, que era responsável pelos tombamentos (THOMPSON, 2009).

Entre 09 de julho e 08 de setembro de 1954 houve uma troca de correspondências envolvendo o DPHAN e o Governo do Território do Guaporé[73] para discutir ações de limpeza no Forte Príncipe da Beira. A discussão inicia com um documento assinado por Edgar Jachinto da Silva informando que durante sua viagem à fortificação em 1951, elaborou um relatório descritivo e fotográfico para embasar intervenção pretendida. Retomado o assunto pelo próprio Edgar em 1954, há uma troca de correspondências tendo como base as orientações dele sobre o que deveria ser feito na fortificação:

> 1. O serviço de desmatamento será feito no recinto do Forte e, externamente, nos fossos e até dez metros em frente ao mesmo. Na face correspondente ao rio, será limpo até a margem; 2. Todas as muradas serão limpas com arrancamento das raízes localizadas nos interstícios dos blocos de cantaria; 3. A limpeza dos chãos será feita por destocamento, conservando-se o gramado e 4. Durante o serviço deverão ser conservados nos lugares em que se acham, todos os fragmentos e blocos de cantaria, com o fim de facilitar a recomposição das faces demolidas (BRASIL, 1954. Disponível em bit.ly/2wdQoaT. Acessado em agosto de 2018).

No radiograma n°108/SAG de 31 de agosto de 1954, o governador, Major Ênio Pinheiro informa ao DPHAN que as providências solicitadas estão prestes a serem concluídas, recebendo agradecimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto, já em 1957, o Exército Brasileiro, através do Comando Militar da Amazônia (CMA) sediado em Manaus, entra em contato com o DPHAN solicitando orientação sobre a manutenção da fortificação, pois explicam não haver pessoal suficiente para a demanda.

De 1957 a 1960 o DPHAN e o Exército Brasileiro trocaram correspondências sobre as ações a serem realizadas no Forte Príncipe da Beira e a forma de atuação de cada um. Enquanto o DPHAN informava a necessidade de continuar com a limpeza constante e a elaboração de um levantamento completo para elaboração de um projeto, o CMA comunicava a falta de contingente e de experiência, insistindo em na solicitação de orientações técnicas, que foram enviadas. Não há um registro para conhecimento se houve uma ação do CMA, além da limpeza, sendo o documento final dessa discussão a Informação n°2 de 31 de dezembro de 1960, assinada por Renato Soeiro, Diretor de Conservação e Restauro, reforçando a necessidade de proceder com a manutenção rotineira e que houvesse um levantamento completo da fortificação.

[73] O Território Federal do Guaporé foi criado em 1943, desmembrando parte dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Em 1956, o nome mudou para Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Rondon (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO-LEI Nº 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943 Disponível em bit.ly/2MiQs4h. Acessado em agosto de 2018. LEI Nº 2.731, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1956 Disponível em bit.ly/2vZZr0b. Acessado em agosto de 2018).

Observa-se que entre 1951 e 1960 houve uma intensa troca de correspondências entre DPHAN, Governo do Território do Guaporé e Exército Brasileiro, que resultam na continuidade da limpeza rotineira realizada pelo pelotão. Em 1962 ocorre um depósito na conta do DPHAN sem que a diretoria tivesse conhecimento, no valor de Cr$15.890,90 e após questionamentos, Edgar Jachinto da Silva informa, em 10 de junho de 1963, que o valor se refere a um repasse dos Diários Associados[74] de Cr$30.000,00, do qual Cr$15.000,00 foram pagos a um empreiteiro que estaria realizando trabalhos na fortificação e o restante seria repassado na conclusão dos trabalhos. Não há registros sobre o andamento das ações dessa empreiteira na fortificação.

Após doze anos, em 1975, o Ministério do Exército entra em contato com o DPHAN sobre novas intervenções na fortificação para as comemorações dos 200 anos do lançamento da pedra fundamental do forte, mas a troca de mensagens é apenas até 1976, sem maior aprofundamento. Em 1981, a Fundação Pró-Memória[75]/SPHAN apresenta um relatório envolvendo várias edificações, entre elas o Forte Príncipe da Beira, onde propõe a utilização de algumas edificações para abrigar o Pelotão Especial de Fronteira, Museu do Exército e Hotel de Trânsito[76].

A opção escolhida foi de restaurar um dos quartéis de oficiais, a capela e recuperar a muralha e a cortina interna e utilizar os prédios para serviços administrativos do pelotão, enquanto as demais edificações seriam restauradas progressivamente. O orçamento estimado para execução do serviço inicial previsto foi de US$ 129.000,00 (R$ 2.851.040,00 hoje) com a obra ocorrendo em 1983 e os demais prédios, US$ 140.000,00 (R$ 3.094.120,00 hoje), a serem executados em 1984 e 1985, sendo assinado um Termo de Compromisso em 1983 entre Ministério da Educação e Cultura, Exército Brasileiro e Governo do Estado de Rondônia. Em razão da especificidade do serviço, não houve licitação, mas análise de currículo e a proposta apresentada pelo Arquiteto e Urbanista José Fernando Madeira foi aceita para que ele fizesse o inventário das pedras e levantamento dos prédios situados no interior das muralhas.

O trabalho realizado por Fernando Madeira consistiu na retirada das pedras do interior das edificações e sua classificação em peças de portas e janelas, peças de coroamento (cimalhas), peças de cunhal e conversadeiras, além das que não tinham forma definida que foram organizados em um mesmo local. O objetivo da retirada das pedras era liberar a área para realização do

[74] Fundado por Assis Chateaubriand em 1924, os Diários Associados lançam veículos de comunicação por todos o Brasil (DIÁRIOS ASSOCIADOS, 2008. Disponível em bit.ly/2QaRxcw. Acessado em agosto de 2018).
[75] A Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural. O SPHAN ficou como órgão normativo, enquanto a FNPM, como órgão operacional, proporcionava os meios e os recursos que permitiam agilizar a Secretaria. Em 1990 foram extintos, sendo substituídos pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015).
[76] Hotel destinado a receber militares ou, eventualmente, visitantes no pelotão.

levantamento e posteriormente para colocação dos andaimes durante a obra. Foi realizada uma descrição de cada prédio, além de uma análise geral do estado de conservação dos prédios. Não encontraram vestígio de cobertura, com exceção de telhas do tipo canal que estavam enterradas nos sedimentos, e madeira, essas da estrutura do telhado e esquadrias. Os tijolos encontrados eram de boa qualidade, com queima adequada que garantiu a durabilidade até os dias atuais, e foram utilizados no piso, nos arcos e nos embrechamentos[77] das paredes.



Figura 213 - Telhas encontradas durante a pesquisa de campo.
Fonte: (MADEIRA, 1983).



Figura 214 - Tijolos encontrados durante a pesquisa de campo.
Fonte: (MADEIRA, 1983).



Figura 6 - Tijolos utilizados nos embrechamentos das paredes.
Fonte: (MADEIRA, 1983).



Figura 7 - Tijolos utilizados nos arcos das esquadrias.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

A análise geral das patologias[78] registrou, além das faltas de coberturas e esquadrias, problemas como queda de revestimento, descolamento de paredes e cunhais, infiltração de água por entre as pedras causando perda de argamassa por lixiviação[79], crescimento de vegetação nas

[77] Complementação dos espaços vazios entre as pedras das paredes.
[78] Patologias são ocorrências durante a vida útil de um edifício (neste caso específico relacionado às construções) que prejudicam o seu funcionamento do edifício.
[79] Dissolução e perda da argamassa pela ação da água.

paredes, além da própria ação do clima amazônico, principalmente as chuvas intensas entre outubro e abril.

Como já mencionamos, as pedras foram retiradas do interior das edificações e organizadas por tipo: cimalhas, cunhal, guarnições de portas e janelas (vergas ombreiras e peitoris), entre outros. Não foi encontrado registro informando se houve agrupamento por prédio ou apenas por tipo.

O levantamento das edificações teve como objeto final desenhos de plantas baixas com indicação do esquadro[80] das paredes, vistas das paredes e detalhamentos. O trabalho está muito bem detalhado, desde os desenhos até a informação das quantidades de cada peça, informando o que existe no local e o que faltaria para preencher todas as lacunas identificadas. Foram entregues 15 pranchas com os desenhos dos prédios e uma de detalhamentos.

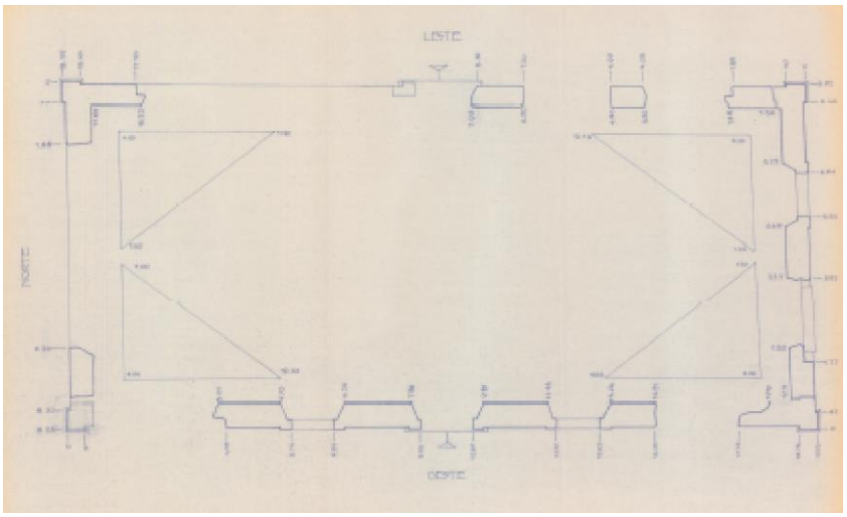


Figura 215 - Planta baixa do prédio 09 com indicação do esquadro nos quatro cantos.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

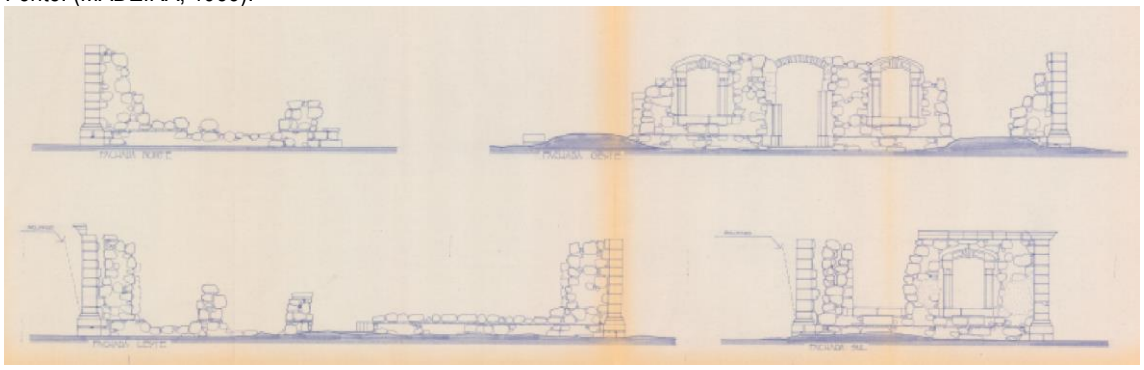


Figura 216 - Vistas das paredes do prédio 09.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

[80] Indicação se as paredes estão formando ângulo de 90° horizontalmente, o que em termos arquitetônicos significa que a parede está no “esquadro”.

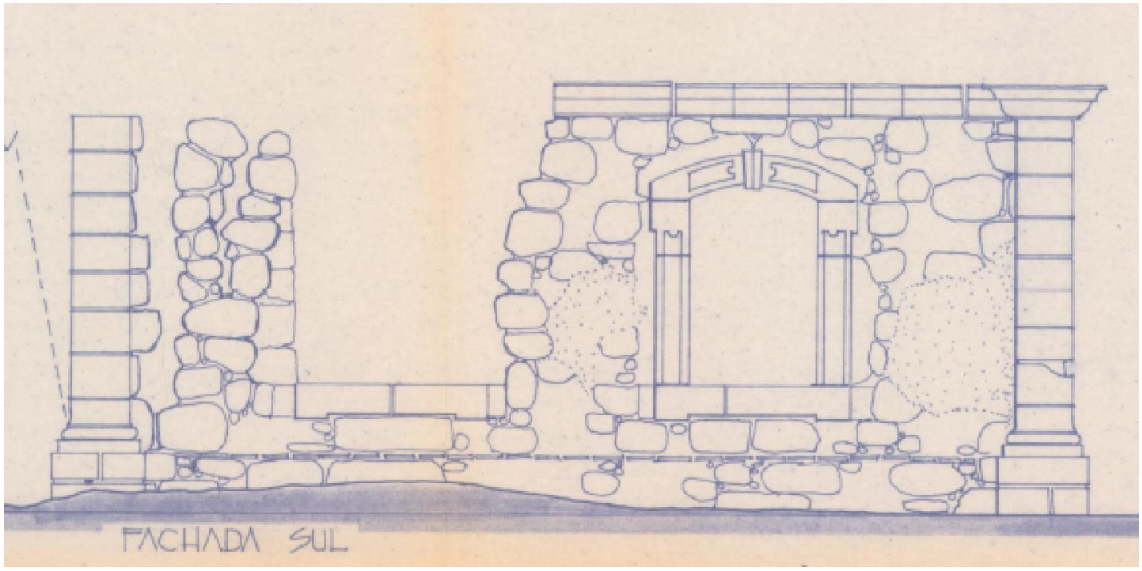


Figura 217 - Ampliação da fachada sul do prédio 09.
Na ampliação é possível observar o nível de detalhamento do desenho.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

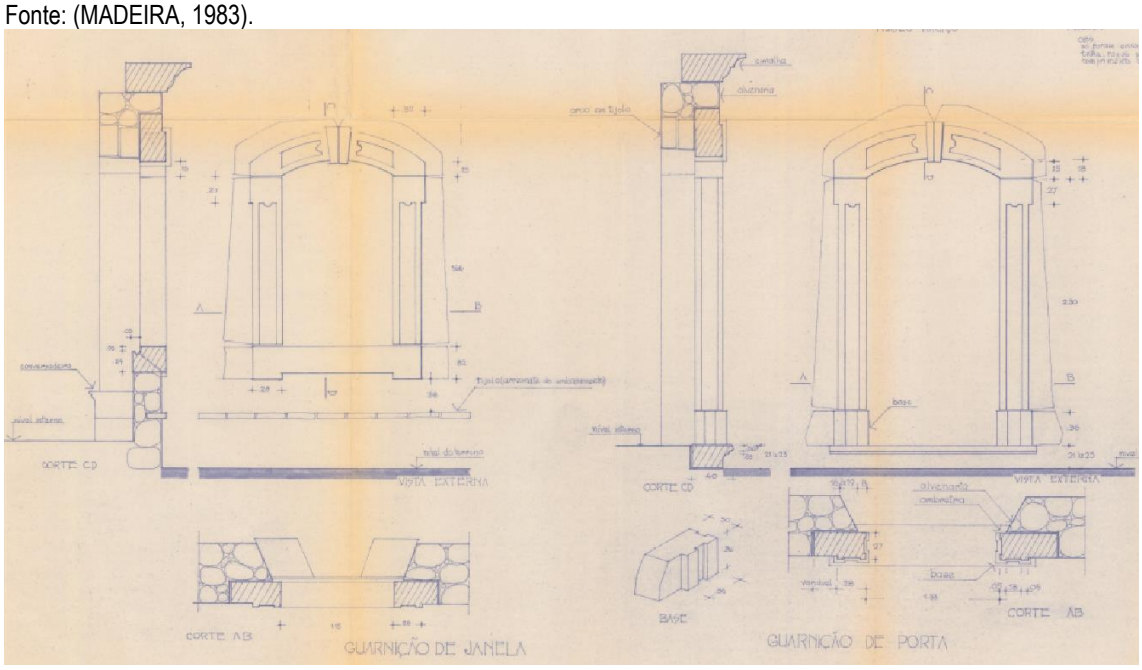


Figura 218 - Detalhamento das guarnições de portas e janelas.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

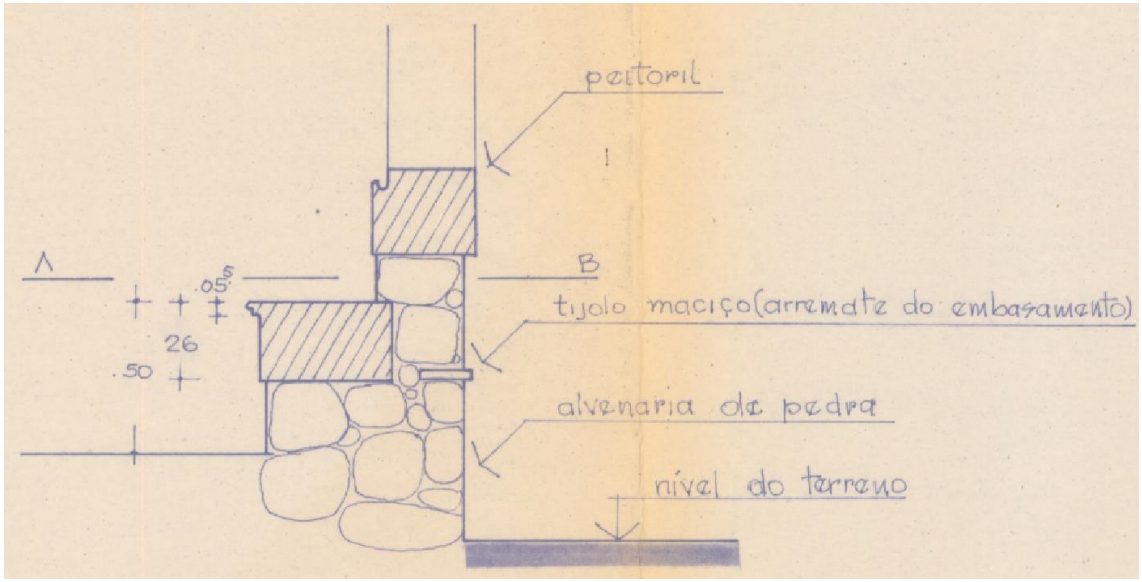


Figura 219 - Detalhamento em corte.
No desenho se observa a diferença de nível entre o terreno e o prédio, a utilização dos tijolos como arremate do embasamento das paredes e as peças hachuradas representando a cantaria (pedra trabalhada) do peitoril e da conversadeira.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

espécie			quantidade necessária	quantidade encontrada	déficit
pedras de mão (m^3)			325,2	81,3	243,9
cimalhas (ml)			364	581,5	217,5
porta	verga un.		25	6	19
			25	8	17
	base un.		25	10	15
janelas	peitoril un.		27	12	15
	vergas un.		54	22	32
			54	28	26

Figura 220 - Tabela com o levantamento das peças de cantaria.
A tabela, além do desenho das peças, registra as quantidades necessárias para complementação e as quantidades encontradas.
Fonte: (MADEIRA, 1983).

3.4 Grupo de Ação “Levantamento de Fortificações Tombadas” (1983)

A Fundação Pró-Memória (FNPM) organizou o Grupo de Ação “Levantamento de Fortificações Tombadas”, a partir da determinação do Presidente da República João Batista Figueiredo que visitou a fortificação em 1983, ficando o registro em uma placa até hoje presente

na fortificação, com o objetivo de elaborar o levantamento dos prédios do Forte Príncipe da Beira, além de classificar, contar, alinhar e empilhar as pedras encontradas no interior dos prédios. O trabalho, desdobrado em ações de campo (levantamentos) e de escritório (desenhos e pesquisa), tendo como resultado um relatório organizado em três volumes: Forte Príncipe da Beira: aspectos históricos (I), aspectos arquitetônicos (II) e aspectos militares (III).

O volume do relatório que se dedica aos aspectos arquitetônicos da fortificação nos primeiros três capítulos do apresenta a história do Forte Príncipe da Beira desde a decisão pela construção após decidirem pela não mais utilização do Forte de Bragança em razão do local estar em área atingida por enchente do Rio Madeira, como já mencionado no Capítulo 01 deste trabalho.

Além do texto que constrói a história da fortificação, o volume dois contém um importante material iconográfico que ilustra aquela região do Vale do Guaporé antes, durante e depois da construção do Forte Príncipe da Beira. Das pesquisas utilizadas neste capítulo, é o documento mais antigo a organizar o processo histórico da fortificação.

Finalizando este volume, a equipe apresenta uma proposta de intervenção na fortificação que abrangia também o entorno, com a criação de um parque. O projeto tornava a fortificação uma estrutura turística onde no espaço de trânsito, na entrada principal, haveria uma sala das bandeiras (1) e o calabouço (2) seria mantido. Nos prédios foram propostos Museu do Forte Nossa Senhora da Conceição (3), Museu do Real Forte Príncipe da Beira (4), espaços para futuro planejamento (5 e 6), restaurante (7), serviços gerais (8), recepção e estar (9), quartos (10-1, 10-2 e 10-3), capela (11), casa do comandante da praça (12), contenção de ruínas apenas (13 e 14) e teatro (15).

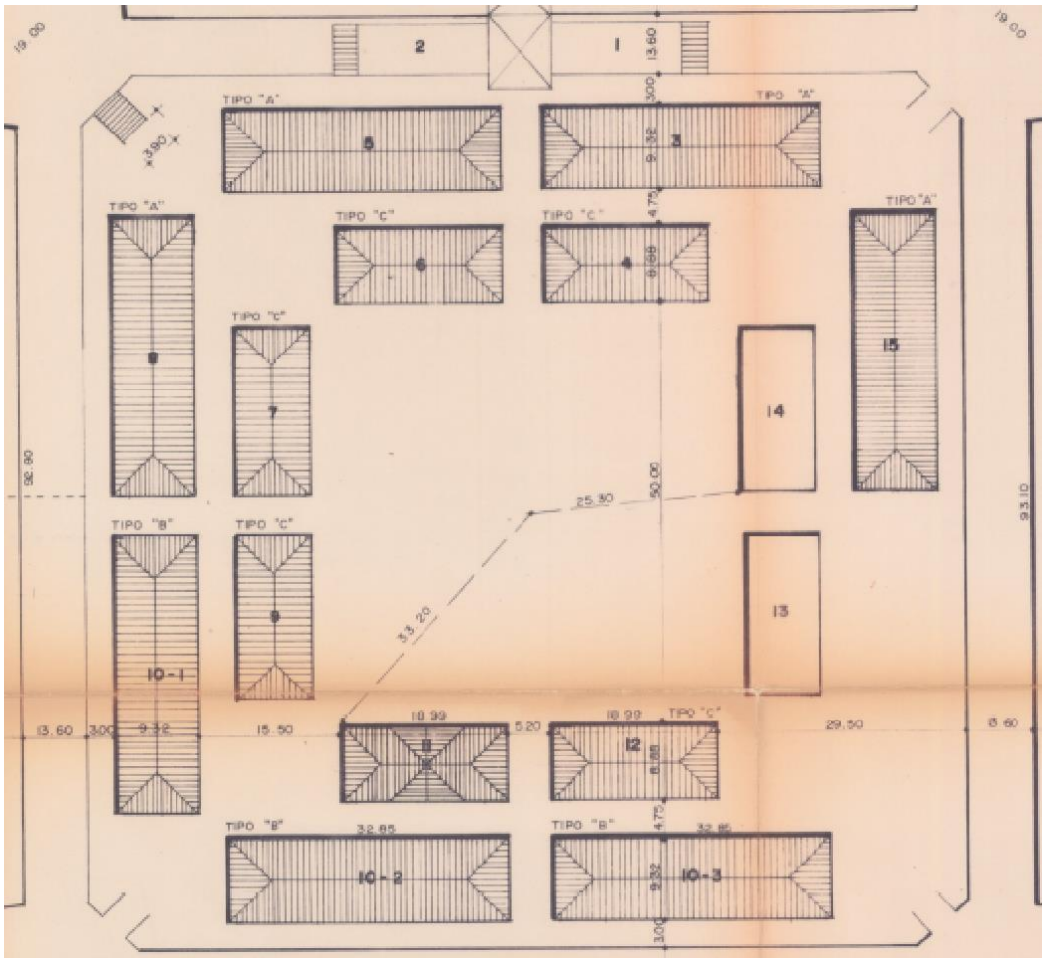


Figura 221 - Indicação do local dos novos usos.
Fonte: (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol 2).

O projeto propõe modificações na compartimentação dos prédios, principalmente os prédios que teriam quartos para servirem como hospedagem. Como nos desenhos não há marcação de paredes internas, se infere que as pesquisas não alcançaram em todos os edifícios, o nível do piso em tijoleira. A nova distribuição interna não considera as marcações das paredes em taipa que já foram encontradas, logo é um projeto que deveria ser modificado ao longo da execução para adaptação às estruturas existentes.

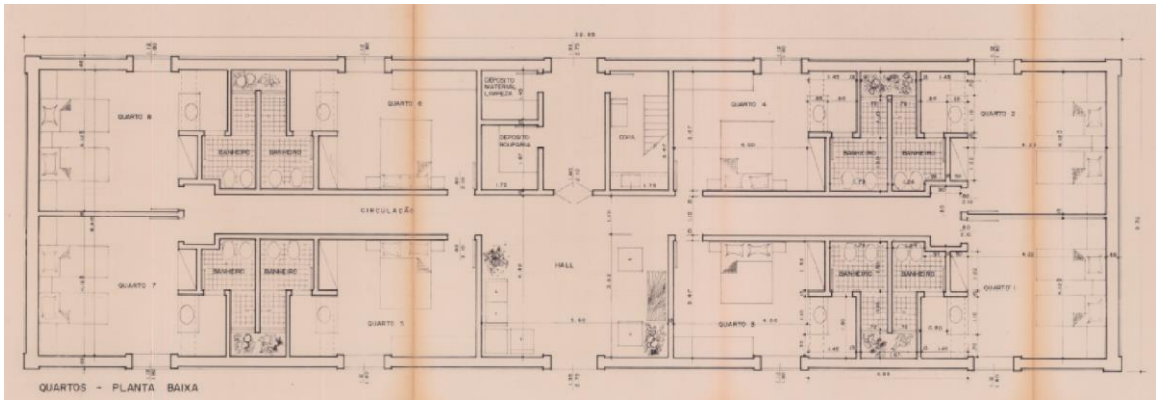


Figura 222 - Prancha 09 com o projeto de um dos prédios que receberia os quartos.
Fonte: (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol 2).

A intervenção de maior impacto foi a proposta de criação de um Parque Nacional com área de 2.400 hectares, interligando as fortificações Príncipe da Beira e Bragança, criando espaços de lazer cultural e esportivo. Seriam oferecidos espaços com churrasqueiras, passeios a cavalo, áreas de pesca esportiva ao longo do rio, piscina fluvial, entre outras atrações. No entanto, dois pontos chaves de qualquer intervenção naquela área foram removidos: a Vila do Forte e o Pelotão Especial de Fronteira. Existe a demarcação de uma vila militar, mas o desenho é totalmente diferente da conformação da época, evidenciado pelo desenho dos caminhos que não se relacionam com a posição dos prédios do quartel.

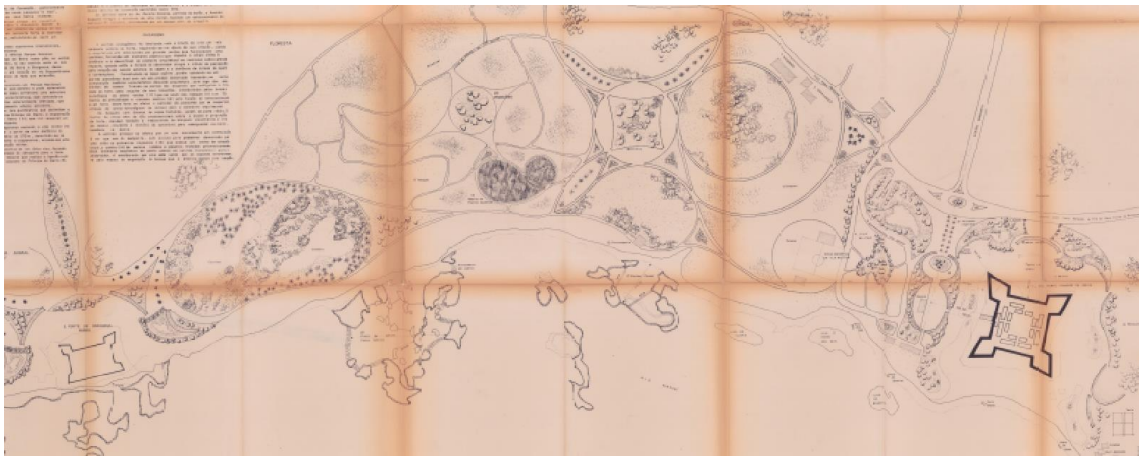


Figura 223 - Prancha 02 - Parque Nacional proposto.
Fonte: (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol 2).



Figura 224 - Ampliação de parte da Prancha 02
O entorno do Forte Príncipe da Beira é modificado, retirando a Vila do Forte e inserindo caminhos e canteiros na área militar.
Fonte: (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol 2).

Ainda no volume dois, fazendo parte do material de projeto apresentados, há o desenho do campo de tiro que demonstra o alcance do material de artilharia da fortificação em direção ao Rio Guaporé. O desenho considerou o alcance de 900 metros para o canhão de 6 libras, utilizados no forte. Com esse perfil geométrico do alcance bélico da fortificação a partir das canhoneiras localizadas nos baluartes, se observa que poderiam ser atingidos pontos localizados na Bolívia, após o Rio Guaporé. O alcance que a artilharia permite, somado à forma como deveria ser feita a navegação pela frente da fortificação pela existência das corredeiras, demonstra a eficiência na implantação.

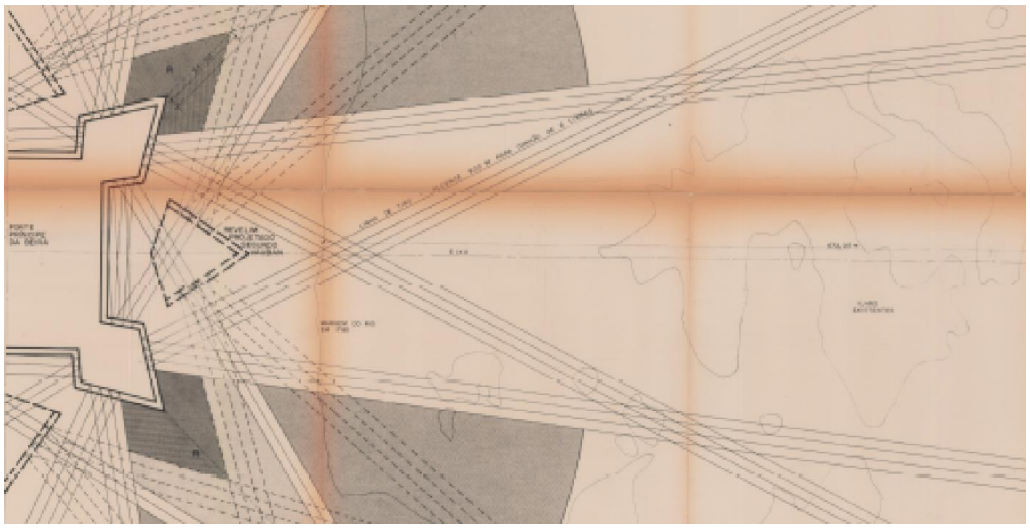


Figura 225 - Parte da prancha com o campo de tiro do Forte Príncipe da Beira em direção ao Rio Guaporé.
Fonte: (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 1983. Vol 2).

O volume três que trata dos “Aspectos Militares” já foi discutido no Capítulo 01, pois é o único trabalho que trata do material de artilharia do Forte Príncipe da Beira. Além de apresentar a história do material de artilharia, com as transformações ocorridas, apresenta a história do exército português, a estrutura militar da Capitania Geral do Mato Grosso, a vida militar na época, os uniformes e elementos das duas fortificações, Nossa Senhora da Conceição (e Bragança) e Príncipe da Beira.

3.5 Fundação Calouste Gulbenkian (1983 a 1985)

O trabalho realizado pela Fundação Calouste Gulbenkian é o resultado do Termo de Compromisso n°001/1983 assinado entre o Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Exército e Governo de Rondônia para a elaboração de um projeto de consolidação, restauração e utilização do Forte Príncipe da Beira. O responsável pelo projeto foi o arquiteto português Vianna de Lima que, segundo ele, elaborou uma proposta que utiliza de aspectos histórico, estético e

cultural, considerando aspectos sociais e econômicos locais, além do Rio Guaporé que serviria de conexão entre Costa Marques e Guajará-Mirim.

O texto não tem cunho somente técnico, pois utiliza de muitos adjetivos desnecessários que servem apenas para evidenciar o sentimento do arquiteto perante a fortificação. A proposta elaborada propõe a inserção de uma estalagem, um monumento-memória, parques de estacionamento, pequenos portos fluviais e um percurso de caminhada, além de valorizar o forno, próximo à fortificação. O projeto sugere a modificação do local de implantação da igreja, da enfermaria, do rancho e padaria e de uma cooperativa, o que, segundo o autor, organizaria urbanisticamente o entorno do forte. O desenho atual do fosso, com o objetivo de retomar a proposta contida nos projetos da época, seria refeito, recuperando parte do projeto original.



Figura 226 - Mapa geral da proposta de Vianna de Lima.
1 – Monumento, 2 – Fortificação, 3 – Estalagem e 4 – Forno.
Fonte: (FUNDAÇÃO CALOUSTE GOLBENKIAN, 1985).

A praça de armas deverá ser restaurada através da reconstrução das edificações, mas também devendo ficar alguns exemplares em ruína, servindo de registro do caminho percorrido pela fortificação e suas dificuldades. Segundo Vianna de Lima, as partes faltantes deveriam ser recompostos com os elementos existentes na fortificação e a complementação feita com concreto.

Os rebocos deveriam ser refeitos[81], o acabamento feito com cal e as molduras das esquadrias e pilastras reconstruídos em concreto.

Uma preocupação do projeto é com o estado de conservação das muralhas, pois na época já haveria desmoronamentos do terrapleno que poderiam colocar em risco a totalidade das paredes do forte. Propõe trabalhar com concreto, caso haja a necessidade de maior resistência nas complementações e nas impermeabilizações, assim como utilizando de mesma técnica para impedir infiltrações na abóbada do acesso principal que já apresentava essa patologia.

Para reconstituição das edificações da praça de armas, o projeto prevê a utilização de uma laje e cobertura com telha capa e canal, sendo que entre eles, haveria um material isolante térmico. A capela seria reconstruída, mas segundo Vianna de Lima, não com adoção de elementos originais, pois não haveria informações suficientes para essa decisão de projeto.

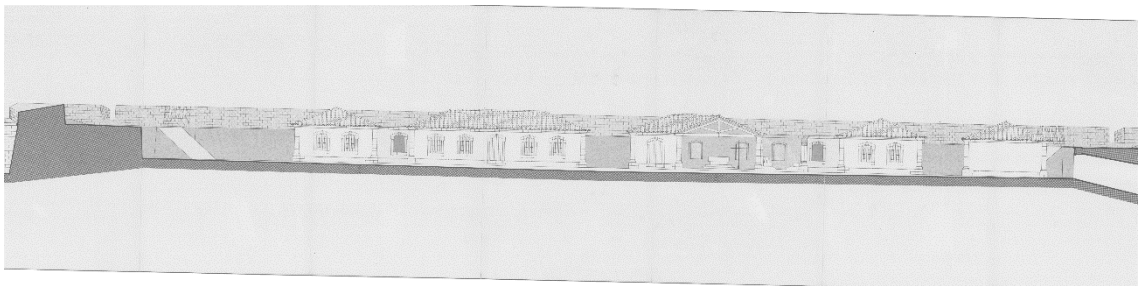


Figura 227 - Reconstituição das edificações da praça de armas.
A vista da capela demonstra que a proposta não pretendia reconstruí-la totalmente, mas apenas o ambiente do altar e uma das salas adjacentes.
Fonte: (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1985).

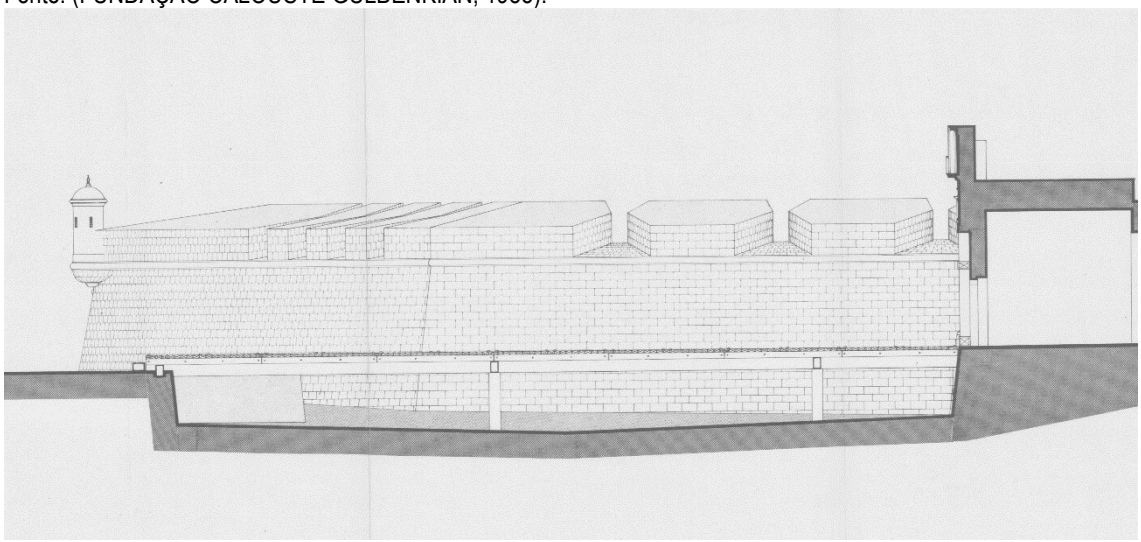


Figura 228 - Ponte de ligação do caminho coberto ao acesso principal.
A proposta de uma ponte em concreto armado objetiva dar acessibilidade à fortificação.
Fonte: (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1985).

[81] Não foi encontrado no relatório se houve pesquisa de composição dos rebocos para definição do traço a ser utilizado.

O elemento de maior impacto proposto por Vianna de Lima é um monumento a ser implantado na entrada da Vila do Forte. De grandes dimensões, embora os desenhos não tenham cotas, utilizando as figuras humanas como escala, a altura do monumento é maior do que das muralhas da fortificação. O texto justificativo do arquiteto não esclarece as referências para definição da forma do monumento, deixando apenas claro que a percepção de que o prédio é uma estrutura densa e pesada é baseada no forte. É uma estrutura que tem como função a marcação da presença da Fundação Calouste Gulbenkian no Forte Príncipe da Beira.

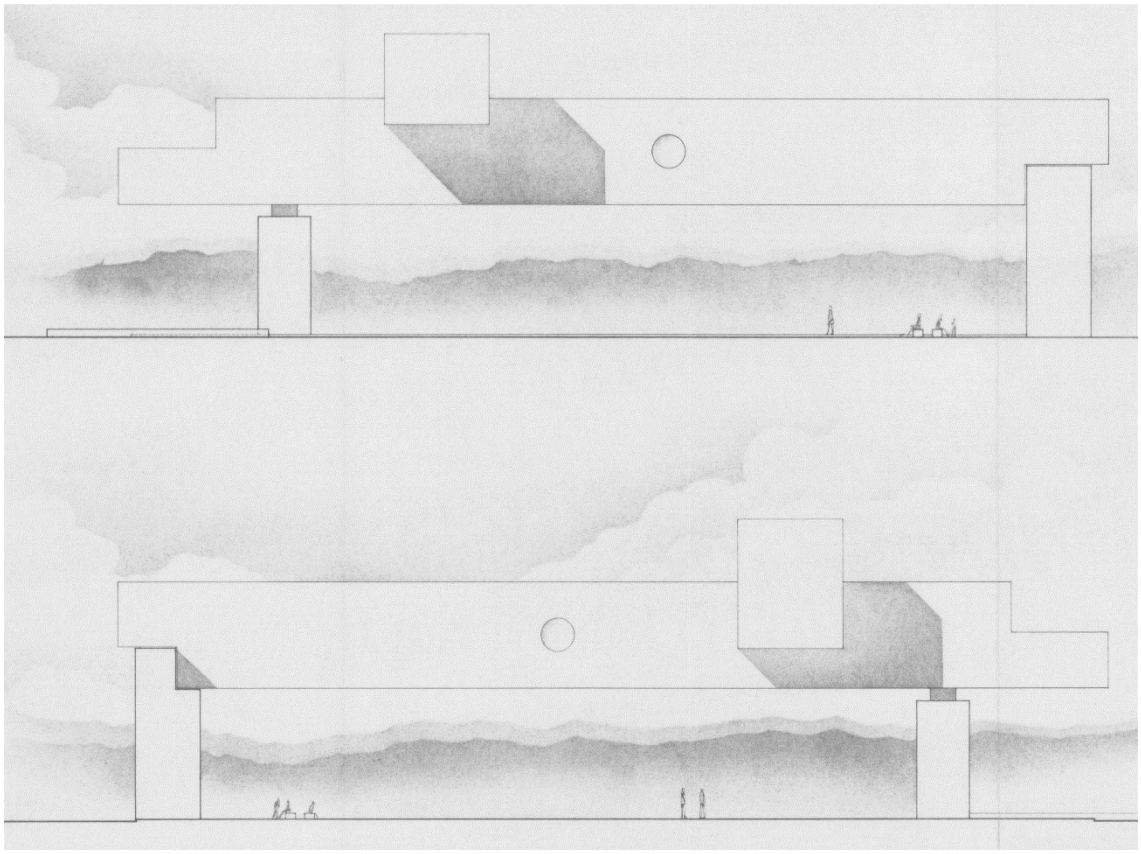


Figura 229 - Monumento proposto por Vianna de Lima.
Fonte: (FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1985).

A proposta elaborada pelo arquiteto Vianna de Lima, desconsiderando o monumento proposto, é de menor impacto ao local se comparado ao do Pró-Memória, apresentado no item anterior neste mesmo capítulo. Entretanto o trabalho de pesquisa realizado pelo Grupo de Ação Levantamento de Fortificações Tombadas é mais completo, além de ser o primeiro que envolve as fases de levantamento, diagnóstico e projeto. Ambos os projetos servem de referência até hoje, pois suas propostas de intervenção, mesmo que causem um grande impacto à fortificação, significam o registro de ideias que mesmo que não possam ser executadas em sua totalidade, significaram avanços na discussão de restauração em fortificações. Destaco, como uma das discussões que devem ser consideradas em futuras intervenções, a utilização das pedras

existentes nas eventuais reconstruções de prédios. Em ambos os projetos essa hipótese é considerada, uma vez que existem muitas pedras na fortificação e nada justificaria sua não utilização, pois mesmo que não possam recompor todas as partes faltantes, permitirão uma menor utilização de materiais contemporâneos.

3.6 Restauração da capela e dois quartéis de oficiais (1991 a 1999)

O início dos anos 1990 foi de transformações administrativas relacionadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Durante o governo do Presidente Fernando Collor de Melo, através da Lei n°8.029 de 12 de abril de 1990 foram extintas a Fundação Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA E THOMPSON, 2015). Também foi no início dessa década, a partir de 1991, que foram retomadas discussões sobre obras no Forte Príncipe da Beira.

Durante o mês de fevereiro de 1991 foram realizadas duas reuniões da Comissão Forte Príncipe da Beira, encarregada de retomar as ações relacionadas à fortificação. A primeira reunião foi em 01 de fevereiro de 1991 e ocorreu no Ministério das Relações Exteriores e serviu para uma explanação sobre as ações já realizadas, em especial os trabalhos realizados pela Fundação Pró-Memória e Fundação Calouste Gulbenkian em 1983 e 1985. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, existiam quatro interesses principais em reabilitar o forte: cultural (pela relação com a história da ocupação do Brasil), ambiental (pela inserção na floresta amazônica), turístico (inserção da fortificação em uma rota turística maior) e militar (também pela ligação com a ocupação de fronteira).

Na segunda reunião da comissão em 22 de fevereiro de 1991, discutiu-se o projeto de Vianna de Lima com a reprovação de alguns pontos, como o monumento proposto. Destaca-se que a preocupação maior demonstrada por todos foi a de intervir no forte para estabilizar as estruturas e evitar a continuidade da deterioração. Na terceira reunião realizada em 25 de abril de 1991, as autoridades presentes entre outros temas, abordaram o problema da localização do Forte Príncipe da Beira dentro de uma rota turística, pois aquele local não é passagem, mas o ponto final de todas as viagens até aquela localidade. Decidiu-se que haveria uma viagem ao Forte Príncipe da Beira de parte da comissão para conhecer e assim ter maior embasamento para pensar em proposta de intervenção e novos usos. Uma curiosidade foi a proposta de empresários na área de construção, apresentada pelo representante do Governo de Rondônia, de construir um cassino, o utilizando como atrativo turístico.

A viagem ao Forte Príncipe da Beira foi realizada no dia 28 de agosto de 1991 com participação de representantes do Exército Brasileiro, Governo de Rondônia e do então IBPC.

Durante a visita técnica, o arquiteto Fernando Madeira, responsável pelo levantamento realizado em 1983 pela Fundação Pró-Memória, observa que não houve um avanço preocupante das patologias nos oito anos transcorridos, entretanto a inclinação das paredes já dificultaria que fossem novamente colocadas de forma vertical e em razão disso, representantes do Exército Brasileiro propuseram a desmontagem e montagem das pedras nos locais mais críticos. A principal decisão da Comissão Forte Príncipe da Beira nessa reunião considerando a visita técnica foi a utilização do projeto elaborado pelo arquiteto português Vianna de Lima.

Depois de toda a discussões da Comissão Forte Príncipe da Beira, em 1993 começa a elaboração de um projeto de restauração dos prédios 02 (alojamento), 10 (quartel dos oficiais) e 12 (capela). Após uma viagem realizada à fortificação pela equipe do então Departamento de Proteção (DEPROT) do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), foi realizada uma vistoria e diagnóstico das três edificações pretendidas. O prédio 02 apresentava uma fachada bem deteriorada, enquanto as outras estavam em bem preservadas, sendo que a principal estava completa, com todos os elementos. O prédio 10 apresentava uma das faces com uma grande fenda, enquanto as demais estavam bem preservadas, no entanto de forma geral, todas apresentavam inclinação das paredes. A capela estava com a fachada voltada ao pátio de armas praticamente toda destruída, restando poucos vestígios, enquanto as demais, inclusive o frontão, estavam bem preservadas.

O projeto executado tinha como objetivo a restauração desses três prédios em razão da capela ser o único prédio como uma tipologia diferenciada e os outros dois estarem em melhor estado de conservação. Diferente da proposta de Vianna de Lima, essa proposta pretendia que toda a capela deveria ser reconstruída[82].

A proposta seria de reconstrução dos prédios, inserindo materiais contemporâneos como o concreto armado, para resolver problemas estruturais das edificações. A estrutura da cobertura receberia vigas em concreto armado com tirantes para aumentar o travamento das vigas (evitando que se deslocassem de forma independente), além do madeiramento para receber as telhas do tipo capa e canal, semelhante às utilizadas na época.

[82] Vianna de Lima, como já discutido neste trabalho, não era a favor da reconstrução da capela, pois não possuía informações suficientes para definir todos os elementos do prédio.

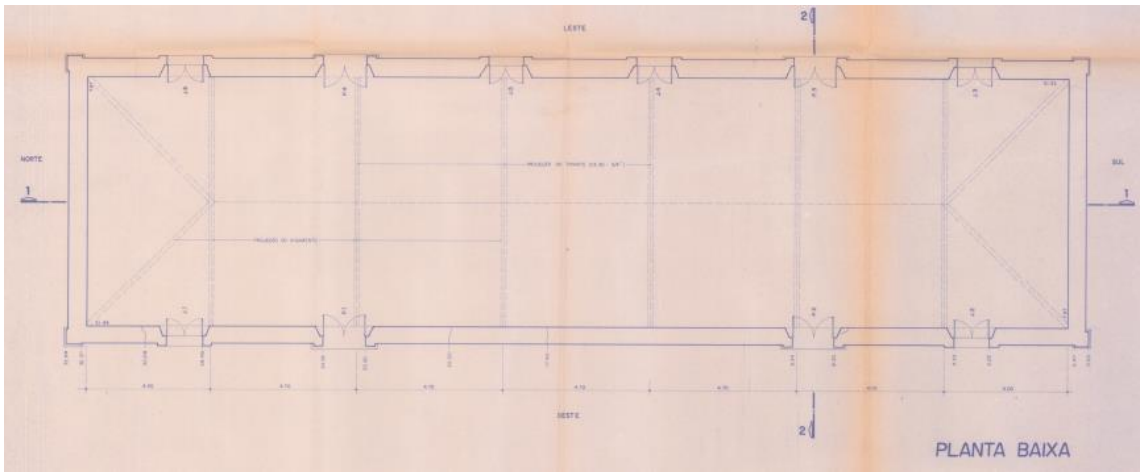
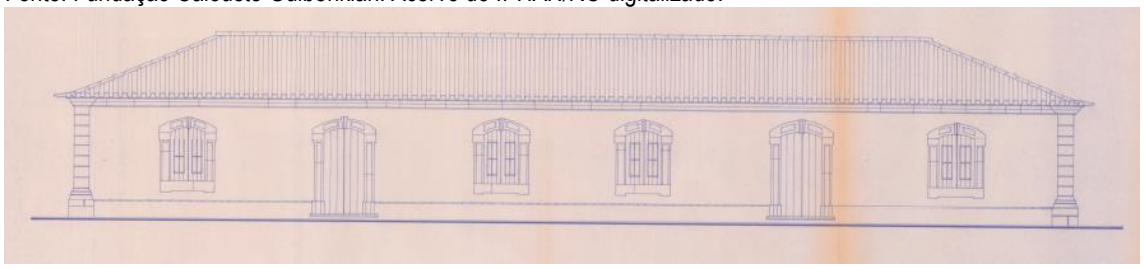


Figura 230 - Planta baixa do Prédio 02.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.


Figura 231 - Fachada voltada para a praça de armas.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

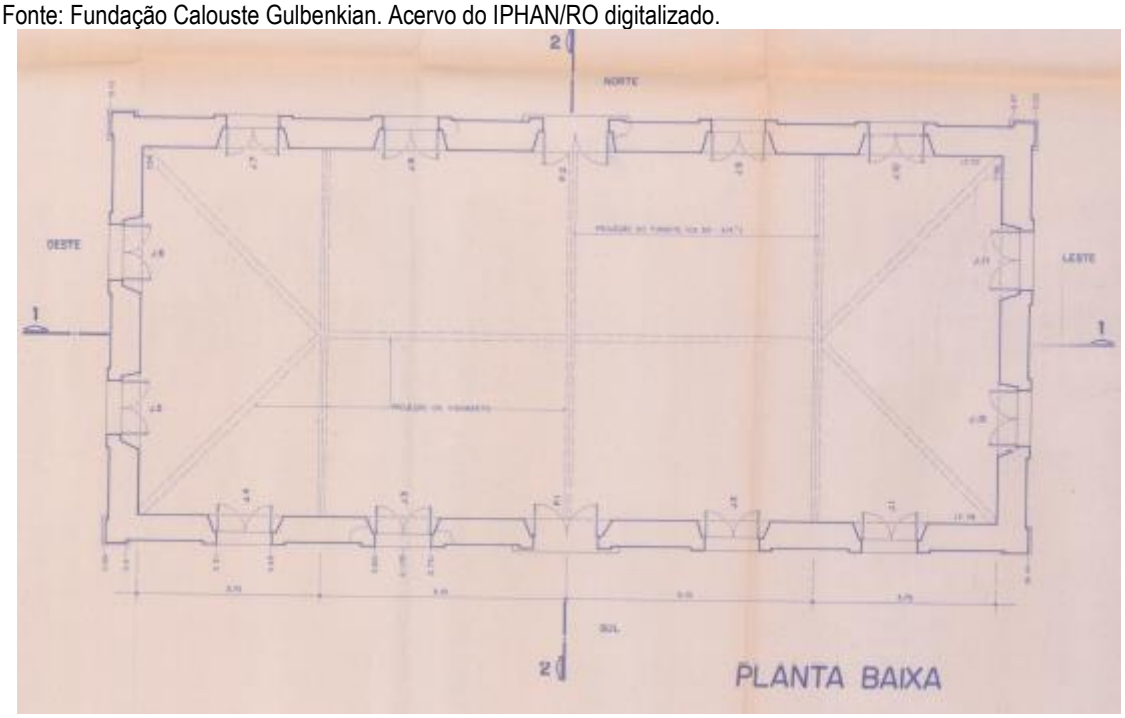


Figura 232 - Planta baixa do Prédio 10.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

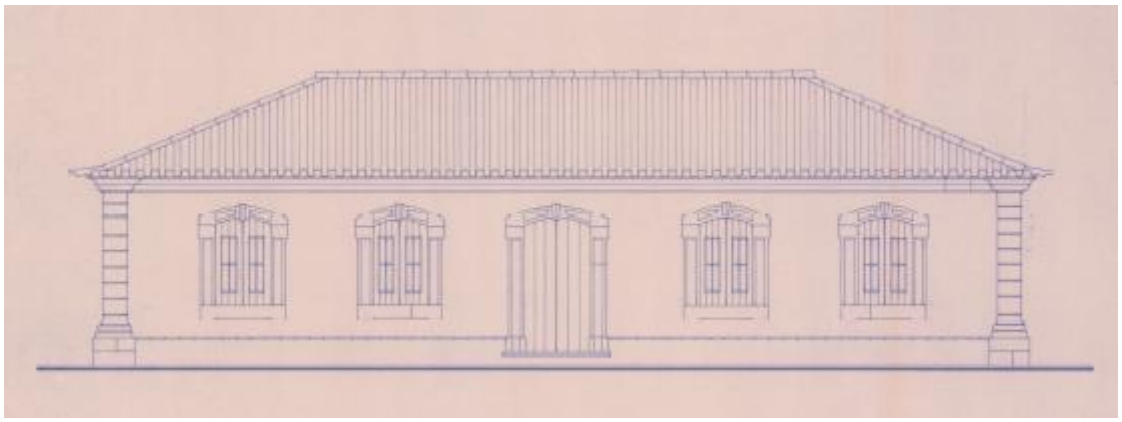


Figura 233 - Fachada do Prédio 10 voltada para a praça de armas.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

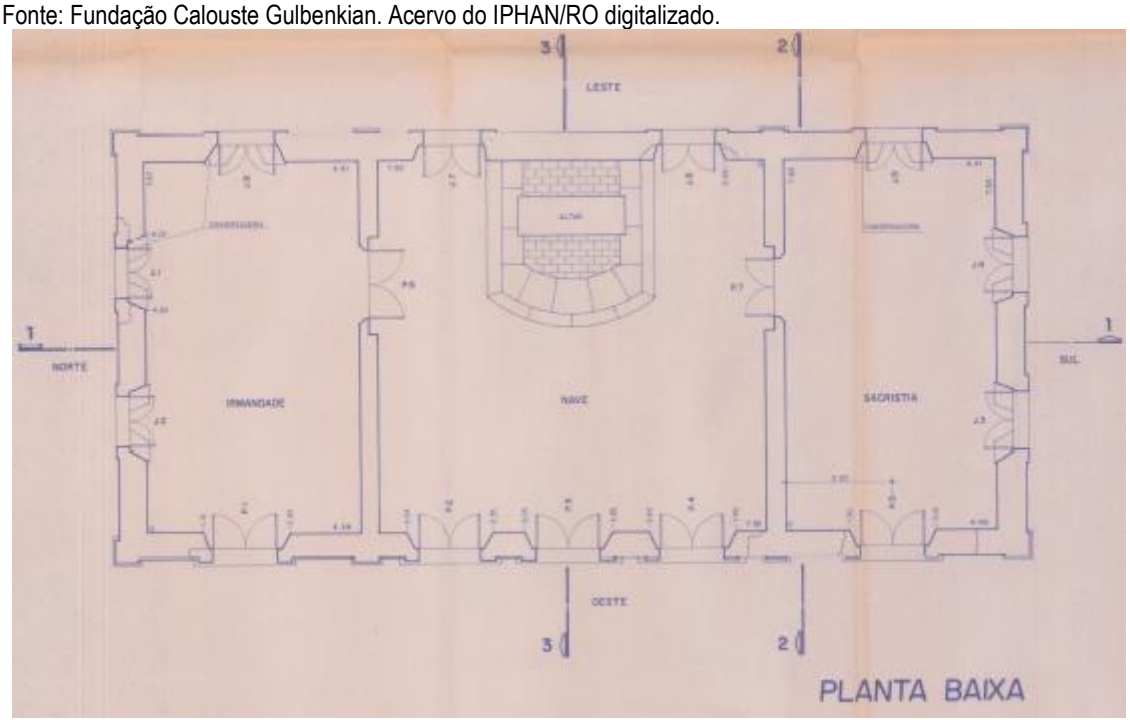


Figura 234 - Planta baixa da Capela.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

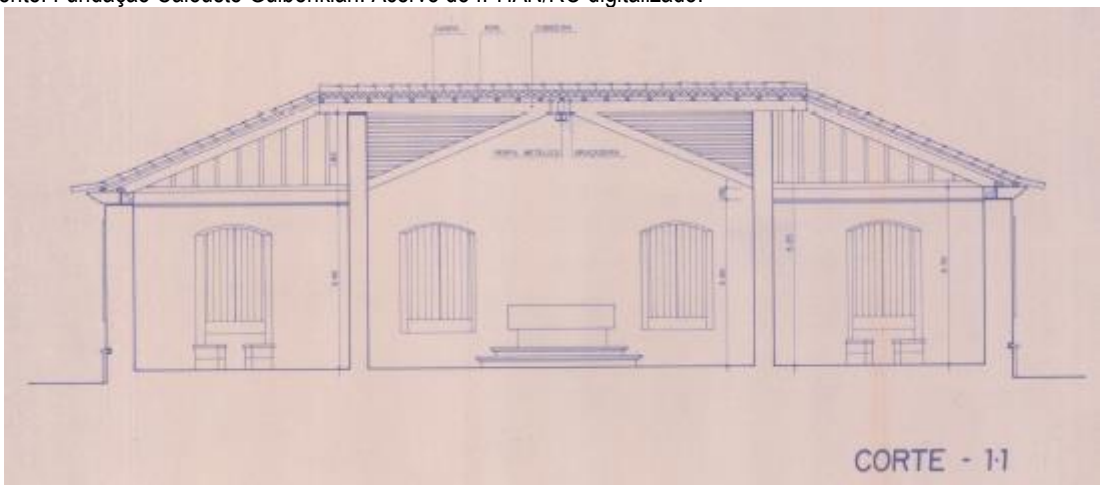


Figura 235 - Corte longitudinal na Capela.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

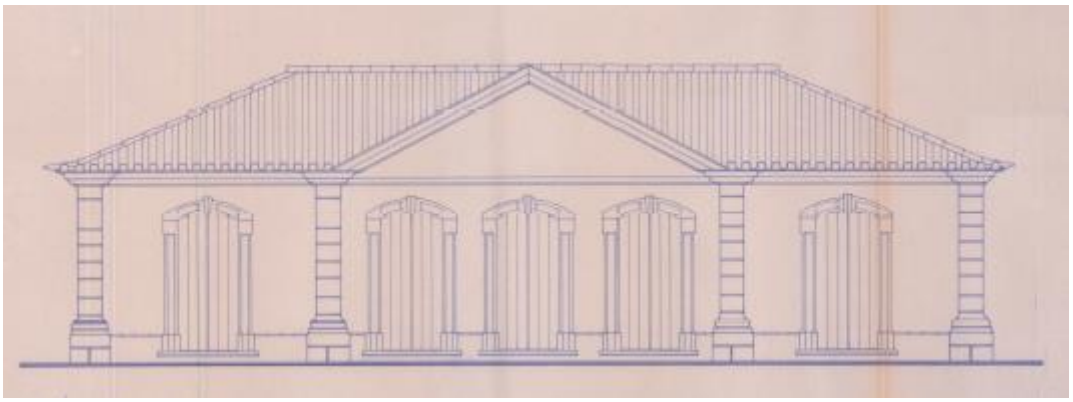


Figura 236 - Fachada da Capela voltada para a praça de armas.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

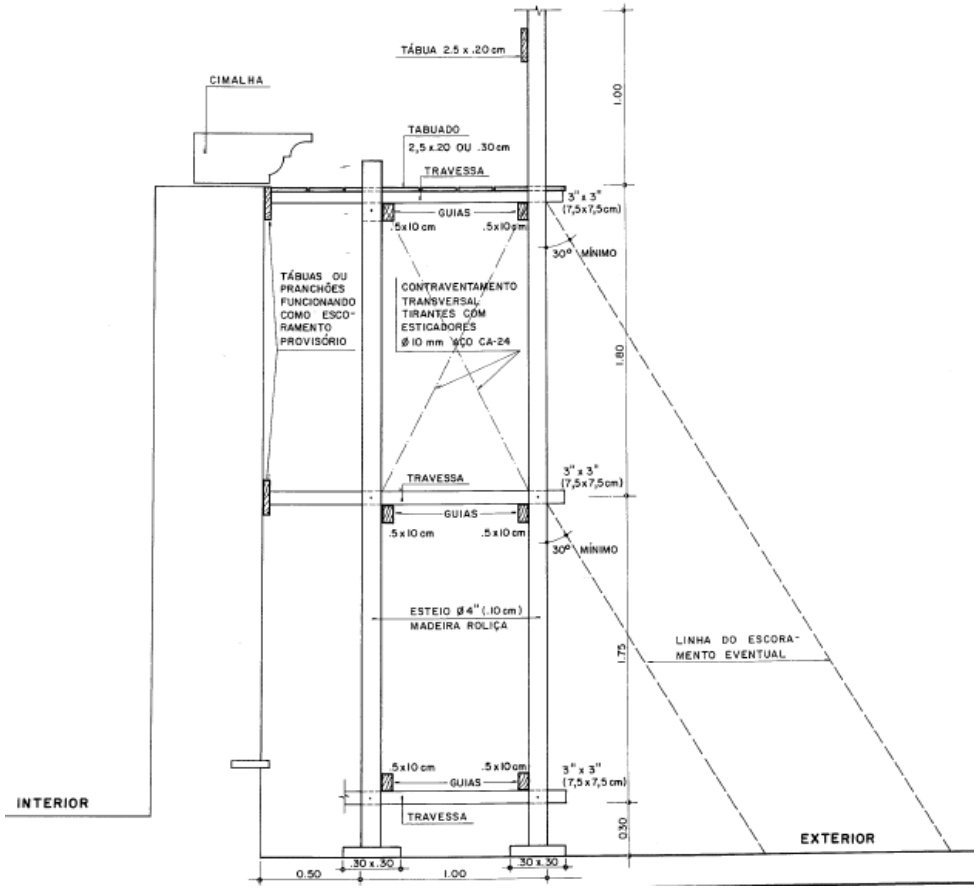


Figura 237 - Esquema de montagem dos andaimes.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

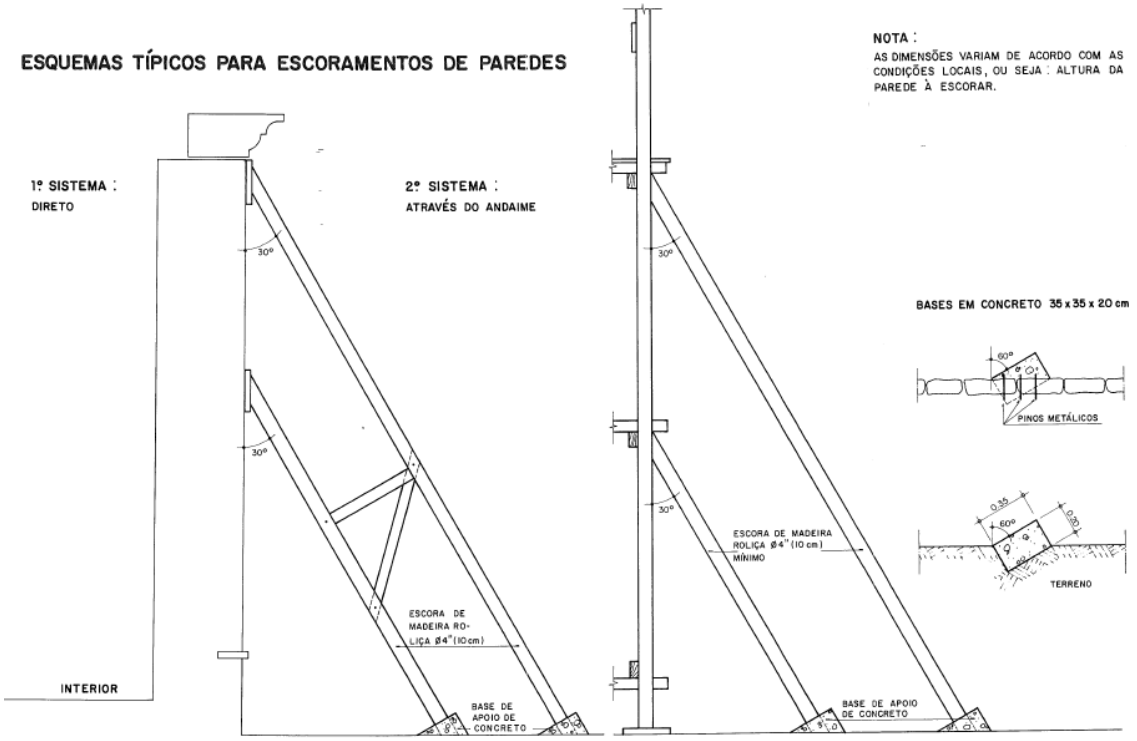


Figura 238 - Esquema de construção dos escoramentos.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

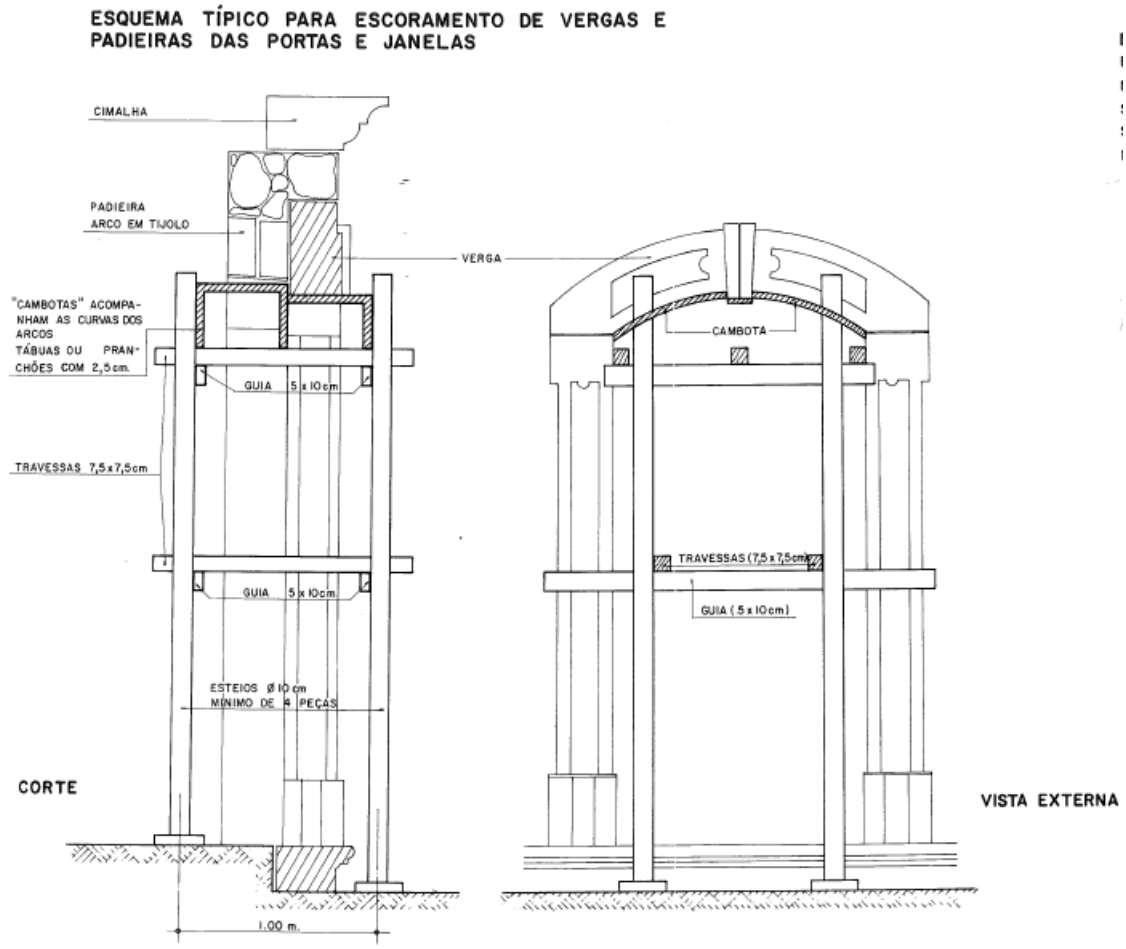


Figura 239 - Esquema dos escoramentos de portas e janelas.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

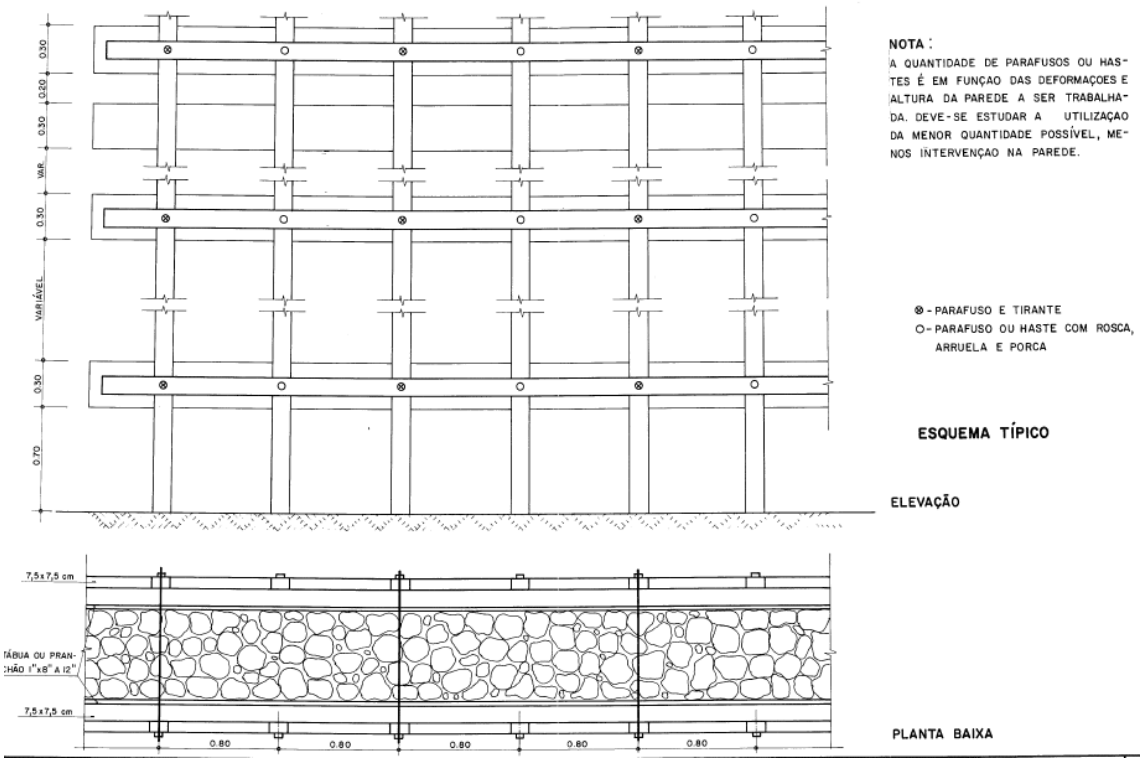


Figura 240 - Fixação da estrutura para aprumo das paredes.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

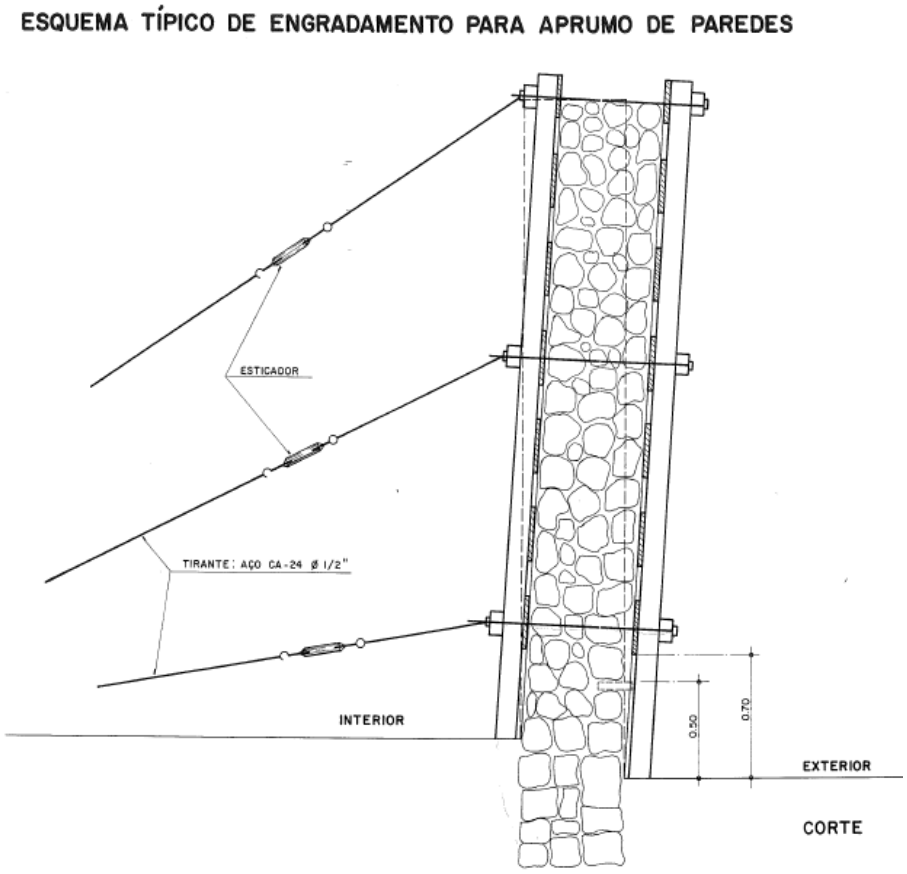


Figura 241 – Detalhe da estrutura de aprumo das paredes.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

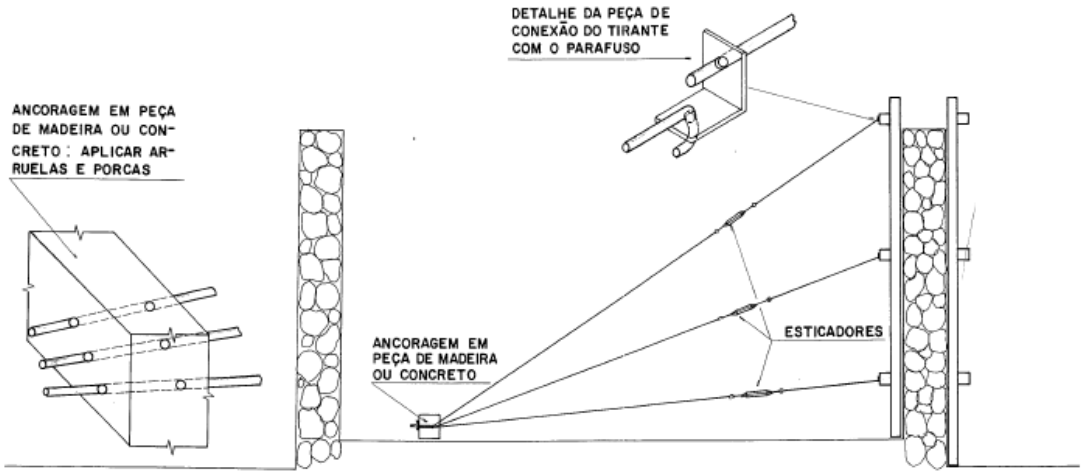


Figura 242 - Ancoragem da estrutura de aprumo.
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian. Acervo do IPHAN/RO digitalizado.

O projeto dos técnicos do IPHAN, arquiteta Vandi Rodrigues Falcão e engenheiro civil José Hailon Gomide foi retomado em 1999 após contato do Governo de Rondônia, que em reunião com o Ministério da Cultura, pretendiam incluir a restauração de estruturas da fortificação na comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Para essa retomada, os autores do projeto foram até o Forte Príncipe da Beira no período de 04 a 08 de outubro de 1999 para avaliarem a situação dele após transcorridos seis anos da elaboração de projeto pelo IPHAN.

Segundo os autores do projeto, a possibilidade de retornar ao local depois de transcorrido seis anos do primeiro projeto, permitiu que houvesse novas reflexões.

> "Nessa reflexão ficou evidente que uma intervenção de tal ordem descaracterizaria a homogeneidade e harmonia do conjunto, cuja percepção é prejudicada quando a análise é feita somente pelo levantamento arquitetônico que permite a leitura isolada das unidades que compõe o conjunto e não a visão espacial geral que somente no local é proporcionada (IPHAN, 1999 p.3)[83].

A nova proposta de restauração inclui uma etapa de pesquisa para organizar informações técnicas sobre a fortificação, sendo executados serviços como prospecção de fundações, sistemas pluviais e da parte superior do terrapleno; recomposição, estabilização e consolidação do terraço, neste caso a parte superior do terrapleno; recomposição de trechos da contraescarpa da muralha em cantaria; estabilização e consolidação das ruínas das edificações; recomposição de argamassa de assentamento da cantaria da escarpa; recuperação do revestimento externo da cobertura e terraço do conjunto da entrada principal e execução de ponte de acesso.

[83] Memorando n°136/1999 enviado em 15/10/1999 do Chefe da Divisão de Monitoramento de Ações, José Hailon Gomide, para a Coordenadora de Conservação Thays Pessotto.

As propostas apresentadas nesse item, assim como as duas anteriores, não foram executadas. A partir da documentação é possível inferir que não houve avanço nas ações de cooperação quando é preciso desenvolver a etapa de execução. Através do Ofício n°72/1999, O Governo de Rondônia buscou novamente o apoio do IPHAN para viabilizar a execução do projeto da arquiteta Vandir Falcão, elaborando a planilha orçamentária.

3.7 Levantamento, arqueologia e proposta (2007 a 2010)

Em 2007 iniciaram novas tratativas para elaboração de um projeto de intervenção e execução de obra no Forte Príncipe da Beira. Foi elaborado um relatório pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do IPHAN em Brasília, sob responsabilidade das técnicas Fátima Macedo[84] e Renata Fortes[85], com a finalidade de verificar a evolução das patologias desde o último projeto, em 1999.

Um dos principais problemas verificados foi a presença de morcegos que ocupam as frestas entre as paredes das edificações e fazem buracos no terrapleno para se esconderem durante o dia. A retirada de argamassa entre as pedras e a abertura de buracos deixaram a contraescarpa da muralha desprotegida e ocasionando a lixiviação de material, desagregando as pedras.

De modo geral, as quedas de pedras, molduras e cimalhas continuaram, além de algumas edificações estarem com mais do que uma das paredes perdida ou próximo a desabarem. Destacam três pontos críticos: a poterna em razão da perda de um dos portais[86] e a iminência da queda de outro, está com seus acessos comprometidos; a verga[87] da porta de entrada está semidestruída e o caminho de ronda apresenta perdas próximo às cantarias da face externa e das cortinas perdidas na face interna. As técnicas colocam como ações urgentes o controle de morcegos e intervenções nos pontos críticos encontrados.

Em maio de 2008 as técnicas Fátima Macedo (Arquiteta) e Renata Fortes (Engenheira Civil) elaboram um novo relatório, que segundo nossa opinião é o mais completo já realizado tratando das patologias, que serve de base para contratação da 2ª etapa da intervenção realizada entre 2008 e 2010 dos “Serviços de estabilização das ruínas do Forte Príncipe da Beira”. O documento apresenta uma análise detalhada das patologias e além das propostas que aparecem

[84] Fátima Macedo Martins é arquiteta, formada pela Universidade de Brasília em 1982, é técnica do IPHAN desde 1997 (CNPQ, 2012. Disponível em bit.ly/2QbeCMf. Acessado em setembro de 2018).
[85] Renata Ceridono Fortes é engenheira civil, formada pela Universidade Estadual de Campinas em 1991, é técnica do IPHAN desde 2005. (CNPQ, 2015. Disponível em bit.ly/2QbeCMf. Acessado em setembro de 2018).
[86] Os portais são peças em cantaria na lateral dos vãos das portas.
[87] A verga é uma peça de pedra na parte superior do vão, auxiliando na contenção do trecho de parede acima desse.

em outros documentos, apresenta propostas novas, que seriam retomados em 2018: a instalação de um canteiro permanente para que sejam acompanhadas as intervenções e serem realizadas análises e experiências buscando uma solução mais adequadas aos problemas da fortificação.

Em 09 de dezembro de 2007 foi finalizada a licitação para contratação de empresa para realizar a limpeza da fortificação, o levantamento cadastral, os estudos de projetos e as prospecções com acompanhamento arqueológico, além de sondagens e estudos de argamassa referentes a 1ª Etapa dos "Serviços de estabilização das ruínas do Forte Príncipe da Beira". Essa intervenção teve um custo de R$ 272.722,50 e foi realizado durante o ano de 2008.

O levantamento cadastral resultou em um conjunto de desenhos atualizados da situação da fortificação. Esse levantamento realizado foi a base para a apresentação dos desenhos no Capítulo 01 desta pesquisa, sendo que nessa primeira etapa, a limpeza para levantamento não chegou no nível do piso e a pesquisa arqueológica tinha como objetivo principal a identificação e caracterização dos materiais e técnicas construtivas empregadas na fortificação.

A primeira etapa dos "Serviços de Estabilização das Ruínas do Forte Príncipe da Beira" foi finalizada com a elaboração de um projeto de restauração e de uso para a fortificação. O projeto retomava a proposta de Vianna de Lima sobre a criação de uma ponte entre a entrada principal da fortificação e o caminho coberto, além de restaurar o acesso principal, trânsito e ambientes adjacentes, além da poterna e das latrinas.

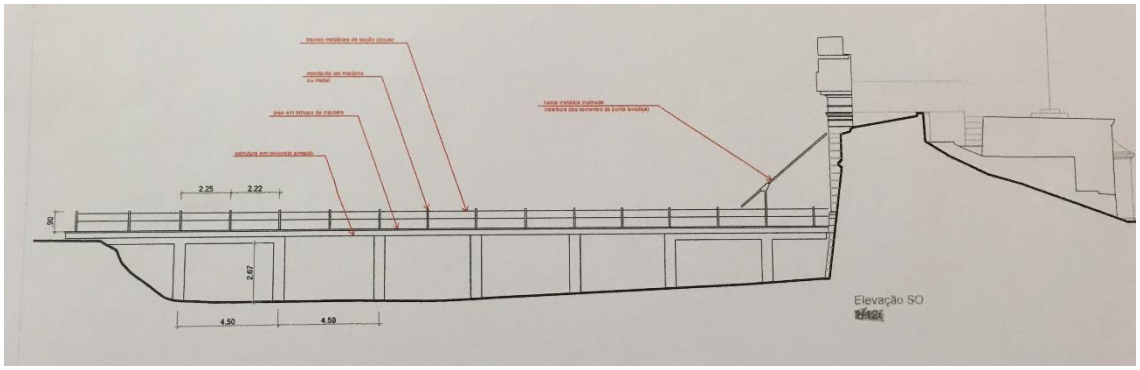


Figura 243 - Projeto para construção da ponte.
Fonte: (IPHAN, 2008)

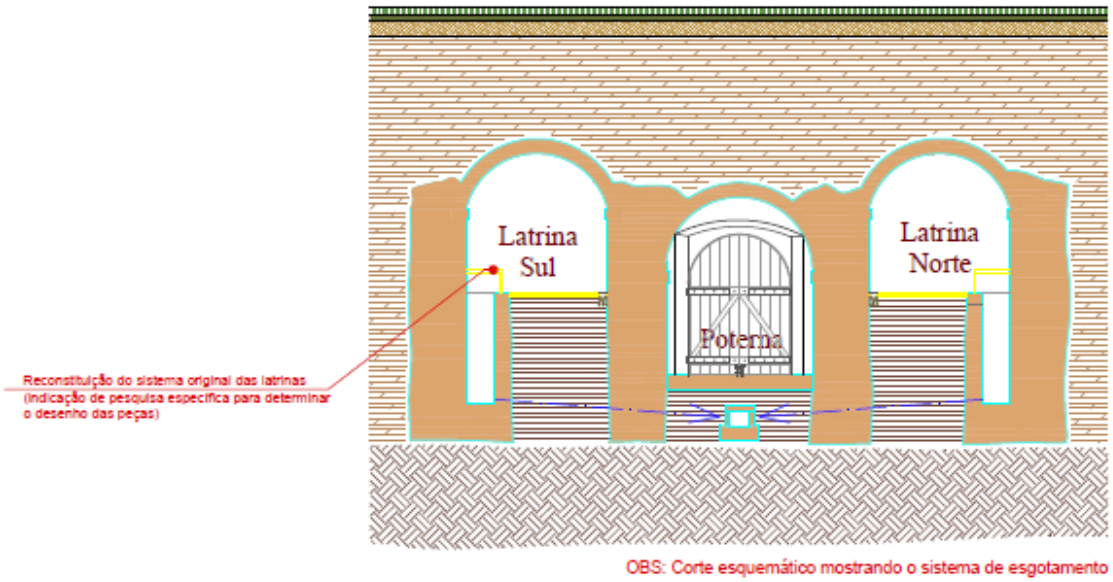


Figura 244 - Corte transversal das latrinas e poterna
A proposta consistia em restaurar o sistema original de funcionamento das latrinas. No desenho é mostrado o sistema de esgotamento.
Fonte: (IPHAN, 2008)

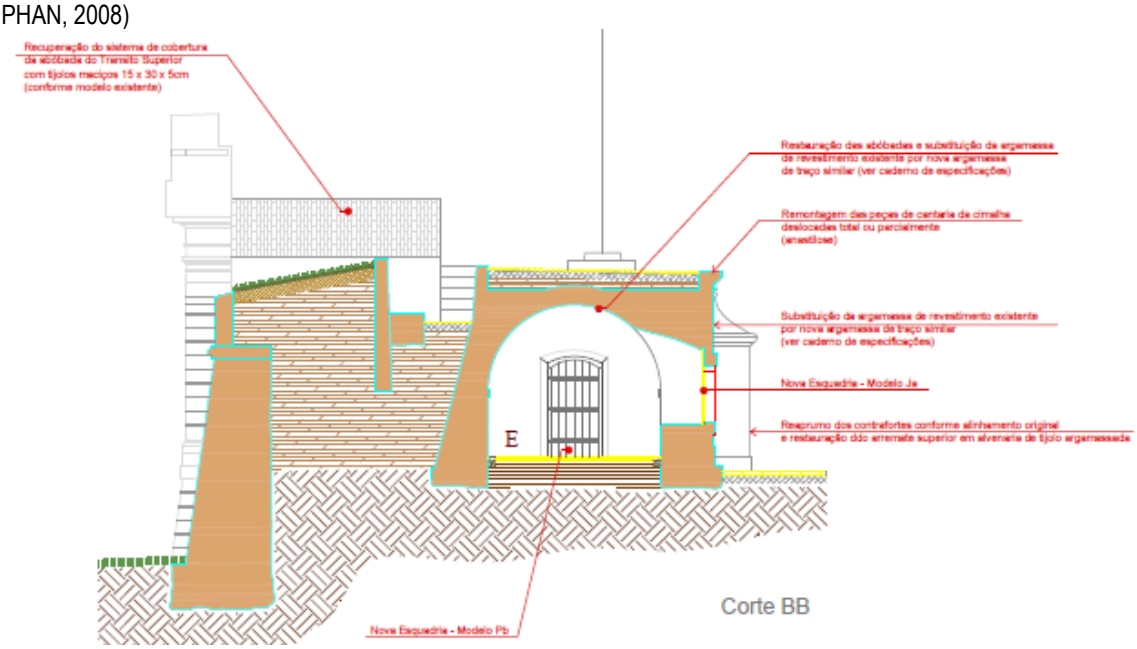


Figura 245 - Corte do acesso principal mostrando o espaço de trânsito inferior.
O projeto previa a restauração da abóbada, recuperando o revestimento superior de tijoleira, substituição da argamassa de revestimento existente, reaprumo dos contrafortes, colocação de novas esquadrias de madeira e remontagem das peças de cantaria de cimalha.
Fonte: (IPHAN, 2008).

Externamente às muralhas, foi proposta a construção de um novo museu, substituindo o existente dentro do pelotão, ampliando o espaço físico e organizando os objetos existentes de acordo com a história a ser contada: ocupação da fronteira, comunidade ribeirinha e cultura da região. Propõe, ainda, a reutilização do porto como atracadouro de embarcações que além de servir à comunidade, serviria para passeios turísticos. Como inventivo a localidade, havia a

proposta de trilhas e venda de alimentos rápidos. A participação da comunidade sempre esteve presente nesses últimos projetos, pois além de acompanhar as discussões, moradores trabalharam nas obras que foram executas de 2007 a 2010.

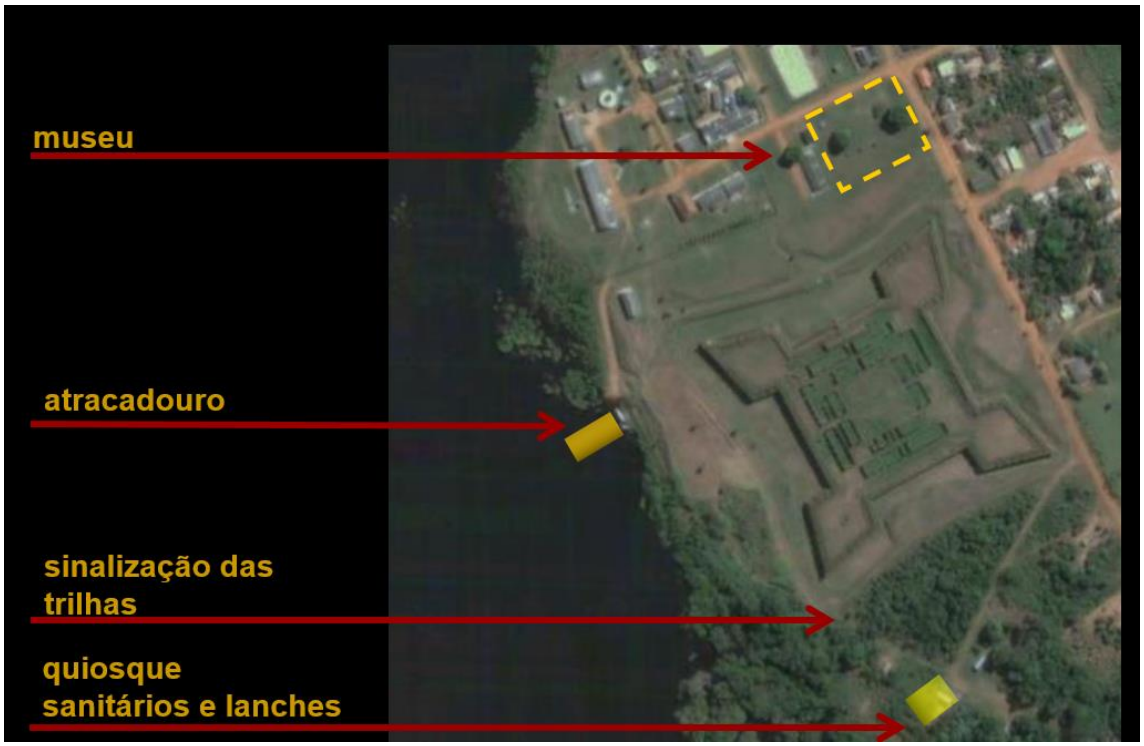


Figura 246 - Mapa localizando as propostas de intervenção externas ao forte.
A localização do museu em frente à entrada do pelotão deveria ter sido proposta em outro local, pois por questão de segurança, sempre a entrada da área militar deve estar livre, tanto visualmente, quanto de estruturas que possam servir de barreira para invasores. O atracadouro está sendo proposto no local do antigo porto. Os quiosques foram propostos próximos ao forno, em área livre de ocupação.
Fonte: (IPHAN, 2009).

Em 2008 foi realizada a licitação da segunda etapa dos "Serviços de estabilização das ruínas do Forte Príncipe da Beira" que consistia na complementação do levantamento cadastral com remoção dos sedimentos até o nível do piso, resgate arqueológico do material durante a remoção dos sedimentos, escoramentos de alguns pontos mais críticos e transporte das pedras da praça de armas para os baluartes.

A pesquisa arqueológica acompanhou o trabalho de remoção dos sedimentos para identificar os pisos das edificações e do pátio. Os arqueólogos Fernando Marques, professor da Universidade Federal do Pará e Deusdedit Carneiro, atualmente diretor do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão da Secretaria de Cultura do Maranhão, utilizaram quadrículas para orientar a coleta dos materiais resgatados.



Figura 247 - Utilização de quadrículas na pesquisa arqueológica.
Fonte: (G1-Rondônia. Disponível em glo.bo/2Ps8grJ. Acessado em agosto de 2018).



Figura 248 - Retirada de sedimentos com acompanhamento arqueológico.
Tendo como referência os funcionários da empresa, é possível ter uma ideia da espessura da camada de sedimento.
Fonte: (IPHAN, 2009).

Nessa segunda etapa foi possível encontrar os pisos em tijoleiras com variados desenhos, conforme já mostramos no Capítulo 1, além de mais de 1.500 balas canhão, ferragens e outros tipos de munição de variadas épocas, demonstrando, por exemplo, que a fortificação foi usado como espaço de treinamento de tiros em um passado recente. Os materiais foram catalogados e acondicionados para que possa ser pesquisado, uma vez que nessa contratação não foi incluído o processamento dos objetos encontrados. Juntamente com os pisos de tijoleira, foram identificadas estruturas circulares em alvenaria dentro das edificações e vestígios de paredes de taipas como divisórias no interior dos prédios.



Figura 249 - Balas de canhão encontradas dentro das edificações.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 250 - Vestígio de paredes de taipa de pilão.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 251 - Canteiro de pesquisa arqueológica.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 252 - Peças encontradas entre os sedimentos.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 253 – Pontas de chuços encontradas na pesquisa.
Armas de haste com dimensão entre 2 e 2,5 metros, que eram dadas à soldados de ordenança ou escravos em caso de emergência.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 254 – Estrutura circular em tijolos encontradas em um dos edifícios.
Fonte: (IPHAN, 2009).

As pedras que estavam no pátio de armas foram organizadas e posicionadas nos quatro baluartes com a finalidade de liberar a circulação, principalmente entre os prédios, e permitir um cadastro do material existente. Em cada baluarte, as pedras foram agrupadas pelo tipo, com numeração que permitir identificar a qual prédio pertencia, pois em propostas anteriores foi considerado a utilização de peças existentes para recompor os trechos faltantes, como na proposta elaborada em 1983 pelo arquiteto Fernando Madeira, juntamente com a equipe do "Grupo de Ação Levantamento de Fortificações Tombadas" que quantificou as pedras existentes e as faltantes para recompor os prédios, conforme o Volume 1 do produto entregue.



Figura 255 - Transporte das pedras para os baluartes.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 256 - Transporte das pedras para os baluartes.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 257 - Disposição das pedras entre os prédios.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 258 - Registro da localização das peças.
O registro era realizado considerando o prédio e a parede onde se encontrava. Era utilizada argamassa fraca de cimento para servir de base para o registro.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 259 - Pedras dispostas nos baluartes.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.



Figura 260 - Pedras dispostas nos baluartes.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

Estava prevista uma terceira etapa que seria a contratação do projeto e a obra de restauração completa do Forte Príncipe da Beira. No entanto, a escassez de recursos não permitiu dar sequência nos trabalhos de intervenção na fortificação que somente seriam retomadas em 2018 consequência da inserção da fortificação em uma lista de 19 que compõe o "Conjunto de Fortificações do Brasil" indicadas para serem reconhecidas como patrimônio da humanidade pela Unesco. Em razão disso, em agosto de 2018 foi lançado um edital para obra de restauração da poterna e das latrinas.

3.8 Escoramentos emergenciais (2014 a 2017)

No ano de 2014, a engenheira civil Renata Ceridono Fortes elaborou um projeto emergencial de escoramentos das edificações internas do Forte Príncipe da Beira e de alguns locais dos acessos principal e de serviço (poterna). As estruturas propostas são de madeira e adaptadas aos tipos de escoramentos necessários. Foram propostas estruturas para as paredes e vãos de portas e janelas, com sua execução e posicionamento especificados em desenhos.

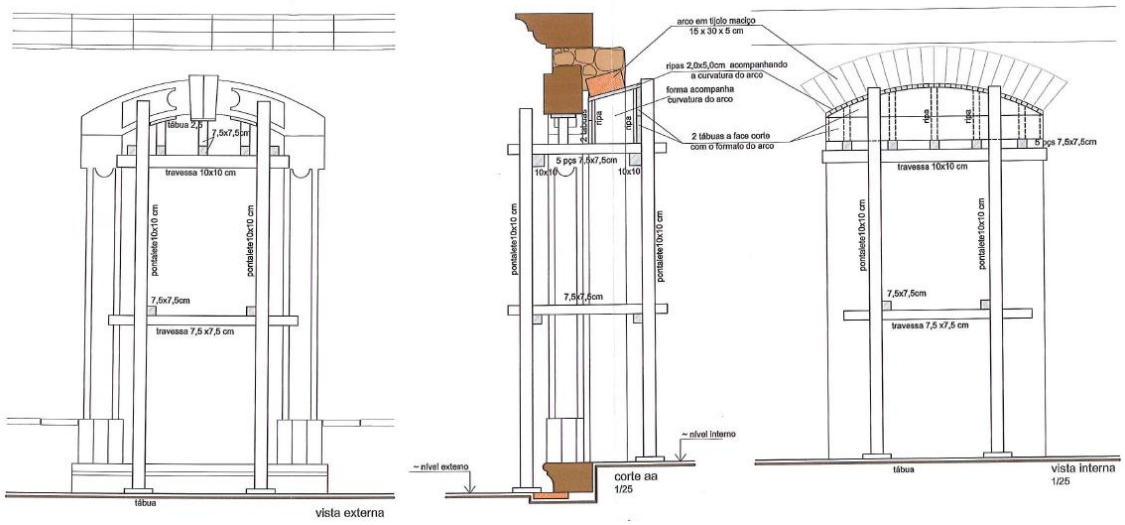


Figura 261 - Escoramentos de portas.
Fonte: (FORTES, 2014).

O escoramento não foi executado emergencialmente como previsto, pois inicialmente seria o Pelotão Especial de Fronteira existente ao lado da fortificação que executaria as estruturas, no entanto não possuíam material e mão de obra suficiente para atender a demanda. Em dezembro de 2016 foi realizada uma vistoria com participação do DEPAM e da Superintendência do IPHAN/RO, atualizando a definição dos locais que seriam escorados. O trabalho somente foi executado em novembro de 2017 pelo Batalhão de Engenharia e Construção de Rondônia, que possuía todo o contingente necessário, executando o trabalho em oito dias de trabalho.



Figura 262 - Escoramento de trecho de parede e de portas na poterna e latrinas.
Fonte: Acervo do Autor, 2017



Figura 263 - Escoramento de ombreiras (pedras na lateral do vão da janela).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 264 - Escoramento de janela.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 265 - Escoramento pontual em pequenos trechos remanescentes.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

3.9 Restauração da poterna e das latrinas (2018).

A proposta elaborada em 2018 pelo DEPAM/ IPHAN tem como objetivo a proteção dos pisos de tijoleira e os remanescentes das paredes internas em taipa, a restauração da poterna e latrinas incluindo a recomposição da cobertura e dos taludes no entorno desses ambientes. A opção por essa área da fortificação foi para que se possa, ao mesmo tempo que intervir para restaurar, conhecer melhor os materiais e as técnicas construtivas utilizadas, se apropriando do resultado da obra. Essa apropriação significa verificar se os custos orçados estavam corretos, se a previsão de quantitativos não variou após a abertura da estrutura, de modo geral, verificar se os

valores e quantidades previstos, além do tempo necessário, não precisarão ser adaptados. Um exemplo de algo semelhante foi o ocorrido na limpeza dos sedimentos com pesquisa arqueológica. O tempo previsto para essa atividade acabou sendo três vezes maior do que uma limpeza comum, pois precisava ter todo o sedimento peneirado antes de ser retirado do local.

Juntamente com a obra, o Exército Brasileiro construirá um canteiro de obra permanente[88] com edificações em madeira próximo ao Pelotão Especial de Fronteira. O objetivo dessa estrutura é possibilitar que o local esteja ocupado permanentemente com pesquisa e produção de conhecimento sobre a fortificação. Para isso foi proposto parcerias com a Universidade Federal de Rondônia através do curso de Arqueologia, para levar alunos que desejam pesquisar sobre a região, sendo um embrião de uma futura estrutura de pesquisa sobre a região do Vale do Guaporé a se instalar no entorno do Forte Príncipe da Beira.



Figura 266 - Resultado previsto após a obra.
Fonte: (IPHAN, 2018).

[88] O canteiro de obras que será construído nesta primeira intervenção que ocorrerá na poterna tem a previsão de utilização durante cinco anos, tempo que se estima para concluir as intervenções no Forte Príncipe da Beira. O espaço servirá para dar apoio à obra, assim como de suporte para as pesquisas que serão desenvolvidas.

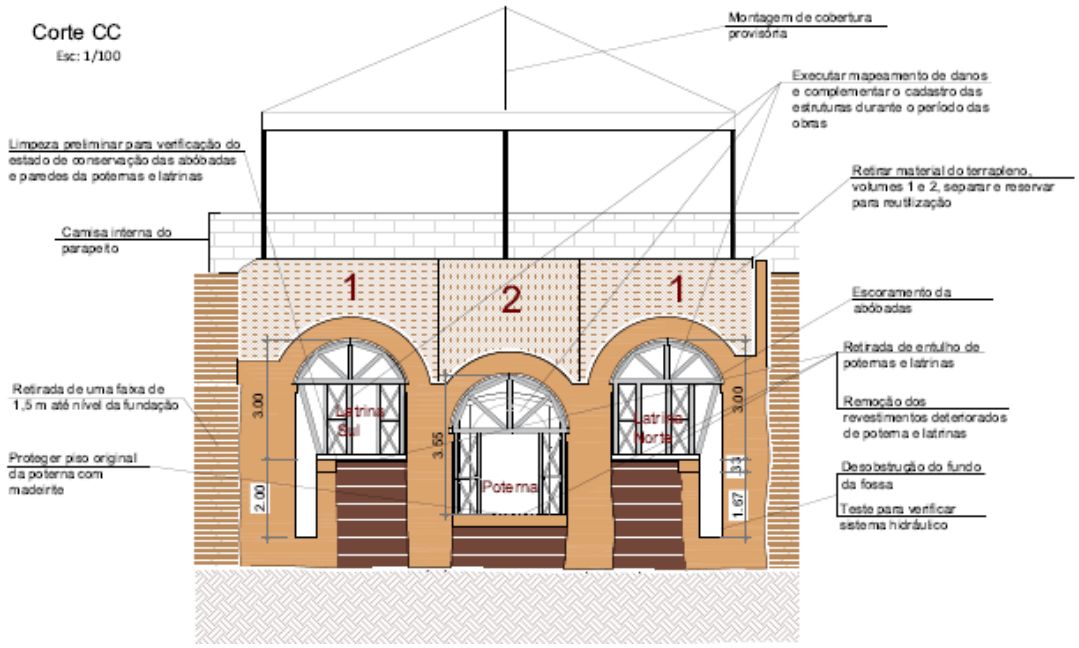


Figura 267 - Intervenção na poterna e nas latrinas.
O projeto prevê o escoramento das abóbadas dos ambientes, uma vez que terão o seu terrapleno (camada de terra na parte superior da muralha) removido. Os revestimentos deteriorados e os entulhos serão removidos, além de camada da cortina lateral até que seja possível acessar as fundações. A proteção que será executada nessa etapa será nos pisos da poterna e das latrinas. A figura 257 trata do sistema de drenagem nas abóbadas.
Fonte: (IPHAN, 2018)

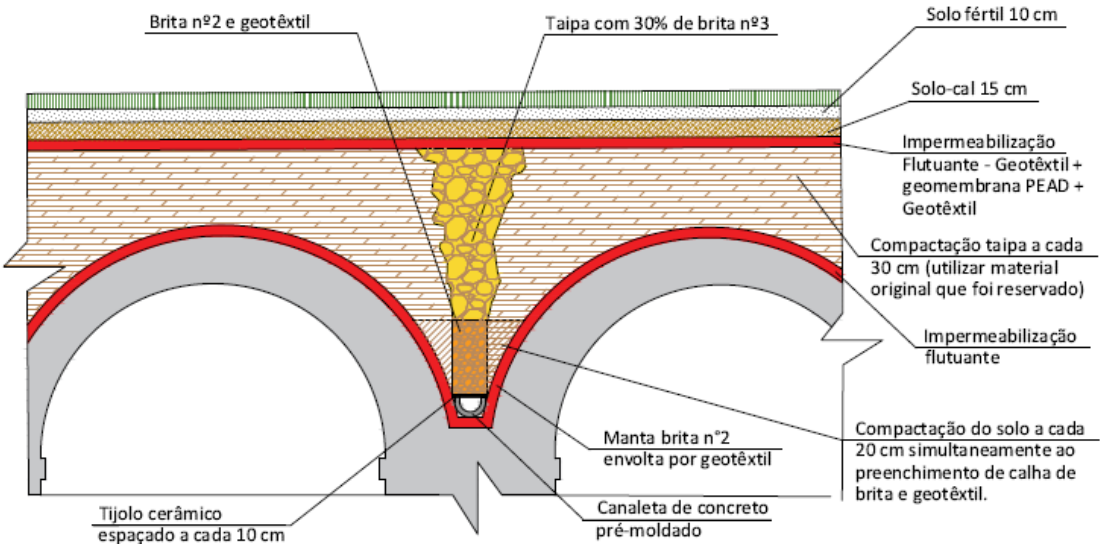


Figura 268 - Drenagem no encontro das abóbadas.
Uma das maiores preocupações nessa etapa está relacionada à drenagem. Não se tem claramente o conhecimento do sistema de drenagem da fortificação, logo ao retirar o terrapleno e pedras que precisarão ser removidas para alinhamento, o sistema poderá ser acessado para fazer o registro da sua forma de execução.
Fonte: (IPHAN, 2018).

3.10 Considerações

Este capítulo da pesquisa procurou descrever as propostas encontradas para preservação do Forte Príncipe da Beira, inicialmente desde seu tombamento em 1950, mas se entendeu que as ações do Marechal Rondon foram importantes, mesmo não sendo naquele momento uma ação

com um objetivo a longo prazo. A Comissão Rondon iniciou uma ação de preservação em 1911 que teve a sua consolidação após a segunda vista em 1930 que foi a criação de um pelotão do Exército Brasileiro ao lado da fortificação, hoje o Pelotão Especial de Fronteira.

Após o tombamento, se observa inicialmente tentativas de disponibilização de verba para ações pontuais como limpeza e corte de vegetação e somente em 1983 com a ação planejada pela Fundação Pró-Memória é produzido um material de levantamento e diagnósticos da fortificação, finalizado com um projeto de restauração e de uso. Contemporâneo a essa ação, o projeto do arquiteto português Vianna de Lima, elaborado com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, também propõe um projeto de restauração e uso da fortificação, e assim como o anterior, executaria grandes modificações no entorno.

Após essas primeiras intervenções, outras vieram, mas apenas em 2008 inicia uma execução que amplia a possibilidade de conhecimento sobre a área com a pesquisa arqueológica. E hoje, com a participação do Forte Príncipe da Beira no Conjunto de Fortificações Brasileiras que pleiteiam o reconhecimento da Unesco como Patrimônio da Humanidade, vê-se a publicação de um edital para contratação de obra, o que leva a refletir sobre possibilidades de ampliação de ocupação do local e a necessidade de uma normatização que descreva o que está tombado como Patrimônio Cultural do Brasil e como será o entorno e as regulamentações para sua ocupação.

CAPÍTULO 4 – NORMATIZAÇÃO

O título desse capítulo indica que o texto é muito formal, uma vez que normas remetem a leis, no entanto o objetivo dessa etapa é discutir especificamente os itens apresentados nos capítulos anteriores, mas agora tratando do Forte Príncipe da Beira e do conjunto de bens que integram a história da definição das fronteiras do Brasil no Vale do Guaporé, em Rondônia. O primeiro capítulo tratou de conhecimento, então agora que se conhece a fortificação, pode-se perguntar sobre o que deve ser protegido; enquanto no capítulo dois foi apresentada de forma geral uma discussão sobre os valores do patrimônio cultural para que se possa identificar quais os significados do forte. O terceiro capítulo embasa uma reflexão que em um tempo onde o Forte Príncipe da Beira está incluído no conjunto de fortificações brasileiras candidatas a Patrimônio da Humanidade, é muito importante: como intervir e preservar a fortificação.

4.1 – Tombamento e Entorno

O tombamento, como já tratamos de forma introdutória, é um instrumento de proteção do patrimônio cultural criado pelo Decreto-Lei n° 25/1937, que o explica em seu Capítulo II. Atualmente, os procedimentos a serem adotados para o processo de tombamento são definidos na Portaria IPHAN n° 11/1986. Segundo Rabello (2009), o tombamento é uma intervenção do Estado na propriedade, uma vez que tem como consequência ações por parte da instituição que tombou, que podem afetar o proprietário do bem. Além disso, outro elemento importante a ser entendido sobre o ato de tombar é a compreensão de que ele só pode ocorrer havendo um bem materializado em algo, não podendo usar o instrumento sobre algo que não existe mais.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988[89], União, Estado e Município são responsáveis concorrentes pela preservação do patrimônio cultural e cabe a cada um a criação de suas leis que regulamentarão essa proteção. O tombamento é um instrumento que não está restrito apenas à União, mas pode ser estendida ao Estado e ao Município, como ocorre com o Forte Príncipe da Beira, tombado pela União conforme Notificação n°643 de 1950 e pelo estado de Rondônia, conforme art. 264 da Constituição de Rondônia de 1989[90]. Essa dupla proteção não cria uma diferença hierárquica, mas coloca ambos como fiscalizadores da preservação da fortificação, através dos instrumentos jurídicos existentes. Em se tratando da União, representada pelo IPHAN, a regulamentação da fiscalização se dá através da Portaria IPHAN n°187/2010 que trata dos procedimentos para apuração de infrações ao patrimônio cultural edificado[91].

---

[89] Disponível em bit.ly/1bIJ9XW. Acessado em julho de 2018.
[90] Disponível em bit.ly/2pGff41. Acessado em julho de 2018.
[91] BRASIL – IPHAN Portaria n°187 de 11/06/2010 trata dos procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o

A proteção de um bem através do tombamento caracteriza uma intenção de o "congelar" exatamente como está, ou seja, seria como se "fotografasse o bem" e o resultado da foto fosse mantido, sem alteração. O instrumento é restritivo quanto às intervenções no bem, no entanto é permitida uma dinamicidade na utilização do bem, que deverá estar de acordo com os valores identificados, pois elementos fundamentais na análise do tombamento e no que poderá ser modificado em intervenções.

O entorno é um conceito presente no Decreto-Lei n° 25/1937 que em seu art. 18 define que sem autorização do SPHAN não será permitida na vizinhança do bem tombado a execução de intervenções que lhe impeça ou reduza a visibilidade. Segundo Marchesan (2013 p.2), o entorno pode ser entendido como:

> (...) sinônimo de área envoltória que circunda o bem tombado, conformando uma paisagem que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis, móveis, naturais e artificiais. A constituição da área de entorno pode ser extremamente ampla, contando com todos os elementos que integram aquele espaço previamente delimitado como tal e que, por sua natureza, pode ser tanto urbano como rural (RUIZ, 1997, p. 237). São aptos a integrarem o entorno, além dos imóveis que envolvem o bem tombado, todos os elementos que compõem um determinado espaço urbano ou construído (tais como o mobiliário urbano, a pavimentação, cartazes e painéis publicitários) e o meio natural (vegetação, topografia do terreno).

Essa área envoltória não possui valor cultural, uma vez que só existe conceitualmente em relação ao bem tombado, contribuindo para sua conservação e percepção. É um espaço delimitado, mas de extensão variável, pois não há uma regra geral para sua definição, variando de acordo com a proteção indireta que se pretende para que seja mantida a ambiência[92] daquela área. Segundo Victor Horta, devem ser considerados para preservação da ambiência o respeito entre a altura do edifício principal e o entorno, valorização nos novos edifícios da relação com a volumetria do edifício principal, relação com as dimensões das vias de acesso, adoção de materiais e cores adequadas ao prédio principal e valorização da vegetação (HORTA apud MACARRÓN, 2008 p.146).

4.2 – Forte Príncipe da Beira

A fortificação, como já tratamos, foi tombada em 1950 pelo IPHAN, com a definição de sua inscrição no Livro Tombo das Belas Artes informada através da Notificação n°43 ao Diretor do Patrimônio da União (DPU) em 06 de julho de 1950, sem instrução processual detalhando os elementos a serem protegidos. A fortificação, no entanto, é inscrita no Livro Tombo Histórico, o

sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. A arqueologia, por exemplo, tem na Lei n° 3924/1961 a principal norma legal para sua preservação.

[92] A manutenção da ambiência significa manter o meio ambiente, aquilo que envolve, aquilo que cerca, neste caso, o patrimônio cultural.

que modifica a interpretação sobre sua valoração e, assim, como poderá se dar a preservação e as intervenções. Enquanto o valor artístico considera elementos materiais e a forma do monumento como importantes e, com isso, necessários de serem preservados, o valor histórico não está relacionado tanto com a materialidade, mas sim com a imaterialidade presente, não sendo o mais imprescindível para isso a preservação do que está edificado.

4.2.1 – Os valores do bem

4.2.1.1 – Valor histórico e artístico

Os valores reconhecidos no Forte Príncipe da Beira foram apresentados de formas distintas, o valor histórico através da sua inscrição no livro tombo específico e o valor artístico aparece destacado na notificação enviada ao DPU. Neste subitem são apresentados elementos que fazem parte da estrutura da fortificação e os valores que se referem a esse conjunto de bens. Embora o texto trate de valor histórico, esse já foi reconhecido através da inscrição no Livro Tombo Histórico do IPHAN, logo não é objeto de alteração, mas apenas fazendo parte da discussão sobre os valores do bem.

Além das estruturas que se relacionam diretamente ao Forte Príncipe da Beira, destaca-se a importância do Forte de Bragança, localizado 2km rio abaixo, pois foi construída anteriormente e participou de batalhas que garantiram o domínio português, sendo posteriormente substituída na missão de proteger a fronteira em virtude da região onde estava implantada ficava alagada nos períodos de cheia do Rio Madeira.

Como já dito anteriormente, a definição das fronteiras brasileiras é resultado de uma política de Estado com ações diplomáticas, mas sem abandonar as forças militares. A descoberta de ouro na região do Vale do Guaporé fez com a atenção das coroas portuguesa e espanhola se voltassem para a região, onde o domínio na navegação era fundamental para a exploração do minério, bem como para garantir a colonização. Até 1744, houve um grande avanço espanhol na região, sendo instaladas três missões jesuíticas espanholas na margem ocidental do Rio Guaporé. Essa ocupação levou em 1755 o Governador do Mato Grosso a escrever ao padre Juan Rodriguez, o advertindo que, conforme o Tratado de Madri, as missões deveriam ser entregues aos portugueses intactas e com os indígenas que faziam parte delas, que escolheriam onde ficar, no entanto, as aldeias foram entregues destruídas e desertas (CARVALHO, 2012).



Figura 269 - Limites dos Tratados de Tordesilhas e Madri.
Fonte: Brasil Agora. Disponível em bit.ly/2O1CrEW. Acessado em setembro de 2018

O Forte Príncipe da Beira é construído pela necessidade de manter a defesa na região e é instalado em um local adequado topograficamente, pois o sítio não está sujeito às mesmas enchentes como o do Forte de Bragança, e estrategicamente, porque fica próximo a uma corredeira que limitava a navegação, facilitando o controle pelos militares do caminho entre o Pará e Mato Grosso (FERREIRA apud BARROSO, 2015 p.75-76). Resultado da insistência do Governador de Mato Grosso Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres que mesmo com posições contrárias a construção do forte, inicia a obra em 1775 com o início da preparação do canteiro de obras, o monumento não entra em combate direto, mas a imponente construção registra o interesse português em manter a região sob seu domínio.

Além de ser um marco histórico no processo de definição da fronteira oeste brasileira, também marca a passagem de Marechal Rondon pela região, pois o seu "encontro" com a fortificação serviu para renovar a presença militar na região. O sertanista não apenas se preocupou com o monumento no momento em que lá chegou, retirando a vegetação que tomava conta das estruturas, limpando os canhões, como também anos depois, em 1930, quando retorna, solicita que o exército volte a se instalar no loca, o que ocorre em 1932.

A inserção da fortificação no processo de consolidação das fronteiras portuguesas no oeste do Brasil e a sua relação com Marechal Rondon, personagem importante para a história do Brasil, são aspectos importantes para fundamentar sua inscrição no livro tombo histórico.

Outro valor identificado é o artístico, reconhecido através da qualidade técnica e formal da fortificação e das estruturas externas remanescentes. Seu estado atual de conservação, com os

prédios internos em ruínas, sem ter recebido obras de intervenção em suas estruturas, contribui para que se possa registrar exatamente como foi construído o forte, com seus materiais e técnicas estando exatamente como no momento que foram executados.

O levantamento realizado em 1983 pelo arquiteto Fernando Madeira detalhou as pedras utilizadas e como foram executadas. O seu objeto de estudo foi o conjunto de prédios intramuros, entretanto não houve uma pesquisa aprofundada sobre as técnicas construtivas neste momento. Em 2015, o historiador Lourismar Barroso realizou uma pesquisa sobre materiais e técnicas construtivas tendo como principal fonte as cartas produzidas durante o período de execução da obra.



Figura 270 - Parede de fundos da capela.
A parede conserva a relação entre as molduras das janelas em cantaria, o revestimento das paredes, as cimalhas em grande parte preservadas e o acabamento da pilastra, também em cantaria. É possível perceber a diferença de coloração entre o reboco e as pedras.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 271 - Fachada do acesso principal.
A fachada do acesso principal é um trabalho realizado totalmente em cantaria e ainda preservado em sua totalidade.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 272 - Guarita localizada em um dos baluartes.
As guaritas foram executadas em cantaria, com revestimento de argamassa nas paredes. As pedras foram cuidadosamente trabalhadas em um desenho curvo.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 273 - Detalhe da cobertura da guarita.
A cobertura da guarita é em pedra revestida, com detalhe em cantaria.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 274 - Base da guarita.
A estrutura da base da guarita tem função de sustentação e a forma curva, além seguir os princípios de transmissão das forças (semelhante a uma mão francesa utilizada atualmente) houve um detalhado trabalho de cantaria para moldar a pedra em formato semelhante a uma semiesfera.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 275 - Parede lateral do Prédio 01 - Alojamento.
A queda de parte do reboco possibilitou a visualização das camadas de revestimento até chegar na pedra. Possibilita a análise visual e a análise de composição dos rebocos para permitir a utilização de componentes compatíveis.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 276 - Trecho de paredes e cunhal.
Os trechos de paredes permitem que sejam realizados levantamentos das técnicas de travamento das paredes nos cunhais. Além disso, os trechos em pior estado de conservação possibilitam a visualização dos embrechamentos (colocação de pedras menores entre as maiores para preenchimento).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 277 - Trecho do parapeito da muralha.
As pedras recebiam reentrâncias antes da sua instalação para que possibilitasse a colocação de grampos metálicos para estabilidade maior da estrutura, uma vez que não foi utilizada argamassa de assentamento.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 278 - Parede do Prédio 13 - Casa dos Governadores.
A execução da parede com uma linha dupla de pedras.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 279 - Porta e janela com arco em tijolos.
Os tijolos foram utilizados nos pisos, na regularização da base da alvenaria sobre o embasamento (fundação), embrechamentos e nos arcos.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Vellozo (2005) destaca a importância da correta escolha do sítio onde será implantada a fortificação para sua eficácia, pois ela não terá apenas a função de combater, mas principalmente de manter em segurança e em condições de sobrevivência, os seus moradores. São consideradas fatores importantes para a definição do sítio de implantação: o local deve ter água em abundância, o terreno em volta tem que ser fértil, o local não pode sofrer condições de facilmente ser alvo de artilharia, existência de boa terra para construção do terrapleno e dos parapeitos e para segurança de algum porto, a fortificação tenha condições “fazer muito danos a todas as embarcações que quiserem cometer a entrada” (VELLOZO, 2005 p.48). O local de implantação do forte possui as características destacadas por Vellozo (2005) é plano, sem irregularidades em seu entorno, o que possibilitou um projeto de desenho regular, simétrico, com o mesmo potencial de defesa em todas as direções, além de não apresentar impedimentos de execução das obras externas como o caminho coberto e a esplanada. O porto foi instalado próximo ao forte, o que possibilita a proteção com forte poder de fogo.



Figura 280 - Vista aérea do Forte Príncipe da Beira.
A fortificação está implantada em terreno plano, ao lado do Rio Guaporé e da floresta amazônica. A localização possibilita uma ampla visualização das embarcações com o mesmo potencial de fogo em todos os lados pela simetria do seu projeto. O fosso cerca toda a muralha e é possível visualizar a esplanada e o caminho coberto, elementos externos de defesa, e a praça de armas. O Forte Príncipe da Beira possui uma qualidade construtiva, além do cuidado com o atendimento a elementos que garantem o seu poder de defesa e ataque.
Foto: Eurico Antônio Calvente (1976). Disponível em bit.ly/2Qcizk1. Acessado em agosto de 2018.

Os aspectos compositivos são importantes para entendermos a definição dos elementos em fachada e em planta baixa. A fachada do acesso principal recebe uma atenção especial, pois é o local com maior quantidade de adornos e de cantaria. Como em edificações clássicas, renascentistas e neoclássicas, por exemplo, o frontão triangular marca onde está localizado o acesso principal e na fortificação é a mesma situação. Além disso, pode-se observar uma divisão vertical e horizontal que ordena a disposição dos elementos. Verticalmente, a fachada é dividida em quatro partes, sendo que a parte inferior corresponde ao embasamento e a superior, ao frontão. Geralmente, a divisão vertical é feita em três partes (base, corpo e coroamento), mas neste caso, mantendo uma característica levemente verticalizada, o "corpo" da fachada ocupa metade da dimensão da altura, possivelmente para manter uma imponência no desenho. Horizontalmente, a divisão é em três partes, sendo que a central corresponde ao vão original da porta que em razão de não ser construída a ponte levadiça, foi diminuído como é conhecido atualmente. Complementando a ideia de disposição dos elementos, ao cruzarmos as linhas

horizontais e verticais que definem a organização, obtemos uma malha de doze quadrados exatos, indicando uma precisão e intencionalidade no resultado final.

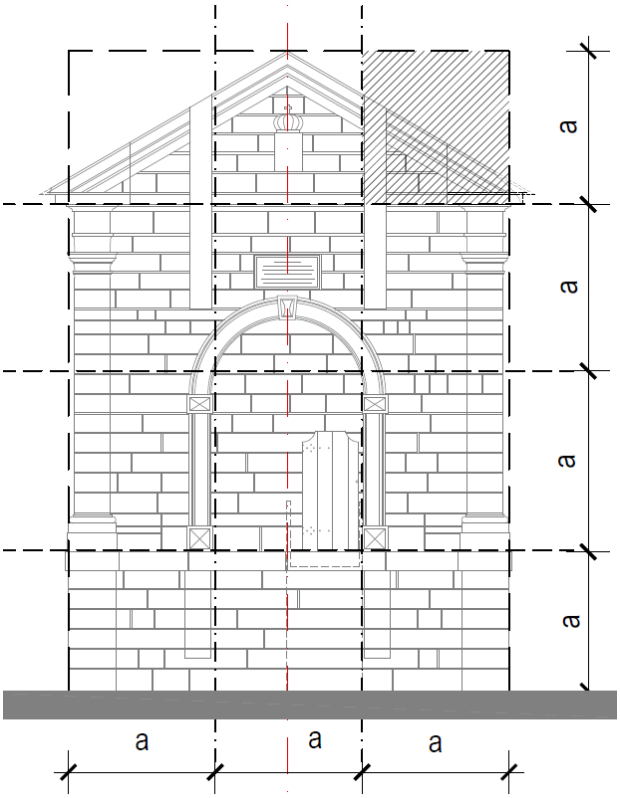


Figura 281 - Linhas reguladoras na fachada do acesso principal.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre desenho de levantamento cadastral.

A planta baixa da fortificação, como já explicado, é totalmente simétrica, ou seja, se passar qualquer linha reta pelo seu centro, dividirá o monumento em duas partes iguais. Essa característica foi possibilitada pela característica topográfica do sítio, pois sendo plano, não precisou nenhum ajuste no desenho do forte. Assim como na fachada principal, utilizando eixos em dois sentidos perpendiculares, consegue-se uma malha com dezesseis quadrados perfeitos, sendo que os quatro centrais correspondem a praça de armas.

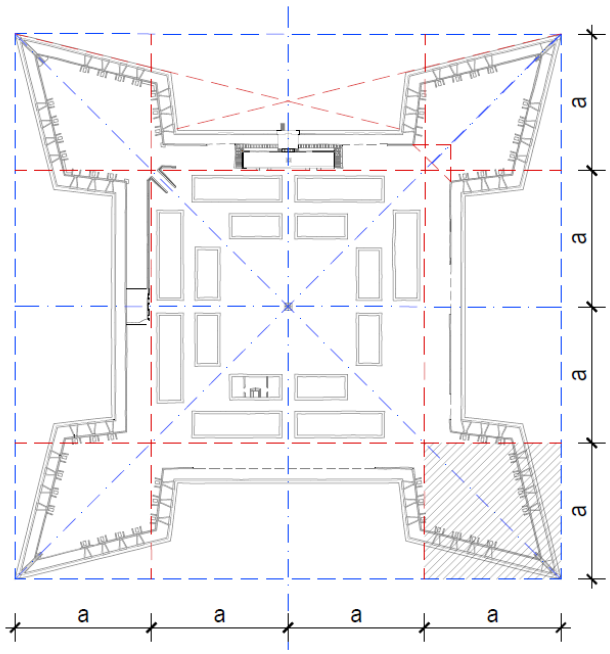


Figura 282 - Planta baixa da fortificação com as linhas reguladoras.
Fonte: Elaborado pelo Autor sobre desenho de levantamento cadastral.

Os elementos exteriores ao forte também possuem detalhes construtivos importantes de serem preservados, que justificam sua inclusão no tombamento, além de serem parte do sistema defensivo. Logo em frente ao acesso principal, se destacam o caminho coberto (serve para circulação dos defensores no exterior do fosso) e a esplanada (plano inclinado após o caminho coberto que garante área livre para visualização do entorno da fortificação) que estão preservadas, apesar de existirem construções em áreas que não deveriam ser edificadas.



Figura 283 - Esplanada e caminho coberto.
Esplanada (2) Caminho coberto
Fonte: Eurico Antônio Calvente (1976). Disponível em bit.ly/2NXzk0F. Acessado em agosto de 2018.

O forno e o paiol possuem especificidades construtivas que precisam ser preservadas e no caso desse último, em avançado estado de deterioração, necessitando de uma intervenção a curto prazo para evitar a sua perda. O paiol está com apenas parte de duas paredes ainda no lugar e em uma delas existe um exemplar do sistema de ventilação do edifício, que se trata de uma janela de 40cm de largura por 60cm de altura em uma parede de aproximadamente 95cm de espessura, onde uma pedra de mesma altura do vão e 28cm de lado, rotacionada em 45° permite que haja renovação de ar, sem deixar o vão aberto. O forno é um ambiente cilíndrico com 3,0m de diâmetro e 4,10m de altura, aberto na parte superior e com uma entrada de 70cm de largura e 1,74m de altura, encrustada no barranco. Essa técnica poderia ser para diminuir o aquecimento da pedra, pois o fato da estrutura estar “enterrada” no barranco permitiria uma maior absorção do calor, sem que esse se concentrasse nas pedras, o que com o tempo as danificaria, além de aumentar a sua eficiência durante o reuso em virtude da terra em volta acumular calor. São duas estruturas que permitiram a continuidade da obra de construção da fortificação, fornecendo os tijolos, fundamentais para acabamento, regularizações e embrechamentos (forno) e outra que serviria para guardar munição e dar suporte em caso de batalha (paiol).



Figura 284 - Sistema de ventilação do paiol.
Fonte: Acervo do Autor, 2017



Figura 285 - Parte superior do forno.
Font: Acervo do Autor, 2017.

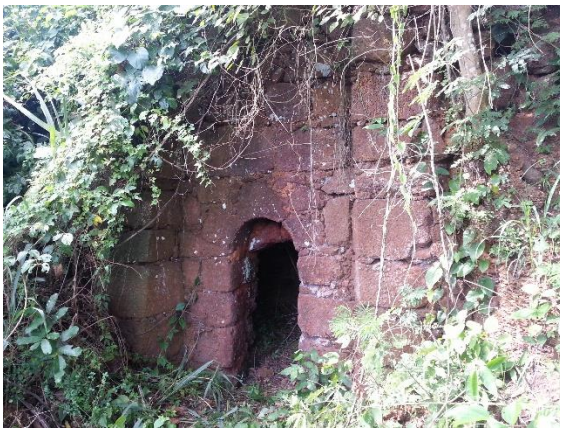


Figura 286 - Porta de acesso ao forno.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 287 - Visão interna da parede do forno.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Entendemos que o Forte Príncipe da Beira possui uma significação artística mais evidente do que sua significação histórica, uma vez que o edifício apresenta elementos construtivos e compositivos que representam a técnica e o embasamento teórico característicos das obras do século XVIII, presentes até o início do século XX na arquitetura (como vimos no Capítulo I e nas figuras6, 7, 225, 281 e 282) anteriormente ao modernismo. Enquanto que o valor histórico possui um menor "peso", embora a fortificação participe da ocupação da fronteira oeste brasileira e nos períodos que se seguem, foi mantida com contingente reduzido, utilizada inclusive como prisão e ter uma ligação com a Comissão Rondon, responsável pela instalação de postos telegráficos na região.

4.2.1.2 – Valor arqueológico, etnográfico e paisagístico

A arqueologia, institucionalmente promovida pelo IPHAN, apenas recentemente esteve no Forte Príncipe da Beira através da contratação realizada entre 2008 e 2010. O trabalho de resgate realizado pelos arqueólogos Deusdedit Carneiro e Fernando Marques, apenas no interior da muralha, gerou um grande volume de material que ainda não havia sido pesquisado, pois na época a contratação não previa. Este ano, a pesquisadora do Museu Nacional do Rio de Janeiro (MN/RJ) e arqueóloga Louise Ribeiro, solicitou ao Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN (CNA/IPHAN) autorização para deslocar metade do acervo para ser pesquisado no Rio de Janeiro. A autorização foi deferida, mas o trágico incêndio ocorrido no dia 02/09/2018 no MN/RJ destruiu os materiais da pesquisa, que segundo a arqueóloga, já estava 95% concluída.

Mais do que o material coletado, o que deve ser considerado e ter uma atenção do IPHAN é a quantidade coletada por visitantes, mas com uma ação local da Associação dos Quilombolas do Forte Príncipe da Beira (ASQUIFORTE), ficam no local. A guarda é cuidadosa na medida das condições locais de armazenamento, pois não há estrutura para recebimento dessas peças,

inclusive as coletadas no trabalho contratado pelo IPHAN, não possui ambiente fixo e apropriado no PEF, sendo armazenadas, literalmente, onde houver espaço disponível.

A área, mais do que potencial arqueológico, é uma realidade que ainda não foi enfrentada pelo IPHAN ou por outras instituições, como o Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (DARQ/UNIR). Fato esse que está tomando outro rumo a partir de parcerias institucionais que estão sendo viabilizadas em razão da candidatura das Fortificações Brasileiras a Patrimônio da Humanidade. O DARQ será responsável pela pesquisa arqueológica a ser realizada durante a obra e terá um laboratório permanente durante a execução dos serviços, parte do canteiro de obra, onde um prédio ficará disponível para pesquisa e guarda do acervo coletado. É um avanço significativo na produção de conhecimento sobre uma área com considerável material documental e iconográfico, mas carente de pesquisas científicas sobre as populações que lá estiveram.



Figura 288 - Peças arqueológicas encontradas por visitantes e recolhidas pela Associação dos Quilombolas do Forte Príncipe da Beira.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 289 - Peça em cerâmica com cerca de 30cm de comprimento encontrada por visitante.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 290 - Peças arqueológicas encontradas por visitantes e recolhidas pela Associação dos Quilombolas do Forte Príncipe da Beira
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 291 - Peça cerâmica com cerca de 4cm.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 292 - Peças resgatadas pelos arqueológicos no interior da muralha da fortificação.
Fonte: (IPHAN, 2009).



Figura 293 - Ferragens resgatadas pelos arqueólogos no interior da muralha da fortificação.
Fonte: (IPHAN, 2009).

No entorno da fortificação existem alguns elementos que indicam a localização de um cemitério que até pouco tempo não era conhecido. Em 2017, durante uma ação de limpeza da prefeitura, Elvis Pessoa, Presidente da ASQUIFORTE, encontrou uma cruz metálica e algumas pedras trabalhadas que poderia demarcar um local de enterramentos. O local não fica próximo ao cemitério utilizado pelos moradores e não havia sido encontrado antes, pois estava nos fundos de um lote que sempre esteve coberto por vegetação, sem circulação de pessoas. É um elemento que pesquisado, fornecerá informações arqueológicas, através de outros elementos que poderão ser encontrados no mesmo local, bem como sobre quem foi enterrado, a partir de pesquisas sobre características dos túmulos e do método utilizado para enterrar os mortos.



Figura 294 - Cruz encontrada em lote da Vila do Forte.
Fonte: Acervo do Autor, 2017.



Figura 295 - Pedra trabalhada próxima a cruz (fig. 26).
Fonte: Acervo do Autor, 2017.

Pelos documentos que tratam da região em período anterior à construção do Forte Príncipe da Beira e após sua edificação, pode-se concluir que foi um local onde residiram indígenas e populações quilombolas (a comunidade ao lado do forte é reconhecida pela Fundação Palmares como sendo Quilombola), por exemplo. Quando Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres visita o sítio onde viria a ser implantada a fortificação, registra a presença de moradores que o recebeu com construções muito precárias, conforme registra em carta escrita em 27/04/1775 (ARQUIVO DA CASA DE ÍNSUA, Arquivo dos Albuquerque. Doc. 1, pasta 72, 27/04/1775, citado por FREYRE, 1978, p. 287-288).

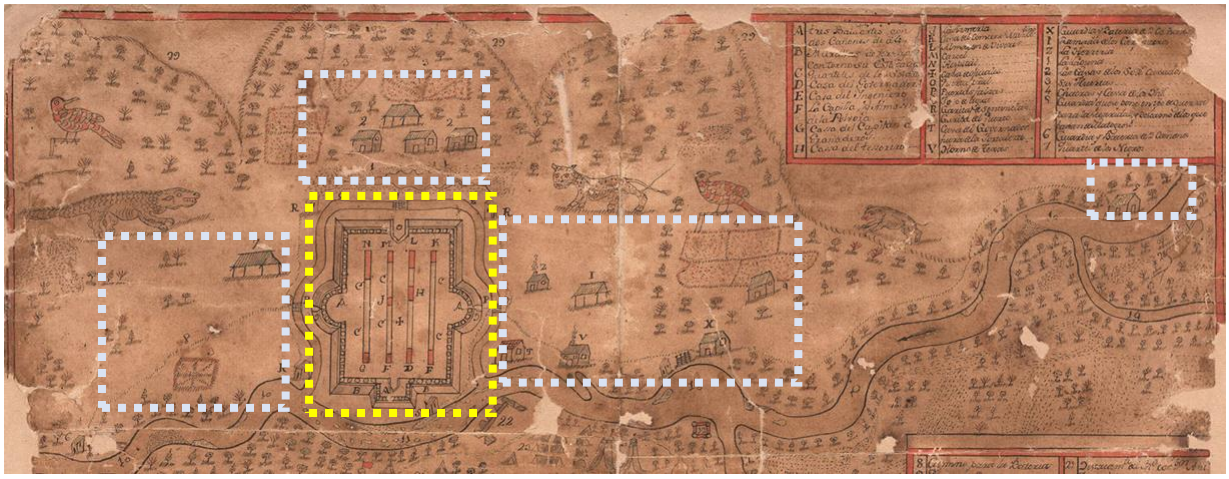


Figura 296 - Mapa da região do Fortim Nossa Senhora da Conceição em 1767.
O mapa mostra, além do fortim, em destaque (amarelo), o registro de ocupação da região (azul claro).
Fonte: (NUNES, 1985 p. 137)

Segundo Lucídio (2004) o Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, através de instruções recebidas em 1749 através de Carta Régia, começa a instalar núcleos portugueses na margem direita, com sítios e lavouras. Em 1755, como já tratamos, o Governo do Mato Grosso retomou as missões espanholas instaladas no lado português. A Missão de Santa Rosa (1742-1755) daria lugar ao Fortim Nossa Senhora da Conceição (1760) e depois ao Forte

de Bragança (1769) que somente com a inauguração do Forte Príncipe da Beira, é abandonado; a Missão de São José (1754) foi reconstruída como Leomil (1760) e a Missão de São João (1754) depois foi chamada de Lamego (1769). Esses períodos de ocupação registrados, além dos anteriores que possivelmente estiveram lá, potencializados pela existência da estrutura denominada “labirinto” ainda não estudada, permitem a identificação de um valor etnográfico pelas diferentes populações que moraram no local.

Marechal Rondon quando chega na fortificação em 1911 presencia a grande batalha travada por ela contra a selva amazônica. A implantação do forte naquele sítio garantiu que houvesse um domínio da navegação pela existência das corredeiras e teve na floresta amazônica um elemento que dificultava ataque por terra dos espanhóis, no entanto com a utilização cada vez menor da fortificação, a selva avançou e ganhou a batalha.



Figura 297 - Desenho das corredeiras em frente ao Forte Príncipe da Beira
Fonte: (LEWIS, 1854)



Figura 298 - Imagem aérea da fortificação.
Ainda hoje é possível perceber o ambiente onde a fortificação foi implantada. De um lado o Rio Guaporé e dos demais, a floresta amazônica. A instalação de missões jesuíticas era importante para a defesa, pois o maior perigo vindo da floresta eram os indígenas, pois ela era tão perigosa e desconhecida para os portugueses, quanto para os espanhóis.
Fonte: Acervo do Autor, 2018.

A relação entre a fortificação e a floresta amazônica propicia a existência de uma escala de percepção relativa, pois o forte é imponente quando o relacionamos com as construções existentes em seu entorno e a presença de pessoas próxima a ela. Entretanto, como observamos na Figura 298, ela se torna pequena se comparada com a selva, pois a preservação do ambiente permite a relacionarmos com uma ampla área verde, em vez de pequena porção, caso o ambiente fosse mais antropizado.

O Forte Príncipe da Beira causa espanto aos que chegam no local, pela sua imponência, algo destacado, por exemplo, por João Severiano da Fonseca (1880) quando escreve sobre a grandiosidade do forte, construído conforme os preceitos da "arte da guerra", modelo ideal desse tipo de arquitetura. Fonseca (1880) ainda ressalta a impressão de quem chega ao forte:

> É deveras imponente e majestoso; e confesso, à puridade, que ao contempla-lo tive pena, pesar verdadeiro, de existir tal monumento em lugar onde apenas um ou outro degredado, um ou outro selvagem – e o raríssimo viajante que de necessidade lhe chega ao porto – terá ocasião de contemplá-lo.
> Ainda hoje, apesar de meio século de abandono, apesar de inservível por irem-se ruindo em escombros as suas dependências, apresenta-se tão grandioso que produz a mais inesperada surpresa à quem, galgada a colina, vê, de repente, e quase de um jacto, surgir no meio do profundo fosso que o cerca; semelhando as arestas de seus baluartes às proas de gigantes couraçados, pelo bem traçado das linhas, a inclinação sobre o terreno, e a cor férrea de suas muralhas, feitas de paralelepípedos dessa arcose quase ferruginosa, conhecida na província com o nome de pedra canga (p. 217).



Figura 299 - Imagem da ilustração da fortificação no final do século XIX
O desenho demonstra como os visitantes percebiam inicialmente o forte, cercado pela vegetação amazônica, se descortinando aos poucos para os que lá chegavam.
Fonte: (FONSECA, 1880 p. 215)

Quando os visitantes se encaminham para o distrito do Forte Príncipe da Beira, a percepção inicial é de floresta densa e fechada, pois a estrada é estreita. Com a proximidade da fortificação, aos poucos ela se revela e a descrição de Fonseca (1880) revela que o espanto que causa a visão total do edifício sempre esteve presente, pois essa relação entre floresta e o forte se mantém praticamente sem modificação.

4.2.1.3 - Considerações

O Forte Príncipe da Beira é um monumento que pode ser inscrito, além de no Livro Tombo Histórico, em outros dois livros: o de Belas Artes (retificando a comunicação inicial realizada em 1950) e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A discussão sobre valoração histórica não questiona a inscrição da fortificação, mas busca relacionar a história dela com a das estruturas não citadas ou não reconhecidas após o tombamento. A inscrição no Livro Tombo de Belas Artes se justifica pela qualidade da execução do trabalho, pelas técnicas construtivas ainda perceptíveis pelo caráter intocado da estrutura, em razão dos aspectos compositivos do projeto em planta e na fachada do acesso principal e pelos demais elementos construtivos de atenção a preceitos militares, como destacados por Vellozo (2005) que atestam a qualidade tanto do projeto como da obra, destacado por Fonseca (1880), como já tratamos, como sendo um perfeito modelo desse tipo arquitetônico.

Os valores arqueológicos, etnográficos e paisagísticos hoje são menos evidentes do que os anteriores, mas isso se deve aos estudos ainda escassos com esse intuito. A arqueologia há pouco tempo começou a pesquisar a fortificação, enquanto seu entorno ainda carece de atenção, pelo menos das instituições, uma vez que visitantes e moradores continuamente encontram

vestígios de cerâmica, ferramentas, entre outras peças. A presença do homem naquela região e como sua participação se deu na construção do forte e na colonização estão presentes em mapas e textos e entendemos seu reconhecimento importante, pois reconhece todo um processo que teve participação local, seja pela presença de indígenas e de moradores anteriores à chegada portuguesa e espanhola, como pela sua atuação na consolidação da fronteira oeste brasileira.

A paisagem desse trecho do Vale do Guaporé pouco se modificou desde o século XVIII, pois o pouco que se desenvolveu não modificou a floresta amazônica. O sítio existente era adequado e a floresta amazônica, uma importante barreira. Esse é um caráter que tem que ser preservado, não apenas como área de entorno, mas como um dos elementos que serviram de proteção para o forte, servindo como uma linha defensiva intermediária, o que é possível perceber no Forte Príncipe da Beira pela preservação da paisagem, diferente da Fortaleza de São José de Macapá, por exemplo, onde o entorno já foi densamente ocupado pela cidade (ver Fig. 11).

4.2.2 - Elementos a serem tombados

Uma das discussões promovidas nessa pesquisa foi sobre o que foi considerado como parte do tombamento do Forte Príncipe da Beira, reconhecido em 1950 como patrimônio cultural do Brasil. Considerando o que foi apresentado, se entende que o tombamento deve incluir a fortificação, com a descrição das construções e espaços internos, e as estruturas externas e demais elementos que permitem a preservação dos valores reconhecidos. Essa descrição servirá para orientar as intervenções que se seguirão, não apenas promovidas pelo IPHAN, mas também por outras instituições não relacionadas com o patrimônio cultural. Neste subitem não terá um caráter exaustivamente descritivo, mas sim discursivo, apresentando os elementos que deveriam ser detalhados e descritos em outro momento.

As estruturas da fortificação que deverão estar contidas no tombamento são a muralha, mantendo todos os seus elementos, materiais e ambientes. A muralha deve ter preservado o parapeito, recompondo as pedras que estiverem caídas e consolidando toda a estrutura, uma vez que não foram colocados grampos que garantiriam maior estabilidade; o caminho de ronda que permitiria que os soldados circulassem em torno da fortificação, mas atualmente tem parte de sua estrutura inexistente e o que se mantém, está em processo avançado de deterioração; as canhoneiras que, assim como o parapeito, estão com as pedras que as definem se deslocando; as guaritas que apresentam problemas como trincas, além de deterioração das cantarias e desmoronamentos dos caminhos que conduziriam os soldados até o interior delas; a escarpa que apresenta deterioração pela exposição às intempéries, sem revestimento das pedras, e pela presença de ácidos, principalmente pelas fezes de morcegos e contraescarpa da muralha que parte já desmoronou, mas que precisa ser consolidada para garantir a estabilização da muralha.

No interior da estrutura, ainda deverá estar na descrição do tombamento o acesso principal; o corpo da guarda e prisão, à esquerda; a casa do comandante das portas e calabouço, à direita; as latrinas e a poterna, juntamente com elementos integrados como os portões e grades.

O conjunto de edificações internas é composto por quinze prédios, sendo sete com 9,30x32,70m e oito com 8,90x19,25m que tem como características gerais o estado de arruinamento, inexistência de esquadrias e cobertura e com partes do piso em tijoleira e alguns vestígios de parede de taipa de pilão ainda precariamente preservadas. De grande importância como técnica construtiva é a cisterna presente no centro da praça, que foi executada com planta em formato circular e cobertura em uma semiesfera, com uma ligação através de canaleta em pedra conectada às latrinas que ainda deverá passar por análise em projeto de restauração a ser elaborado, verificando se o sistema está funcionando, bem como a possibilidade de restauração.

Externamente, destaca-se como estruturas a serem preservadas o fosso que cerca a fortificação, não estando totalmente concluído, pois não foi totalmente escavado; a contraescarpa do fosso, que garante a estabilidade da escavação e permite que se visualize a rocha utilizada na construção da fortificação; o caminho coberto, com uma extensão aproximada de duzentos metros em frente à entrada principal e em sequência, a esplanada. Próximos a fortificação estão localizados o porto, que permitia a chegada de embarcações com materiais para a obra e posteriormente, para a manutenção da fortificação e como está localizado próximo ao forte, era facilmente guardado e a proximidade com a poterna (entrada de serviço) otimizaria a logística de descarga e transporte de materiais para o interior do forte.

Um pouco mais afastado, aproximadamente cem metros ao sul, está o forno, encrustado na rocha, uma estrutura cilíndrica que garantiu a queima de tijolos para a obra e a 660 metros, próximo à pista de pouso atualmente utilizada, está implantado o paiol que apresenta apenas duas paredes parcialmente preservadas e com uma das aberturas para ventilação, características desse tipo de prédio.

Além desses elementos mais facilmente identificados, existem três outros valores que se considerou importante para preservação do Forte Príncipe da Beira. A significação arqueológica, etnográfica e paisagística foi considerada importante de ser preservada, pois relaciona a fortificação com outros elementos importantes para o seu entendimento. Foi escolhido como parâmetro de proteção o Decreto-Lei n° 3437 de 17 de julho de 1941 (Dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em torno das fortificações) que em seu art. 2°, considera uma zona a 600 braças (1320 metros) onde nenhum aforamento ou construção poderá ser realizado sem aprovação do Exército Brasileiro.

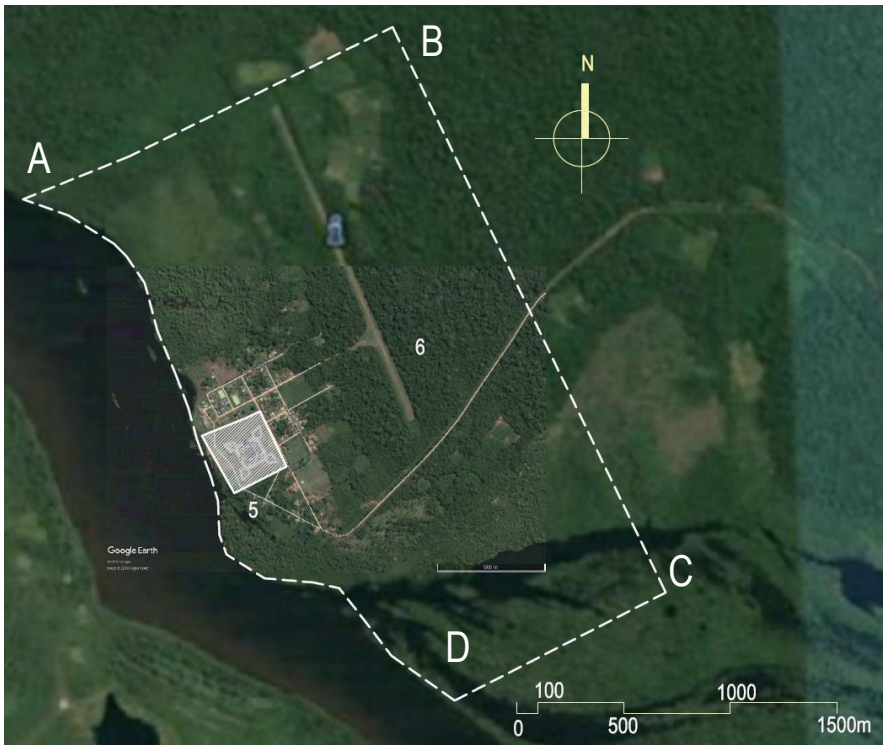


Figura 300 – Parte da Poligonal de tombamento proposta, essa considerando o Forte Príncipe da Beira.
Essa parte da poligonal de tombamento foi definida utilizando como referência o perímetro da fortificação considerando as estruturas externas próximas (esplanada e caminho coberto como limite) e a distância de 1.320 metros definida pelo Decreto-Lei n°3437/1941. Nela estão incluídos o forno (5) e o paiol (6). As coordenadas geográficas dos quatro pontos de referência da poligonal são as seguintes: A (12°25'1.48" S 64°25'54.66"O), B (12°24'34.06" S 64°25'0.21" O), C (12°26'3.12" S 64°24'19.45" O) e D (12°26'21.96" S 34°24'19.45" O).
Fonte: Imagem do Google Earth modificada pelo Autor.

A proposta de uma poligonal de tombamento que não se concentra apenas na fortificação ou que aponte isoladamente as estruturas externas busca proteger uma área que poderá ser ampliada a medida que pesquisas arqueológicas sejam realizadas. A utilização do Decreto-Lei n°3437/1941 se faz pertinente a essa proposta, uma vez que o local foi pouco modificado e a área de proteção militar de fato irá restringir uma ampliação da área da Vila do Forte, além de evitar qualquer outro tipo de construção na área.

Está poligonal proposta estará limitada a Sudoeste pelo talvegue[93] do rio, o que incluiria os barrancos, protegendo, por exemplo, inscrições em pedras que aparecem durante a vazante do Rio Guaporé; a Noroeste, por não haver um elemento físico que sirva de referência por avançar na floresta, será definida por pontos georreferenciados, assim como os limites a Nordeste e Sudeste. Os pontos informados na Figura 300 limitam a poligonal de tombamento relativa ao Forte Príncipe da Beira, sendo todos tomados em solo, logo é importante registrar que os pontos A e D foram tomados em solo, logo para abranger o talvegue do Rio Guaporé, deve-se considerar sua extensão em direção a ele.

[93] Linha de maior profundidade no leito de um rio.

Como diretrizes de uso e ocupação da área, se entende que a área edificada deve ficar preferencialmente, restrita ao que atualmente está construído, tanto no espaço militar como na vila. Partindo desse princípio, a cobertura vegetal existente e que garante a manutenção da paisagem que se quer proteger, não será modificada, no entanto deverá haver maiores discussões, pois o reconhecimento da Comunidade Quilombola considera a existência de uma dinâmica que deve ser respeitada, assim como o espaço militar que poderá necessitar ser ampliado. Na área militar, pode-se considerar a utilização de áreas onde não existe cobertura vegetal e para ampliação da vila, áreas mais afastadas da fortificação.

A dinâmica local é tranquila por não existir maiores atrativos para visitantes, mas pode mudar pela potencial construção da ponte entre Brasil e Bolívia ou pelos investimentos que iniciarão pela obra que será executada na poterna, latrinas e prédios intramuros. Pavimentação que possa ser proposta para a área deverá ser deslocada para outras vias afastadas da fortificação, diferente do que já propôs o Governo de Rondônia que iniciou a execução de pavimentação asfáltica na via adjacente ao forte, o que de imediato foi embargada pela Superintendência do IPHAN em Rondônia pelo risco de abalar as estruturas.

4.3 – Ruínas do Forte de Bragança

O local de implantação do Forte de Bragança, em 1769, como já tratamos, já foi da Missão de Santa Rosa (denominada em algumas publicações como “Santa Rosa Velha”) em 1754 e depois do Fortim Nossa Senhora da Conceição (1760). As transformações das fortificações ocorreram pela necessidade de aumento da capacidade de defesa das incursões espanholas, pois havia a necessidade de permanência maior no interior da estrutura durante os conflitos. Ainda com a inauguração do Forte Príncipe da Beira em 1783 manteve-se ativo e somente em 1784, com o transporte do material de artilharia para a nova fortificação, o Forte de Bragança foi desativado. Atualmente o forte está em estado de ruína, permanecendo no local apenas a muralha voltada para o Rio Guaporé

4.3.1 - Os valores do bem

4.3.1.1 – Valores histórico, artístico e arqueológico

A história do Forte de Bragança e seus antecessores, faz parte de um período de tensão entre portugueses e espanhóis no Vale do Guaporé, discordando dos limites definidos no Tratado de Madri. Duas grandes batalhas foram preparadas pelos espanhóis, mas não ocorreram. A primeira foi em 1762, com 1200 homens apoiados por indígenas, mas não se concretizou, trazendo glórias à defesa portuguesa organizada por Rolim de Moura, e mais tarde, em 1766, um ataque espanhol com 2000 homens foi preparado, mas foram vencidos pelas doenças tropicais. Em 1769,

com o intuito de permitir maior resistência e ter uma fortificação mais imponente, foi construído um forte de pedra com 160m de muralha voltada para o rio que, em 1771, foi atingido por uma grande cheia, sendo necessárias reparações, voltando a ter condições operacionais em 1774. A partir dessa ocorrência, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres propõe a construção do Forte Príncipe da Beira, considerando o Forte de Bragança em ruína (PRÓ-MEMÓRIA, Vol. III, 1983).

Embora o Forte de Bragança não tenha a dimensão do Forte Príncipe da Beira, teve participação maior por estar inserido em um período onde ocorreram maiores disputas, se não em batalhas, mas diplomáticas, o que gerava uma tensão na região pela possibilidade de haver ataques a qualquer momento. Além disso, durante as obras de construção da nova fortificação, o forte existente manteve-se em operação, garantindo a segurança da região em favor da Coroa Portuguesa.

Diferente de outras fortificações que foram tombadas como ruínas, o Forte de Bragança possui uma das muralhas ainda no local, na qual é possível observar a forma de construção, além de alguns elementos com funções específicas como escoamento de água. Logo, é possível reconhecer um valor artístico, pois diferente do Forte Príncipe da Beira, esse foi construído com pedra canga e pedras de rio, de coloração e texturas diferentes.



Figura 301 - Muralha do Forte de Bragança
Construída com pedras canga e pedras encontradas próximas ao rio.
Foto: Renata Ceridono Fortes, 2016.



Figura 302 - Muralha do Forte de Bragança.
É possível identificar uma fundação com parede mais larga e depois a sequência, com menos espessura. Neste caso, foram utilizadas apenas pedra canga.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.

O local ainda possui material arqueológico a ser pesquisado, pois é onde mais são encontrados vestígios pelos visitantes. Além das peças, existem vestígios de fundações que podem fornecer informações sobre como eram as construções e se a disposição respeitou o projeto elaborado. Em conversa com o Presidente da ASQUIFORTE, Elvis Pessoa, foi repassada a informação de que também haveria um cemitério na proximidade que serviu à fortificação e depois aos moradores do entorno, sendo importante destacar que apenas na década de 1970 o

entorno do Forte Príncipe da Beira começou a ser ocupado, pois antes, ficavam próximos ao Forte de Bragança, embora sempre chamasse o local de “Conceição”, em referência ao antigo fortim.



Figura 303 - Vestígios de fundação.
Na área onde estaria o Forte de Bragança, é possível encontrar vestígios de fundações que seriam de edificações. Além disso, foram encontrados objetos que pertenceriam também ao forte.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.



Figura 304 - Vestígios de fundação.
Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A relação histórica existente entre as fortificações que fizeram parte de um processo de ocupação e definição da fronteira oeste do Brasil não podem ser desconsideradas, elegendo apenas o Forte Príncipe da Beira como seu representante. Mesmo que não possam ser considerados um sistema de defesa, por não terem atuando em conjunto, se identifica uma sequência de fortificações que caracterizam a participação militar na região: Guarda de Santa Rosa (1754), Fortim Nossa Senhora da Conceição (1760), Forte de Bragança (1769) e Forte Príncipe da Beira (1783). Conforme relatos dos quilombolas, presentes em trabalhos de cartografia como o realizado pelo pesquisador Emmanuel de Almeida Farias Júnior (2014), onde é relatado a ocupação existente no entorno da fortificação, com escola e serviços como o oferecido por um tabelião, correio e um comércio realizado por embarcações que atracavam no porto daquela região.

Mesmo não sendo identificado um valor paisagístico, se entendeu que a mesma legislação aplicada na definição da poligonal de tombamento do Forte Príncipe da Beira seria o indicado para o Forte de Bragança, pois garantiria a proteção de uma área que, considerando os relatos registrados dos moradores da Vila do Forte, pela existência de população no local antes da construção das fortificações e, assim, pela realidade arqueológica que se apresenta em virtude dos materiais já recolhidos. A partir do perímetro da fortificação, foi proposta uma poligonal que se

distancia 1320 metros em todas as direções, encontrando a margem do rio e englobando o antigo porto.

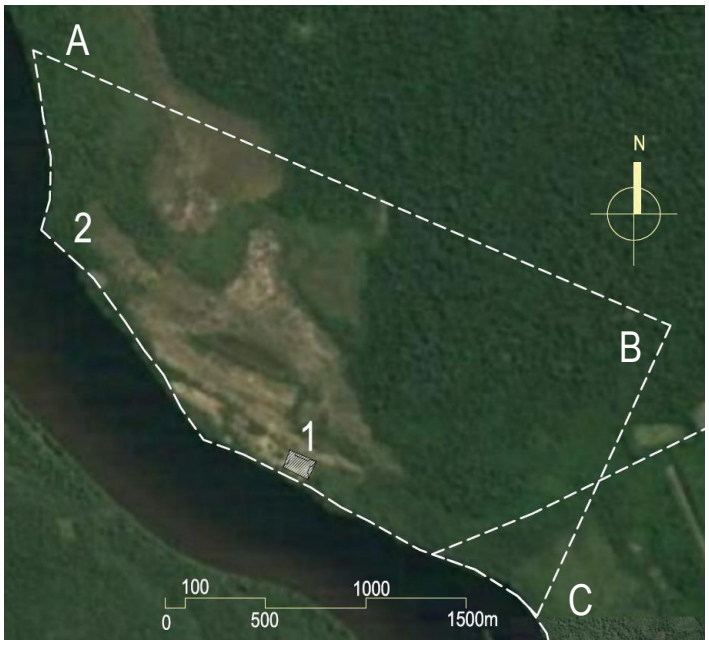


Figura 305 – Parte da Poligonal de tombamento, essa considerando as ruínas do Forte de Bragança.
A poligonal considerou a distância de 1320 metros prevista no Decreto-Lei n° 3437/1941 como de interesse militar no entorno das fortificações. A poligonal de proteção garante a possibilidade de preservação perante ação das instituições de uma área com elementos que se relacionam com a fortificação, mas que precisam ser pesquisados por arqueólogos. As coordenadas geográficas dos três pontos de referência da poligonal são as seguintes: A (12°23'39.40"S 64°26'58.52"O), B (12°24'27.49"S 64°25'15.88"O) e C (12°25'10.70"S 64°25'39.94" O).
(1) Forte de Bragança. (2) Porto
Fonte: Imagem do Google Earth trabalhada pelo Autor.

Os valores artístico, histórico e arqueológico estão presentes, mesmo a fortificação estando praticamente em total ruína, logo deve ser reconhecida como patrimônio cultural do Brasil e uma poligonal que não inclua apenas o forte, permitirá a proteção de uma área que por muito tempo, teve uma ocupação que se relacionou com ela, além de populações que lá estiveram anteriormente. Uma proteção apenas da edificação restringiria a importância da região apenas a um elemento, que embora a partir da sua construção teve um caráter centralizador, faz parte de um contexto maior que necessita ser melhor pesquisado.

Assim como Forte Príncipe da Beira, a área que compreende a poligonal de tombamento das ruínas do Forte de Bragança deverá ficar livre de qualquer edificação nova, uma vez que deverá ser preservada a paisagem existente, pois preserva uma relação entre a fortificação, o rio e a floresta.

4.4 – Poligonal final de tombamento e poligonal de entorno

Nas figuras 300 e 305 foram apresentadas duas poligonais de tombamento relacionadas com o Forte Príncipe da Beira (Fig. 300) e com as ruínas do Forte de Bragança (Fig. 305), onde

na definição da poligonal, em ambos, foi aplicada a distância de 1320 metros prevista no Decreto-Lei n° 3437/1941 como de interesse militar no entorno das fortificações. A proposta é que a rerratificação do tombamento do Forte Príncipe da Beira, além de detalhar o que faz parte da proteção, inclua as ruínas do Forte de Bragança, pois não há como pensar a proteção daquela área durante o século XVIII sem incluir ele e os que o precederam como o Fortim Nossa Senhora da Conceição e a Guarda de Santa Rosa. As duas fortificações representam um conjunto que defendeu a fronteira durante o século XVIII, não podendo ser contata a história da colonização da região sem inclui-las, onde a diferença é que o Forte Príncipe da Beira continuou a proteger nos anos seguintes. Sugere-se que a inscrição passe a ser "Forte Príncipe da Beira, incluindo suas obras internas e externas e os vestígios do Forte de Bragança", abrangendo todos os elementos discutidos até o momento.

O conceito de entorno, como já discutimos, é um instrumento de proteção que existe em função do bem tombado, não tendo valor por si, mas apenas em relação a outro. Esse entendimento é fundamental, pois a proteção prevista para o entorno, na verdade é do bem tombado, ou seja, também os valores não se referem diretamente à área que será definida como entorno.

No caso das duas fortificações em questão, se decidiu trabalhar em conjunto e ainda considerar o entorno como uma extensão da proteção paisagística e arqueológica. Mesmo que a poligonal não defina uma área que será protegida por seus valores, neste caso como o ambiente no entorno das fortificações mantem-se o mesmo por uma grande extensão territorial, o resultado será semelhante ao tombamento, pois a orientação será de que seja uma área não edificável e nem passível de sofrer intervenções que venham a modificar o ambiente.

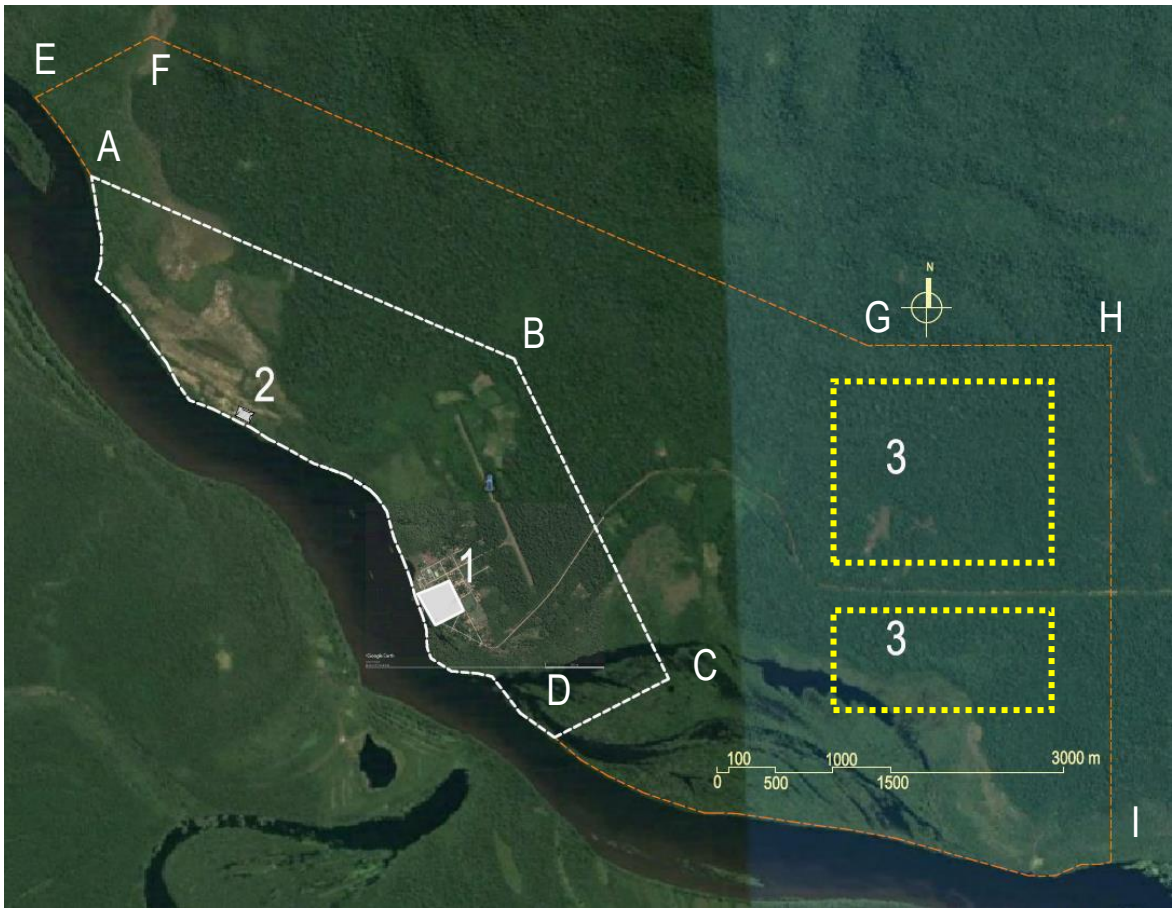


Figura 306 - Poligonal de entorno proposta.
A figura com linhas tracejadas brancas é a poligonal de tombamento, considerando ambas as fortificações e a linha tracejada em laranja é a poligonal de entorno.
(1) Forte Príncipe da Beira (2) Forte de Bragança (3) Estruturas do "labirinto". Em amarelo destaca-se a área estimada de abrangência das estruturas do labirinto.
A poligonal de tombamento está definida pelo talvegue do Rio Guaporé e os seguintes pontos: A (12°23'39.40"S 64°26'58.52"O), B (12°24'33.30"S 64°25'3.51"O), C (12°26'3.12" S 64°24'19.45" O) e D (12°26'21.96" S 34°24'19.45" O).
A poligonal de entorno está definida pelos seguintes pontos: E (12°23'19.92"S 64°27'9.12"O), F (12°22'56.64"S 64°26'38.98"O), G (12°24'13.96"S 64°23'15.84"O), H (12°24'17.36"S 64°22'6.50"O) e I (12°27'0.85"S 64°22'14.85"O).
Fonte: Imagem do Google Earth trabalhada pelo Autor.

Os parâmetros sugeridos são o Decreto-Lei n° 3437/1941, apenas para repetir a distância de 1.320 metros, não como sendo algo rigoroso e que não poderá ser ampliado, mas apenas para utilizar uma referência, e a localização das estruturas denominadas pelos moradores da Vila do Forte, como "labirinto". O fato de a estrutura não ter sido estudada e em visitas ao loca, terem sido identificados elementos como vestígios arqueológicos (peças cerâmicas, por exemplo), uma parede com uma abertura, a qual denominaram de "portal", além dos paredões de pedra, que embora de mesma composição que as utilizadas no forte, são de diferentes tamanhos e formatos. Não há como se furtar a considerar tal elemento, dentro de uma discussão que trate do Forte Príncipe da Beira e da região. Com relação ao "labirinto", foi definida uma poligonal distante de 2.000m a partir dos pontos de sua localização demarcados, dos dois lados da estrada.

O entorno não tem o mesmo rigor na proteção como o bem tombado, no entanto se entende que neste caso deverá inicialmente ser considerada também como área em que se preveja a limitação nas construções e adensamento, sendo que qualquer intervenção na área deva ser previamente aprovada, com o objetivo de manter as áreas ainda não estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente, o final de uma pesquisa traz respostas às inquietações que a propuseram, pois se procura encerrar um ciclo e depois iniciar outro, possivelmente dando uma continuidade ao assunto, mas sob outros aspectos. A pesquisa realizada sobre o Forte Príncipe da Beira serviu para encontrar muitas publicações de caráter descritivo sobre a fortificação e sobre a região, apresentando momentos da história da ocupação portuguesa e a batalha com os espanhóis. No entanto, embora tenha sido possível visualizar uma proposta de poligonal de tombamento, com descrição do que se considerou passível de proteção, e de entorno, questões envolvendo o processo de ocupação da área, não apenas pelos colonizadores, mas por outros moradores que aparecem em mapas e cartas, ainda tão inconclusas.

Foi proposta uma rerratificação do tombamento, com a ampliação da proteção relacionada ao Forte Príncipe da Beira, pois se entendeu a existência de valores históricos artísticos, arqueológicos, etnográficos e paisagísticos, o que justifica a sua inscrição em três Livros Tombo do IPHAN. A ampliação de uma área de tombamento no atual quadro do instituto, onde superintendências, como a de Rondônia, possuem um exíguo quadro de técnicos, pode ser muito questionada, no entanto se considerarmos o "valor institucional", infelizmente não haverá nada mais a ser protegido.

A poligonal utilizou como referência uma legislação que trata de área militar no entorno de fortificações, o Decreto-Lei n°3437/1941, que se entende como pertinente a essa região, pois ela ainda mantém o ambiente quase intacto em relação à época da obra. Diferente de situações como a da Fortaleza de São José do Macapá, que está inserida em um contexto urbano definido, o Forte Príncipe da Beira está isolado em uma região de floresta amazônica, com a cidade mais próxima distante 28km e a 784km da capital rondoniense, Porto Velho. A ampliação da proteção, além de utilizar uma legislação em vigência, se fundamenta em valores que mesmo se relacionando com a fortificação, não se concentrando apenas no seu entorno. Assim, a paisagem tem papel fundamental ao analisarmos o sítio onde o forte foi implantado, pois a selva era uma barreira externa a ser vencida para que houvesse ataque por terra e a manutenção da vegetação servirá para que essa relação possa ser percebida por outras gerações de visitantes. Além do caráter paisagístico, o tombamento protegerá locais onde existem registros documentais da existência de outros habitantes e vestígios arqueológicos que já foram encontrados por moradores e visitantes e que, graças a ação da ASQUIFORTE, são recolhidos e permanecem no local.

Entendeu-se que não apenas o Forte Príncipe da Beira é importante, como também as ruínas do Forte de Bragança, este estando presente nos momentos mais tensos da disputa com os espanhóis, além da história do processo de consolidação e proteção da fronteira já ser rico, uma vez que primeiro havia a Guarda de Santa Rosa (1754), depois o Fortim Nossa Senhora da Conceição (1760) e por fim, o

Forte de Bragança em 1769. Somando-se a esse valor histórico, além de no local ainda existir uma das faces da muralha erguida, é possível ver restos de fundações e vestígios arqueológicos. Não há como desconsiderar o Forte de Bragança em qualquer processo de tombamento naquela região, ainda mais levando em conta a história comum e a própria relação com o Forte Príncipe da Beira, uma vez que o material de artilharia e a guarnição foram repassados à nova fortificação em 1784.

A poligonal de entorno sugerida considerou o tombamento das duas fortificações como uma só, na união das duas áreas de tombamento. Essa união permitiu que a área envoltória também fosse considerada única, tendo como referência os mesmos 1.320 metros, dessa vez não legalmente embasada, mas pela necessidade de se definir uma distância que poderá ser retificada. A única referência material para a definição do entorno foi a estrutura denominada "labirinto" que se estende nos dois lados da estrada, do lado oeste chegando na baia do Rio Guaporé e do lado leste ocupando, de acordo com levantamento inicial informado pelo Presidente da ASQUIFORTE, Elvis Pessoa, uma extensão de 2km a partir da estrada. Assim, a partir dos pontos referenciais das duas estruturas do labirinto, foi definida uma área distante 2km delas e se definiu uma poligonal. Neste caso específico, embora o "labirinto" não tenha sido pesquisado, nem produzido informações sobre ele, não havia como se furtar a considera-lo de alguma forma protegido, mesmo que em relação às fortificações, de modo a permitir que se mantenha uma certa integridade para que seja pesquisado.

Pelas discussões desenvolvidas, se entende que o Forte Príncipe da Beira deve ser preservado integralmente como se encontra hoje, devendo ser evitadas reconstruções que modifiquem o entendimento do seu processo histórico que inclui o seu arruinamento. Adaptações de algumas edificações para seu uso podem ser consideradas, mas dentro de critérios que não modifiquem a percepção das estruturas originais. Se considerarmos a praça de armas como referência, a utilização dos prédios que não possuem frente para ela, permitirão que haja uso, sem modificar a ambiência para quem chega para visitar a fortificação. Enquanto que no Forte de Bragança, a ação imediata é a consolidação da muralha ainda existente e a identificação através de pesquisa arqueológica do seu perímetro.

Além dessas certezas (ou quase certezas), fica um campo aberto de pesquisa, pois a proposta das duas poligonais de tombamento e a de entorno, considera campos de pesquisa que podem ser organizados em diferentes linhas de atuação. A etnografia e a arqueologia apresentam grandes possibilidades de estudo na região, pois, como já dissemos, não existe um potencial, mas sim uma realidade já comprovada. Falta, por exemplo, localizar essas informações espacialmente, demonstrando como se deu a ocupação, onde ficavam as casas, como se organizavam as roças e a criação de gado,

além disso buscar informações sobre o “labirinto”, a grande estrutura desconhecida e apenas especulada.

A região onde estão localizadas as fortificações do Vale do Guaporé é uma área rica para pesquisa em diversas áreas da ciência, no entanto deve ser preservada para que seus conhecimentos ainda escondidos, possam ser revelados, juntamente com outros elementos da história conhecida. Essa pesquisa nos possibilitou ampliar exponencialmente as informações sobre o Forte Príncipe da Beira, principalmente a organização dos projetos, uma vez que desde seu tombamento já existe a ideia de executar obras de restauração, o que foi uma grata surpresa, além de possibilitar a definição do entorno.

Para finalizar, o trabalho irá gerar “bons frutos”, de modo que haverá uma ampliação na pesquisa com os mapas e com modelagem em 3D da região, permitindo um maior entendimento sobre todo o espaço, bem como do estado de preservação das fortificações. Além disso, a participação do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia e do Departamento de Patrimônio Cultural do Exército, em parceria com o IPHAN, possibilitará a ampliação considerável das informações sobre a região, bem como a execução de obras de preservação, indo além do que esta pesquisa realizou, levantando informações sobre publicações e projetos relacionados ao Forte Príncipe da Beira e outros elementos que construíram, e constroem, a história daquele trecho do Vale do Guaporé, em Rondônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. A. G. D. M. D. **Remanescentes materiais do período pombalino no Amapá**. [S.l.]: [s.n.], 2007. Disponivel em: <bit.ly/2QluiwC>. Acesso em: junho 2016.

ARAÚJO, G. M. Os valores do patrimônio cultural. **Arquitextos**, São Paulo, n. 145, 2012. Disponivel em: <bit.ly/2wkWU0p>. Acesso em: julho 2018.

BALTHAZAR, R.; WEISSHEIMER, M. R.; GUEDES, M. T. F. **Paisagem, ambiência e entorno dos bens tombados pelo IPHAN no centro de Florianópolis/SC**. [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponivel em: <bit.ly/2QmoEui>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BARBOSA, F. D. A.; BARBOSA, R. D. S. **Política portuguesa de ocupação territorial do Brasil:** o Forte Príncipe da Beira. [S.l.]: [s.n.], Rio de Janeiro, 1986. Disponivel em: <bit.ly/2oY3nKQ>. Acesso em: Setembro 2016.

BARROSO, L. D. S. **Movimentos sociais e escravistas na construção do real Forte Príncipe Da Beira – 1776 – 1783**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponivel em: <bit.ly/2MlANwa>. Acesso em: junho 2016.

BARROSO, L. D. S. **Real Forte Príncipe da Beira:** ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). Porto Alegre: Versos Seremos, 2015.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Atelie, 2004.

BRASIL. **Relatório. Ministério da Guerra.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL. **Decreto-Lei n°25**. Rio de Janeiro: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1937.

BRAZIL, M. D. C. **Brasil e Portugal no Período Pombalino:** ocupação geoestratégida do Mato Grosso. [S.l.]: [s.n.], 2000. Disponivel em: <bit.ly/2Mp8mO4>. Acesso em: julho 2016.

BRITO, J. F. D. L. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade. Dissertação. Mestrado em preservação do patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: Copedoc/ IPHAN, 2014.

BUTA, C. M. D. S. A projeção do poder de polícia do Exército Brasileiro nas áreas adjacentes aos aquartelamentos. **Especialização em Direito Miliar da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2008. Disponivel em: <http://www.jusmilitaris.com.br/uploads/docs/poderdepolicia.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CÁCERES, L. D. A. D. M. P. E. **Construção do Forte Príncipe da Beira. Revistra do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], Rio de Janeiro, 1865. Disponivel em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/2573.pdf>. Acesso em: dezembro 2016.

CAMPOS, R. **Ciência e controle imperial no Mato Grosso português.** [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponivel em: <www.scielo.org.co/pdf/memor/n25/n25a03.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

CARSALADE, F. D. L. **A preservação do patrimônio como construção cultural**. Arquitextos. 139.03. Ano 12. Dez. ed. São Paulo: Vitruvius, 2011. Disponivel em: <bit.ly/2xwBAFR>. Acesso em: Abril 2018.

CARSALADE, F. D. L. **A pedra e o tempo:** arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARVALHO, F. A. L. D. **Lealdades negociadas:** povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII) Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, v. 1, 2012.

CASARIN, R.; VIEIRA, V. H. O. **Funções sociopolíticas do marco de Jauru, Forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da Beira, no sudoeste brasileiro**. [S.l.]: [s.n.], Cascavel, 2011. Disponivel em: <bit.ly/2N6Suon>. Acesso em: maio 2016.

CASTRO, A. H. F. D. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro:** fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

CASTRO, A. H. F. D. **Fortificações e Desenho Urbano:** o caso do Rio de Janeiro. In.: Oficina de Estudo da Preservação. Col. III Maria Rosa Correia (org.). Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

CHAVES, O. R. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império Português:** a Capitania do Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História Social., 2008.

CHAVES, O. R. **As fortificações portuguesas Bragança e Real Forte Príncipe da Beira:** artefatos de defesa e de. Florianópolis: [s.n.], 2015. Disponivel em: <bit.ly/2wZzHBc>.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: 70 Ltda, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007.

COMANDO DA 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA. **Resgate Histórico. 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Brigada Forte Príncipe da Beira.** Porto Velho: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 2013.

CORRÊA, R. L. **Sobre a geografia cultural**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009.

COSTA, J. S. D. **Viagens ao redor do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro e C., v. 2, 1880.

DELPHIM, C. F. D. M. **A paisagem natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponivel em: <bit.ly/2MSXuYQ>. Acesso em: julho 2018.

FERNANDES, S. E. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796). Dissertação de Mestrado em História**. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em História., 2003.

FERNANDES, S. E. **De um Império a Outro:** A construção e os conflitos no Real Forte do Príncipe da Beira (1776-1792). [S.l.]: [s.n.], Londrina, 2005. Disponivel em: <bit.ly/2O4XZAt>. Acesso em: Novembro 2016.

FERRAZ, A. L. P. **Real Forte Príncipe da Beira. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº02**. [S.l.]: [s.n.], 1938. Disponivel em: <bit.ly/2CQPB6G>. Acesso em: Setembro 2016.

FERRAZ, A. L. P. **Memórias sobre as fortificações de Mato Grosso. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** [S.l.]: [s.n.], Rio de Janeiro, 1927. Disponivel em: <bit.ly/2MmtlAO>. Acesso em: setembro 2016.

FERREIRA, M. R. **Nas Selvas Amazônicas**. São Paulo: Biblos, 1961.

FIGUEIREDO, D. M. F.; LAUAR, C. M.; MICELI, A. B. **Visibilidade e Ambiência do Outeiro e Convento da Penha na Baía de Vitória**. Brasília: [s.n.], 2015. Disponivel em: <bit.ly/2N3OqW0>. Acesso em: jan. 2016.

FILHO, S. S. G. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas:** um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.

FONSECA, J. S. D. **Viagem ao redor do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro e C., v. 1, 1880.

FONSECA, J. S. D. **Viagem ao redor do Brasil:** 1875-1878. 1. ed. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., v. 2, 1880. Disponivel em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242429>.

FONTANA, R. **As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, 2005.

FREYRE, G. **Contribuição para uma sociologia da biografia:** O exemplo de Luiz de Albuquerque governador do Mato Grosso no fim do século XVIII. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Levantamento de Fortificações Tombadas - Real Forte Príncipe da Beira**. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro. 1983.

GARCÍA, J. L. G. **Alberto Durero - Tratado de arquitectura y urbanismo militar**. Madri: Akal, 2004.

GIOVANNONI, G. **Gustavo Giovannoni:** textos escolhidos. Tradução de Renata Campello Cabral; Carlos Roberto M. de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Histórico do Real Forte Príncipe da Beira**. Porto Velho: Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo, 1986.

HERNDON, L. W. M. **Exploration of the Valley of the Amazon made under Direction of the Navy Department**. Washington: A.O.P. Nicholson, 1854. Disponivel em: <bit.ly/2O4SYrP>. Acesso em: agosto 2018.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Austrália: ICOMOS, 1999. Disponivel em: <bit.ly/2omgFAF>. Acesso em: Agosto 2018.

IPHAN. **Projeto de Revitalização do Real Forte Príncipe da Beira.** Costa Marques: IPHAN, 2008.

IPHAN. **Acompanhamento arqueológico dos serviços de limpeza e remoção de materiais culturais e descartes na área intramuros do Real Forte Príncipe da Beira**. Costa Marques: IPHAN, 2009.

IPHAN. **Restauração do conjunto poterna e latrinas e proteção dos pisos**. Brasília: IPHAN/ DEPAM, 2018.

JUNIOR, E. D. A. F. **Negros do Guaporé o sistema escravista e as territorialidades específicas**. [S.l.]: [s.n.], 2011. Disponivel em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1467>. Acesso em: agosto 2016.

JÚNIOR, E. D. A. F. **Territórios quilombolas em linhas de fronteira:** quilombolas do Forte Príncipe da Beira. Revista Ciência Cultura vol.65 no.1. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência., 2013. Disponivel em: <bit.ly/2N6mqRL>. Acesso em: Agosto 2017.

JÚNIOR, E. D. A. F.; ALMEIDA, A. W. B. **Quilombolas do Forte Príncipe da Beira - Vale do Guaporé**. [S.l.]: [s.n.], Costa Marques, 2014. Disponivel em: <bit.ly/2wYwstW>. Acesso em: dezembro 2016.

KRUFT, H. W. A teoria das fortificações. Capítulo 9. In: _____ **História da teoria da arquitetura**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

KÜHL, B. M. **Quatremère de Quincy e os verbetes Restauração, Restaurar, Restituição e Ruína de sua Encyclopédie méthodique**. n.2. ed. Campinas: Unicamp, 2010. 100-117 p. Disponivel em: <bit.ly/2C1JT1m>. Acesso em: Agosto 2018.

LEAL, T. D. A. **O entorno de monumentos e a conservação urbana:** uma contribuição para a integridade. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Urbano. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

LIMA, A. M. D. **Real Forte Príncipe da Beira**. Porto Velho: Indústria Gráfica Imediata Ltda, 2012.

LIMA, F. D. A. A. E. **Arquitetura e Cidade na Tratadística do Renascimento Italiano. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponivel em: <bit.ly/2CSoW9c>. Acesso em: Agosto 2017.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACARRÓN, A. **Conservación del patrimonio cultural**. Madrid: Sintesis, 2008.

MADEIRA, J. F. **Forte Príncipe da Beira:** Inventário das pedras e levantamento dos prédios situados no interior das muralhas. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1983.

MARCHESAN, A. M. M. O entorno dos bens tombados na legislação brasileira. **Biblioteca Virtual do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Porto Alegre, 2013. Disponivel em: <bit.ly/2oYb7we>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

MELO, R. S. D. **Para além dos bandeirantes**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2014.

MERELES, D. M. **Guardiões da fronteira. Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Decreto-Lei nº3437 (Dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção)**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1941. Disponivel em: <bit.ly/2x4Fwg3>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Lei nº 10.257 - Estatuto da Cidade**. Brasília: MPOG, 2001.

MIRANDA, W. D. **Defesa e Exército na Amazônia Brasileira:** um estudo sobre a constituição dos Pelotões Especiais de Fronteira. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Belém: Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política., 2012.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

MOUTINHO, J. F. **Noticia sobre a provincia de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: H. Schroder, 1869. Disponivel em: <bit.ly/2x98uMT>. Acesso em: 20 fev. 2016.

NASCIMENTO, S. M. D. **Real Forte Príncipe da Beira:** história e estórias do imaginário popular do Vale do Guaporé. [S.l.]: [s.n.], 2013. Acesso em: outubro 2016.

NITO, M. K. D. S. **Heurística para Entornos de Bens de Interesse Cultural baseada na Ambiência:** uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski-SP. Dissertação. Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponivel em: <bit.ly/2CGa5P5>. Acesso em: junho 2016.

NUNES, J. M. D. S. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala/ Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

OLIVEIRA, M. M. D. **As Fortificações Portuguesas de Salvador Quando Cabeça do Brasil**. Salvador: Fundação Gregório de Matos, 2004.

OSMAINSCHI, R. Criação de modelos virtuais para registro do patrimônio histórico: estudo de caso com softwares livres. **14ª Convencion cientifica de inginiería y arquitectura e Congresso Sigradi Cuba 2008**, Havana, 2008. Disponivel em: <bit.ly/2wZL7oW>. Acesso em: 18 fev. 2016.

PAULA, E. P. D. **O Real Forte Príncipe da Beira como "lugar de memória" lusobrasileira**. [S.l.]: [s.n.], 2016. Disponivel em: <bit.ly/2x99f8H>. Acesso em: dezembro 2016.

PEREIRA, I. A. M. C. **Missão Jesuítica colonial na Amazônia meridional:** Santa Rosa de Mojo - Uma missão num espaço de fronteira (1743-1769). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História., 2008.

POLIDORI, M. C. et al. **Geoprocessamento e preservação patrimonial**. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, p. 78. 2000.

PRESOTTI, T. M. B. **Na trilha das águas:** índios e natureza na conquista colonial no centro da América do Sul. Sertões e Minas de Cuiabá e Mato Grosso (Séc. XVIII). Brasília.: Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, 2008. Disponivel em: <bit.ly/2MlCARU>. Acesso em: outubro 2016.

PRÓ-MEMÓRIA, F. **Levantamento de fortificações tombadas - Vol. III:** Aspectos militares. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1983.

PRÓ-MEMÓRIA, F. **Levantamento de fortificações tombadas - Volume II:** Aspectos arquitetônicos. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1983.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia Brasileira no período colonial:** a definição das fronteiras. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História Econômica., 2006.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Â. R. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil. Tese de Doutorado.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

ROSA, T. F. **Ruínas do Forte São Joaquim:** o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural. [S.l.]: [s.n.], Rio de Janeiro, 2014. Disponivel em: <bit.ly/2x1t812>. Acesso em: junho 2016.

RUIZ, J. C. **El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural. Concepto, legislación y metodologías para su delimitación. Evolución histórica y situación actual**. [S.l.]: [s.n.], 1993. Disponivel em: <bit.ly/2pymNGq>. Acesso em: 01 set. 2016.

RUSKIN, J. **As sete lâmpadas da memória**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Atelie, 2013.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**. Salvador: Oiti, 2014.

SCIFONI, S. **In:** GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponivel em: <bit.ly/2MVSpPs>. Acesso em: Julho 2018.

SENA, E. C. D. **De colônias a início dos Estados nacionais:** considerações sobre as fronteiras entre Brasil e Bolívia. [S.l.]: [s.n.], Cuiabá, 2012. Disponivel em: <bit.ly/2QiZvjX>. Acesso em: julho 2016.

SERRA, G. G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo:** guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, A. F. D. **Fortificações Brasileiras. Revista do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1885. Disponivel em: <bit.ly/2O50v9T>. Acesso em: Dezembro 2016.

SOUZA, V. A. D. **(Des) Ordem na fronteira:** Ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/4). Dissertação. Mestrado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em História., 2002.

TEIXEIRA, M. A.; FONSECA, D. **História regional. 3ªed.** Porto Velho: Rondoniana, 1998.

TEIXEIRA, P. R. R. **Forte Príncipe da Beira. Revista DaCultura, Ano III, nº04.** Rio de Janeiro, Ano III, nº4: [s.n.], 2003. Disponivel em: <bit.ly/2MiJp6E>. Acesso em: janeiro 2016.

UNESCO. **Carta de Cracóvia**. Cracóvia: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2000. Disponivel em: <bit.ly/2DbwGDH>. Acesso em: Agosto 2018.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 37ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VIÑAS, S. M. **Teoria contemporanea de la restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.

GLOSSÁRIO[94]

BALUARTES – Obra defensiva, quadrada, composta de faces com canhões atirando contra a campanha e flancos, defendendo o fosso e a cortina da posição. A abertura interna entre dois flancos chama-se gola.

BANQUETA – Degrau que se faz ao longo do parapeito de um muro ou trincheira para que os atiradores possam subir e disparar contra o inimigo por sobre o parapeito.

CAMINHOS DE RONDA – Via de comunicação no interior do recinto da fortificação, logo atrás do parapeito, que permite as tropas se deslocarem ao longo dos muros, sem serem molestadas pelas armas dos sitiantes.

CONTRAESCARPA – Muro de contenção oposto à escarpa, situado na parte de trás de uma muralha.

CORTINA – Trecho de muralha entre dois baluartes ou duas torres.

ESCARPA – Qualquer muro externo, faceando o inimigo. Normalmente o mesmo que escarpa do fosso.

ESPLANADA – Terreno descoberto em frente uma fortificação, batido pelo fogo das suas armas. Também se dá esse nome ao aterro feito na frente da contraescarpa, com a superfície paralela à linha de fogo das armas da fortificação.

ESTRADA COBERTA – O mesmo que caminho coberto. Via de comunicação fora do recinto da fortificação, do lado oposto ao fosso, mas protegida por um muro (a contraescarpa do fosso), que permite que as tropas se desloquem de um ponto a outro das obras externas, sem serem atingidas pelo fogo inimigo.

FALSA BRAGA – pequeno muro com banqueta no interior do fosso para a sua defesa e do caminho coberto.

FAXINA – Feixe de ramos atados que servem de revestimento e proteção em obras de fortificação ou para encher um fosso durante um ataque. Fortificação de faxina é aquela feita de terra, sustentada por telas de ramos trançados.

FOSSO – Vala cercando uma fortificação, com a função de dificultar a escalada do muro, aumentando sua altura. Pode ser seco ou aquático – cheio d´água. Devido a problemas com insalubridade e conservação das alvenarias, os fossos de fortes no Brasil, quando existiram, eram secos. A exceção era de alguns fortes holandeses que, seguindo a escola de fortificação holandesa, usavam fossos aquáticos.

HORNAVEQUE ou **OBRA CORNA** – é uma obra exterior a uma fortificação abaluartada composta por dois meio baluartes unidos por uma cortina.

OBRA COROA ou **COROADA** – é uma obra exterior a uma fortificação abaluartada formada por um baluarte central, unido por cortinas a dois meios baluartes.

PADRASTO – qualquer outeiro (elevação) vizinha à praça, do qual pode ser batida com artilharia (Vellozo)

PALIÇADA – O mesmo que estacada. Muro formado por estacas (troncos) de madeira.

---

[94] Principal referência: CASTRO, A. H. F. D. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro:** fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2009.

PARAPEITO – Anteparo construído acima da superfície do terreno ou do cordão de uma fortificação, atrás do qual trabalham os defensores.

PRAÇA DE ARMAS – Qualquer espaço aberto numa fortificação, destinado à concentração de tropas. A praça d'armas principal de um forte fica no seu centro, mas havia outras nos caminhos cobertos, atrás de baterias e assim por diante.

REDUTO – Obra fechada de pequeno porte, normalmente quadrada, com canhões colocados de forma a dispararem em apenas uma direção. Reduto de segurança é uma defesa feito no centro de um forte ou fortaleza, servindo como defesa final, como uma cidadela.

REVELIM – O mesmo que meia-lua. Um tipo de redente, obra de duas faces, podendo ter dois flancos, mas de gola aberta. Protege pontos mais vulneráveis de fortificações, como portas, pontes, cortinas etc.

TENALHA – Fortificação composta por dois muros formando um ângulo reentrante para o lado do inimigo.

TENALHA DUPLA – O mesmo que tenalha, mas com quatro muros.

TENALHÃO – Tenalha de grandes proporções.